

# REVISTA DO GEL

Grupo de Estudos Lingüísticos  
do Estado de São Paulo



Grupo de Estudos Lingüísticos  
do Estado de São Paulo

## REVISTA DO GEL

**ISSN 1806-4906**

Revista do Gel	S.J. do Rio Preto	v.5	n.1	p. 1-236	2008
----------------	-------------------	-----	-----	----------	------

**Revista do GEL**  
Departamento de Linguística da FFLCH-USP  
Av. Prof. Luciano Gualberto, 403  
05508-900 - São Paulo - SP  
rgel@usp.br

*Comissão Editorial*  
Alessandra Del Ré  
Cristina Carneiro Rodrigues  
Fabiana Cristina Komesu  
Luciana Gimenes  
Olga Ferreira Coelho  
Tânia Maria Alkmin

*Editoras Responsáveis*  
Olga Ferreira Coelho  
Alessandra Del Ré

*Revisão de Língua Portuguesa e Língua Inglesa*  
Walter César Diez

*Conselho Editorial*

Antônio Alcir Bernárdez Pécora (Unicamp), Carlos Subirats Rüggeberg (Universidade de Barcelona), Clélia Cândida Abreu Spinardi Jubran (UNESP-Assis), Danilo Marcondes Souza Filho (PUC-RJ), Evani de Carvalho Viotti (USP), Helena Nagamine Brandão (USP), Ieda Maria Alves (USP), Jacques Fontanille (Universidade de Limoges), José Borges Neto (UFPR), Kanavilil Rajagopalan (UNICAMP), Lourenço Chacon (UNESP-Marília), Marco Antonio de Oliveira (UFMG), Maria Célia de Moraes Leonel (UNESP-Araraquara), Maria Filomena Gonçalves (Universidade de Évora), Maria Irma Hadler Coudry (UNICAMP), Marta Luján (Universidade do Texas-Austin), Mirta Maria Groppi A. de Varella (USP), Otto Zwartjes (Universidade de Amsterdam), Pierre Swiggers (Universidade Católica de Louvain), Raquel Santana Santos (USP), Renata Maria Faccuri Coelho Marchezan (UNESP-Araraquara), Roberto Gomes Camacho (UNESP-SJRP), Wilmar da Rocha D'Angelis (UNICAMP).

Publicação semestral  
Solicita-se permuta/Exchange desired

Revista do Gel / Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo. Vol. 1  
(2004). São Paulo: Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São  
Paulo, 2004-

Semestral  
ISSN 1806-4906

## SUMÁRIO/CONTENTS

<b>EDITORIAL</b> .....	7
 <b>ARTIGOS / ARTICLES</b>	
O SUJEITO DE REFERÊNCIA INDETERMINADA EM SEQÜÊNCIAS INFINITIVAS <i>ARBITRARY SUBJECTS IN INFINITIVAL CLAUSES</i> Maria Eugênia Lamoglia DUARTE .....	9
DISTRIBUIÇÃO DE PRONOMES FORTES, FRACOS E AFIXOS EM LÍNGUAS DE SUJEITO NULO <i>DISTRIBUTION OF STRONG AND WEAK PRONOUNS AND AFFIXES IN LANGUAGES OF NULL SUBJECT</i> Fábio Bonfim DUARTE .....	31
TELCIDADE E CLASSES ASPECTUAIS <i>TELCITY AND ASPECTUAL CLASSES</i> Teresa Cristina WACHOWICZ .....	57
TRADUÇÃO E VIAGEM: O BRASIL DE RICHARD BURTON <i>TRANSLATION AND TRAVEL: RICHARD BURTON'S BRAZIL</i> Cristina Carneiro RODRIGUES .....	69
A RELEVÂNCIA DA PESQUISA BASEADA EM <i>CORPORA</i> NA PRÁTICA DE TRADUÇÃO JURAMENTADA NO BRASIL: A VARIAÇÃO SEMÂNTICA EM ESTATUTOS SOCIAIS <i>THE RELEVANCE OF THE CORPUS-BASED RESEARCH IN CERTIFIED TRANSLATION PRACTICE IN BRAZIL: SEMANTIC VARIATION IN ARTICLES OF INCORPORATION</i> Érika Nogueira de Andrade STUPIELLO .....	81
ATIVIDADE EPILINGÜÍSTICA E ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA <i>EPILINGUISTIC ACTIVITY AND PORTUGUESE LANGUAGE TEACHING</i> Letícia Marcondes REZENDE .....	95
BLOCOS SEMÂNTICOS: O MOVIMENTO ARGUMENTATIVO NA CONSTRUÇÃO DO SENTIDO DO DISCURSO <i>SEMANTIC BLOCKS: THE ARGUMENTATIVE MOVEMENT IN THE CONSTRUCTION OF THE MEANING IN DISCOURSE</i> Ernani Cesar de FREITAS .....	109
ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE PORTO ALEGRE: INSTAURANDO UM PROCESSO DE DEMOCRACIA <i>PARTICIPATIVE BUDGET IN PORTO ALEGRE: THE IMPLEMENTATION OF A DEMOCRATIC PROCESS</i> Leticia da Silva SANTOS .....	129

A AUSÊNCIA DA FIGURA FEMININA NAS PROPAGANDAS HÍBRIDAS DA “CERVEJA CRYSTAL” <i>THE ABSENCE OF FEMININE FIGURES IN THE HYBRID ADVERTISEMENTS OF “CRYSTAL BEER”</i> Ana Cristina CARMELINO .....	147
“ANIVERSÁRIO DA MÔNICA OU FESTA DO MÔNICO?”: UMA ANÁLISE DO ETHOS FEMININO NA HQ DE MAURÍCIO DE SOUZA <i>“MÔNICA’S BIRTHDAY OR MÔNICO’S PARTY?”: A FEMININE ETHOS ANALYSIS IN MAURÍCIO DE SOUSA’S HQ</i> Andreia Cristina da SILVA .....	161
A DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA MUDIÁTICA PARA CRIANÇAS E OS FINS DISCURSIVOS <i>THE SCIENTIFIC PUBLICIZING ARTICLES TO THE YOUNG AUDIENCE AND THE DISCURSIVE ENDS</i> Maria Eduarda GIERING .....	181
A CRISE DA REPRESENTAÇÃO E O CONTRATO DE VERIDICÇÃO NO ROMANCE <i>THE CRISIS OF REPRESENTATION AND THE CONTRACT OF VERDICTION IN THE NOVEL</i> José Luiz FIORIN .....	197
<b>RESENHA / REVIEW</b>	
COMO NASCE E POR ONDE SE DESENVOLVE UMA TRADIÇÃO ESCRITA EM SOCIEDADE DE TRADIÇÃO ORAL? <i>WHAT IS THE ORIGIN AND HOW DOES A WRITTEN TRADITION DEVELOP IN ORAL TRADITION SOCIETIES?</i> Cristina Martins FARGETTI .....	219
<b>ÍNDICE DE ASSUNTOS</b> .....	225
<b>SUBJECT INDEX</b> .....	227
<b>ÍNDICE DE AUTORES / AUTHORS INDEX</b> .....	229
<b>NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DOS ORIGINAIS</b> .....	231

## EDITORIAL

Este número, editado a quatro mãos, assinala a consolidação do perfil da *Revista do GEL*: em vista de sua já atestada credibilidade, ela passa a ser mais conhecida, procurada e difundida entre os pesquisadores da área de Letras e Linguística. É, assim, cada vez maior o número de submissões de artigos e resenhas, de alto nível, a este foro. É, além disso, cada vez mais amplo o conjunto de temas aqui debatidos.

Se, por um lado, a elevada quantidade de textos recebidos exige maior empenho dos envolvidos em sua editoração, por outro, parece acenar para a efetiva possibilidade de se produzir um número por semestre, mantido o rigor necessário nos processos de avaliação e seleção de textos.

A diversificação temática, por sua vez, tem permitido organizar subseções de artigos que, mais explicita ou sutilmente, dialogam entre si (seja pelo enfoque teórico, seja pelos materiais analisados); prospectivamente, tem também permitido vislumbrar a possibilidade de se organizarem números temáticos a partir dos artigos espontaneamente enviados à *Revista*.

Estabelecida, a *Revista do GEL* adapta-se a novas exigências: reestrutura sua Comissão Editorial; revisa suas normas, visando à aceleração dos processos de editoração e preparação de originais; renova seu projeto gráfico; inaugura, concomitantemente à publicação em papel, sua tão esperada versão *on line*; reúne, com surpreendentes interconexões, textos de teoria da gramática, semântica formal, análise do discurso, semiótica, linguística aplicada ao ensino, estudos de oralidade e letramento (com especial ênfase sobre o contexto indígena) e tradução, em doze artigos e uma resenha.

As valiosas contribuições de Lamoglia Duarte e Fiorin funcionaram como eixos em torno dos quais foram organizados os trabalhos voltados para a gramática,

de um lado, e para o texto e o discurso, de outro. A meio caminho, operando a transição de um desses domínios mais povoados ao outro, foram dispostas as reflexões mais aplicadas. Estão, assim, delineados três grupos de artigos, complementados pela recensão de uma obra interdisciplinar.

Agradecemos aos componentes da Comissão Editorial – que compreenderam a necessidade de ampliar suas atribuições para que este número fosse publicado – e, de modo muito enfático, aos membros do Conselho Editorial e aos Consultores *ad hoc*, que, sem terem a justa medida do volume total de trabalho, selecionaram bons textos em tempo muito restrito.

O espírito de cooperação e de seriedade que caracteriza o próprio GEL conduziu a um número bastante especial, que temos o prazer de compartilhar com vocês.

*Olga Coelho e Alessandra Del Ré*  
Editoras responsáveis



# O SUJEITO DE REFERÊNCIA INDETERMINADA EM SENTENÇAS INFINITIVAS\*

Maria Eugênia Lamoglia DUARTE<sup>1</sup>

Não há matéria para **se** fazer a tristeza  
Nessa manhã, manhã perfeita  
Se a mão que me deu maio fosse a tua.  
(*Terceto*, Eucanaã Ferraz)

**RESUMO:** Neste artigo apresento uma análise da realização do sujeito de referência indeterminada em sentenças infinitivas com base na língua falada e na escrita padrão do português brasileiro (PB) e europeu (PE), sob a hipótese de que a mudança que atinge as sentenças finitas no PB associada à existência do infinitivo flexionado e à orientação para o discurso levaria à realização expressa do sujeito das infinitivas. Os resultados confirmam a hipótese, mostrando expressivo uso de formas pronominais nominativas para a representação dos sujeitos das sentenças infinitivas no PB oral, enquanto o PB escrito apresenta comportamento quase idêntico ao do PE, que prefere o sujeito nulo em variação com o uso parcimonioso do clítico indefinido *se*, tanto na fala quanto na escrita.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mudança lingüística. Parâmetro do Sujeito Nulo. Sentenças infinitivas. Infinitivo flexionado. Sujeito indeterminado. Língua de Tópico.

## Introdução

Neste artigo apresento uma análise comparativa da realização do sujeito de referência indeterminada (ou arbitrária) nas sentenças infinitivas do portu-

---

\* Esta pesquisa conta com o apoio de uma bolsa PQ CNPq (Processo 350731/99-3). Participaram do levantamento e análise parcial dos resultados as bolsistas de IC Cláudia Isabel Rodrigues da Rocha (CNPq-PIBIC) e Flávia Elisa Cardoso de Souza (CNPq-Balcão).

<sup>1</sup> Departamento de Letras Vernáculas, Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. eugenia@brazilmail.com

guês brasileiro (PB) falado e escrito e do português europeu (PE). A motivação do trabalho é relacionar mudanças atestadas na representação do sujeito de sentenças **infinitivas** no PB à tendência já observada no preenchimento dos sujeitos pronominais em sentenças **finitas**, tanto os de referência definida quanto os de referência arbitrária (confira DUARTE, 1995, para resultados sobre a fala culta, e DUARTE, 2003, para resultados sobre a fala “popular”<sup>2</sup>).

A perspectiva teórica “paramétrica” (TARALLO; KATO, 1989, 2007) que orienta a pesquisa tem permitido interpretar os dados do PB como evidências da mudança na marcação do Parâmetro do Sujeito Nulo (PSN). E, embora a realização fonética de um sujeito de oração infinitiva não seja uma propriedade associada às línguas [-sujeito nulo], como o inglês ou o francês, acredito que o fato de o sistema do português contar com o infinitivo flexionado, associado à remarcação do valor do PSN e à orientação parcial para o discurso (PONTES, 1987; GALVES, 1987, 1998, 2001; KATO, 1989, 1998, 2000; NEGRÃO; VIOTTI, 2000), pode explicar a realização plena do sujeito de referência arbitrária em sentenças infinitivas do PB. Utilizando a perspectiva de estudo da mudança tal qual aparece em Weinreich, Labov e Herzog (1968, 2006), o aparecimento desses sujeitos de infinitivo expressos seria uma evidência do “encaixamento” da mudança, ou seja, um efeito colateral ou subproduto relacionado de maneira não casual a um determinado processo de mudança. Naturalmente, a Teoria de Princípios e Parâmetros nos fornece um caminho para levantar hipóteses e tentar acompanhar esse processo e compreender os efeitos da mudança em progresso. As ocorrências em (1) e (2), atestadas na fala culta carioca (amostra NURC-RJ), ilustram o fenômeno em análise. Observe-se que, enquanto em (1) o sujeito indeterminado de “conseguir” é representado por uma categoria vazia,<sup>3</sup> em (2) temos, além do clítico *se*,<sup>4</sup> diferentes formas pronominais nominativas para veicular a mesma referência indeterminada:

<sup>2</sup> Os adjetivos “culto” e “popular” são aqui usados tão somente para distinguir, respectivamente, a fala de indivíduos com curso universitário completo (no presente caso representados pela amostra NURC-RJ) daqueles sem curso superior (aqui representados pelos falantes que compõem as amostras do Projeto PEUL - Programa de Estudos sobre o Uso da Língua, tendo de 4 a 11 anos de escolaridade).

<sup>3</sup> Optei por representar a categoria vazia sujeito por um zero e o índice *arb* subscrito, que indica a referência arbitrária ou indeterminada do sujeito.

<sup>4</sup> O clítico *se* é aqui tomado como uma forma de representação do sujeito indeterminado, em variação com as formas nominativas *você*, *a gente*, etc. Não interessa ao presente estudo discutir seu estatuto teórico (se vinculado ou não a uma posição vazia de sujeito).

- (1) é muito difícil [ $\emptyset_{arb}$  conseguir uma carga de quarenta horas], você sabe disso, te obriga a ir a vários colégios, deslocamento, passagem
- (2) a. é uma das cidades que tem o melhor, melhor é, padrão de vida, ou seja, uma das melhores cidades do mundo [pra *se* morar]  
b. outro dia eu tive, tive que, expulsar um aluno de sala, realmente é, triste né, [*você* ter que expulsar um aluno de sala]<sup>5</sup>  
c. é muito gostoso [*a gente* analisar isso], é muito bonito.

Para a análise da língua falada são utilizadas, para o PB, 12 entrevistas do Projeto NURC-RJ, gravadas nos anos 90 e, para o PE, entrevistas entre documentador e informante extraídas de Cresti e Moneglia (2005), uma publicação em CD-rom, que apresenta uma variada amostra de línguas românicas faladas na Europa (português, francês, italiano e espanhol). Para tornar a análise comparável aos dados do NURC, foram selecionadas nesta etapa da pesquisa apenas entrevistas com falantes de nível superior de escolaridade, o que nos deixou com uma amostra menor para o PE do que para o PB oral, já que o número de falantes com tal nível de escolaridade era pequeno. A análise da escrita utiliza artigos de opinião e crônicas publicados em jornais de Lisboa, entre os quais o *Público*, *O Diário de Notícias* e *O Expresso*, e em jornais cariocas, *O Globo* e *O Jornal do Brasil*, no período de 2003 a 2007. A metodologia utilizada na codificação e processamento dos dados segue os passos da pesquisa sociolinguística (MOLLICA; BRAGA, 2003; GUY; ZILLES, 2007).

O texto está organizado da seguinte forma: na seção seguinte, faço uma revisão sobre a representação do sujeito de referência arbitrária em sentenças **finitas** na fala e na escrita; na seqüência, apresento uma breve revisão das descrições e recomendações tradicionais sobre a representação do sujeito indeterminado das sentenças **infinitivas** e o que dizem estudos linguísticos recentes sobre a história dessa representação no português. A penúltima seção traz a análise dos resultados para as modalidades oral e escrita, comparando as duas variedades: PE e PB. Ao final, são apresentadas algumas considerações sobre o que dizem os resultados obtidos a respeito da mudança em curso no PB.

---

<sup>5</sup> Só foram consideradas como ocorrências de sujeitos nominativos as formas expressas; entre os sujeitos nulos se encontram ocorrências como (1) acima e ocorrências de uma categoria vazia correferente com uma forma nominativa:

(i) *você*<sub>i</sub> não prejudica os outros, né, pra  $\emptyset_{arb}$ <sub>i</sub> não prejudicar os outros, *você*<sub>i</sub> tem que botar o cara pra fora, né

## Sobre os sujeitos referenciais (definidos e indeterminados) em sentenças finitas

Uma das conseqüências da mudança observada no PB em direção aos sujeitos referenciais definidos foneticamente realizados é a tendência ao uso de sujeitos indeterminados igualmente expressos. Ao contrário das descrições tradicionais, que apresentam formas nulas com a terceira pessoa do plural ou estruturas com *se* para a indeterminação do sujeito, o PB, seja na variedade culta seja popular, prefere formas nominativas, particularmente *você* e *a gente*. Tal preferência, analisada em Kato e Tarallo (1986), é confirmada em inúmeras análises com base em variedades da fala culta (DUARTE, 1995, 2003):

- (3) a. Quando **você** é menor, **você** não dá muito valor. Você acha que criança é só pra encher o saco, né? [...] Na fase que **você** tá na adolescência, **você** tá na praia, vem criança, te joga areia, **você** não vai entender que, pô, isso é da criança. (NURC-RJ, Faixa 1)
- b. **A gente** tem que seguir o que **a gente** sabe e da forma que **a gente** foi criado. (PEUL-RJ, Faixa 2)

A análise de Duarte (1995) aponta o quase desaparecimento do pronome *nós* e do clítico *se*, com pequena resistência na fala dos indivíduos cultos mais velhos. Nas faixas intermediárias e mais jovens, essas formas estão ausentes, sendo substituídas principalmente por *você*. Nota-se, entretanto, nas diferentes faixas etárias e níveis de escolaridade, a ocorrência de uma categoria vazia com interpretação arbitrária, apontada por Kato e Tarallo (1986) e Galves (1987, 1998):

- (4) a. antigamente  $\emptyset_{arb}$  **punha** a mesa pra tomar lanche (NURC-RJ, Faixa 3)
- b. “Herodes tinha razão:  $\emptyset_{arb}$  **tem que matar** as crianças!” a gente odiava criança (NURC-RJ, Faixa 1)
- c.  $\emptyset_{arb}$  **não pode entrar** de sapato;  $\emptyset_{arb}$  **fica** de meia (NURC-RJ, Faixa 1)
- d.  $\emptyset_{arb}$  **desce** até Florianópolis,  $\emptyset_{arb}$  **vai** pro sul...  $\emptyset_{arb}$  **vai** chegar até a cidade de Laguna (NURC-RJ, Faixa 2)

Tal interpretação, segundo Galves, só é possível devido à impossibilidade de interpretar um pronome nulo de referência definida nesses contextos, decorrência do enfraquecimento da concordância no PB.<sup>6</sup> É interessante notar que o uso

<sup>6</sup> Numa sentença como:

- (i) antigamente  $\emptyset$  **punha** a mesa pra tomar lanche  
o sujeito nulo teria referência definida no PE, podendo ser interpretado como eu/ele, ela; para ter interpretação arbitrária, deveria estar associado a um clítico *se*, como:
- (ii) antigamente  $\emptyset_{arb}$  **punha-se** a mesa pra tomar lanche

dessa estrutura é fortemente condicionado à veiculação de significado aspectual (4a), modal (4b,c) e ao discurso de procedimentos (4d), não sendo sua distribuição relacionada a fatores sociais, com ocorrência média de 20% nas diferentes faixas etárias que compõem a amostra de Duarte (1995). Cavalcante (2007) explora os diferentes contextos sintático-semânticos que favorecem essa categoria vazia num estudo da mudança “em tempo real de curta duração” (LABOV, 1994) e aponta leve tendência de aumento na sua ocorrência.

O que dizer dos sujeitos indeterminados em sentenças finitas na escrita? Em uma investigação recente, com base em matérias assinadas e crônicas publicadas em jornais cariocas de ampla circulação, Duarte (2007a) aponta uma curiosa assimetria no que diz respeito à implementação da mudança na modalidade escrita. Enquanto os sujeitos referenciais **definidos** de terceira pessoa se encontram em franca implementação, igualando o índice de 51% de preenchimento encontrado por Barbosa, Duarte e Kato (2005) em entrevistas transcritas em jornais (contra apenas 7% de pronomes expressos no português europeu), a representação do sujeito referencial **indeterminado** se mostra extremamente conservadora e muito próxima do PE oral e escrito: a escola (ou o contato constante com a escrita por parte dos que atuam nos jornais de grandes centros urbanos) consegue recuperar duas formas praticamente extintas da fala: o uso da primeira pessoa do plural (nós), com o pronome preferencialmente nulo (com 45%), e do clítico *se* (36%), as duas estratégias por excelência encontradas para a escrita do século XIX por Cavalcante (1999) e por Duarte e Lopes (2002) em artigos da imprensa carioca e em cartas de leitores e redatores de jornais de diferentes estados brasileiros, respectivamente.

Temos, pois, um quadro bastante diferenciado para fala e escrita no que diz respeito à forma dos sujeitos indeterminados das sentenças finitas. E, mesmo considerando a possibilidade de um sujeito nulo arbitrário sem marcas, como mostram os exemplos em (4), uma coisa é certa: em diferentes amostras da fala brasileira urbana prevalece o uso, em torno de 70%, de uma forma nominativa expressa para representar os sujeitos indeterminados. Diante de tais resultados e considerando a possibilidade de o infinitivo exibir marcas flexionais de número e pessoa, o que se poderia esperar da posição sujeito nas orações infinitivas? Que elas apresentem um sujeito lexical com “as mesmas possibilidades interpretativas” das sentenças finitas, como ressalta Figueiredo Silva (1996, p.141).

Daí a hipótese que orienta a presente análise: o infinitivo flexionado, disponível no português, associado à tendência a realizar foneticamente o sujeito prono-

minimal referencial certamente será um fator a permitir a implementação dessa mudança nas sentenças infinitivas do PB oral. A escrita, a julgar pelos resultados obtidos para as sentenças finitas, deve se mostrar mais conservadora, aproximando-se dos padrões europeus.

## Sobre o sujeito indeterminado nas sentenças infinitivas – norma e um pouco de história

Dentro da tradição gramatical, há unanimidade entre os gramáticos quanto ao fato de que o verbo no infinitivo impessoal “não faz referência a qualquer sujeito, exprime a ação de modo vago, à maneira do substantivo” (BECHARA, 1999, p.244), “não tem sujeito, porque não se refere a uma pessoa gramatical” (CUNHA; CINTRA, 2001, p.484-486), em oposição ao infinitivo pessoal, que tem sujeito próprio e pode ou não flexionar-se. Entre os exemplos fornecidos pelos últimos para ilustrar o infinitivo impessoal estão:

- (5) a. *Amar* os homens é sempre uma alegria dolorosa.  
b. Há decisões fáceis de *manter*, lembranças difíceis de *afastar*.

Um exame da estrutura argumental dos verbos *amar*, *manter* e *afastar* nos exemplos acima revela que cada infinitivo não flexionado seleciona um argumento externo e um interno e que o argumento externo, que realiza a função de sujeito gramatical dessas orações, está indeterminado (x amar os homens, x manter decisões, x afastar lembranças):

- (6) a.  $\emptyset_{arb}$  *Amar* os homens é sempre uma alegria dolorosa.  
b. Há decisões<sub>i</sub> fáceis de  $\emptyset_{arb}$  *manter*  $\emptyset_i$ , lembranças<sub>k</sub> difíceis de  $\emptyset_{arb}$  *afastar*  $\emptyset_k$

Nas demais gramáticas, um sujeito indeterminado só apareceria com o infinitivo flexionado na terceira pessoa do plural, tal como ocorre em (7):

- (7) a. Foi então que ouvi [*baterem* na porta.] (CUNHA, 1978, p.333)  
a'. Foi então que ouvi [ $\emptyset_{arb}$  *baterem* na porta.]

Pelo exemplo acima, vê-se que, apenas na presença de uma desinência mais saliente, os gramáticos atentam para o fato de haver um sujeito nulo de referência

indeterminada. Há, pois, uma relação direta na tradição gramatical entre infinitivo impessoal e “inexistência” de sujeito e infinitivo pessoal e “existência” de sujeito. Essa noção explica, sem dúvida, o fato de nossos gramáticos ignorarem completamente, em suas descrições, a possibilidade de usar o clítico *se* junto aos infinitivos. Um deles, entretanto, Napoleão Mendes de Almeida (1969, p.203-204 e 207-208), aponta tal uso com o objetivo de condená-lo veementemente, considerando-o “êrrro pernicioso e cada vez mais encontradicho em nossa literatura”, uma “inutilidade”, “sem nenhum valor semântico ou sintático”. Responsável por 1.200 artigos, publicados entre 1936 e 1953, no *O Estado de S. Paulo*, em uma coluna intitulada “Questões Vernáculas”, o gramático afirma que encontrava exemplos “diários e em abundância, de emprego errado do *se*”, um indício de que tal uso fazia parte da gramática dos colaboradores dos jornais e de outros veículos de comunicação.

A argumentação do gramático contra o uso de *se* junto do infinitivo é realmente interessante. Tanto ao tratar da função *passiva* quanto da *impessoal* do pronome *se*, nota-se que o autor confunde a função de sujeito oracional com a de sujeito do verbo no infinitivo. Por exemplo, em “Convém notar-*se* que êle errou”, justifica a inutilidade do *se* com o argumento de que o sujeito de “convém” é “notar que ele errou”. Ele não faz qualquer menção, porém, ao sujeito indeterminado de “notar”, o verbo da oração subordinada (quem nota?).<sup>7</sup> Os protestos do gramático são, sem dúvida, um indício de que o uso de *se* em variação com o sujeito nulo indeterminado de infinitivos era freqüente. O que levaria a tal uso?

Devemos a Nunes (1990, p.13), em sua pesquisa sobre o *se apassivador/indeterminador*, o fato de ter chamado a atenção para esse uso em textos do século XIX:

(8) Nunca pude me conformar com a idéia de *se* matar um homem a sangue frio. (carta, 1894)

Note-se que, no exemplo de Nunes (1990), o uso de *se* parece garantir uma interpretação arbitrária ao argumento externo de “matar”. Sua ausência poderia

<sup>7</sup> A posição de Napoleão Mendes de Almeida, frontalmente contrária a tal uso, é resgatada e compartilhada por “consultores gramaticais” que assinam colunas em jornais e até mesmo revistas especializadas em Língua Portuguesa, um dos quais é o jornalista Josué Machado (apud NUNES, 1990, p.116), que, em 1989, chegou a batizar esse *se*, ironicamente, como *Se-Sarney*, “muito em evidência, mas sem função ou utilidade”, refletindo uma opinião política da época.

levar a uma indesejada correferência com o sujeito de primeira pessoa da oração principal.<sup>8</sup>

A ocorrência da “inserção” (nos termos de Nunes) do *se* junto a infinitivos é confirmada na análise de Cavalcante (1999) com base em editoriais, textos de opinião e crônicas publicados no Rio de Janeiro entre 1848 e 1998, em percentuais que variam de 24% sobre o total de ocorrências no primeiro período analisado (entre 1848 e 1869) e 13% no período mais recente (entre 1996 e 1998). Estaria essa redução ao longo do século XIX e XX ligada às prescrições normativas que condenavam tal uso? Um aspecto interessante observado por Cavalcante é o uso de *se nominativo* em variação com *se passivo*, ou seja, o infinitivo não flexionado ocorre em variação com o infinitivo flexionado, o que se evidencia pela concordância entre o infinitivo e o argumento interno, na construção passiva, como mostram os exemplos em (9a,b), respectivamente:

- (9) a. O acesso ao universo de informações que circula nas grandes redes é essencial para ***se tomar decisões rápidas***. (ex. 179 de CAVALCANTE, 1999, p.93)
- b. ...comissões supervisoras criadas com o objetivo de ***se evitarem erros cometidos no passado***. (ex. 181 de CAVALCANTE, 1999, p.93)

Um aspecto estrutural apontado pela autora é o fato de o uso de *se* ser favorecido pela presença de uma preposição introduzindo a oração infinitiva, uma restrição confirmada por Duarte (2002) e Duarte e Lopes (2002), examinando, respectivamente, anúncios e cartas publicados em jornais brasileiros do século XIX. A presença de *se* com infinitivo era de fato comum, chegando a concorrer de perto com uma posição vazia em certos estados brasileiros.<sup>9</sup> Vejam-se os exemplos de Duarte e Lopes (2002, p.162) em (10):

- (10) a. É preciso ***ser-se*** muito injusto para ***dizer-se*** o que acabo de ler [...] Lembre-se o Sr. Dr. T. da Costa que um phylósofo de reputação diz que para ***criticar-se***, é preciso pelo menos ***saber-se*** tanto como a pessoa a que se dirige a crítica. (*Gazeta Médica do Rio de Janeiro*, 01/01/1864)

<sup>8</sup> Galves (1987, p.40) já apontava que a presença de *se* nas construções “difícil”, como “O João é difícil de se pagar [...]”, assegura uma interpretação arbitrária do sujeito, “bloqueando” sua leitura correferencial com o antecedente.

<sup>9</sup> As autoras utilizam anúncios e cartas de leitores e redatores recolhidos pelo Projeto PHPB – Para a História do Português Brasileiro, em sete estados: Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, e publicados em Guedes e Berlinck (2000) e Barbosa e Lopes (2006).



- b. Mas também, é tão cômodo: Ø<sub>arb</sub> **poder estabelecer-se** negócio sem capital; Ø<sub>arb</sub> **conseguir ganhar** muito e Ø<sub>arb</sub> **gastar** pouco, e finalmente Ø<sub>arb</sub> **proceder** ilegalmente e nada Ø<sub>arb</sub> **soffrer?! (Echo Social, RJ, 08/03/1879)**

Apesar de serem notadas ocorrências de *se* em sentenças não regidas de preposição, como mostram duas ocorrências em (10a) acima, a análise confirmou o favorecimento dos contextos preposicionados no uso de *se*, sendo ainda atestada a variação entre *se* nominativo e *se* passivo, ilustrados, respectivamente em (11a) e (11b):

- (11) a. (...) muito principalmente hoje que a desenfreada licença de Ø<sub>arb</sub> escrever tem chegado ao ponto de ***se não respeitar nem mesmo as cousas mais sagradas*** [...] (*Diário de Pernambuco, PE, 1847*)
- b. Porem, se há conveniência de Ø<sub>arb</sub> revolver as lavas apenas extintas do passado [...], afim de ***não confundirem-se as parcialidades***, seja-nos permitido dizer [...] (*O Dezenove de Dezembro, PR, 1855*)

Ora, a explicação para a implicância dos gramáticos em relação a essa estrutura, fato trazido ao debate pelo trabalho de Nunes (1990), não tem qualquer fundamento na norma culta praticada no Brasil do século XIX e nem na do século XX. Naturalmente, longe de ser um elemento “sem qualquer utilidade”, o usuário da língua tinha à sua disposição uma forma de expressar ou assegurar a interpretação indeterminada de um argumento da sentença, cuja função é claramente a de um *se* indeterminador/apassivador.

Seria esse *se* de fato uma inovação brasileira do século XIX? Estaria a redução nos índices de sua ocorrência ao longo do século XX, mostrada pela análise diacrônica de Cavalcante (1999), ligada a essa pressão normativa exercida por gramáticos, como Napoleão Mendes de Almeida e seus seguidores, que rejeitavam ou ignoravam tal estrutura? A resposta para essas perguntas é oferecida pela análise diacrônica em tempo real de “longa duração” que Cavalcante (2006) nos oferece: a construção com *se*+infinitivo **não** é uma inovação do português brasileiro do século XIX como se pensava. Pelo contrário: a construção é atestada no Português Clássico (séculos XVI, XVII e XVIII), alcançando nos dois primeiros séculos expressivo índice de ocorrência: 20%. Esse índice cai para 9% na amostra do Português Europeu Moderno (PEM – séc. XIX), mantendo-se estável no Português Europeu Contemporâneo. Essa redução é eloquente. À medida que o PEM se encaminha para uma redução nesse uso, por razões ainda não desvendadas, a

norma no Brasil, na tentativa de se espelhar na lusitana, segue de perto esse uso parcimonioso e por isso mesmo mais saliente aos “olhos” e “ouvidos” dos gramáticos. Explica-se assim a rejeição dos nossos gramáticos a esse uso e tem-se mais uma evidência da “mudança da norma” no Brasil em direção à norma lusitana na virada do século XIX, apontada por Pagotto (1998).

## O que dizem os resultados da análise sincrônica da fala e escrita

A tabela 1 a seguir mostra a distribuição dos dados obtidos para as duas modalidades:

**Tabela 1: Distribuição dos dados segundo a representação do sujeito**

Modalidade	Fala		Escrita	
	PE	PB	PE	PB
Nulo	68 (91%)	156 (78%)	133 (94%)	133 (90%)
Se	6 (8 %)	3 (1,5%)	9 (6%)	10 (7%)
A gente	1 (1 %)	4 (2%)	---	1 (1,5%)
Você	---	37 (18,5%)	---	1 (1,5%)
Total	75 (100%)	200 (100%)	142 (100%)	147 (100%)

Um exame dos percentuais na tabela já nos permite uma interessante constatação: PE e PB escritos não se distinguem em termos quantitativos, atingindo índices praticamente idênticos de sujeitos nulos e de *se* indefinido (apassivador/indeterminador). Além disso, o uso de *se* é bastante parcimonioso na escrita: 6% no PE e 7% no PB, índices praticamente idênticos aos que Cavalcante (2006) encontra para o português europeu moderno e contemporâneo.<sup>10</sup> Veremos mais adiante o que parece motivar esse uso.

<sup>10</sup> Confira também a esse respeito Cavalcante e Duarte (2008).

Na modalidade oral, entretanto, vemos diferenças significativas. O PE apresenta um índice de 91% de sujeitos nulos, estando muitíssimo próximo do PE escrito: uso absolutamente predominante do sujeito nulo, uso parcimonioso de *se* e uma única ocorrência de *a gente* (cujo estatuto pronominal no PE é duvidoso). O PB oral, ao contrário, mostra uma redução no índice de sujeitos nulos, chegando a 78%; ou seja, o índice de sujeitos expressos atinge 22%. O PE, portanto, destacando-se o uso do pronome *você* (18,5%), tal como ocorre nas sentenças finitas, seguido bem de longe pelos pronomes *a gente* (2%) e *se* (1,5%).

## Uma análise qualitativa dos dados da fala

Os exemplos em (12) abaixo sugerem que o uso de *se* em variação com o sujeito nulo não parece ter uma motivação funcional, como, por exemplo, garantir a interpretação arbitrária do sujeito, tanto no PE quanto no PB falados:

- (12) a. a nora desses amigos da Manuela levou-nos a conhecer Brasília inteira que também é muito fácil  $\emptyset_{arb}$  *conhecer* porque aquilo é tudo tão organizadinho que basta  $\emptyset_{arb}$  *conhecer* um fragmento para *se perceber* bem como é que funciona tudo (PE oral)
- b. é uma das cidades que tem o melhor, melhor é, padrão de vida, ou seja uma das melhores cidades do mundo pra *se morar* (PB oral)
- c. pra  $\emptyset_{arb}$  *morar*, eu acho um bairro legal, tem determinadas ruas, agradáveis, apesar de eu morar em plena Conde de Bonfim (PB oral)

Em que pese o número reduzido de dados com *se*, pode-se dizer que em nenhum exemplo tal uso teve motivação funcional, ou seja, a supressão de *se* não impediria a interpretação arbitrária do sujeito. Nota-se, entretanto, uma motivação estrutural: os três únicos dados do PB e quatro dos seis do PE exibem uma preposição, especialmente *para*, como mostram os dados em (12) acima. Apenas duas das ocorrências do PE exibem o *se* em orações subordinadas não regidas de preposição: uma completiva de verbo e uma subjetiva, como mostra (13):

- (13) a. toda a gente que vai àquela zona aconselha [conhecer-*se* Olinda] (PE oral)
- b. era preciso [viver-*se* muito bem] (PE oral)

Quanto ao uso de *a gente*, em índices modestos, nota-se que o pronome aparece em orações subjetivas articuladas com predicadores adjetivais:

- (14) a. portanto se calhar melhor [*a gente* saber tudo] porque se faz tudo na mesma (PE oral)  
b. é muito gostoso [*a gente* analisar isso], é muito bonito. (PB oral)

Finalmente, no que diz respeito ao uso de *você*, um fator extralingüístico e um lingüístico se destacam: (a) o uso de *você* é muito mais freqüente na fala do grupo mais jovem (entre 25 e 35 anos), responsável por 24 das 37 ocorrências; (b) a inserção de *você* é preferencial, embora não exclusiva, em contextos não regidos de preposição, tal como o uso de *a gente*, um fato que já o distingue do uso de *se*. De fato, 26 das 37 ocorrências (ou 70%) ocorrem em subordinadas subjetivas pospostas (completivas de predicadores verbais, nominais e adjetivais), como em (15), subjetivas antepostas (completivas de predicadores verbais e nominais), como em (16), e objetivas diretas, ilustradas em (17):

- (15) a. por isso que eu digo, não adianta [*você* fazer o pré-vestibular] se você não tiver uma base (PB oral)  
b. realmente dá uma certa revolta [*você* ter que ter passado por uma situação dessas] (PB oral)  
c. é triste, né, [*você* ter que expulsar um aluno de sala] (PB oral)  
d. eu acho que sensual é [*você* colocar uma coisa provocante, uma roupa que insinua], né? (PB oral)
- (16) a. [*você* ter qualquer profissão da área tecnológica] te paga melhor que o magistério (PB oral)  
b. [*você* chegar depois de dez horas] era um, um medo só, né? (PB oral)
- (17) pô, imagina [*você* brigar] e ter que dormir junto com a pessoa, olhando pra cara da pessoa, aí acordar no dia seguintes, um não 'tá a fim de falar com o outro e, 'tá na mesma casa, sabe, tomando café juntos, não sei, mas eu acho que é uma coisa nova (PB oral)

Observam-se ainda sentenças infinitivas aparentemente não articuladas a uma principal:

- (18) a. e, engraçado que, por exemplo, nesse castelo, você andava, aí você, como ele era todo de madeira, [*você* ir andando] e o, aquele barulho de madeira rangendo né? (PB oral)  
b. mas tinha uma disciplina muito grande, [*você* ter que baixar a cabeça, aquele negócio, né] (PB oral)

Entre as 11 sentenças regidas de preposição, predominam as completivas nominais canônicas ou completivas do verbo modal “dar”, nas construções “dar pra”:

- (19) a. porque essa questão [de *você* ter que hastear bandeira...] (PB oral)  
b. o Rio de Janeiro é uma cidade adorável [pra *você* bater perna], né? (PB oral)
- (20) as casas era muito generosas de espaço, dava [pra *você* fazer festas], né, dava [pra *você* reunir em grandes almoços] (PB oral)

Nas completivas de predicadores adjetivais como *difícil*, nota-se o uso variável de preposição:

- (21) a. fica difícil [de *você* administrar isso] mas existe né? (PB oral)  
b. agora, também é difícil [*você* ir contra, vamos dizer assim, a maré] né? (PB oral)

Exemplos como os ilustrados acima com *você* ainda encontram concorrência forte em estruturas com o sujeito nulo, mas, como mostram os dados em (21), um sujeito nulo de infinitivo está geralmente controlado por um *você* indeterminador na oração principal:

- (22) a. mas, tinha uma disciplina muito grande, *você* ter que abaixar cabeça, aquele negócio de, né, [pra  $\emptyset_{arb}$  *sair*] ter que ficar quietinho, pra sair antes (PB oral)  
b. você não prejudica os outros, né, [pra  $\emptyset_{arb}$  não *prejudicar* os outros] *você* tem que botar o cara pra fora, né (PB oral)  
c. *você* vai ali [pra  $\emptyset_{arb}$  *assistir* uma aula] mas o professor não, não ensina nada (PB oral)

ou é resultante do alçamento de um sujeito indeterminado:

- (23) e hoje em dia *você* sem carro fica muito difícil [pra  $\emptyset_{arb}$  poder sair] (PB oral)  
(e hoje em dia fica muito difícil [pra você poder sair sem carro])

Além disso, nota-se uma forte tendência a evitar uma posição de sujeito vazia quando este se encontra em início absoluto e em contextos não regidos de preposição. Estruturas como as ilustradas em (16) acima só aparecem com a posição de sujeito vazia na fala dos indivíduos mais velhos:

- (24) [ $\emptyset_{arb}$  *praticar* um esporte], não deixa de ser um divertimento, né, então isso depende muito de gerações (PB oral)

Veremos na seção final que os resultados aqui apresentados constituem importante evidência do “encaixamento” da mudança na representação do sujeito pronominal.

## Uma análise qualitativa dos dados da escrita

Da mesma forma que se observou nos dados da fala, a alternância entre um sujeito nulo e um clítico *se* não parece ser funcionalmente condicionada na escrita, como mostram os exemplos de PE e PB em (24) e (25):

- (25) a. [Para  $\emptyset_{arb}$  *ver* o ânulo] é preciso [ $\emptyset_{arb}$  *estar* numa estreita faixa de centralidade] que atravessa o norte de Portugal Continental, vinda da Galiza. (PE escrito)  
b. É preciso [*estar-se* muito imerso na vida terrena] [para não *se ter* reparado ainda] no que se tem passado na vida celestial. (PE escrito)
- (26) a. Em SP, [talvez para não *se ver* a cidade], há muita coisa [para *se ver*]. No Rio, o que há de sobra [para  $\emptyset_{arb}$  *ver*] é a paisagem. (PB escrito)  
b. É preciso [ $\emptyset_{arb}$  *esclarecer*] que, no país natal de Ratzinger, todos os pastores, católicos e protestantes, são funcionários do Estado, ou seja, remunerados com dinheiro público. (PB escrito)

No entanto, ao contrário do que se observou na modalidade oral, em cinco dos nove dados do PE escrito, e em três dos 10 dados do PB, o uso de *se* previne uma leitura correferencial com um antecedente, garantindo uma interpretação indeterminada do sujeito, como mostram, respectivamente (26) e (27):

- (27) a. Uma certeza é a de que, além dos visados, o CDS (que veio afirmar, precipitadamente, [*estar-se* «perante um equívoco»]) e o grupo do BES não saem nada bem deste processo. (PE escrito)  
b. Se Cabo Verde tem dado passos largos, gigantescos em alguns casos diria, rumo ao desenvolvimento, é legítimo a meu ver [*questionar-se*] se esse desenvolvimento poderá vir a ser de facto sustentável, sem que haja um envolvimento sério e descomplexado nesse processo dos membros mais qualificados da sua diáspora. (PE escrito)
- (28) a. Foi preciso a imprensa entrar na história [para *se saber*] o quanto são freqüentes os quase-acidentes aéreos. (PB escrito)  
b. O senhor teve toda razão ao insistir com Nosso Guia na necessidade [de *se demitir* “o grande irmão”]. (PE escrito)

Um sujeito nulo em (26a, b) levaria à interpretação do sujeito como definido, coindexado com “CDS” e “eu”, respectivamente. Da mesma forma, em (27a, b), o sujeito poderia ser coindexado com “a imprensa”, “Nosso Guia”. Isso, entretanto, não é um procedimento categórico, podendo-se encontrar um *se* aparentemente não motivado funcionalmente:

- (29) a. É tempo [de *se perceber*] que a Igreja tem de evoluir de acordo com o que pensam e sentem os católicos (PE escrito)  
b. Como, portanto, [*criar-se* um órgão] que, sem ter as prerrogativas do Judiciário, a ele se sobreponha? De que natureza será esse órgão? Ou será mais um poder da União? (PB escrito)

A presença/ausência de preposição *se* mostra pouco atuante no PE, que exige quatro dados com *se* em contextos sem preposição e cinco com preposição. Para o PB, a presença de preposição *se* mostra mais atuante no favorecimento de *se*. Em apenas dois dos dez casos, temos contextos sem preposição, um dos quais é ilustrado acima em (28b) acima. No outro caso de ausência de contexto não regido de preposição, temos a única ocorrência de concordância entre verbo e argumento interno, uma construção passiva (ou *se* passivo):

- (30) Já é comum [*escreverem-se* ensaios polissilábicos] (PB escrito)

O único outro dado da amostra com um argumento interno igualmente no plural exige a construção ativa (ou *se* nominativo):

- (31) De lá para cá, fracassada a teoria de Cesare Lombrose, a necessidade [de *se esquadrinhar* com antecipação os futuros bandidos] fez com que a galeria dos potenciais malvados crescesse (PB escrito)

Passemos a uma interpretação mais geral dos resultados.

## **O que sugerem os resultados**

A análise aqui apresentada sugere que, no português europeu, fala e escrita estão muito próximas em relação às infinitivas (como mostram o estudo de Cavalcante (2006) e outros estudos em relação a diferentes fenômenos morfossintáticos) e confirma o caráter conservador da escrita padrão brasileira, que espelha,

pelo menos em termos quantitativos, a norma lusitana: preferência pelo sujeito nulo nas infinitivas, uso parcimonioso de *se*, utilizado como uma estratégia marginal, algumas vezes para garantir uma interpretação arbitrária do sujeito.

É nos resultados da amostra de língua oral que encontramos os efeitos da mudança em curso na gramática do português brasileiro. E a escolha do pronome *você* para realizar foneticamente essa posição, além de ser coerente com um sistema que rejeita o uso do clítico *se* (lembre-mos de que esse clítico está praticamente ausente das sentenças finitas para expressar a indeterminação de um argumento), permite o preenchimento do sujeito dos infinitivos em posição inicial:

(32) [*você* tomar um picolé] e jogar papel no chão é um péssimo hábito que a gente tem (PB oral)

O uso de *você* permite ainda a co-ocorrência com o *se* reflexivo (ainda resistente em algumas variedades regionais do Brasil), impossível com o uso de *se* apassivador/indeterminador, como mostram (32) e (33):

(33) a. Lugares para  $\emptyset_{arb}$  comer bem  
b. Lugares para *se* comer bem  
c. Lugares para *você* comer bem

(34) a. Lugares para  $\emptyset_{arb}$  *se* divertir  
b. \*Lugares para *se* se divertir  
c. Lugares para *você* se divertir

Enfim, o uso de *você* indeterminador se dá em numa posição em que a ordem Sujeito Verbo e não sofre qualquer tipo de restrição estrutural.

Quanto ao uso de *se* na escrita, pode-se esperar que, por se tratar de uma forma de prestígio, preservada pela norma escrita padrão para a indeterminação em sentenças finitas, seu uso venha a aumentar nas sentenças infinitivas, satisfazendo a tendência de representar foneticamente (graficamente) o sujeito, fruto da mudança gramatical, sem perder a “formalidade” que a escrita à lusitana exige. Assim, o usuário vai superando a proibição de utilizar um *se* “sem utilidade” (vejam-se os textos acadêmicos recentes) e, em vez de optar por um sujeito nulo, como em (34a), ou utilizar um *se*, por demais “informal”, lança mão do clítico, seja como indeterminador (34b) seja apassivador, como mostrou o exemplo (29) acima, aqui repetido em (34c):



- (35) a. Já é comum [ $\emptyset_{arb}$  escrever ensaios polissilábicos].  
b. Já é comum [escrever-se ensaios polissilábicos].  
c. Já é comum [escreverem-se ensaios polissilábicos]. (PB escrito)

Evidência de que essa nova gramática do PB requer um sujeito indeterminado expresso está no título da redação da prova do ENEM, apresentado em (35)

- (36) “O desafio de *se conviver* com a diferença”. (*Título da redação do Exame Nacional do Ensino Médio – 2007*)

Certamente o uso de *se* deixa clara para o aluno a referência indeterminada do sujeito de “conviver”. Entretanto, num sistema de sujeito nulo uma possível ambigüidade não se colocaria. Essa possível ambigüidade já é sem dúvida a existência de uma estrutura que exige a realização fonética do sujeito. O mesmo efeito da mudança em curso pode ser ilustrado com o primeiro verso do terceto que aparece em epígrafe a este artigo. O autor (FERRAZ, 2008) me perguntou se poderia usar este *se* tão condenado pelos vigilantes da gramática ou se deveria deixar o verso sem ele. Quando lhe perguntei qual tinha sido sua primeira escolha, o poeta me disse: “Com *se*”. E à minha pergunta: “Por quê?”, ele respondeu: “Sem o *se* poderia parecer que o sujeito era *eu*.”

Enquanto isso, a lenta implementação de formas da fala na escrita padrão se dá de maneira quase imperceptível, abrindo um difícil caminho por gêneros mais informais, aqui representados pelas crônicas, como se vê nos únicos exemplos encontrados na amostra:

- (37) a. Não adianta [*você* começar uma vida nova longe de casa]. (PB escrito)  
b. A orientação é [para *a gente* trocar o disco]. (PB escrito)

Para concluir, podemos dizer que a implementação de formas nominativas, particularmente a do pronome *você*, na posição de sujeito arbitrário dos infinitivos, é efeito de um novo padrão sentencial que se instalou na gramática do PB (KATO; DUARTE, 2003) e que tem sua origem numa mudança mais profunda, trazendo uma instigante novidade para o estudo da mudança e para a própria caracterização dos feixes de propriedades do Parâmetro do Sujeito Nulo. Não parece haver, nas línguas ocidentais, relato de expressão de um sujeito arbitrário de infinitivo. Estamos diante de reflexos inesperados de uma mudança gramatical, mas não se trata de um fenômeno que se possa atribuir ao acaso. E é nesse sentido que

o modelo de mudança proposto em Weinreich, Labov e Herzog (2006) é insistente na discussão do problema do “encaixamento”: cabe ao pesquisador investigar a que outras mudanças um determinado traço novo no sistema está relacionado.

Aos que acompanham a mudança na representação do sujeito pronominal é impossível deixar de relacionar esse novo padrão à própria mudança associada à possibilidade do infinitivo flexionado e à orientação para o discurso, características do PB. Os dados revelados desde inícios dos anos 80 por Pontes (1987), chamando a atenção para um conjunto de construções de tópico, e estudos teóricos e empíricos subsequentes, relacionando essas construções à mudança na marcação do Parâmetro do Sujeito Nulo,<sup>11</sup> ajudam a entender por que o PB, nesse processo de mudança, foge do que se esperaria de um sistema “bem comportando” no que diz respeito às propriedades do Parâmetro. O PB, ao contrário do francês no passado (VANCE, 1989) e do espanhol da República Dominicana no presente (TORIBIO, 1996), não desenvolveu um expletivo lexical como esses dois sistemas (*il semble que, ello parece que...*). E por que esse comportamento? A resposta estaria no fato de que línguas com orientação para o discurso não têm elementos lexicais sem conteúdo semântico, como os expletivos lexicais (LI; THOMPSON, 1976). Daí o PB lançar mão de alçamento de constituintes referenciais para a posição disponível de sujeito nas construções com verbos impessoais (DUARTE, 2004, 2007b).

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. Arbitrary subjects in infinitival clauses. **Revista do Gel**, São Paulo, v.5, n.1, p. 9-30, 2008.

**ABSTRACT:** *This article analyzes the representation of arbitrary subjects in infinitival sentences in spoken and written Brazilian and European Portuguese (EP), under the hypothesis that the change affecting finite sentences in Brazilian Portuguese (BP) associated with the existence of the inflected infinitive and the discourse orientation would trigger the phonological expression of the subject in infinitival sentences. The results confirm our hypothesis, showing a remarkable use of nominative pronominal forms to represent arbitrary subjects of infinitival sentences in BP, whereas written language behaves similarly to EP, which prefers null subjects in variation with a parsimonious use of indefinite clitic “se”, in speech as well as in writing.*

**KEYWORDS:** *Linguistic change. Null Subject Parameter. Infinitival sentences. Inflected infinitive. Arbitrary subject. Discourse oriented language.*

---

<sup>11</sup> Além dos já citados, veja-se Orsini e Vasco (2007).

## Referências

- ALMEIDA, N. M. de. **Gramática metódica da língua portuguesa**. 22.ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 1969.
- BARBOSA, A.; LOPES, C. (Org.). **Críticas, queixumes e bajulações na imprensa brasileira do século XIX**. Rio de Janeiro: In-Fólio. 2006.
- BARBOSA, P.; DUARTE, M. E.; KATO, M. A. Null subjects in European and Brazilian Portuguese. **Journal of Portuguese Linguistics**, Lisboa, v. 4, p.11-52, 2005.
- BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37.ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna. 1999.
- CAVALCANTE, S. R. de O. O sujeito nulo de referência indeterminada na fala culta carioca. **Diadorim: Revista de Estudos Lingüísticos e Literários**. Rio de Janeiro, v.2, p.63-82, 2007.
- \_\_\_\_\_. **O uso de se com infinitivo na história do português**.2006. Tese (Doutorado em Lingüística) – Unicamp, Campinas, 2006.
- \_\_\_\_\_. **A indeterminação do sujeito na escrita padrão: a imprensa carioca nos séculos XIX e XX**.1999. Dissertação (Mestrado em letras Vernáculas) – UFRJ, Rio de Janeiro, 1999.
- CAVALCANTE, S. R. de O.; DUARTE, M. E. L. **The subject position in Brazilian Portuguese: the embedding of a syntactic change**. Philadelphia: University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics. (2008). No prelo.
- CRESTI, Emanuela; MONEGLIA, Massimo. (Ed.). **C-ORAL-ROM – Integrated Reference Corpora for Spoken Romance Languages**. Amsterdam: Jonh Benjamins. 2005. (Studies in Corpus Linguistics, v.15).
- CUNHA, C. F. da. **Gramática do português contemporâneo de acordo com a Norma Gramatical Brasileira**. 7.ed. rev. Belo Horizonte: B. Álvares, 1978.
- CUNHA, C. F. da; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- DUARTE, M. E. L. Sujeitos de referência definida e arbitrária: aspectos conservadores e inovadores na fala e na escrita padrão. **Lingüística: Revista do Programa de Pós-graduação em Lingüística**, Rio de Janeiro, v.3, n.1., p.89-115, 2007a.
- \_\_\_\_\_. Sobre outros frutos de um projeto herético: o sujeito expletivo e as construções de alçamento. In: CASTILHO, A.; TORRES MORAIS; M. A.; LOPES, R.; CYRINO, S. (Org.).

**Descrição, história e aquisição do português brasileiro.** Campinas: Pontes, 2007b. p.35-48.

\_\_\_\_\_. On the embedding of a syntactic change. In: International Conference on Language Variation in English, 2., 2004, Uppsala, Sweden. **Language Variation in Europe: papers from ICLaVE2.** Uppsala, Sweden: Universitetsstryckeriet, 2004. p.45-155.

\_\_\_\_\_. A evolução na representação do sujeito pronominal em dois tempos. In: PAIVA, M. da C.; DUARTE, M. E. L. (Org.). **Mudança lingüística em tempo real.** Rio de Janeiro: Contra Capa: Faperj, 2003. p.115-128.

\_\_\_\_\_. Construções com se apassivador e indeterminador em anúncios do século XIX. In: ALKMIN, T. M. (Org.). **Para a história do português brasileiro: novos estudos.** São Paulo: Humanitas. 2002. v.3, p.155-176.

\_\_\_\_\_. **A perda do princípio “Evite Pronome” no português brasileiro.** 1995. Tese (Doutorado em Lingüística) – Unicamp, Campinas, 1995.

DUARTE, M. E. L.; LOPES, C. Realizaram, realizou-se ou realizamos...? as formas de indeterminação do sujeito em cartas de jornais no século XIX. In: DUARTE, M. E. L.; CALLOU, D. (Org.). **Para a história do português brasileiro: notícias de corpora e outros estudos.** Rio de Janeiro: In-Fólio, 2002. p.155-165. v.4.

FERRAZ, E. **Cinemateca.** Rio de Janeiro: Companhia das Letras. 2008.

GALVES, C. **Ensaio sobre as gramáticas do português.** Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

\_\_\_\_\_. A gramática do português Brasileiro. **Línguas e instrumentos lingüísticos,** Campinas, v.1, p.79-96, 1998.

\_\_\_\_\_. A Sintaxe do português brasileiro. **Ensaio de Lingüística,** Belo Horizonte, v.13, p.31-50, 1987.

GUEDES, M.; BERLINCK, R. de A. (Org.). **E os preços eram commodos....** São Paulo: Humanitas, 2000.

GUY, G.; ZILLES, A. M. S. **Sociolingüística quantitativa: instrumental de análise.** São Paulo: Parábola, 2007.

KATO, M. A. The partial pro-drop nature and the restricted VS order in Brazilian Portuguese. In: KATO, M. A.; NEGRÃO, E. V. (Ed.). **Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter.** Frankfurt: Vervuert-Iberoamericana, 2000. p.223-258.

\_\_\_\_\_. Tópicos como predicados alçados. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, Campinas, v.34, p.67-76, 1998.

\_\_\_\_\_. Tópico e sujeito: duas categorias em sintaxe? **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, Campinas, v.17, p.109-132, 1989.

KATO, M. A.; DUARTE, M. E. L. Semantic and phonological constraints on the distribution of null subjects in Brazilian Portuguese. Comunicação apresentada no **NWAV32**, Philadelphia, USA. 2003.

KATO, M. A.; TARALLO, F. Anything YOU can do in Brazilian Portuguese. In: JAEGGLI, O.; SILVA-CORVALAN, C. (Ed.). **Studies in romance linguistics**. Dordrecht: Foris, 1986. p.343-358.

LABOV, W. **Principles of linguistic change: internal factors**. Oxford: Blackwell, 1994.

LI, C-N.; THOMPSON, S. Subject and topic: a new typology of language. In: LI, C-N (Ed.). **Subject and topic**. New York: Academic Press, 1976. p.457-489.

MOLLICA, C.; BRAGA, M. L. **Introdução à sociolingüística**. São Paulo: Contexto, 2003.

NEGRÃO, E. V.; VIOTTI, E. Brazilian Portuguese as a Discourse-Oriented Language. In: KATO, M. A.; NEGRÃO, E. V. (Org.). **Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter**. Madrid: Iberoamericana, 2000. p.105-126.

NUNES, J. **O famigerado se**: uma análise sincrônica e diacrônica das construções com **se** apassivador e indeterminador. 1990. Dissertação (Mestrado em Lingüística) - Unicamp, Campinas, 1990.

ORSINI, M.; VASCO, S. L. Português do Brasil: língua de tópico e de sujeito. **Diadorim**: Revista de Estudos Lingüísticos e Literários, Rio de Janeiro, v.2, p.83-98, 2007.

PAGOTTO, E. G. Norma e condescendência: ciência e pureza. **Línguas e Instrumentos Lingüísticos**, Campinas, v. 2, p. 49-68, 1998.

PONTES, E. **O Tópico no português do Brasil**. Campinas: Pontes, 1987.

SILVA, M. C. F. **A posição do sujeito no português brasileiro**: frases finitas e infinitivas. Campinas: Ed. da Unicamp, 1996

TARALLO, F.; KATO, M. A. Harmonia trans-sistêmica: variação inter e intralingüística. **Diadorim**: Revista de Estudos Lingüísticos e Literários, Rio de Janeiro, v.2, p.13-42, 2007.

\_\_\_\_\_. Harmonia trans-sistêmica: variação inter e intralingüística. **Preedição**, Campinas, v. 5. p.315-353. 1989.

TORIBIO, J. A. Dialectal variation in the licensing of null referential and expletive subjects. In: PARODI et al. (Org.). **Aspects of Romance Linguistics**: selected papers from the Linguistic Symposium on Romance Languages XXIV. Washington DC: Georgetown University Press, 1996. p. 409-432.

VANCE, B. **Null subjects and syntactic change in medieval French**. 1989. Dissertation - Cornell University, 1989.

WEIREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística**. Tradução de Marcos Bagno, com prefácio de Carlos Alberto Faraco e posfácio de M. Conceição de Paiva e M. Eugênia Duarte. São Paulo: Parábola, 2006.

\_\_\_\_\_. Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMAN, W.; MALKIEL, Y. (Ed.). **Directions for historical linguistics**. Austin: University of Texas Press: 1968. p.97-195.

# DISTRIBUIÇÃO DE PRONOMES FORTES, FRACOS E AFIOS EM LÍNGUAS DE SUJEITO NULO

Fábio Bonfim DUARTE<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo examina o sistema pronominal em línguas de sujeito nulo e tem por objetivo avaliar a hipótese de que morfemas de concordância e pronomes fracos surgem a partir da redução fonológica de pronomes fortes. A análise propõe que clíticos e afixos de concordância são capazes de satisfazer a EPP e a receberem Caso estrutural por terem estatuto de argumentos selecionados pelo verbo. Acompanhando a proposta de Alexiadou e Anagnostopoulou (1998) e de Kato (1999), propõe que a categoria *pro* pode ser dispensada do componente sintático da gramática.<sup>2</sup>

**PALAVRAS-CHAVE:** Sujeito nulo. EPP. Afixos. Pronomes fortes e fracos. Foco

## Introdução

Este artigo examina a distribuição sintática de pronomes fortes, de clíticos e de afixos nominativos em línguas de sujeito nulo e de sujeito obrigatório. O objetivo é avaliar a hipótese de que a concordância [+PRONOMINAL] presente em línguas de sujeito nulo, doravante LSNs, resulta de um processo de gramaticalização de

---

<sup>1</sup> Departamento de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. fbonfim@terra.com.br

<sup>2</sup> Parte desta pesquisa foi apresentada durante o *V Congresso Internacional da Associação Brasileira de Linguística*, nas dependências da Fale/UFMG, em fevereiro de 2007.

pronomes nominativos os quais evoluem de formas plenas a afixos pronominais de concordância [+AGR]. Essa hipótese ganha motivação adicional a partir da constatação de que, em muitas línguas de sujeito nulo, o paradigma de afixos de concordância e de pronomes fracos apresenta forte homofonia com o paradigma dos pronomes livres fortes. Por exemplo, no italiano, no espanhol e no português europeu, essa homofonia pode ser particularmente visualizada entre o pronome de primeira pessoa do singular e o sufixo de concordância de primeira pessoa {-o}, no presente do indicativo, conforme sugerem os dados a seguir:

(1)	espanhol	italiano	português
	↓	↓	↓
	<i>hablar</i>	<i>palare</i>	<i>falar</i>
	yo <sub>i</sub> habl-o <sub>i</sub>	io <sub>i</sub> parl-o <sub>i</sub>	eu <sub>i</sub> fal-o <sub>i</sub>

Tal homofonia é também observada na segunda pessoa do pretérito perfeito, conforme os dados a seguir:

(2)	espanhol	português
	↓	↓
	<i>hablar</i>	<i>falar</i>
	tu <sub>i</sub> hablas-te <sub>i</sub>	tu <sub>i</sub> falas-te <sub>i</sub>

Vejam que a homofonia nos paradigmas acima sugere que as formas sufixais de concordância {-o} e {-te} possivelmente surgem a partir da redução dos pronomes *yo*, *io* e *eu* para as primeiras pessoas do espanhol, italiano e português, respectivamente, e *tu* para as segundas pessoas do espanhol e do português ao tema verbal nessas línguas. Com base nessas intuições iniciais, um dos objetivos deste artigo será testar o alcance e a validade da hipótese de que, em LSNs, os afixos de concordância são provenientes de pronomes fortes. Para tanto, nas próximas seções, investigo a distribuição desses pronomes, de clíticos e de afixos de concordância em contextos de redobro de sujeito em três línguas distintas, a saber: no crioulo de Guiné Bissau; no Avá-canoeiro e no Tenetehára<sup>3</sup>. Outro objetivo é en-

<sup>3</sup> O Avá-Canoeiro e o Tenetehára são duas línguas pertencentes ao tronco Tupi, família linguística Tupi-Guarani, sub-ramo IV. O Avá-canoeiro é falado por índios cujas aldeias estão localizadas em Goiás e o Tenetehára, por índios que vivem nos estados do Pará e do Maranhão. Para maiores detalhes do sistema pronominal do Tenetehára, remeto o leitor ao meu livro *Estudos da morfossintaxe do Tenetehára*, publicado em 2007.



tender o papel da concordância no mecanismo de verificação do traço EPP e na atribuição de Caso estrutural.

Este texto está organizado da seguinte maneira: na primeira seção, retomo a distinção entre pronomes fortes e fracos conforme Everett (1993) e Kato (1999); na segunda seção, discuto a distribuição sintática do pronome nominativo forte *el* e do afixo de concordância de terceira pessoa {*i-*}, no crioulo de Guiné Bissau; na terceira e quarta seções, analiso como a forte homofonia entre pronomes fortes e afixos da concordância nominativa pode ser analisada como sendo o efeito gramatical de redução dos pronomes fortes, os quais tornam-se afixos de concordância no Tenetehára e no Avá-canoeiro; na quinta seção, desenvolvo uma proposta teórica no intuito de mostrar como as distribuições dos pronominais em cada uma dessas línguas conectam-se com o mecanismo de satisfação de EPP e com o Caso estrutural (nominativo) que é valorado pelo núcleo T<sup>o</sup>. Por fim, apresento as considerações finais.

## **Natureza dos pronomes fortes, fracos e clíticos**

Durante a análise, assumirei a proposta de que pronomes forte, fracos e afixos de concordância correspondem a matrizes de traços-phi, os quais codificam traços de número e pessoa. O que se observa nas línguas de sujeito nulo é que os pronomes fortes figuram em posições A-barras e costumam redobrar os traços-phi de pronomes fracos e afixos de concordância que se situam no domínio do IP. Segundo Kato (1999), pronomes fortes recebem Caso *default*, cuja especificação variará de língua para língua. Por exemplo, em línguas de sujeito obrigatório como o inglês e o francês, o Caso do pronome forte equivale a acusativo e a dativo, respectivamente, enquanto, em línguas de sujeito nulo, há uma tendência de que o pronome forte receba Caso nominativo, conforme mostram os exemplos a seguir.

(3) ME<sub>acc</sub>, ..... *I saw him yesterday.*

(4) Moi<sub>dat</sub>, ..... *je l'ai vu hier.*

(5) Yo<sub>nom</sub>, ..... *lo vi ayer.*

É possível que o Caso *default* dos pronomes fortes acima coincida com o que Woolford (2006, p. 1-3) propõe ser equivalente a Caso lexical. Segundo essa proposta, há certo consenso de que Casos lexicais, por serem idiossincraticamente determinados e por não serem predizíveis, estão associados a determinados tipos de verbos e construções, conforme mostram os dados do Islandês abaixo.



## Natureza dos afixos de concordância no crioulo de Guiné Bissau

No crioulo de Guiné Bissau, verbos transitivos e intransitivos recebem os prefixos de concordância {*m ~ n ~ ŋ*} “eu”; {*bu*} “tu”; {*no*} “nós”, {*bo*} “vós” e {*i-*}, os quais redobram os traços- $\phi$ <sup>4</sup> dos pronomes fortes *ami* “eu”; *abo* “tu”; *anos* “nós”; *abos* “vós”, *el* “ele(a)”, conforme se vê pelo paradigma de conjugação abaixo.

- |      |  |  |
|------|--|--|
| (11) | <i>ami</i><br>eu<br>“Eu cheguei”                     | <i>n-tchiga</i><br>1SG-chegar                |
| (12) | <i>anos</i><br>nós<br>“Nós chegamos”                 | <i>no-tchiga</i><br>1PL-chegar               |
| (13) | <i>abo</i><br>tu<br>“Tu chegaste”                    | <i>bu-tchiga</i><br>2SG-chegar               |
| (14) | <i>abos</i><br>vós<br>“Vós chegastes”                | <i>bo-tchiga</i><br>2PL-chegar               |
| (15) | Fabio<br>Fábio <sub>-foc</sub><br>“Fábio chegou”     | ∅-tchiga<br>3 <sub>-foc</sub> -chegar        |
| (16) | Fabio<br>Fábio <sub>+foc</sub><br>“Fábio ele chegou” | <i>i-tchiga</i><br>3 <sub>+foc</sub> -chegar |
| (17) | <i>el</i><br>ele <sub>+foc</sub><br>“Ele ele chegou” | <i>i-tchiga</i><br>3 <sub>+foc</sub> -chegar |

<sup>4</sup> No decorrer deste texto, acompanharemos o essencial da proposta de Alexiadou e Anagnostopoulou (1998, p.522), segundo a qual “[...] one can view *phi* features as semantic features associated with particular morphemes, either pronouns/NPs or affixes. In strong agreement languages, affixes, being pronominal, have the semantic features which, in languages with weak agreement, are associated with pronouns”.

Notem que o prefixo de primeira pessoa sofre variação morfofonêmica condicionada pelo contexto fonético em que aparece. Dessa maneira, se esse prefixo vier em contexto iniciado por consoante dental, usa-se o alomorfe {*n-*}, conforme o exemplo (11) acima; contudo, se o verbo for iniciado por consoante bilabial, ocorre o alomorfe {*m-*}, conforme o exemplo em (18); por sua vez, se o contexto for iniciado por consoante velar, aparece o alomorfe {*ŋ-*}, conforme o exemplo em (19).

- |      |                              |                 |              |              |
|------|------------------------------|-----------------|--------------|--------------|
| (18) | <i>ami</i>                   | <i>m-bay</i>    | <i>studa</i> | <i>Criol</i> |
|      | eu                           | 1SG-ir          | estudar      | crioulo      |
|      | “Eu vou estudar crioulo”     |                 |              |              |
|      |                              |                 |              |              |
| (19) | <i>ami</i>                   | <i>ŋ-ka-bay</i> | <i>studa</i> | <i>Criol</i> |
|      | eu                           | 1SG-NEG-ir      | estudar      | crioulo      |
|      | “Eu não vou estudar crioulo” |                 |              |              |

Notem que os exemplos de (11) a (19) exibem forte homofonia entre os pronomes pessoais e os prefixos de concordância que são acionados no verbo. Com base nessa homofonia, proponho o seguinte paradigma de pronomes fortes e de afixos no crioulo.

### Quadro 1 Sistema pronominal no crioulo

PRONOMES FORTES	PREFIXOS NOMINATIVOS DE CONCORDÂNCIA	REFERÊNCIA
<i>ami</i>	<i>n- ~ m- ~ ŋ-</i>	“eu”
<i>abo</i>	<i>bu-</i>	“tu”
<i>el</i>	<i>i- ~ ø</i>	“ele (a)”
<i>anos</i>	<i>no-</i>	“nós”
<i>abos</i>	<i>bo-</i>	“vós”

Observem que, nos contextos em que o sujeito focalizado vem realizado pelo pronome forte de terceira pessoa  $el^5$  “ele/ela”, o verbo recebe somente o prefixo  $\{-i\}$ . Notem ainda que esse prefixo redobra os traços do pronome forte  $el$  que ocupa a posição de foco, conforme os exemplos em (20) e (21) abaixo.

(20)  $el_i$                        $i_i$ -*tchiga*  
 ele<sub>+foc</sub>                      3<sub>+foc</sub> -chegar  
 “Ele .....ele chegou”

(21)  $el_i$                        $i_i$ -*mata*  
 ele<sub>+foc</sub>                      3<sub>+foc</sub> -matar  
 “Ele.....ele matou (algo)”

Podemos ainda obter uma situação em que o prefixo  $\{i-\}$  pode redobrar os traços de pessoa e número de DPs não pronominais, quando estes últimos vêm focalizados e estão em posição inicial de sentença, conforme mostram os dados a seguir.

(22)  $Fábio_i$                        $i_i$ -*kumpra*                      *carro*  
 Fábio<sub>+foc</sub>                      3<sub>+foc</sub> -comprar                      carro  
 “Fábio .....(ele) comprou carro”

(23)  $Fábio_i$                        $i_i$ -*tene*                      *carro*  
 Fábio<sub>+foc</sub>                      3<sub>+foc</sub> -tem                      carro  
 “Fábio .....ele tem carro”

Todavia, além do prefixo de terceira pessoa  $\{i-\}$ , cuja função é redobrar traços-phi de sujeitos focalizados, sejam eles pronominais ou não, há ainda o prefixo  $\{\emptyset-\}$ , o qual só figura na raiz verbal quando o sujeito é um DP não pronominal [-FOCAL]. Minha hipótese é a de que esse prefixo tem a função de indicar que o sujeito de terceira pessoa não pronominal está imediatamente adjacente ao verbo. Os dados a seguir ilustram os contextos em que o prefixo  $\{\emptyset-\}$  ocorre.

(24)  $Fábio$                        $\emptyset$ -*kumpra*                      *carro*  
 Fábio<sub>-foc</sub>                      3<sub>-foc</sub> -COMPRAR                      carro  
 “Fábio comprou carro”

(25)  $Fábio$                        $\emptyset$ -*tene*                      *carro*  
 Fábio<sub>-foc</sub>                      3<sub>-foc</sub> -tem                      carro  
 “Fábio tem carro”

<sup>5</sup> É importante salientar que nomes e pronomes no crioulo não recebem morfemas específicos para indicar a distinção entre o gênero masculino e o feminino.

Uma maneira de darmos um estatuto teórico para a adjacência que se observa entre o sujeito e o verbo nos exemplos (24) e (25) é postularmos que esse sujeito, realizado pelo DP *Fábio*, situa-se interno ao IP, mais precisamente na posição de SPEC-TP, local em que recebe Caso nominativo. Segundo esta análise, a sentença (24) tem a derivação sintática mostrada em (26) abaixo, em que o DP *Fábio* se move de sua posição temática para posição de SPEC-TP, para ter seu traço de Caso nominativo valorado pelo núcleo T<sup>o</sup> e satisfazer o EPP.

$$(26) \quad [_{TP} \text{Fábio}_{(n\text{om})} \quad [_{T} \quad (T^o_{(i\text{tense})} + \emptyset\text{-kumpra)} \quad [_{VP} \text{t}_{\text{sujeito}} [_{V} \text{t}_{\text{verbo}} \text{carro} ]]]]$$

O interessante a observar neste ponto da análise é que o prefixo de terceira pessoa { $\emptyset$ -} não pode retomar os traços-phi do pronome forte *el* quando este pronome está presente na sentença. É este fato que explica a agramaticalidade dos exemplos em (27b) e (28b) a seguir.

(27a)  $el_i$                        $i_i$ -*tchiga*  
 ele<sub>+foc</sub>                      3<sub>+foc</sub> -chegar  
 “Ele .....ele chegou”

(27b) \* $el$                        $\emptyset$ -*tchiga*  
 ele<sub>-foc</sub>                      3<sub>-foc</sub> -chegar  
 “Ele chegou”

(28a)  $el_i$                        $i_i$ -*mata*  
 ele<sub>+foc</sub>                      3<sub>+foc</sub> -matar  
 “Ele.....ele matou (algo)”

(28b) \* $el$                        $\emptyset$ -*mata*  
 ele<sub>-foc</sub>                      3<sub>-foc</sub> -matar  
 “Ele matou (algo)”

Em vista dos dados apresentados até aqui, nota-se que o pronome *el* não engatilha o prefixo { $\emptyset$ -}, mas somente o prefixo {*i*-}. Observem ainda que o comportamento do pronome *el* coincide justamente com o comportamento sintático previsto para pronomes fortes em LSNs. Nestas línguas, é comum que pronomes fortes sejam inseridos em uma posição acima do IP, no domínio CP, em virtude de expedientes como focalização, e que sejam redobrados por pronomes fracos ou afixos de concordância. Conforme proposta de Kato (1999), pronomes fortes figuram na posição de Spec- $\Sigma$ P e entram na numeração com seu traço de Caso já

subespecificado como nominativo (default). Em suma, os dados apresentados até aqui revelam que o pronome forte *el* só pode figurar em posição de FOCO, enquanto DPs não pronominais podem vir na posição de sujeito ou de foco, situação que aponta para uma interessante distribuição sintática entre o pronome de terceira pessoa *el*, por um lado, e DPs não pronominais, por outro lado. Para reforçar a análise delineada até aqui, confirmamos a diferença pragmática que se detecta entre os dados a seguir:

(29a) *Joviana*                       $\emptyset$ -*kumpra*                      *carro*  
 Joviana<sub>foc</sub>                      3<sub>-foc</sub>-comprar                      carro  
 “Joviana comprou carro”

(29b) \**el*                               $\emptyset$ -*kumpra*                      *carro*  
 ela<sub>-foc</sub>                              3<sub>-foc</sub>-comprar                      carro  
 “Ela (=Joviana) comprou carro”

(30a) *JOVIANA*                      *i*-*kumpra*                      *carro*  
 Joviana<sub>+foc</sub>                      3<sub>+foc</sub>-comprar                      carro  
 “JOVIANA... ela comprou carro”

(30b) *el*                              *i*-*kumpra*                      *carro*  
 ela<sub>+foc</sub>                              3<sub>+foc</sub>-comprar                      carro  
 “ELA (= a JOVIANA)... ela comprou carro”

Na sentença (29a), o prefixo { $\emptyset$ } indica que, sintaticamente, o DP *Joviana* está interno ao IP. Já a agramaticalidade da sentença (29b) se deve justamente ao fato de o pronome forte *el* não poder vir interno ao IP. A razão é simples: este pronome, por ser de natureza forte, só pode figurar em posição A-barra. Por sua vez, as sentenças (30a) e (30b) são plenamente possíveis, visto que o prefixo {*i*-}<sup>6</sup>

<sup>6</sup> Em contextos em que o predicado é constituído por um núcleo de natureza nominal ou adjetiva, vemos que o afixo {*i*} pode ser traduzido, por meio do verbo cópula “*ser*” do português, conforme mostram os exemplos em (i) e (ii) abaixo.

Predicado nominal

- (i) *Fábio*.....*i-pursor*  
 Fábio ser-professor  
 “Fábio .....(ele) é professor”.

Predicado adjetivo

- (ii) *Fábio*. .....*i-garandi*  
 Fábio ser-grande  
 “Fábio .....(ele) é grande”.

redobra os traços-phi dos DPs que estão focalizados. Tal intuição fica particularmente assentada devido ao julgamento obtido com os informantes. Segundo eles, a diferença consiste no fato de que a sentença (29a) é proferida numa situação em que alguém apenas veicula a informação de que Joviana comprou carro, enquanto a sentença (30a) enfatiza e reforça que a idéia de que Joviana É QUEM COMPROU O CARRO, e não outra pessoa.

Outra evidência a favor da análise acima surge de contextos em que o DP em FOCO não é o sujeito, mas sim o objeto. Nesses contextos, como o sujeito não está focalizado e está imediatamente adjacente ao verbo na estrutura, a raiz verbal recebe o prefixo { $\emptyset$ }, e não o prefixo {*i-*}, conforme se vê em (31).

- (31) *i*      *CARRO*      *ku*      *joviana*       $\emptyset$ -*cumpra*  
 é      carro      que      joviana<sub>-foc</sub>      3<sub>-foc</sub> -COMPRAR  
 “É O CARRO que a Joviana comprou”

Em suma, os dados apresentados até aqui mostram que *el* é um pronome de natureza forte, que é inserido na posição de SPEC-FOCP e que não pode vir interno ao IP. Adicionalmente, a forte homofonia existente entre pronomes fortes e afixos de concordância sugere que, possivelmente, os prefixos nominativos no crioulo surgem a partir do processo de redução dos pronomes fortes. Assim sendo, é possível prever uma etapa intermediária no percurso de gramaticalização em que os pronomes fortes passariam, inicialmente, a formas reduzidas proclíticas e, em seguida, a afixos de concordância de natureza [+PRONOMINAL]. O processo de redução morfofonêmica pode ser descrito da seguinte maneira:

---

Os dados acima mostram que a forma {*i-*} parece ter surgido a partir da forma da terceira pessoa do verbo ser: *é* > *i*. Esta hipótese se sustenta particularmente pelo fato de o crioulo ser uma língua de base lexical portuguesa. Assim sendo, é importante ter em mente que o afixo **i-** pode equivaler à cópula ou ao prefixo de terceira de pessoa, o que dependerá da natureza do predicado. Ou seja, se o predicado for de natureza verbal, aciona-se o prefixo de terceira {*i-*}. Por sua vez, quando for de natureza nominal/adjetival, aciona-se o verbo cópula.



PRONOMES		PRONOMES		AFIXOS	TRADUÇÃO
FORTES		CLÍTICOS		DE CONCORDÂNCIA	
↓		↓		↓	
<i>ami</i>	>	<i>mi</i>	>	<i>m ~ ŋ ~ n</i>	eu
<i>abo</i>	>	<i>bo</i>	>	<i>bu</i>	tu
<i>el</i>	>	<i>e</i>	>	<i>i</i>	ele
<i>anos</i>	>	<i>ano</i>	>	<i>no</i>	nós
<i>abos</i>	>	<i>bos</i>	>	<i>bo</i>	vós

A hipótese é, então, que os afixos de concordância no crioulo redobram traços de número e pessoa dos pronomes fortes. Enquanto estes últimos são juntados diretamente em SPEC-FocP, os afixos são inicialmente inseridos como itens independentes na posição de Spec-VP e checam seu Caso estrutural no ponto da derivação em que se adjungem ao núcleo T<sup>o</sup>. Detalhes desta análise serão explorados na última seção deste texto.

Nas próximas seções, analiso a homofonia existente entre os afixos de concordância e pronomes fortes em duas línguas da Família Lingüística Tupi-Guarani: o Avá-canoeiro e o Tenetehára. Minha hipótese é a de que os afixos de concordância nessas línguas, assim como no crioulo, também resultam da redução dos pronomes fortes.

### Homofonia entre afixos e pronomes fortes em Avá-canoeiro

No Avá-canoeiro, assim como se dá no crioulo e nas línguas românicas, também observa-se forte homofonia entre pronomes fortes, fracos e prefixos de concordância conforme se pode notar pelo Quadro 2 a seguir:

## Quadro 2

### Pronomes fortes, pronomes fracos proclíticos e prefixos em Avá-canoeiro

PRONOMES FORTES	PREFIXOS NOMINATIVOS	PROCLÍTICOS	TRADUÇÃO
<i>itʃe</i>	<i>a-</i>	<i>tʃi=</i>	“eu”
<i>ene ~ ni</i>	<i>ere-</i>	<i>ne=</i>	“tu”
<i>jane</i>	<i>jane-</i>	<i>jane=</i>	“nós <sub>inclusivo</sub> ”
<i>ore</i>	<i>oro-</i>	<i>ore=</i>	“nós <sub>exclusivo</sub> ”
<i>pe</i>	<i>pe-</i>	<i>pe=</i>	“vós”

Os pronomes nominativos exibem comportamento sintático muito semelhante ao do pronome forte *el* do crioulo, uma vez que também podem figurar na posição estrutural de foco. Nessas situações, é muito comum que venham seguidos da partícula enclítica focalizadora [*tõ*]. Quando são sujeitos de verbos transitivos, inergativos e inacusativos, vêm redobrados no verbo pelos prefixos nominativos, conforme ilustram os dados a seguir:

Verbos transitivos:

- (32) *tʃi=tõ*                      *a<sub>i</sub>-kʃje*  
 eu-FOC                              1SG-temer  
 “Eu, .....eu temo”

Verbos inergativos:

- (33) *tʃi=tõ*                      *a<sub>i</sub>-kaʃuk*  
 eu-FOC                              1SG-urinar  
 “Eu, .....eu vou urinar”

Verbos inacusativos:

- (34) *ni<sub>i</sub>=tõ*                      *ere<sub>i</sub>-o*                      *tʃi=ʃupe*  
 você=FOC                      2SG-ir                      1SG-com  
 “Você foi comigo”

Por sua vez, nos contextos em que o predicado apresenta verbos descritivos que denotam estados físicos ou emocionais, os pronomes fortes focalizados são

retomados pelos pronomes clíticos. Nos dados a seguir, os pronomes fracos *ne=* e *tʃi=* redobram os traços dos pronomes fortes *ni=tõ* e *tʃi=tõ*.

Verbos descritivos:

- (35) *ni=tõ*                      *ne=maʒan*  
você=FOC                      você=estar doente  
“Você está doente [Você .....ocê está doente]”
- (36) *tʃi=tõ*                      *tʃi=katu=ete*  
eu=FOC                      eu=ser bonito=muito  
“Eu sou muito bonita [lit: Eu ....eu sou muito bonita]”
- (37) *ni<sub>i</sub>=tõ*                      *ne<sub>i</sub>=poñ*  
você-FOC                      você-ser gordo  
“Você é gordo [Você, ocê é gordo]”
- (38) *ni<sub>i</sub>=tõ*                      *ne<sub>i</sub>=maʒan*  
você-FOC                      você-estar doente  
“Você está doente” [= Você ocê está doente]

Que os (pro)clíticos nominativos são mesmo pronomes fracos fica evidenciado pelo fato de apresentarem reduções fonológicas particularmente na primeira e na segunda pessoa do singular, conforme indica o paradigma abaixo.

- |      |                 |   |                 |  |          |
|------|-----------------|---|-----------------|--|----------|
| (39) | pronomes fortes |   | pronomes fracos |  | tradução |
|      | <i>itʃe</i>     | > | <i>tʃi</i>      |  | “eu”     |
|      | <i>ene ~ ni</i> | > | <i>ne</i>       |  | “tu”     |

A partícula focalizadora *tõ*<sup>7</sup> constitui, portanto, um importante teste para diagnosticarmos quando um pronome nominativo é forte ou fraco em Avá, uma vez que vem enclítica a pronomes livres fortes que estejam em posição de FOCO. Observem que, quando os pronomes não estão em foco, eles não são marcados com a partícula [*tõ*] e, fonologicamente, formam uma unidade prosódica com o verbo, conforme ilustram os exemplos (40a) e (41a) a seguir:

<sup>7</sup> Veja que essa hipótese estaria em consonância com o que afirma Borges (2006, p.271 e p.303): “os pronomes pessoais livres ocorrem [...] como sujeitos enfáticos de verbos intransitivos ativos [...], intransitivos descritivos [...] e descritivos [...]”. E ainda “(a partícula =*tõ*) se relaciona a aspectos pragmáticos, como foco, enfatizando verbos, nomes e pronomes em que ocorre”.

- (40a) *tʃi=a-karuk*  
 eu-1SG-urinar  
 “Eu vou urinar”
- (40b) *tʃi=tõ*                      *a-kazuk*  
 eu-FOC                              1SG-urinar  
 “Eu vou urinar”
- (41a) *tʃi=a-kʃe*  
 eu-1SG-temer  
 “Eu temo”
- (41b) *tʃi=tõ*                      *a-kʃe*  
 eu-FOC                              1SG-temer  
 “Eu temo”

A partir das evidências apresentadas até aqui, nota-se uma curiosa distribuição das formas pronominais em Avá. Essa distribuição pode ser formulada da seguinte maneira:

- (i) pronomes fortes com Caso nominativo *default* podem ocupar a posição estrutural de foco; co-ocorrem com a partícula focalizadora [*tõ*]; e são redobrados por meio de pronomes (pro)clíticos ou por meio de prefixos nominativos, uma opção ou outra dependerá se o verbo é estativo ou não;
- (ii) afixos de concordância e os (pro)clíticos nominativos são itens de natureza anafórica, utilizados para retomar constituintes que se situam na posição de sujeito ou na posição de foco.

Por fim, uma maneira de captarmos a forte homofonia existente no sistema pronominal do Avá-canoeiro é postularmos que os pronomes fracos e os afixos de concordância, assim como ocorre no crioulo e nas línguas românicas, surgem a partir da redução fonológica dos pronomes fortes, conforme indica o paradigma a seguir:

PRONOMES FORTES		PRONOMES CLÍTICOS		AFIXOS DE CONC.	TRADUÇÃO
↓		↓		↓	
<i>itʃe</i>	>	<i>tʃi</i>	>	<i>a-</i>	“eu”
<i>ene</i>	>	<i>ne</i>	>	<i>ere-</i>	“tu”
<i>jane</i>	>	<i>jane</i>	>	<i>jane-</i>	“nós <sub>inclusivo</sub> ”
<i>ore</i>	>	<i>oro</i>	>	<i>ore-</i>	“nós <sub>exclusivo</sub> ”
<i>pe</i>	>	<i>pe</i>	>	<i>pe-</i>	“vós”

Na próxima seção, averiguo a distribuição sintática de pronomes clíticos, de prefixos de concordância e de pronomes nominativos em outra língua Tupi-Guarani, o Tenetehára.

## Homofonia no sistema pronominal do Tenetehára

Na língua Tenetehára, a retomada dos pronomes fortes pode dar-se internamente ao IP, por meio de pronomes fracos ou por meio de prefixos nominativos, situação sintática que dependerá da transitividade do verbo. Em geral, observa-se a seguinte distribuição: os prefixos nominativos redobram os traços-phi do pronome forte, em construções com verbos transitivos e intransitivos inergativos, conforme exemplos em (42) e (43), enquanto os pronomes fracos retomam os traços do pronome forte em construções com verbos intransitivos estativos, conforme as conjugações em (44) e (45).

### Verbo *-esak* “ver”

(42)	<i>ihe<sub>i</sub></i>	.....	<i>a<sub>i</sub>-esak</i>	“eu vi (algo)”
	<i>(e)ne<sub>i</sub></i>	.....	<i>re<sub>i</sub>-sak</i>	“tu viste (algo)”
	<i>ure<sub>i</sub></i>	.....	<i>uru<sub>i</sub>-esak</i>	“nós <sub>exclusivo</sub> vimos (algo)”
	<i>zane<sub>i</sub></i>	.....	<i>si<sub>i</sub>-esak</i>	“nós <sub>inclusivo</sub> vimos (algo)”
	<i>pe<sub>i</sub></i>	.....	<i>pe<sub>i</sub>-sak</i>	“vós vistas (algo)”

Verbo *-wata* “caminhar”

(43)	<i>ihe<sub>i</sub></i>	.....	<i>a<sub>i</sub>-wata</i>	“eu caminhei”
	<i>(e)ne<sub>i</sub></i>	.....	<i>re<sub>i</sub>-wata</i>	“tu caminhaste”
	<i>ure<sub>i</sub></i>	.....	<i>uru<sub>i</sub>-wata</i>	“nós <sub>exclusivo</sub> caminhamos”
	<i>zane<sub>i</sub></i>	.....	<i>za<sub>i</sub>-wata</i>	“nós <sub>inclusivo</sub> caminhamos”
	<i>pe<sub>i</sub></i>	.....	<i>pe<sub>i</sub>-wata</i>	“vós caminhastes”

Verbo *-katu* “estar bem”

(44)	<i>ihe<sub>i</sub></i>	.....	<i>he<sub>i</sub>.ø-katu</i>	“eu .....eu estou bem”
	<i>ne<sub>i</sub></i>	.....	<i>ne<sub>i</sub>.ø-katu</i>	“tu .....tu estás bem”
	<i>ure<sub>i</sub></i>	.....	<i>(u)re<sub>i</sub>.ø-katu</i>	“nós <sub>exclusivo</sub> ...nós estamos bem”
	<i>zane<sub>i</sub></i>	.....	<i>zane<sub>i</sub>.ø-katu</i>	“nós <sub>inclusivo</sub> ...nós estamos bem”
	<i>pe<sub>i</sub></i>	.....	<i>pe<sub>i</sub>.ø-katu</i>	“vós .....vós estais bem”

Verbo *-urywete* “estar alegre”

(45)	<i>ihe</i>	.....	<i>he<sub>i</sub>.r-urywete</i>	“eu estou alegre”
	<i>ne</i>	.....	<i>ne.r-urywete</i>	“tu estás alegre”
	<i>ure</i>	.....	<i>(u)re.r-urywete</i>	“nós <sub>exclusivo</sub> estamos alegres”
	<i>zane</i>	.....	<i>zane.r-urywete</i>	“nós <sub>inclusivo</sub> estamos alegres”
	<i>pe</i>	.....	<i>pe.r-urywete</i>	“vós estais alegres”

Os paradigmas de conjugação acima nos permitem identificar três formas: os pronomes fortes; os pronomes fracos proclíticos e os prefixos nominativos. Assim como acontece no Avá, percebe-se que os prefixos nominativos e os pronomes fracos podem dobrar os traços-phi do pronome forte. O paradigma completo das três formas pronominais pode ser visto no Quadro 3 a seguir.

### Quadro 3

#### Pronomes nominativos, proclíticos e prefixos nominativos em Tenetehára

PRONOMES FORTES	PRONOMES PROCLÍTICOS	PREFIXOS NOMINATIVOS	TRADUÇÃO
<i>ihe</i>	<i>he</i>	<i>a-</i>	“eu”
<i>ene</i>	<i>ne</i>	<i>re-</i>	“tu”
<i>zane<sub>inclusivo</sub></i>	<i>zane<sub>inclusivo</sub></i>	<i>si- ~ za-</i>	“nós <sub>exclusivo</sub> ”
<i>ure<sub>exclusivo</sub></i>	<i>ure<sub>exclusivo</sub></i>	<i>(u)ru- ~ (o)ro-</i>	“nós <sub>inclusivo</sub> ”
<i>pe</i>	<i>pe</i>	<i>pe-</i>	“vós”

Quanto à distribuição sintática, os pronomes fortes, diferentemente dos pronomes clíticos, possuem maior mobilidade no interior das sentenças, já que ocorrem em posição anteposta ao verbo, como indicam os exemplos de (42) a (45), ou vêm em posição final de sentença. Nesse último contexto, os pronomes nominativos seguem o verbo e seus argumentos, podendo emergir as ordens VOS ~ VS, conforme os exemplos de (46) a (52) a seguir.

- (46) *a<sub>i</sub>-esak*      *kakwez*      *kaʔi*      *ihe<sub>i</sub>*  
 1SG-ver      DPASS.ATEST      macaco      eu  
 “Eu vi o macaco”
- (47) *he<sub>i</sub>-r-ur*í*wete*      *ihe<sub>i</sub>*  
 eu.ABS-feliz      eu  
 “Eu estou feliz”
- (48) *za<sub>i</sub>-wez*í*w*      *p*h*aw*      *íw*í**      *r-ehe*      *har*      *zane<sub>i</sub>*      *nehe*  
 1PL<sub>inclusivo</sub>-descer      noite      terra      OBLIQ-em      NOML      nós<sub>inclusivo</sub>      FUT  
 “Nós vamos descer a montanha à noite”
- (49) *n-uru<sub>i</sub>-puner-kwaw*      *h-upir-haw*      *rehe*  
 NEG-1PL<sub>exclusivo</sub>-poder-NEG      3-levantar-NOML      em
- h-eraha-haw*      *rehe*      *ure<sub>i</sub>*  
 3-carregar-NOML      em      nós<sub>exclusivo</sub>  
 “Nós não podemos levantá-los e carregá-los”
- (50) *pe<sub>i</sub>-ʔ*h*apaw*      *pe-ho-katu*      *pe<sub>i</sub>*      *nehe*  
 2PL -nadar      2PL-ir-bem      vós      FUT  
 “Vós ireis nadando”

- (51) *he<sub>i</sub>-ø-ɑŋaiw-ahĩ*                      *ihe<sub>i</sub>*  
 1SG.ABS-magro-muito                      eu  
 “Eu estou muito magro”
- (52) *a<sub>i</sub>-ha.putar*                              *ihe<sub>i</sub>*                      *nehe*                      *no*  
 1SG-ir.VOL                                      eu                              FUT                              também  
 “Eu também irei”

Notem, em particular, que no exemplo (47) o pronome fraco *he* redobra os traços do pronome forte *ihe* “eu”, que está em posição final. Isso tem a ver com o sistema de Caso cindido<sup>8</sup> que a língua apresenta, de modo que apenas pronomes fracos redobram traços-phi de pronomes fortes em predicados que tenham como núcleo verbos estativos.

Os dados apresentados acima evidenciam, portanto, que o Tenetehára também apresenta forte homofonia entre pronomes fortes, pronomes fracos e afixos de concordância. Essa semelhança pode também ser pensada como o resultado de um processo de redução dos pronomes fortes, os quais passam a afixos de concordância,

<sup>8</sup> No sistema cindido, o argumento nuclear do verbo estativo aciona os mesmos prefixos absolutivos que o objeto engatilha no verbo transitivo, enquanto o sujeito de verbos transitivos e inergativos é marcado no verbo pelos prefixos nominativos. Os exemplos a seguir evidenciam o sistema de Caso e concordância na língua.

Sistema nominativo

- (i) *w<sub>i</sub>-ekar*    *teko<sub>i</sub>*    *wakari*    *ita*    *r-ehe*                                      [transitivo]  
 3-procurar a gente acari pedra OBLIQ-em  
 “A gente procura acari na pedra”.
- (ii) *aʔe<sub>i</sub>*    *u<sub>i</sub>-hĩ*    *kwehe*    *sibir*    *zĩwĩr*                                      [inergativo]  
 ele 3-correr DPASS tibir beira  
 “Ele correu para a beira do igarapé tibir”.

Sistema absolutivo

- (iii) *awa*    *he<sub>i</sub>*    *r<sub>i</sub>-aro-rən*  
 homem me ABS-esperar-FUT  
 “O homem me esperará”.
- (iv) *he<sub>i</sub>*    *r<sub>i</sub>-uphĩ*  
 eu ABS-estar com sono  
 “Eu estou com sono”.

Para mais detalhes sobre o sistema de Caso na língua Tenetehára, remeto o leitor ao texto mais recente de Duarte (2008), em que se procura determinar a fonte e o estatuto do Caso absolutivo nessa língua.



quando o verbo é transitivo ou inergativo, e a pronomes fracos, quando o verbo é estativo, resultando, por isso, no sistema nominativo/absolutivo. Nessa última situação sintática, os pronomes fracos só redobram os traços do pronomine forte se o núcleo do predicado possui um verbo intransitivo estativo, conforme abaixo.

- (53) *he<sub>r</sub>-ur-ivete*    *ihe<sub>i</sub>*  
 eu.ABS-feliz    eu  
 “Eu estou feliz”

As formas dos pronomes (fortes e fracos) e dos afixos são arroladas na representação em (54).

(54)	PRONOMES FORTES		PRONOMES PROCLÍTICOS		AFIXO DE CONCORDÂNCIA	TRADUÇÃO
	↓		↓		↓	
	<i>ihe</i>	>	<i>he</i>	>	<i>a-</i>	“eu”
	<i>ene</i>	>	<i>ne</i>	>	<i>(e)re-</i>	“tu”
	<i>zane</i>	>	<i>zane</i>	>	<i>za-</i>	“nós <sub>inclusivo</sub> ”
	<i>ure</i>	>	<i>ure</i>	>	<i>ru-</i>	“nós <sub>exclusivo</sub> ”
	<i>pe</i>	>	<i>pe</i>	>	<i>pe</i>	“vós”

Em síntese, os dados das línguas examinados até aqui nos fornecem sustentação adicional para a hipótese de que a homofonia existente entre os afixos de concordância e pronomes fortes não é aleatória, mas é antes o resultado da redução destes últimos. Na próxima seção, com base nos dados dessas línguas e nos dados das línguas românicas, discuto a possível conexão que os afixos de concordância mantêm com a verificação do traço EPP e com o Caso estrutural que é valorado pelo núcleo T°.

## O estatuto da concordância em línguas de sujeito nulo

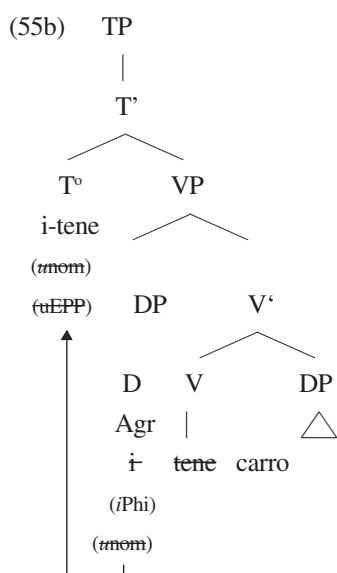
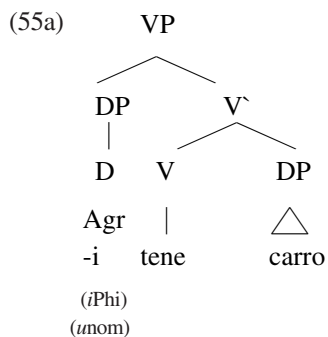
Uma proposta que vem sendo discutida no âmbito da literatura gerativa dos últimos anos [cf. Alexiadou e Anagnostopoulou (1998) e Kato (1999, 2000b, 2002)] é a de que os morfemas (afixos e clíticos) de concordância em LSNs possuem

propriedades morfosintáticas capazes de verificar o traço EPP e de ter o Caso (nominativo) valorado pelo núcleo T<sup>o</sup>. Nessas situações, SPEC-TP não seria projetado. Segundo essa teoria, o EPP seria uma propriedade pervasiva nas línguas em geral, tanto nas línguas de sujeito nulo quanto nas línguas de sujeito obrigatório, produzindo efeitos na interface PF. Por isso, o que é parametrizado é a maneira como esse traço é verificado de língua para língua: em línguas de sujeito obrigatório, como o inglês, o francês e o holandês, um DP argumental é primeiro juntado a SPEC-VP, e, em seguida, movido para SPEC-TP para satisfazer o EPP. Já em línguas de sujeito nulo<sup>9</sup>, seriam, então, os afixos de concordância que teriam a propriedade de atender ao EPP em sentenças finitas. Segundo essa abordagem, os afixos de concordância<sup>10</sup> são considerados DP<sub>s(pronominais)</sub> e aparecem como itens independentes na numeração. Dessa maneira, para derivar a sentença (55) do crioulo, e possivelmente as sentenças do Avá-canoeiro e do Tenetehára, teremos de prever que a forma {i-}, a qual constitui a redução do pronome nominativo *el* no crioulo, é primeiramente inserida em SPEC-VP, posição na qual recebe seu papel temático e, em seguida, move-se para o núcleo T, quando, então, se incorpora ao núcleo complexo (v+T). Neste ponto da derivação, o traço de Caso nominativo do prefixo será valorado pela operação AGREE que se dá entre o DP<sub>pronominal</sub> e núcleo T<sup>o</sup>. Esse núcleo entra na derivação sintática com, pelo menos, dois traços formais ininterpretáveis a serem valorados, a saber: o traço de [*u*Caso] e o traço [*u*EPP]. As derivações sintáticas em (55a-c) buscam captar esse fato.

- (55) *el*            *i-tene*            *carro*  
           el            ele<sub>FOC</sub>-ter            carro  
           “Ele .....(ele) tem carro”

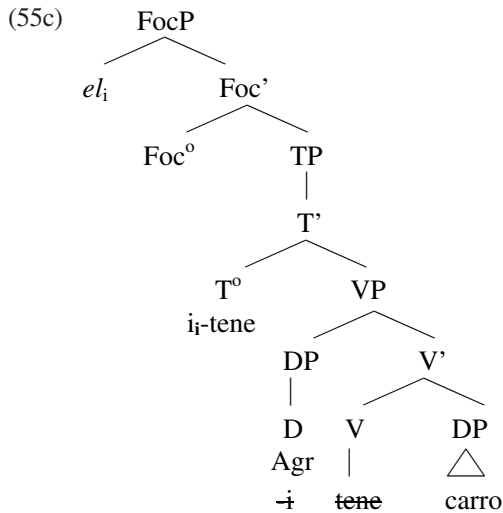
<sup>9</sup> Conforme Alexiadou e Anagnostopoulou (1998, p.516), “*verbal agreement morphology in these languages includes a nominal element [+D, +interpretable φ-features, potentially +Case]; (...) this means that verbal agreement affixes in, for instance, the Greek paradigm (...) have exactly the same status as the pronouns in the English paradigm (...) Assuming that verbal agreement has the categorical status of a pronoun in pro-drop languages, V-raising checks the EPP-feature the same way XP-raising does in non-pro-drop languages*”.

<sup>10</sup> Consoante Kato (1999, p.18): “*they will be inserted by ‘merge’ as arguments of VP, constituting a real ‘defective’ D, as it does not project its complement like sometimes clitics and pronouns can*”.



Notem que a estrutura, em (55b), pressupõe que o afixo de concordância<sup>11</sup> é inserido separado do tema verbal, possuindo, por essa razão, o estatuto de argumento verbal. Ao mover-se para o domínio de TP, o prefixo contribui na verificação do traço [ $\mu$ EPP] da sentença e tem seu traço de Caso nominativo valorado pelo núcleo T°. Na etapa final da derivação, o pronome forte *el*, é, então, inserido diretamente na posição de SPEC-FOCP, conforme a estrutura proposta em (55c).

<sup>11</sup> Conforme Alexiadou e Anagnostopoulou (1998, p.517), a principal diferença entre clíticos e afixos de concordância (agreement affixes) reside no fato de que aqueles são inseridos diretamente em T°, enquanto esses são adjungidos em VP, antes de o verbo mover-se para o núcleo T.



Vejam que a derivação proposta em (55c) pressupõe que o pronome forte *el* entra na derivação com o seu traço de Caso nominativo (*default*) já especificado desde a numeração. Além disso, essa estrutura é bastante condizente com a intuição de que as línguas de sujeito nulo em geral acionam uma categoria funcional FocP acima de TP para alojar XPs que são focalizados. Se essa análise estiver mesmo correta, ficamos em condições de explicar por que, nas estruturas sintáticas propostas em (55a-c), a posição de SPEC-TP não é projetada. A razão é que a forma {*i*-} originada a partir da redução fonológica do pronome forte funde-se ao núcleo complexo v+T e se realiza sob a forma do morfema de concordância {*i*-}, não projetando, portanto, a posição de SPEC de TP. Essa proposta é reforçada pelo fato de o Avá-canoeiro e o Tenetehára também exibirem um interessante paradigma de pronomes fortes e fracos. Conforme já mostramos, os pronomes fortes do Avá, quando estão focalizados, são inseridos diretamente na posição de SPEC-FOCP acompanhados da partícula enclítica [*tõ*] e redobrados por meio de afixos ou de clíticos, o que dependerá da classe semântica do verbo que estiver na estrutura.

Notem ainda que a estrutura proposta em (55c) não pressupõe a categoria vazia *pro* na posição de Spec-TP. A questão que se coloca para análises que estipulam a existência de tal categoria é como determinar se há, de fato, evidências empíricas independentes que a motivem. Outro complicador é que essa categoria não engatilha o efeito de definitude em línguas de sujeito nulo, ao contrário do que ocorre em construções inacusativas do inglês e do francês, conforme exemplos

em (56) e (57), e da construção transitiva com o expletivo *er* do holandês, conforme o exemplo em (58).

Inglês

(56) *There arrived a man/\*the man/\*every man.*

Francês

(57) *Il est arrivé un homme/\*l'homme.*

Holandês

(58) *Er heft iemand /\*Jan een huis gebouwd*  
there has someone Jan a house built  
*Someone/\*Jan has built a house*

Notem que a ausência do efeito de definitude em línguas de sujeito nulo põe em dúvida a real existência de *pro*<sup>12</sup>, já que, nestas línguas, podemos ter tanto sujeito definido como sujeito indefinido na posição posposta ao verbo inacusativo sem que isso afete a gramaticalidade das sentenças, conforme demonstram os exemplos a seguir.

Português Europeu

(59) *Chegaram umas cartas/as cartas.*

Grego

(60) *Eftase ena pedi / o Jorgos / kathe filis um*  
chegou uma criança George cada filhos meus  
“Chegou uma criança/George/cada um de meus filhos”.

Uma alternativa é então dispensarmos a categoria vazia *pro* do componente da gramática e lançarmos mão da hipótese de que os afixos de concordância são

<sup>12</sup> De acordo com Kato (1999:24), “in GB *pro* had no *phi*-features and had to be identified. In the checking theory, if an element has no *phi*-features to check and is in the numeration, it does not have to move (...) In this case, the interpretable *phi*-features should be the ones in the verb morphology, which (...) are the ones that are eliminated. In order to make *phi*-features on the verb the ones to be always eliminated, we have to propose that *pro* has *phi*-features. But if so, we will need several *pro*, at least one for each person. (...) we do not have *pro*, what appears in the numeration are the pronominal agreements themselves (...)”

capazes de atender ao EPP em línguas como o português, o crioulo de Guiné Bissau<sup>13</sup>, o Avá e o Tenetehára, dentre outras.

## Considerações finais

Com base nos dados empíricos apresentados na primeira parte deste trabalho e na proposta teórica delineada na seção anterior, ficamos em condições de propor que a natureza [+PRONOMINAL, +D, +ARGUMENTAL] do sistema de concordância nas línguas de sujeito nulo nos permite (i) captar a razão da forte homofonia existente entre pronomes fortes, fracos e afixos; (ii) postular que EPP é satisfeito pelos próprios afixos de concordância, os quais têm seu traço de Caso (nominativo) valorado pelo núcleo T<sup>0</sup>; e (iii) trazer evidência adicional a favor de se eliminar a categoria vazia *pro* do componente da gramática. Outro fato de interesse teórico é que o crioulo de Guiné Bissau privilegia apenas afixos de concordância para satisfazer o EPP, enquanto o Avá-canoeiro e o Tenetehára exibem curiosa distribuição complementar na classe de formas fracas, a saber: afixos de concordância redobram traços dos pronomes fortes quando o predicado contém verbos transitivos e inergativos, enquanto as formas fracas proclíticas retomam os traços de pronomes fortes quando o predicado tem como núcleo verbos estativos.

Em suma, os dados empíricos das línguas examinadas neste artigo trazem, de certa maneira, sustentação adicional para a hipótese de que os afixos de concordância podem sim ser interpretados como sendo provenientes dos pronomes fortes ao tema verbal. Evidentemente, mais dados de outras línguas precisam ser arrolados para verificarmos se esta é, realmente, uma propriedade que pervaga as línguas de sujeito nulo ou não.

## Agradecimento

Gostaria de deixar registrado aqui meu agradecimento a dois pareceristas anônimos da Revista do GEL, que contribuíram, com críticas e sugestões, para melhorar uma versão preliminar deste artigo.

---

<sup>13</sup> Um dos pareceristas que avaliou este texto sugeriu que eu investigasse como o crioulo de Guiné Bissau expressa a diferença entre uma sentença como *Eu comprei o carro*, que deve ser proferida numa situação em que alguém apenas veicula a informação de que ele próprio comprou carro, e uma sentença como *EU comprei o carro*, que enfatiza que o falante, ele mesmo, e não outra pessoa, o fez. Devido à limitação de espaço e de tempo, deixarei essa relevante questão para uma pesquisa futura.

DUARTE, Fábio Bonfim. Distribution of strong and weak pronouns and affixes in languages of null subject. **Revista do Gel**, São Paulo, v.5, n.1, p. 31-56, 2008.

**ABSTRACT:** *This paper looks into the pronominal system of null subject languages and aims at testing the theoretical hypothesis that agreement morphemes and weak pronouns emerge from the phonological reduction of the strong pronouns. Additionally, the analysis proposes that clitics and the agreement morphemes can satisfy the EPP and may carry structural Case to be valued, as they are inserted as arguments of verbs. Based on the proposal developed by Alexiadou and Anagnostopoulou (1998) and Kato (1999), the investigation brings additional evidence in favour of dispensing the null pro category from the syntactic component of the grammar.*

**KEYWORDS:** *Null subject. EPP. Affixes. Strong and weak pronouns. Focus*

## Referências

ABÚBANA, Joviana Luiz Cabral. **Aspectos morfossintáticos do crioulo de Guiné Bissau**. Belo Horizonte: Fale/UFGM, Monografia de conclusão de Bacharelado, ms, 33 p., 2005.

ALEXIADOU, A. et Anagnostopoulou, E. Parametrizing Agr: word order, V-movement and EPP Checking. **Natural Language & Linguistic Theory** 16:491-539, 1998.

BORGES, Mônica Veloso **Aspectos da fonologia e da morfossintaxe da língua Avá-canoeiro**. Campinas: Unicamp, tese de doutorado inédita, ms, 2006.

CARDINALETTI, Anna & STARKE, Michael. The typology of structural deficiency: a case study of the three classes of pronouns. In: RIEMSDIJK, H. (Ed.). **Clitics in the Languages of Europe**, Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1999.

CHOMSKY, N. **The minimalist program**. Cambridge: MIT Press, 1995.

DUARTE, F. B. **The S-split system and the source of absolutive case in Tenetehára**. Belo Horizonte: UFGM, 22 p, 2008, ms.

\_\_\_\_\_. **Estudos de morfossintaxe Tenetehára**. Belo Horizonte: Ed. Fale/UFGM, 213 p, 2007a.

\_\_\_\_\_. **Ordem de constituents e movimento em Tembé: minimalismo e anti-simetria**. Belo Horizonte: UFGM, 2003, 202 p., Tese de doutorado inédita.

\_\_\_\_\_. **Análise gramatical das orações da língua Tembé**. Brasília, 1997, 95 f. Dissertação de mestrado, Instituto de Letras/LIV, UnB.

EVERETT, D. Why there are no clitics. An alternative perspective on pronominal allomorphy. **SIL and University of Texas at Arlington**. Publications in Linguistics 123, 1996

GALVES, C. Tópicos, sujeitos, pronomes e concordância no Português Brasileiro. **Cadernos de Estudos de Linguística**, 34: 19-31, Jan./Jun., Unicamp, 1998.

GIVÓN, Talmy. Topic, pronoun, and grammatical agreement. In **Subject and Topic**, C. N. Li (ed), p. 81-114. New York: Academic Press, 1976.

KATO, Mary. Strong pronouns, weak pronominals and the null subject parameter. *PROBUS* 11: 1. 1-37, 1999.

\_\_\_\_\_. A restrição de mono-argumentalidade da ordem VS no Português do Brasil, **Fórum Lingüístico** 2: 1. 97-127, 2000b.

\_\_\_\_\_. The reanalysis of unaccusative constructions as existentials in Brazilian Portuguese. **Revista do GEL**, São Paulo, número especial, p. 157-184, 2002.

LASNIK, H. **Case and expletive revisited: on greed and other human failings**. Linguistic Inquiry, MIT, vol 26, number 4, Fall 1995.

PESETSKY, David e TORREGO, Esther. T to C movement: causes and consequences. In Michael Kenstowicz, ed., **Ken Hale: A Life in Language**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 2001.

RAMOS, Jânia. O uso das formas Você, ocê e cê no dialeto mineiro. Artigo apresentado no XI ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL, João Pessoa, 1996.

RAMOS, Jânia & VITRAL, Lorenzo. **Gramaticalização: uma abordagem formal**. Belo Horizonte: Ed. Fale/Tempo Brasileiro, 191 p, 2007.

Rizzi, L. A parametric approach to comparative syntax: properties of the pronominal system. In: Haegeman, L. **The new comparative syntax**. London: Longman, 1997.

SPEAS, Margareth. Null arguments in a theory of economy of projection. In BENEDICTO, E. and RUNNER, J. (eds.), **Functional Projections**, UMOP 17, 179-208, 1994.

VITRAL, Lorenzo & RAMOS, Jânia. Gramaticalização de *você*: um processo de perda de informação semântica? **Revista de Linguística e Filologia**, 3:55-64, 1999.

ZUBIZARRETA, M. **Word order, prosody and focus**. Cambridge, Mass: The MIT Press, 1998.

WOOLFORD, Ellen. **Lexical Case, Inherent Case, and Argument Structure**. MIT, Linguistic Inquiry. Cambridge: MIT Press, vol 37, numer 1, Winter 2006.



# TELICIDADE E CLASSES ASPECTUAIS

Teresa Cristina WACHOWICZ<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este trabalho trata de aspecto do léxico verbal em PB, questionando a atribuição do traço “telicidade” às classes aspectuais conhecidas na literatura lingüística como *accomplishments* (construir uma casa, limpar a mesa) e *achievements* (quebrar, cair). A hipótese é que o traço de telicidade não está no léxico; a informação que o verbo supostamente télico traz é de outra natureza, e diz respeito a uma pressuposta oposição de predicação sobre o argumento afetado – mais usualmente conhecido como objeto direto. Isso acarreta logo de imediato que o léxico verbal traz informações tanto semânticas quanto sintáticas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Aspecto. Léxico. Telicidade.

## Introdução

O problema que proponho apresentar neste trabalho diz respeito ao léxico verbal e leituras aspectuais. Mais especificamente, ao traço de telicidade que a literatura lingüística costuma atribuir ao léxico de alguns verbos, como “cortar”, “cair”, “quebrar”, “construir”, em detrimento de “andar”, “ser”, “ter”, “nadar”. Tomo “telicidade” como “o ponto final inerente e interno de um evento” (BERTINETTO, 2001, p.179), definição semelhante à do senso comum:<sup>2</sup> “culminância de uma ação”.

---

<sup>1</sup> Departamento de Lingüística, Letras Clássicas e Vernáculas, Setor de Ciências Humanas Letras e Artes, UFPR, Curitiba, Paraná, Brasil. tecaw@terra.com.br

<sup>2</sup> Cf. Dicionário Houaiss (HOUAISS; VILLAR, 2001).

Minha hipótese aqui será a de que o traço de telicidade não está no léxico; a informação que o verbo supostamente télico traz é de outra natureza, e diz respeito a uma pressuposta oposição de predicação sobre o argumento afetado – mais usualmente conhecido como objeto direto. Isso acarreta logo de imediato que o léxico verbal traz informações tanto semânticas quanto sintáticas. Mas para chegar até aí, há um longo caminho de conceitos, que pretendo elucidar aqui.

## A telicidade como fenômeno externo ao verbo

Uma questão central que pretendo assumir é que o léxico verbal exhibe algumas regularidades semânticas, especialmente com relação à interpretação aspectual.<sup>3</sup> Elas podem ser evidenciadas em estruturas sentenciais semelhantes com sistemas de acarretamentos distintos ou interpretações díspares, produzidos essencialmente pelo léxico:

- (1) a. João estava nadando → João nadou.  
b. João estava fazendo um bolo → ~João fez o bolo. ⇒ O paradoxo do imperfectivo (DOWTY, 1979).
- (2) a. João está sabendo matemática. ⇒ estativo  
b. João está piscando pra Maria. ⇒ iterativo
- (3) a. João vai estar preparando aula amanhã.  
b. ? João vai estar recebendo sua ligação amanhã. ⇒ diferenças de registro
- (4) a. João comeu o bolo ontem, mas deixou um pedaço para hoje.  
b. ? João pendurou um scrap pra mim ontem, mas não terminou de pendurá-lo. ⇒ O paradoxo do perfectivo (SINGH, 1998).

A literatura da área costuma justificar a diferença entre os verbos a) e b) das sentenças acima com base nas informações aspectuais lexicais do verbo. É interessante neste momento fazer mais um esclarecimento teórico. O aspecto é uma propriedade lingüística assumidamente composicional (VERKUYL, 1989, 1993, 1999, 2002), ou seja, depende de vários fenômenos lingüísticos da sentença, desde o léxico até as modificações adverbiais. Alguns autores chegam inclusive a

<sup>3</sup> Embora sejam mais conhecidas aos aprendizes de lingüística, também é interessante aqui distinguir as noções de tempo e aspecto: o tempo é um elemento dêitico e referencial e se interpreta na trilogia passado, presente e futuro. O aspecto já é um elemento abstrato e se define como a propriedade ou constituição interna do tempo (COMRIE, 1976). O aspecto pode ser perfectivo ou imperfectivo, sob o ponto de vista qualitativo, e episódico ou iterativo sob o ponto de vista quantitativo (CASTILHO, 2002).

assumir uma distinção entre aspecto lexical – da raiz do verbo – e aspecto gramatical – das flexões. O primeiro ficaria por conta da informação  $\pm$  télico, e o segundo ficaria por conta da informação  $\pm$  perfectivo. Um quadro ilustrativo pode ajudar aqui:<sup>4</sup>

Aspecto lexical	Aspecto gramatical
Informação semântica (traços)	Operação (flexão)
Aspecto de situação, Smith (1997)	Aspecto de ponto de vista
Descrição de eventualidade, Swart (1998)	Coerções
Télico vs. atélico, Rothstein (2004)	Perfectivo vs. Imperfectivo
<i>João acessou o site vs. João nadou</i>	<i>João nadou vs. João nadava</i>

Voltando às sentenças (1) a (4), há distinções lexicais que motivam comportamentos lingüísticos diferentes. Em (1), por exemplo, caso ilustrativo do paradoxo do imperfectivo (DOWTY, 1979), o acarretamento em (1a) é possível porque o verbo “nadar” é atélico (uma atividade), ao passo que em (1b) o acarretamento não é possível porque o verbo “fazer (um bolo)” é télico (um *accomplishment*), ou seja, pressupõe a culminância da ação. Se essa ação é interrompida através da morfologia do progressivo (estar + gerúndio), o ponto télico é neutralizado, logo não tem culminância e o acarretamento do término em (1b) não pode acontecer.

Em (2), o fato de a sentença (2a) ter um verbo estativo (“saber”), torna a sentença homogênea e igualmente estativa, mas (2b) com um verbo *achievement* (“pisca”), e portanto +télico, resulta numa leitura iterativa, pois o gerúndio “-ndo” abre uma duração na qual se repetem os eventos do *achievement*.

Já em (3), temos o caso famoso do gerundismo. A imprensa costuma frequentemente estigmatizar o gerundismo, atribuindo a essa nomenclatura todos

<sup>4</sup> A distinção entre aspecto lexical e aspecto gramatical como é posta aqui contempla o comportamento das línguas românicas e germânicas. As línguas eslavas quebram com esse paradigma, pois (im)perfectividade e (a)telicidade estão na morfologia derivacional do verbo. Ex: *pisaè* (escrevendo) e *napisaè* (escreveu), no polonês. Maiores esclarecimentos em Wachowicz e Foltran (2007).

os casos de uso da flexão “-ndo”, mas a forma que realmente provoca estranhamento é (3b), e não (3a). Isso se justifica também pelo léxico, pois o verbo “preparar (a aula)”, sendo durativo, ou um *accomplishment*, não provoca reações negativas, mas o verbo “receber”, pontual, ou um *achievement*, ainda mais na forma do tempo futuro, provoca “reações adversas” de “puristas de carteirinha” da língua.

As sentenças em (4) exibem um fato curioso, recentemente nomeado na literatura como “paradoxo do perfectivo” (SINGH, 1998). Nesse fenômeno, algumas sentenças ditas télicas (com o verbo “comer (o bolo)” e perfectivas (flexão “-eu”) podem ter seu término anulado (6a), ao passo que outras sentenças de igual estrutura, com verbo télico (“pendurar (um scrap)”) e flexão perfectiva (“-ou”) não permitem o processo de anulação do término. Isso também se justifica por uma informação lexical: o verbo “comer” é durativo, mas o verbo pendurar é pontual. Associados à natureza do objeto direto, em que “o bolo” tem natureza afetada de tema incremental (KRIFKA 1998; TENNY 1994) e em que “um scrap” não tem natureza afetada pelo verbo, esses verbos exibem o paradoxo do perfectivo.

A terminologia adotada aqui sobre as classes aspectuais de verbos é amplamente explorada na literatura desde Vendler (1967), tradição teórica conhecida como *Aktionsarten*. O autor, na verdade, comprometido com a filosofia analítica inglesa, re-inaugura a tradição aristotélica das classes *kinesis* (processo) e *energeia* (ação) em quatro categorias aspectuais: estados, atividade, accomplishments e achievements. Classes aspectuais (ou accionalidade) são definidas como “*the particular way in which that verb presupposes and involves the notion of time*”. Logo, é importante frisar que as informações lexicais estão pressupostas no verbo.

Alguns trabalhos posteriores, baseados nesta classificação, costumam subespecificar as classes por traços semânticos, cujo comportamento descrevemos acima para as sentenças (3) a (6). Bertinetto (2001), por exemplo, resgata a informação dos traços  $\pm$ durativo,  $\pm$ dinâmico e  $\pm$ homogêneo para montar a tabela abaixo (os exemplos foram inseridos para fins didáticos deste artigo):

Bertinetto (2001)	$\pm$ durativo	$\pm$ dinâmico	$\pm$ homogêneo	exemplos
Estado	-	-	+	Saber
Atividade	+	+	+	Nadar
Achievement	-	+	-	Pendurar
Accomplishment	+	+	-	Comer o bolo

Já Rothstein (2004) simplifica a subespecificação para dois traços:  $\pm$ stage e  $\pm$ télico. O primeiro fica por conta da informação de que o evento progride no tempo, enquanto o segundo carrega a informação da culminância do evento:

Rothstein (2004)	$\pm$ stage	$\pm$ télico	exemplos
Estado	-	-	Saber
Atividade	+	-	Nadar
<i>Achievement</i>	-	+	Pendurar
<i>Accomplishment</i>	+	+	Comer o bolo

A informação de telicidade é largamente explorada na literatura para justificar comportamentos lingüísticos dos mais variados tipos. Citaremos alguns. Os estudos de aquisição de linguagem costumam defender a hipótese de que os verbos de denotação télica são inicialmente usados com morfologia perfectiva. Ou seja, é mais fácil a criança compreender e falar sentenças do tipo “O copo caiu” do que “O copo tem desenho amarelo”. Depois é que a criança passa a referir perfectividade estativa e/ou imperfectividade ou iteratividade de eventos pontuais. Essa hipótese é conhecida na literatura como a “*Aspect First Hypothesis*” (AFH), e tem provocado posições contrárias evidenciadas por dados de outras línguas: (DELIDAKI ; VARLOKOSTA 2003; HODGSON 2003).

Longe de preocupações em aquisição, mas no mesmo raciocínio de aproximação entre verbos télicos e perfectivos, Bertinetto (2001) questiona a tentativa de generalização para a tendência de as línguas exibirem maior frequência de uso de sentenças com verbos télicos associados à morfologia perfectiva, e verbos atélicos associados à morfologia imperfectiva, como no quadro abaixo (os exemplos, novamente, foram inseridos em favor do didatismo). Para Bertinetto, as línguas eslavas quebrariam essa tendência:

Flexão Traços	+perfectivo	-perfectivo
+télico	Sim (A bola caiu)	? (A bola quica fácil)
-télico	Não (João soube matemática)	Sim (João sabia matemática)

Por fim, mais uma ilustração da exploração do traço  $\pm$ télico: Dowty (1991) faz uma proposta de teoria para a atribuição temática. Sua tese central é que, contrariamente a Chomsky (1986 apud DOWTY, 1991) e a formulação do critério- $\theta$ , a atribuição temática do verbo ao argumento não é um fenômeno discreto e isomórfico. Papel temático é na verdade, um conjunto de acarretamentos lexicais hierarquizados que definem um protótipo de categoria temática. Dowty fecha as categorias temáticas em duas: proto-agente e proto-paciente. Mas, para o que nos interessa aqui, o autor defende que a distinção dos intransitivos inacusativos - ou +télicos (chegar, morrer, cair) - vs. inergativos - ou -télicos (sorrir, caminhar, falar) - não é puramente sintática (inacusativos só têm objeto, e inergativos só têm sujeito), mas tem motivação temática: os inergativos têm volição. O resultado dessa associação é resumido na tabela abaixo (com exemplos nossos):

	atélico	Télico
Agente	Definitivamente inergativo (João nadou)	?
Não-agente	?	Definitivamente inacusativo (A mãe envelheceu)

É justamente a natureza do traço  $\pm$ télico a questão deste artigo. Pretendo defender aqui que a informação de telicidade é na verdade resultado de operações linguísticas que estão fora do léxico. Podemos ilustrar o fenômeno através das seguintes sentenças:

- (5) a. João comeu bem.  
b. João comeu todo o chocolate.
- (6) a. João nadou através da piscina.  
b. João nadou até o fim da piscina.

A sentença (5) traz um par de exemplos bem conhecido para quem começa a estudar aspecto. O verbo “comer” em (5a) é um verbo atividade, o que nos termos de Bertinetto (2001) quer dizer homogêneo, dinâmico e durativo, e nos termos de Rothstein (2004) quer dizer *stage* e atélico. Concordamos com tal fato, mas em (5b) o verbo “comer” transforma-se num *accomplishment*, pois passa a contemplar, para simplificar, o traço télico. Já em Vendler (1967), a natureza dos

*accomplishments* fica diferenciada das demais classes: os verbos *accomplishments* nesse texto inicial são todos ilustrados com objeto direto ou argumento interno. Não há *accomplishment* sem seu complemento, pois este participa com o verbo do desenrolar do evento. Além do caso de tema incremental em (5b), pois o objeto é consumido no decorrer do evento, há outros casos de *accomplishments* que também exibem essa dependência com o argumento interno, como por exemplo, os verbos de tema incremental de criação (7a), os verbos de mudança de estado (7b), os de trajetória (7c) e os de performance (7d) (TENNY, 1994):

- (7) a. João construiu a casa.  
b. João limpou a mesa.  
c. João andou os três quarteirões.  
d. João leu o poema.

Como a telicidade do *accomplishment* depende diretamente do objeto direto (VERKUYL 1993, 2002), objetos com quantificação genérica ou massivos transformam novamente o verbo em atividade:

- (8) a. João construiu casas.  
b. João limpou mesa.  
c. João andou quarteirões.  
d. João leu poema.

Rothstein (2004) tem uma saída mais interessante para o fenômeno. Segundo a autora, o léxico verbal fica de fato por conta das classes vendlerianas, e o VP tradicionalmente tratado como *accomplishment* (7) sofre projeção do traço télico do verbo. Quer dizer, em (7) há verbos *accomplishments* com VPs télicos; em (8), há verbos *accomplishments*, mas com VPs atélicos, pois a quantificação do objeto bloqueia a projeção do traço +télico para o VP.

Mas o fato é que a literatura costuma classificar verbos *accomplishments*, e portanto télicos, como VPs cujo objeto direto tem quantificação específica. A primeira pergunta mais do que intuitiva: 1) se é o objeto direto é quem dá telicidade ao VP, será o verbo *accomplishment* realmente télico?

Além das sentenças em (5), as sentenças em (6) também trazem mais uma questão para a telicidade. Se (6a) tem um complemento preposicionado, ou um PP adjunto, que confirma a atelicidade do verbo, o mesmo verbo atélico “nadar”, uma atividade, aparece em (6b) com complemento preposicionado que agora teliciza o

VP. Ora, então não é só o *accomplishment* que vai sofrer coerção pelos complementos verbais (tomando a noção de complemento no sentido lato), mas também as atividades que podem ser telicizadas no nível do VP (6b).

Novamente, há um tratamento interessante para isso. Tenny (1994) defende que os objetos diretos quantificados especificamente em (7) dão a medida do evento, numa formulação do que ela chama de princípio de mapeamento aspectual: o objeto direto - e só ele - pode dar a medida ou extensão do evento. Já os objetos diretos quantificados genericamente em (8) não dão a medida do evento, pois não têm quantificação para isso. Quanto aos complementos preposicionados de (6), a autora os chama generalizadamente de objetos indiretos. Aí vem outro princípio: o objeto indireto e só ele pode marcar o término do evento. Aí a confusão se instaura de vez. A segunda pergunta agora não tão intuitiva deriva imediatamente: 2) Se o objeto indireto preposicionado em alguns casos dá a telicidade ao VP, será o verbo *accomplishment* télico?

Um último argumento, que julgo definitivo, e talvez o mais ingênuo deles, diz respeito à telicidade atribuída aos *achievements*:

- (9) a. João quebrou a perna.  
b. João entregou o livro ao colega.

Ambos os verbos em (9) são considerados *achievements*, pois são dinâmicos, não-durativos e não homogêneos, ou não-*stage* e télicos. Na conta geral desses traços, os *achievements* são pontuais e télicos. Há uma contradição aqui. Se telicidade é a culminância de uma ação em processo, os *achievements* não têm duração ou não exibem o processo pressuposto no traço télico. Em outras palavras, não faz sentido dizer que *achievement* é télico se ele não tem culminância, só mudança de estado. A terceira e última pergunta: 3) Se os *achievements* são pontuais, e se telicidade é culminância de evento, faz sentido atribuir-lhes o traço +télico?

## Do léxico verbal à estrutura argumental

É justamente a reflexão sobre as três perguntas construídas acima que motivaram a hipótese aqui defendida: não há telicidade no verbo; ela está em

---

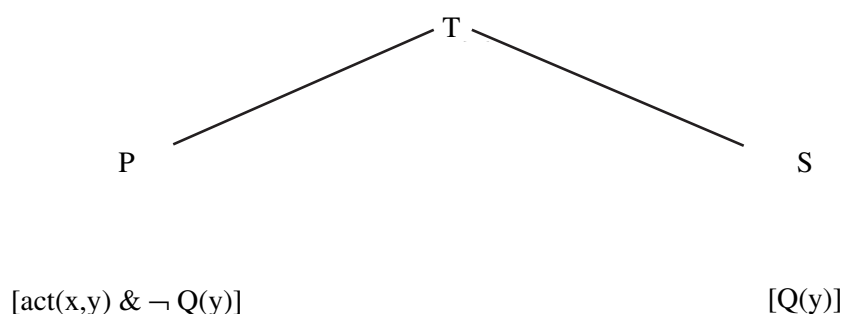
<sup>5</sup> A telicidade e suas manifestações na sentença seria efetivamente um assunto interessante para outro trabalho. Mas não pretendo chegar até ela aqui, pois há algo mais a dizer sobre o léxico do verbo.

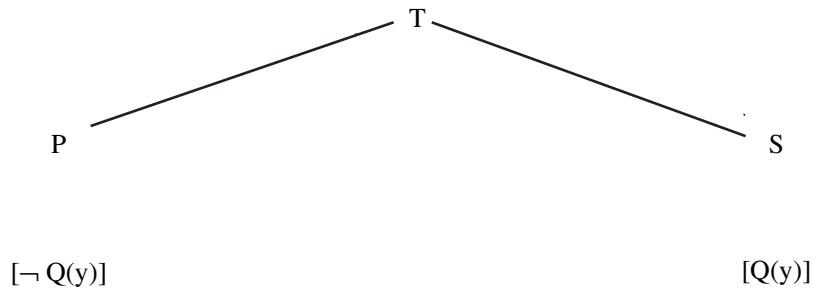


outros fenômenos da sentença: na quantificação do objeto ou em PPs que marcam o término ou culminância.<sup>5</sup> No léxico, o que há é uma descrição de eventualidade (atemporal), que “pressupõe e envolve a noção de tempo” (VENDLER, 1967, p.97), mas não a denota. O tempo e sua configuração são operações – aspecto gramatical (para o PB). A eventualidade envolve não só “idéia” de tempo, mas “outros fatores, como a presença ou ausência do objeto, condições, estados de coisas, etc.” (VENDLER, 1967, p.97).

Minha resposta é a seguinte: com relação ao léxico, prefiro optar pela clássica noção aristotélica de “oposição”, que resgata indiretamente a noção de papel temático. Quer dizer, *accomplishments* e *achievements* têm pontos díspares (os esquemas temporais são diferentes), mas ambos são transições (PUSTEJOVSKY, 1991) que se definem por “afetar” um argumento interno numa relação de oposição de estados. Na esteira das teorias de estruturas de evento (LEVIN; RAPPOPORT 1988 apud PUSTEJOVSKY 1991), baseadas nas operações sobre predicados de Dowty (1979), Pustejovsky propõe as estruturas (10) e (11) abaixo para as classes *accomplishments* e *achievements*. Nelas, T é transição, S é estado, P é processo e Q é uma variável de propriedade que sofre a relação de oposição pressuposta nas transições de *accomplishments* e *achievements*. Logo, *accomplishments* são transições em que a mudança de predicação também pressupõe um processo em que algum x age sobre y. Em “João limpou a mesa”, por exemplo, João (x) age na mudança de estado da mesa (y). Os *achievements*, por outro lado, são transições que não pressupõem o processo, mas só uma oposição na propriedade de y. Em “João quebrou o copo”, por exemplo, tem-se apenas a mudança de estado do copo (y), de não-quebrado para quebrado.

(10) *Accomplishment*:



(11) *Achievement*:

Dito de outra forma e mantendo parte dos traços das classes aspectuais: *accomplishments* e *achievements* têm argumento interno que é afetado, mas um é durativo e causativo e outro é pontual. É possível esboçar uma reconstrução da tabela de Bertinetto (2001), incrementando-a com informações do mapeamento sintático, inclusive sobre mapeamento temático de Dowty (1991):

Nesse sentido, léxico e aspecto gramatical são dois níveis de leitura distintos, que merecem relevância em análise de aspecto. Mas a descrição do léxico como a apontada neste artigo traz mais informações além das pressuposições temporais: argumentais e temáticas, por exemplo. Isso acarreta numa supervalorização do léxico que envolve semântica e sintaxe, uma espécie de mapeamento sintático da estrutura argumental que está na semântica da raiz verbal (DOWTY, 1991; LEVIN; HOVAV, 2006; GROPEN et al. 1991; GRIMSHAW 1990, 2005).

WACHOWICZ, Teresa Cristina. Telicity and aspectual classes. **Revista do Gel**, São Paulo, v.5, n.1, p. 57-68, 2008.

**ABSTRACT:** *This paper discusses the lexical aspectual reading of verbs in Brazilian Portuguese. The central question is about telicity, generally labeled to accomplishment (build a house, clean the table) and achievement (break an arm; fall down) classes. The hypothesis is that the telicity feature is not in the lexicon; the lexical information has another nature: an opposition of predication about the affected direct object. This implies immediately that the verbal lexicon brings semantic and syntactic information.*

**KEYWORDS:** *Aspect. Lexicon. Telicity.*

## Referências

BERTINETTO, Pter Marco. On a frequent misunderstanding in the temporal-aspectual domain: the perfective-telic confusion. In: CECCHETTO, Carlo.; CHIERCHIA, Gennaro; GAUSTI, Maria Teresa (Ed.). **Semantic interfaces: reference, anaphora and aspect**. Stanford: CSLI, 2001. p.177-210.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. O aspecto verbal no português falado. In: NEVES, Maria Helena de Moura (Org.). **Gramática do português falado, v.7: novos estudos**. Campinas: Ed. Unicamp, 2002. p.83-121.

COMRIE, Benard. **Aspect**. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

DELIDAKI, Sophia; VARLOKOSTA, Spyridoula. Testing the Aspect First Hypothesis: a preliminary investigation into comprehension of tense in child Greek. **ZAS Papers in Linguistics**, Berlin, n.29, p.73-84, 2003.

DOWTY, David. Thematic proto-roles and argument selection. **Language**, Baltimore, v.67, n.3, p.547-619, 1991.

\_\_\_\_\_. **Word meaning and montague grammar**. Dordrecht: Reidel, 1979.

GRIMSHAW, Jane. **Words and structure**. Stanford: CSLI: Publications, 2005.

\_\_\_\_\_. **Argument structure**. Cambridge: MIT Press, 1990.

GROPEN, Jass et al. Affectedness and direct objects: the role of lexical semantics in the acquisition of verb argument structure. **Cognition**, Amsterdam, v.41, p. 153-195, 1991.

HODGSON, Miren. The acquisition of Spanish perfective aspect: a study on children's production and comprehension. **ZAS Papers in Linguistics**, Berlin, n.29, p.105-117, 2003.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss de língua portuguesa**. 1.ed. São Paulo: Objetiva, 2001.

KRIFKA, Manfred. The origins of telicity. In: ROTHSTEIN, Susan (Ed.). **Events and grammar**. London: Kluwer, 1998. p.197-235.

LEVIN, Beth; HOVAV, Malka Rappaport. **Argument realization**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

PUSTEJOVSKY, James. The syntax of event structure. **Cognition**, Amsterdam, v. 41, p.47-81, 1991.

ROTHSTEIN, Susan. **Structuring events**: a study in the semantics of lexical aspect. Oxford: Blackwell Publishing, 2004.

SINGH, Mona. On the semantics of the perfective aspect. **Natural Language Semantics**, Netherlands, v.6, n.2, p.171-199, 1998.

SMITH, Carlota S. **The parameter of aspect**. London: Kluwer Academic Publishers, 1997.

SWART, Henriëtte de. Aspect shift and coercion. **Natural language and linguistic theory**, Netherlands, v.16, n.2, p.347-385, 1998.

TENNY, Carol. **Aspectual roles and the syntax-semantics interface**. London: Kluwer Academic Publishers, 1994.

VENDLER, Zeno. **Linguistics in philosophy**. Ithaca: Cornell University Press, 1967.

VERKUYL, Henk J. Aspectual composition: surveying the ingredients, 2002. Disponível em: <<http://www.let.uu.nl/~Henk.Verkuyl/personal/>>. Acesso em: 17 jul. 2004.

\_\_\_\_\_. **Aspectual issues**: studies on time and quantity. Stanford: CSLI Publications, 1999.

\_\_\_\_\_. **A theory of aspectuality**: the interpretation between temporal and atemporal structure. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

\_\_\_\_\_. aspectual classes and aspectual composition. **Linguistics and Philosophy**, Dordrecht, v.12, p. 39-94, 1989.

WACHOWICZ, Teresa Cristina; FOLTRAN, Maria José. Sobre a noção de aspecto. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, Campinas, v.48, n.2, p.211-232, 2007.

# TRADUÇÃO E VIAGEM: O BRASIL DE RICHARD BURTON

Cristina Carneiro RODRIGUES<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este trabalho examina duas traduções do relato da viagem pelo Brasil realizada pelo tradutor Richard Francis Burton, com o objetivo de evidenciar a semelhança entre a escritura de uma narrativa de viagem e a produção de uma tradução. As duas atividades são transformadoras, interpretativas e são responsáveis pela construção da imagem de um texto, de um autor, ou mesmo de um povo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estudos da tradução. Relato de viagem. Richard Burton.

Este trabalho tem como objetivo analisar a aproximação entre o viajar e o traduzir, evidenciando que alguns aspectos da tradução, especialmente as questões de poder, de interpretação e de construção de imagens do Outro, fazem parte da produção do relato de viagem e da tradução. Para Michael Cronin (2000), na relação entre viagem, linguagem e tradução, a linguagem seria um aspecto fundamental pois, na medida em que não é transparente e que não há equilíbrio entre os ditos intercâmbios lingüísticos, a aproximação com o outro, pela tradução ou pela viagem, pode gerar perdas de significado e erros de interpretação. Como ambas as atividades têm o poder de construir imagens das culturas estrangeiras, de construir

---

<sup>1</sup> Departamento de Estudos Lingüísticos e Literários, IBILCE, UNESP, São José do Rio Preto, SP, Brasil.  
cristina@ibilce.unesp.br

representações do Outro, envolvem a problemática da apropriação de outros povos e culturas.

Em *Across the lines*, Cronin (2000) aborda detalhadamente três situações em que linguagem, tradução e viagem se inter-relacionam: quando o viajante fala a “mesma” língua que os habitantes do lugar por onde viaja, como no caso de um estadunidense na Inglaterra; quando o viajante conhece a língua do outro (um italiano falando francês ao viajar pela França, por exemplo); e quando desconhece a língua do lugar por onde viaja. Em todos os casos, Cronin descreve situações de conflito lingüístico; mesmo quando o viajante fala a língua local, pois ele se depara com diferentes dialetos, sotaques e registros inusitados.

O autor não aborda, entretanto, a tradução do relato, ou seja, quando o relato de viagem escrito pelo estrangeiro é traduzido para o habitante do país alvo do relato. Nessa situação os conflitos lingüísticos e culturais podem ser exacerbados por diferentes fatores atuarem nas duas atividades. O texto estrangeiro não retrata o Outro estrangeiro, mas o que habita o lugar da própria tradução. Mas esse lugar não é mais o do habitante, é o construído pelo Outro estrangeiro. Se, de acordo com Venuti (2002, p.131) “[...] a tradução constrói uma representação doméstica para um texto ou cultura estrangeira [...]”, há espaço para se investigar o que ocorre quando se traduz uma representação estrangeira da cultura doméstica. Este trabalho busca examinar essa situação, partindo do pressuposto de que ler um relato de viagem, assim como ler uma tradução, é ter acesso a um certo ponto de vista, ou seja, que tanto a descrição de um povo ou de um lugar quanto a tradução são produtos de interpretação de sujeitos social e ideologicamente constituídos, que se apropriam do Outro, em maior ou menor medida, e que os sentidos não se transportam com total transparência.

Para Cronin (2000), viajar é uma maneira de traduzir, de transformar o outro, de exercer algum tipo de apropriação. Mas o autor não entende a tradução como sinônimo de qualquer tipo de transformação porque isso seria trivializar a tradução: pensar que todo tipo de transformação caracteriza a tradução, é semelhante a afirmar que tudo – ou seja, nada – é tradução. Seu objetivo é argumentar que questões de mediação entre línguas, que são do domínio da tradução, manifestam-se em outros campos; no caso, na relação com a viagem.

Meu propósito, ao examinar traduções do relato de viagem pelo Brasil feito por um tradutor que conhece nossa língua, é evidenciar a semelhança entre os processos de transformação desencadeados pelas duas atividades. Muitos já ouviram falar do viajante e tradutor Richard Francis Burton, famoso por sua versão das *Mil*

e *uma noites*. Poucos, entretanto, sabem que ele morou no Brasil entre 1865 e 1868 e escreveu *Exploration of the Highlands of The Brazil; with A Full Account of the Gold and Diamond Mines*, relato de sua viagem do Rio de Janeiro à cachoeira de Paulo Afonso, publicado em dois volumes na Inglaterra em 1869. De acordo com seu biógrafo Edward Rice (1991, p.398), esses volumes sobre Brasil “mal foram comentados pela crítica”, o que não ocorreu com os relatos de suas viagens pelo Oriente. Apesar da falta de entusiasmo por essa viagem na época, parece que hoje o livro de Burton desperta interesse, pois a Adamant Media Corporation editou, em 2003, na série Elibron Classics, uma edição fac-símile da edição publicada em 1869 pela Tinsley Brothers.

Duas traduções do livro de Burton estão disponíveis em português. A primeira, assinada pelo historiador Américo Jacobina Lacombe, foi editada em 1941 pela Companhia Editora Nacional, na série Brasileira, e reeditada em 1983; intitula-se *Viagens aos planaltos do Brasil* e foi dividida em três volumes, cujos subtítulos são: *Do Rio de Janeiro a Morro Velho*; *Minas e os mineiros*; e *O Rio São Francisco*. A segunda tradução é de David Jardim Júnior, publicada em 1976 pela EDUSP/Itatiaia, como parte da Coleção Reconquista do Brasil e dividida em dois volumes: *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho* (BURTON, 1976) e *Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico* (BURTON, 1977).

Quando iniciou sua viagem pelo interior do Brasil, em 1867, Burton tinha 46 anos e já havia realizado suas peregrinações pelo Oriente, mas não a tradução das *Mil e uma noites*. Veio ao Brasil a serviço do Ministério do Exterior Britânico, para trabalhar no porto de Santos, mas estabeleceu sua residência em São Paulo. “Depois de dezoito meses tediosos em Santos”, o Secretário de Sua majestade para os Negócios Exteriores (Lord Stanley) concedeu-lhe licença para que se ausentasse de seu posto (BURTON, 1976, p.35).<sup>2</sup> Parte de sua viagem seria de férias, para realizar um projeto pessoal, mas na outra parte, “*which is not a holiday excursion, the diamond diggings were to be inspected*” (BURTON, 1869, p.19). Na tradução de Jardim, Burton apenas “visitaria as lavras de diamantes” e não há ênfase em sua negação (“já não uma excursão de férias”, BURTON, 1976, p.35). Lacombe também não a enfatiza, mas em sua tradução Burton “deveria inspecionar as lavras de diamantes” (BURTON, 1941, p.55). O papel de observador do Governo

---

<sup>2</sup> Como as normas de edição de textos não permitem que as referências sejam feitas ao tradutor, as datas remetem à publicação da tradução. Quanto ao texto em inglês, a edição consultada é de 2003, fac-símile da publicação de 1869. O texto em inglês será apresentado em itálico, o que significa que a fonte normal representa o que é apresentado em itálico no texto de partida.

Britânico, marcado pelo itálico do autor na negação e pelo verbo usado, *inspect*, é praticamente apagado por Jardim. As traduções, especialmente a de Jardim, não evidenciam que boa parte da viagem de Burton é uma missão oficial. No entanto, na descrição de uma nova edição do livro que seria lançada em 2004 pela Narrative Press, esse é o dado inicial: “em 1866 Richard Burton tornou-se Cônsul em Santos, Brasil, e começou a observar o país para o Império Britânico, atento para o que podia ou não ser útil”.<sup>3</sup>

Os projetos editoriais das duas traduções são diferentes, mas em ambas enfatiza-se o aspecto documental da obra. Na orelha de *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*, Vivaldi Moreira apresenta Burton como um viajante “perspicaz e minucioso”, um erudito que faz “observações, análises, reflexões e conclusões absolutamente originais, [que] valem como indispensável documentário de uma época acerca dos lugares percorridos e cidades visitadas”. Burton seria um documentador preciso de “nossa história social e política”. Na segunda edição da Brasiliense lê-se, em orelha assinada por Américo Jacobina Lacombe, que Burton empreendeu “ousada navegação rio São Francisco abaixo” e “registrou suas tribulações num diário cheio de observações da maior acuidade acerca da natureza e da população ribeirinha”. Sua apresentação reveste o autor de rigor científico, pois teria sido “um imenso erudito, antropólogo, naturalista, folclorista e, acima de tudo, um arguto observador”. Seus dados seriam “válidos para a Sociologia contemporânea” (BURTON, 1983).<sup>4</sup>

O próprio autor declara apenas registrar seu percurso em um diário, pois no Ensaio Preliminar, salienta que não tentará fazer qualquer tipo de embelezamento do que vê – sua narrativa seria, “*mostly a succession of hard, dry photographs with rough lines and dark, raw colours, where there is not a sign of glazing. The sketch, in fact, pretends only to the usefulness of accuracy*” (BURTON, 1869, p.10). Para o tradutor Jardim (BURTON, 1976, p.25), o leitor teria acesso a “uma sucessão de duras e secas fotografias de linhas rudes e cores grosseiras, de todo sem brilho. A narração, de fato, só visa à utilidade da precisão”. Na interpretação de Lacombe

<sup>3</sup> Minha tradução de: “in 1866 Richard Burton became British Consul in Santos, Brazil, and began scouting for the British Empire, with an eye for what would be useful and what would not”. Essa edição da Narrative Press está sendo divulgada no site da Amazon desde junho de 2004. Atualmente, anuncia-se seu lançamento para julho de 2007. Disponível em: [http://www.amazon.com/Explorations-Highlands-Brazil-Account-Diamond/dp/1589762614/ref=sr\\_1\\_4/102-5308516-1672117?ie=UTF8&s=books&qid=1188474956&sr=8-4](http://www.amazon.com/Explorations-Highlands-Brazil-Account-Diamond/dp/1589762614/ref=sr_1_4/102-5308516-1672117?ie=UTF8&s=books&qid=1188474956&sr=8-4). Acesso em: 30 ago. 2007.

<sup>4</sup> Na segunda edição há essa orelha, um prefácio sem indicação de autoria e um apêndice ao ensaio preliminar de Burton, não incluídos na primeira edição de 1941.



(BURTON, 1983, p.57), teríamos “uma série de fotografias, secas e rudes, de linhas ásperas e nítidas, com cores vivas e sem o menor vislumbre de brilho. O meu esboço, realmente, só aspira a uma qualidade: ser fiel”.

Nessa declarada *accuracy* de Burton, traduzida por tradutor como precisão e, por outro, como fidelidade, percebe-se uma aproximação da viagem com os Estudos da Tradução. Temos um viajante afirmando não enfeitar, não embelezar, apenas descrever. Sua asserção é muito semelhante à de pesquisadores vinculados aos Estudos Descritivos da Tradução, que afirmam fazer descrições isentas e imparciais de traduções, sem acréscimo de qualquer juízo de valor. Em ambos os discursos, declara-se não haver subjetividade nem parcialidade; no entanto, se refletirmos sobre a metáfora usada por Burton, a da fotografia, concluiremos que não há a almejada neutralidade, pois o fotógrafo escolhe o ângulo do que é fotografado. Da mesma maneira, um pesquisador escolhe a perspectiva de sua análise. Nesse sentido, há subjetividade, e nem viajantes, nem pesquisadores conseguem a desejada ou declarada isenção.

Isso fica muito claro no texto de Burton, que constrói um Brasil e um brasileiro de um certo ponto de vista: do europeu, homem da ciência, dados ratificados pela apresentação das edições em português. Assim, a afirmação de *accuracy* de Burton não esconde a mediação, não apaga a visão imperialista do autor. Percebe-se, em seu relato, um traço que Edward Said (1990, p.203), ao analisar os escritos de Burton sobre o Oriente, observa: “[...] como um aventureiro viajante, Burton via-se compartilhando a vida do povo em cujas terras vivia”, mas sua tentativa de “enxergar a vida do ponto de vista de alguém imerso nela” não cala seu desejo de “dominação sobre todas as complexidades da vida oriental”. Na análise de Said (1990, p.202), “Burton era um imperialista”, apesar de se considerar um rebelde contra a autoridade e estaria em posição similar à do Império Britânico, nutrindo a “ambição européia de governar o Oriente” (SAID, 1990, p.204). Parece haver empenho de Burton nesse sentido ao viajar pelo Brasil: conhecer para dominar.

A língua ele dominava. Já havia traduzido parte de *Os Lusíadas*, quando veio ao Brasil.<sup>5</sup> Mas ele não diz isso em seu livro, nem explicita em que língua conversa com os condutores das mulas, com os cocheiros, com os donos das estrebarias nem com os vários estrangeiros que encontra em seu caminho.

---

<sup>5</sup> Sua tradução completa de *Os Lusíadas* (*The Lusíads*) foi publicada em Londres em 1880, pela B. Quaritch, em dois volumes.

Na nota ao ensaio preliminar, entretanto, Burton deixa clara a opinião geral dos britânicos a respeito da língua portuguesa: “*As a rule we dislike the [Portuguese] language because it is nasal, and we have a deep-rooted and most ignorant idea that Portuguese, the most Latin of all the neo-Latin tongues, is a ‘bastard dialect of Spanish’*” (BURTON, 1869, p.15). Na tradução de Jardim (BURTON, 1976, p.28) lê-se que, “em via de regra, desprezamos a língua, porque é nasal, e nutrimos a velha e errônea idéia de que o português, o mais latino de todos os idiomas neolatinos, é um ‘dialeto bastardo do espanhol’”.

Enquanto para Burton os britânicos não gostam da língua, para Jardim os britânicos depreciam, desprezam a língua, por ser nasal. Ora, em francês há mais vogais nasais que em português, e isso não parece criar problemas, pelo menos para Burton, que aprendeu francês, assim como latim e grego, muito jovem. De acordo com seu biógrafo Rice (1991), Burton falava outras línguas do ramo itálico do indo-europeu – italiano, espanhol, provençal, além do português – o que torna mais estranha a afirmação de que o português seria a mais latina das línguas neolatinas. O tradutor Lacombe (BURTON, 1983, p.75) mantém a afirmação, traduzida por: “geralmente a língua nos desagradava por ser nasalada. Temos uma idéia profundamente arraigada: a de que o português – a mais latina de todas as línguas neolatinas – é um ‘dialeto bastardo do espanhol’”.

Seus tradutores não notaram a estranheza da afirmação, ainda que Burton tenha declarado não ter tido oportunidade de fazer a revisão do livro, que ficou a cargo de sua esposa Isabel. Eles não observam que o ponto talvez fosse dizer que o português é a mais neo – nova – das línguas neolatinas (a última flor do Lácio).

Ainda que, pelo fato de ele mesmo ser falante do português, e não necessariamente compartilhar do desgosto da língua, Burton não se posiciona e usa o “we”, “nós” – os britânicos. Entretanto, como diz “*as a rule*”, ele pode discordar da opinião geral. Mas, ao adjetivar a idéia com “*ignorant*” evidencia não considerar o português um espanhol bastardo. Jardim deixa claro que Burton dela discorda, transformando-a em uma “idéia errônea”; Lacombe, ao não adjetivar “a idéia profundamente arraigada”, permite ao seu leitor considerar dúvida a posição de Burton a respeito.

Ainda que nesse trecho Burton não demonstre ter preconceito lingüístico, em outros pontos o expressa. O tupi, por exemplo, seria uma língua bárbara: “*the Tupy language delights in the onomatopoeic [...] and like many other barbarous tongues it expresses augmentation and magnitude by reduplication. Thus muré is a flute,*

*muré-muré a large flute*” (BURTON, 1869, p.25).<sup>6</sup> É do lugar do civilizado que Burton refere-se ao tupi, do mesmo lugar de que constrói, para os ingleses, a significação do Brasil e do brasileiro. Em seu relato, é evidente seu desejo de marcar a diferença, o exótico. Mas, mais evidente ainda é seu desejo de mostrar seu conhecimento e erudição: apresenta uma enorme lista de livros consultados, principalmente de relatos de viagens anteriores à dele. Em vários pontos, fornece a ortografia “correta” de lugares, plantas e animais, assim como seus nomes científicos e as espécies e subespécies a que pertencem. Essa tática parece-me muito mais delineada para que sua erudição seja reconhecida por seus pares do que para apresentar o Outro para um leitor comum – qual seria o motivo desse leitor querer saber por que se grafa São João d’El Rei e não Del Rei, Del Rey, D’El Rei (BURTON, 1869, p.114),<sup>7</sup> ou se se escreve Camapuã, Camapuão ou Camapúan (BURTON, 1869, p.158)?

A viagem de Burton foi em 1867 – a preocupação havia deixado de ser, nessa época, com a nomeação dos lugares, como foi a dos primeiros viajantes europeus pelo Brasil. Como tudo já está nomeado, o viajante detém-se no estabelecimento da correta ortografia ou etimologia, especialmente dos topônimos. Mas, como Burton é muito sensível a questões lingüísticas,<sup>8</sup> nota que, por exemplo, Dourado e Doirado são diferentes pronúncias de uma mesma palavra, e que o rio das Elvas é popularmente pronunciado como rio das Ervas. Cronin comenta que muitos viajantes têm enorme dificuldade com a maneira pela qual as palavras são pronunciadas. Mas não Burton, para quem o que assinala como dificuldade de outros viajantes é um traço a ser descrito.

Também não se pode negar que seja um bom observador dos costumes do povo e vários comentários a respeito incluem constatações sobre o uso da língua. Por exemplo, quando vai para Congonhas do Campo e se despede de seu anfitrião, nota que “*in these lands, where all wander; men do not say “adeus” (farewell), but “até a primeira”, “à tantôt”, or “até a volta” (pronounced “vorta”), till the return*”

<sup>6</sup> Traduzido por Jardim como “a língua tupi usa freqüentemente a onomatopéia e, como muitos outros idiomas bárbaros, emprega a repetição como aumentativo. Assim, muré quer dizer flauta, muremuré, flauta grande” (BURTON, 1976, p.41); Lacombe opta por: “o tupi apraz-se com onomatopéias [...]. Como em muitas outras línguas bárbaras, exprime o aumento ou a magnitude pelo aumento ou reduplicação. Assim, *muré* é flauta; *muré-muré* flauta grande” (BURTON, 1983, p.93).

<sup>7</sup> Em nota de rodapé, lê-se que: “*this [São João d’El Rei] is the only correct way of writing the name; all the others as Del Rei, Del Rey, D’El Rei, and numerous modifications, are obsolete or erroneous. The Arabo-Spanish article El is reserved in Portuguese for the king, and it commands a hyphen: the particle “d” cannot claim a capital letter, and the modern Portuguese write Rei, not Rey, which is now Spanish*” (BURTON, 1869, p.114).

<sup>8</sup> Fawn McKay Brodie (1984) afirma que Burton seria um dos dois ou três grandes lingüistas de seu tempo.

(BURTON, 1869, p.157), traduzido por Jardim (BURTON, 1976, p.145) como “nessas terras, onde tudo se movimenta, as pessoas não dizem “adeus”, mas “até a primeira”, “até logo” ou “até a volta” (pronuncia-se vorta)”. Na tradução de Lacombe (BURTON, 1983, p.240) lê-se que “nessas terras onde todos vagueiam, os homens não dizem *adeus*, mas “*até a primeira*”, “*à tantôt*” ou “*até a volta*” (pronuncia-se *vorta*)”.

Mas, apesar de suas observações, seu relato evidencia que ele não participa efetivamente da vida dos lugares por onde passa – não há assimilação cultural, compartilhamento; narra cenas pouco usuais para seus leitores britânicos e analisa o comportamento do brasileiro de cima e de fora, mostrando até alguma condescendência para com seus inferiores, que não partilhariam de seu saber científico. Como exemplo dessa atitude, selecionei um trecho em que Burton relata um sábado passado em São João del Rei, em que também se evidencia sua irreverência; seu texto é seguido pela tradução de Jardim e pela de Lacombe:

*It was saturday – begging day by ancient usage in the Brazil. We were strangers, and therefore fair game. The Praia was beset by cripplés of every kind and some wore the weekly “property dress” – I had never yet seen so much mendicancy in so small a place. Was with me a person who still believes in the Knightly and middle-aged legends about alms, and even a share of bed unwittingly given to individuals of exalted rank in the Spiritual Kingdom: one of these wretches might be St. Joseph, or something higher. All, therefore, received coppers, and the result were a glorious gathering of Clan Ragged, the expenditure of small change, the not seeing St. Joseph, and the frequent seeing “Saint Impudence”. (BURTON, 1869, p.136)*

Era sábado, dia dos mendigos, de acordo com o velho costume do Brasil. Nós éramos estrangeiros, e, portanto, boa presa. A Praia estava repleta de aleijados de todos os gêneros e alguns usavam a “indumentária adequada” da semana. Jamais eu vira tanto mendigo em tão pouco espaço. Estava comigo uma pessoa que ainda acredita na caridade e nas lendas medievais acerca das esmolas e, mesmo na hospitalidade concedida, sem o saber, as pessoas de ordem elevada no Reino Espiritual: um daqueles desgraçados poderia ser São José ou algo mais alto. Todos, portanto, receberam moedas de cobre, e os resultados foram a gloriosa reunião do Clã dos Esfarrapados, o gasto de todo o dinheiro trocado, e não aparecimento de São José e o freqüente aparecimento de “Santa Impudência”. (BURTON, 1976, p.129)

Era sábado – dia de esmolas, segundo o antigo costume no Brasil. Para nós, estrangeiros, portanto, um espetáculo interessante. A praia estava apinhada de estropiados de toda espécie. Alguns estavam com a roupa semanal limpa. Nunca havia visto tanta mendicância num lugar tão pequeno. Estava comigo certa pessoa que ainda acredita em lendas cavaleirescas e medievais sobre a esmola, dada, sem se saber, a individualidade de grau elevado no Reino Espiritual. Um desses pobres desgraçados poderia ser São José ou alguém mais importante ainda. Todos os pobres, portanto, ganharam cobres, e o resultado foi uma brilhante reunião do grupo dos esfarrapados, o dispêndio do dinheiro, sem que aparecesse São José, mas com o aparecimento muito freqüente de São Desaforo. (BURTON, 1983, p.216).

Nesses dias das esmolas, são os Outros – os que têm crenças medievais – que dão esmolas e gastam dinheiro para nada (afinal, São José não aparece). Note-se que cada tradutor interpretou de modo diferente a estrangeiridade marcada por Burton. Enquanto para Jardim eles (o grupo formado por Burton, sua esposa Isabel e mais dois ingleses) seriam “boa presa” e, portanto, também alvo dos mendigos e objeto de seu assédio, para Lacombe eles lá estariam apenas assistindo a um “espetáculo interessante”, sem participação alguma. Enquanto no texto em inglês e na tradução de Jardim podemos interpretar que sua superioridade britânica é também a de um homem sobre uma mulher crédula – sua esposa pode ser a pessoa que ainda acredita na crença medieval e deu esmolas aos pobres – essa interpretação é descartada na leitura da tradução de Lacombe, que nos mostra o grupo como platéia de um costume local.

Nesse trecho nota-se também que, diferentemente de sua viagem a Meca, no Brasil, ele não busca parecer um nativo. Burton marca que não é apropriado para um britânico se abrigar – nem nos costumes, nem nas vestimentas: um britânico deve ser reconhecido por outro britânico. Em determinado momento do relato, ao chegar a São João del Rei, vê um “*indubitable British hat*”; ele fala com o dono do chapéu, que o apresenta a um conterrâneo que também vive no lugar e acha muito bom saber que “*their home habits had not permitted themselves to become Brazilianised. Brazilian is good, and British is good; the mixture, [...] spoils two good things*” (BURTON, 1869, p.113).<sup>9</sup>

O que se nota é que é o europeu – ou o britânico – deve se manter puro. A mistura aqui é contaminação perniciosa, a ser evitada. Em minha análise, isso é resultado da maneira pela qual Burton constrói a significação do brasileiro. A imagem construída é a de um povo ordeiro, gentil, hospitaleiro, mas a de quem, como as mulheres, precisa constantemente receber elogios. O brasileiro se caracteriza pela generosidade, mas é descuidado e não é pontual. É cortês, amável, mas sua cortesia pode esconder um logro. Burton relata o caso de uma conta excessivamente alta, em que o dono do hotel incluía as cervejas que ele mesmo tomara; quando fala das galinhas servidas às refeições, comenta que invariavelmente notava a falta de uma coxa ou de uma asa.

---

<sup>9</sup> Na tradução de Jardim (BURTON, 1976, p.108) consta que “a conservação dos hábitos domésticos não havia permitido que eles se tornassem brasileiros. Brasileiro é bom, e britânico é bom; a mistura [...] estraga duas coisas boas”; no texto da Brasileira lê-se que “a conservação de seus hábitos íntimos não havia permitido que eles se abrigassem. Os brasileiros são bons, os ingleses também. A mistura [...] estraga as duas coisas boas” (BURTON, 1983, p.188).

A imagem da prodigalidade e mesmo da negligência do povo nativo é reiterada em várias passagens do relato: o brasileiro usa mal os recursos naturais, deixa frutas que poderiam ser aproveitadas apodrecerem no chão, não usa tecnologia adequada na agricultura e nem aproveita a boa terra de que dispõe. Os tradutores até reforçam um pouco essa imagem, com a adjetivação usada. Nas duas traduções examinadas, com raras exceções, lê-se a legitimação desse olhar europeu sobre o Brasil e a reiteração do imaginário criado para significar o brasileiro.

Essa legitimação inicia-se pela própria apresentação das obras como documentos produzidos por um homem europeu e cientista. No entanto, como nos lembra Orlandi (1990, p.124), apesar de os livros dos estrangeiros serem apresentados como livros de história, não são apenas documentos, são a matéria de constituição dos sentidos que definiriam a nação brasileira.

Os viajantes, homens supostamente civilizados, construíram para nós uma imagem com a qual, de certa forma, nos acostumamos e que realimentamos. Esquecemos, entretanto, que é uma imagem, produzida a partir de determinado ponto de vista. É uma imagem, como as fotos de Burton e como as traduções, mediada por sujeitos.

Dessa maneira, não é apenas “a tradução [que] exerce um enorme poder na representação das culturas estrangeiras” (VENUTI, 2002, p.130). A afirmação de Venuti pode estender-se ao relato de viajantes, que também tem esse poder. Mas, mais que isso, a tradução também pode ter efeitos na representação de culturas nacionais quando traduzimos a representação dos estrangeiros e as tomamos como meros documentos – esquecendo-nos de que são representações produzidas de determinado ponto de vista.

RODRIGUES, Cristina Carneiro. Translation and travel: Richard Burton's Brazil. **Revista do Gel**, São Paulo, v.5, n.1, p. 69-79, 2008.

**ABSTRACT:** *This paper examines two translations of the travel writing in Brazil carried out by the translator Richard Francis Burton with the purpose of making the similarity between the writing of a travel narrative and the production of a translation evident. Both activities are transformative, interpretive and responsible for constructing the image of a text, an author, or even one people.*

**KEYWORDS:** *Translation Studies. Travel writing. Richard Burton.*

## Referências

BURTON, Richard Francis. **Explorations of the highlands of the Brazil with a full account of the gold and diamond mines**. London: Tinsley Brothers, 1869. Replica Edition by Adamant Media Corporation, 2003.

\_\_\_\_\_. **Viagens aos planaltos do Brasil**. 2.ed. Tradução de Américo Jacobina Lacombe. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1983. 3v.

\_\_\_\_\_. **Viagem de Canoa, de Sabará ao Oceano Atlântico**. Tradução de David Jardim Junior. São Paulo: Itatiaia: EDUSP, 1977.

\_\_\_\_\_. **Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho**. Tradução de David Jardim Junior. São Paulo: Itatiaia: EDUSP, 1976.

\_\_\_\_\_. **Viagens aos planaltos do Brasil (1868)**. Tradução de Américo Jacobina Lacombe. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1941. v. 1.

BRODIE, Fawn McKay. **The devil drives: a life of Sir Richard Burton**. New York: W. W. Norton, 1984.

CRONIN, Michael. **Across the lines: travel, language, translation**. Cork: Cork University Press, 2000.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Terra à vista: discurso do confronto: velho e novo mundo**. São Paulo: Cortez; Campinas: EDUNICAMP, 1990.

RICE, Edward. **Sir Richard Burton: o agente secreto que fez a peregrinação a Meca, descobriu o Kama Sutra e trouxe as Mil e uma noites para o Ocidente**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. Tradução de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TOURY, Gideon. **Descriptive Translation Studies and beyond**. Amsterdam: John Benjamins, 1995.

VENUTI, Lawrence. **Escândalos da tradução: por uma ética da diferença**. Tradução de Laureano Pelegrin, Lucinéia Marcelino Villela, Marileide Dias Esqueda e Valéria Biondo. Bauru: EDUSC, 2002.





# A RELEVÂNCIA DA PESQUISA BASEADA EM *CORPORA* NA PRÁTICA DE TRADUÇÃO JURAMENTADA NO BRASIL: A VARIAÇÃO SEMÂNTICA EM ESTATUTOS SOCIAIS

Érika Nogueira de Andrade STUPIELLO<sup>1</sup>

**RESUMO:** Um dos grandes desafios enfrentados pelo tradutor juramentado em seu trabalho é a busca por termos apropriados para a tradução de termos jurídicos. Este trabalho visa refletir sobre a pertinência da aplicação da pesquisa baseada em *corpora* como auxílio para a prática de tradução juramentada. Para tanto, foram extraídos termos em português e em inglês, utilizados em textos na área do Direito Societário. A comparação e a análise das ocorrências procuram ilustrar a adequação da aplicação dessa pesquisa no sentido de auxiliar o tradutor juramentado a validar suas escolhas, produzindo um texto que atenda aos fins aos quais se destina.

**PALAVRAS-CHAVE:** Tradução juramentada. Pesquisa baseada em *corpora*. Direito societário.

## Introdução

A tradução de textos jurídicos apresenta grandes desafios para o tradutor, principalmente na realização de traduções juramentadas, por força de seu compro-

---

<sup>1</sup> Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, – IBILCE, UNESP, São José do Rio Preto, SP, Brasil. erika@traducao-interpretacao.com.br

misso de constituir-se “guia de leitura” do texto original. Embora as traduções técnicas igualmente exijam preparo e uma pesquisa mais detalhada, pode-se dizer que, na linguagem científica, há certa padronização nas referências, principalmente de coisas palpáveis (instrumentos, objetos). Por outro lado, em se tratando de textos jurídicos, a situação se torna ainda mais complicada pelo fato de os sistemas serem diferentes já em suas origens e concepções, tornando ainda mais complexa a busca por equivalentes funcionais.

O problema inicia-se com a própria denominação de algumas entidades legais como, por exemplo, o conceito de “sociedade” que, no Brasil, é sempre uma pessoa jurídica sujeita a impostos de pessoas jurídicas. Nos Estados Unidos, ao contrário, não haveria essa obrigatoriedade, o que permitiria a tradução de “sociedade” tanto por *company*, como uma designação geral para algum tipo de negócio, como até por *partnership*, no sentido de uma sociedade de pessoas.

Este trabalho visa a apresentar algumas contribuições da pesquisa baseada em *corpora* para a prática de tradução juramentada, em especial no que se refere à variação semântica de termos recorrentes na linguagem jurídica que, em geral, constituem desafios para o tradutor, principalmente na área de Direito Societário. Tendo por base o estudo comparativo baseado em *corpora* proposto por Tognini-Bonelli (2002), foram escolhidos três termos em português (“sociedade”, “diretoria” e “conselho de administração”) e quatro em inglês (“*company*”, “*partnership*”, “*corporation*” e “*board of directors*”) e observados em um *corpus* comparável, elaborado a partir de estatutos (ou contratos) sociais extraídos da internet e originariamente escritos em inglês e português respectivamente, e um paralelo, composto de traduções juramentadas de estatutos sociais. Mediante a comparação e a análise das ocorrências dos referidos termos, propôs-se refletir sobre a relevância da utilização de *corpora* como instrumento de auxílio e validação das escolhas terminológicas feitas pelo tradutor juramentado em suas traduções.

## A tradução juramentada e o caráter dos textos jurídicos

A tradução juramentada tem sido basicamente tratada por meio de regulamentações, legalmente criadas, com o objetivo de delimitar e até prescrever uma conduta de trabalho e ética que assinala e diferencie essa prática daquela dita “não juramentada”.

Em face às implicações legais de seu trabalho, o tradutor público parece encontrar-se em uma situação um tanto conflituosa, envolvendo disposições legais

que estabelecem, entre outras coisas, a “literalidade” da tradução, sua pressuposta condição de “cópia” de um texto ou documento original, e a prática de tradução juramentada em si, que envolve, simultaneamente, diferentes línguas, culturas e, muitas vezes, particularidades de sistemas jurídicos diversos. É grande a lacuna entre o que se prescreve para a tradução juramentada e as situações vivenciadas pelo tradutor público em sua rotina de trabalho, já que há a expectativa, por parte de clientes que contratam este trabalho de tradução, de que o documento ou texto assim traduzido seja mais “adequado”, “preciso” e reproduza o significado exato do original. Conforme explica Aubert (1996, p.107), a “característica de fidelidade” da tradução juramentada confere ao documento traduzido poderes de produzir “efeitos legais no país da língua de chegada”, como também garante sua qualidade de “correta, precisa, exaustiva e semanticamente invariante em relação ao original”.

No artigo “*Indeterminacy, translation and the law*”, Joseph (1995) também discute a difundida tendência em se pensar na capacidade de um texto ou documento traduzido oferecer a *mesma* leitura de seu texto original. De acordo com ele, a característica universal dos textos ditos jurídicos e de suas respectivas traduções seria a de que o autor e o tradutor “desaparecem”. Se, na maior parte dos casos, a referência ao autor do texto original tem primazia com relação à menção ao nome do tradutor na tradução de textos e documentos jurídicos, a expectativa seria a de que ambos deveriam desaparecer, permitindo que a suposta verdade contida no significado do texto original fosse conduzida, sem perdas ou interferências, ao texto traduzido.

Assim, em uma tradução jurídica, o mais importante seria a “transferência exata de significado da língua original para as formulações convencionais precisas da língua alvo” (JOSEPH, 1995, p.19, tradução nossa). A possibilidade de ausência de interferência por parte do tradutor e de um intercâmbio entre sistemas legais faria parte, segundo Joseph, de um “mito” de que o verdadeiro autor de um texto jurídico seria, em si, uma entidade fictícia, “a Lei”, originada com base na concepção platônica de texto jurídico. De acordo com tal concepção, o fato de as palavras e as leis serem históricas e convencionais não as impediria de “refletirem a forma ideal das coisas que nomeiam” (JOSEPH, 1995, p.21). Por extensão, um texto jurídico revelaria sua intenção ou seu propósito legal e sua tradução seria mais um reflexo perfeito desse propósito.

A crença na possibilidade de reprodução da origem encontra ecos na expectativa de uma tradução equivalente por parte dos clientes que contratam uma tradução juramentada, como também no modo como o tradutor, em muitos casos,

concebe seu trabalho como transferência de significados, conseqüentemente não se atendo às transformações inevitáveis ocasionadas pelo confronto entre diferentes línguas e sistemas (jurídicos) que, a todo o momento, chamam a atenção para a impossibilidade de se atingir a equivalência idealizada pelo senso comum a respeito da tradução juramentada, visto que,

[...] na tradução juramentada, além das coerções impostas pela língua, há também restrições de natureza legal, já que se está lidando com sistemas distintos. O documento traduzido na forma juramentada não é uma cópia fiel do original, justamente pelo fato de fazer parte de um outro sistema jurídico, para o qual haverá diferentes interpretações daquelas conferidas ao instrumento original. A tradução juramentada, na verdade, permite que o documento de partida produza efeito legal no Brasil por meio da transformação que provoca em toda sua estrutura, a fim de que ele se torne coerente com o sistema jurídico deste país. (STUPIELLO, 2001, p.97-98).

Se, para produzir “efeito legal” na língua-meta, o texto traduzido na forma juramentada inevitavelmente sofre modificações, pode-se afirmar que as mesmas não são casuais, mas estão diretamente ligadas às escolhas interpretativas feitas pelo tradutor durante o estudo e a pesquisa terminológica. Por essa razão, o trabalho de pesquisa sobre o qual se assenta qualquer tradução requer todos os recursos passíveis de serem utilizados de maneira eficaz no sentido de auxiliar o tradutor na elaboração da tradução, podendo-se nomear os dicionários (mono ou bilíngües) especializados ou não, a internet e as atuais e crescentes aplicações da pesquisa em *corpora*.

Sardinha (2004, p.235) considera a pesquisa em *corpora* inovadora e de grande auxílio à tradução por viabilizar “a análise comparativa de padrões entre duas línguas”, o que contribui diretamente para uma pesquisa terminológica mais apurada, resolvendo pendências deixadas pelos dicionários que, muitas vezes, não dão conta de detalhar os campos semânticos aos quais certos itens lexicais se associam. A ausência de informação semântica no dicionário, isto é, que tipo de carga conotativa cada termo contém na língua em que se insere, pode, segundo o referido autor, “trazer implicações relacionadas à fidedignidade, aceitabilidade e legibilidade do texto traduzido ou vertido” (SARDINHA, 2004, p.238).

As três implicações mencionadas parecem estar direta e simultaneamente relacionadas à prática de tradução juramentada, uma vez que a aceitação de um documento estrangeiro só se realiza mediante apresentação deste acompanhado de sua tradução pública que, além de fidedigna ao teor original, deve ser legível e coerente com o sistema jurídico do qual passa a fazer parte.

O próximo item discutirá como a pesquisa baseada em *corpora* pode servir de auxílio especificamente na prática de tradução juramentada, como mais um meio do tradutor alcançar uma tradução que atenda à sua finalidade, isto é, fazer com que o documento estrangeiro produza efeito legal em um outro sistema jurídico.

## **A pesquisa baseada em *corpora* como instrumental para a pesquisa terminológica em tradução juramentada**

Segundo Baker (1996), a tradução foi, durante muito tempo, vista com desconfiança por lingüistas, já então desenvolvendo trabalhos de pesquisa em *corpora* monolíngües, pois enxergavam o uso de *corpora* de textos traduzidos somente como um meio para avaliar e criticar o produto final. A inclusão da tradução nessa área de pesquisa lingüística teria ocorrido somente há uma década, em que o foco de atenção voltou-se ao processo de tradução. Conforme explica, essa mudança seria um reflexo de uma “[...] maior consciência nos estudos da tradução da natureza distinta da tradução como um evento comunicativo moldado por objetivos, pressões e contexto de produção próprios” (BAKER, 1996, p.175).

A mudança de foco do texto meta para o texto alvo teria ocorrido gradualmente, a partir de observações sobre as diferentes estratégias que o tradutor teria que lançar mão nos diferentes textos trabalhados, sendo sempre guiadas pela *função* a ser desempenhada pela tradução na língua meta. Conforme explica Baker, as técnicas de pesquisa em *corpora* tornaram possível o exame das diferentes funções, assim como das características específicas do texto traduzido, entre elas, as tendências à simplificação (da linguagem ou mensagem), à explicitação (do conteúdo do texto original) e à normalização (tendência à conformidade com os padrões típicos da língua-meta), características peculiares do texto traduzido, que os tornariam “[...] menos idiossincráticos, ou mais semelhantes um ao outro do que os textos originais” (BAKER, 1996, p.176-177).

No contexto da tradução juramentada, pode-se dizer que a função que a tradução juramentada exercerá tem influência constante e decisiva nas escolhas feitas pelo tradutor e na forma como a prática é conduzida, respeitando-se todas as formalidades intrínsecas a documentos traduzidos com “fé pública”. Os estudos conduzidos por Aubert (1996, 2004) apontam para o caráter complexo da prática de tradução juramentada que, conforme explica,

Se, de um lado, o efeito literalizante se mostra evidente em várias das soluções propostas, ainda que ao preço de “forçar os limites” das estruturas e dos “usos

e costumes” da língua-alvo, de outro os tradutores parecem buscar um certo equilíbrio, efetuando, por diversos caminhos, adaptações à língua-meta, de modo a assegurar uma maior legibilidade e identificação do leitor com o texto traduzido, ou seja, “desestrangeirizando”, ao menos em parte, o texto traduzido. (AUBERT, 2004, p.7, grifo do autor).

Percebe-se, por esta declaração, o caráter misto da tradução juramentada que, embora esteja submetida a coerções específicas da prática, depende diretamente da competência e da sensibilidade do tradutor público no trabalho de conciliação entre os termos que ganham novas interpretações na rede de significados da qual passam a fazer parte. Assim, torna-se problemático conceber as soluções tomadas para uma tradução como sendo cabíveis ou aplicáveis a todo texto.

Em busca de suporte para o tradutor juramentado em seu trabalho de conciliação de diferentes sistemas jurídicos, apresenta-se, a seguir, uma análise de alguns termos do extraído de textos na área do Direito Societário, em uma amostragem que tem por propósito a demonstração da utilidade da pesquisa baseada em *corpora*, no trabalho de tradução juramentada.

Metodologia da pesquisa baseada em *corpora*: o modelo Tognini-Bonelli (2002)

Tognini-Bonelli (2002, p.76) propõe um estudo comparativo entre duas línguas baseado em *corpora*, pois, como defende, “[...] uma correlação entre forma e significado de um lado e uma unidade estendida de significado do outro são os passos cruciais para identificar uma rede de equivalências”. Conforme explica, essa seria uma visão de linguagem segundo a qual as escolhas feitas seriam “primariamente funcionais” e, por meio da correlação, seria possível associarmos padrões formais de “preferência semântica” e “prosódia semântica”, observadas por dois “*corpora* comparáveis” (um de textos originais e outro de textos traduzidos) e a identificação e a combinação da forma e da função seriam feitas com os dois conjuntos de dados. Dessa forma, a autora propõe três passos para a realização da análise: no primeiro, encontramos o *corpus* comparável na Língua Fonte; no segundo, temos o *corpus* paralelo (formado por textos traduzidos ou, no caso da pesquisa durante a realização de uma tradução, poderíamos considerar a “intuição do tradutor”) e, por fim, no terceiro, observa-se o *corpus* comparável na Língua Meta. A grande utilidade da organização do *corpus* em três “passos” é explicada pela autora da seguinte maneira:

Com a evidência do *corpus* disponível e com a capacidade de identificar de maneira sistemática o perfil lexical e gramatical relevante de uma palavra ou expressão, essa

abordagem reduzirá a lacuna existente entre a tradução de sua própria língua materna ou para ela. Ao observar os padrões no eixo vertical da concordância e identificar unidades sintagmáticas maiores no eixo horizontal e ao considerar as distribuições de frequência, o tradutor poderá tanto avaliar o que é possível, como também o que é provável; a adequação específica ao contexto será avaliada perante evidências e o sentido total dos desvios da norma propositais ou não do tradutor serão avaliados em comparação a uma gama de variações presentes no *corpus* da Língua Alvo. (TOGNINI-BONELLI, 2002, p.77).

Visando a avaliar o uso da linguagem jurídica na língua materna e na tradução, com base na proposta de Tognini-Bonelli (2002), foram escolhidos três termos utilizados no Direito Societário em português (“sociedade”, “diretoria” e “conselho de administração”) e quatro em inglês (“*company*”, “*partnership*”, “*corporation*” e “*board of directors*”). Esses termos foram observados em um *corpus* comparável, elaborado a partir de estatutos (ou contratos) sociais extraídos da internet, tendo sido originariamente escritos em inglês e português, respectivamente, e um paralelo, composto de traduções juramentadas de estatutos sociais. Assim, organizou-se um *corpus* comparável, formado por 15 textos originariamente escritos em língua portuguesa, denominados “Estatuto Social”, e 15 textos originariamente escritos em língua inglesa, intitulados “*Articles of Incorporation*”. Além disso, formou-se também um *corpus* paralelo constituído de 11 arquivos eletrônicos de documentos intitulados “*Articles of Incorporation*” traduzidos na forma juramentada.

A análise terminológica foi executada com auxílio do programa *Wordsmith Tools* (versão 4.0). Em uma primeira análise de frequência de termos recorrentes em Direito Societário em inglês e português, observou-se que o termo “*corporation*” constou em 13 textos em língua inglesa, ao passo que “*board of directors*” esteve presente em todos os 15 textos em língua inglesa analisados. A razão forma/item (*type/token ratio*) para os textos em inglês foi de 7.75 (299.870 *types* e 38.693 *tokens*). Em português, o termo “conselho” foi observado nos 15 textos em língua portuguesa analisados, ao passo que “diretoria” esteve presente em 14 deles. A razão forma/item para os textos em inglês foi de 8.13 (489.336 *types* e 60.189 *tokens*). Por fim, na tradução juramentada, o termo “conselho” aparece em 9 textos traduzidos e “diretoria” não apresentou dados significativos, com somente 5 ocorrências. A razão forma/item para a tradução juramentada foi de 6.20 (360.213 *types* e 58.099 *tokens*).

A busca realizada considerou tanto “contrato social” como “estatuto social” como possibilidades de tradução para “*articles of incorporation*”, conforme proposto por Nogueira (2000, p.34), que afirma haver uma tendência no Brasil em se

associar “estatuto social” ao termo *bylaws*, utilizado para designar o “regimento interno” de uma sociedade, um documento raro no Brasil e, talvez por esse motivo, gerador de problemas para tradução.

Essa pesquisa constituiu apenas uma amostra, com capacidade de ser expandida, tanto em número de textos traduzidos na forma juramentada, quanto no tamanho dos *corpora* comparáveis. Assim, o objetivo não foi realizar uma análise quantitativa das palavras e suas frequências, mas focou-se na análise da pesquisa em *corpora* como um instrumental para a pesquisa terminológica realizada pelo tradutor juramentado, com vistas à produção de uma tradução adequada à função de permitir que documentos estrangeiros sejam aceitos e processados em nosso país.

## Discussão dos resultados da pesquisa

A análise do *corpus* selecionado possibilitou a elaboração de algumas considerações acerca dos termos pesquisados.

Em primeiro lugar, a própria escolha da área do Direito Societário já remete às complexidades inerentes aos diferentes sistemas jurídicos, dos quais texto de origem e tradução fazem parte, e que representam um desafio na elaboração de uma tradução juramentada. A começar com o próprio termo “sociedade” que, segundo o *Vocabulário Jurídico* de Plácido e Silva (1998, p.764), doravante *VJ*, “[...] revela-se na organização constituída por duas ou mais pessoas, por meio de um contrato, ou convenção, tendo o objetivo de realizar certas e determinadas atividades, conduzidas ou empreendidas em benefício e em interesse comum”. A mesma obra ressalta que “sociedade” difere-se de “associação” por ter finalidades econômicas, para isso visando sempre aos interesses de seus sócios. Em inglês, “sociedade” é geralmente traduzida por “*company*”, “*partnership*” ou “*corporation*” (SILVA, 1998, p.199). Em inglês, os termos “*company*”, “*corporation*” e “*partnership*” referem-se a uma sociedade de pessoas, “conduzindo um empreendimento comercial ou industrial”, segundo o *Black’s Law Dictionary* (GARNER, 1999, p.274), doravante *BLD*. Entretanto, cada um desses termos tem sua particularidade situacional e funcional, muitas vezes não sendo intercambiáveis entre si. Um exemplo seria o termo “*corporation*”, geralmente usado no sentido de “*business corporation*”, embora seja importante ressaltar que qualquer pessoa jurídica, em inglês, também é denominada *corporation*, e que nem sempre uma empresa tem fins lucrativos. Segundo Nogueira (2000), o termo “*partnership*”



seria usado no sentido de uma sociedade de pessoas ou em comandita (sociedade em que alguns sócios não participam da gestão dos negócios, mas somente respondem pelo capital investido na empresa). O termo “*company*”, por sua vez, teria o sentido de “sociedade por quotas de responsabilidade limitada” e “*corporation*” seria usado para designar uma “sociedade por ações”, isto é, de capital aberto.

No estudo da adequação das acepções oferecidas pelos dicionários especializados consultados, realizou-se a busca por concordâncias com os termos selecionados com o auxílio da ferramenta *Concord* do *Wordsmith Tools*, a qual apresenta as concordâncias de um termo específico juntamente com o texto ao seu redor. Primeiramente, selecionou-se o termo “sociedade”, em português, no *corpus* composto por traduções juramentadas de contratos sociais. Algumas ocorrências são as seguintes:

vigor nas Ilhas Virgens Britânicas, a Sociedade gozará de todos os poderes onal Corp. SEDE SOCIAL. A sede da Sociedade será o Citco Building tendo em vista o capital autorizado da Sociedade, que será de US\$50.000,00 todos os aspectos. 10. As ações da Sociedade podem, conforme decisão s negócios, os assuntos e o passivo da Sociedade, salvo onde as disposições pelo Memorando de Constituição da Sociedade, (“o Memorando”) ou por este qualquer portador de ações nominais da Sociedade, emitirá a este um certificado membro do conselho ou diretor da Sociedade e gozará dos mesmos direitos

Como pode ser observado, “sociedade” é utilizado no contexto de “sociedade de ações”, em inglês “*corporation*”, conforme definido no *VJ*. Para verificar a adequação semântica de “sociedade” em português, foram compilados textos com o auxílio do buscador *Google*, chegando-se a um total de 15 textos denominados “*Articles of Incorporation*” (documento com a mesma função no Direito Societário de *Estatuto ou Contrato Social*). Com o auxílio da ferramenta *Concord*, buscou-se uma lista de ocorrências com o termo “*corporation*”. O resultado encontrado foi o seguinte:

NATURE This is a nonprofit corporation organized solely for general ASSETS The property of this corporation is irrevocably dedicated to the net income or assets of this corporation shall ever inure to the benefit the articles of incorporation of this corporation, by its bylaws, and by such the initial registered office of the corporation is University of Miami Law

Observa-se que, em inglês, “*corporation*” refere-se também a uma sociedade sem fins lucrativos (*nonprofit corporation*), o que em português é, em geral, expresso pelo termo “associação”, segundo o *VJ*. A constatação dessa diferença só foi

possibilitada pelo exame do termo inserido em seu contexto, promovido pela pesquisa em um *corpus* eletrônico em língua inglesa. Já o termo “*partnership*”, oferecido pelo VJ como uma possível tradução para “sociedade”, consta da seguinte maneira no *corpus* pesquisado:

“person” shall mean any individual, firm, partnership, trust, Corporation or other any individual, group of individuals, firm, partnership, association, corporation mployee or agent of another corporation, partnership, joint venture, trust

Foram poucas as ocorrências do termo “*partnership*” no *corpus* utilizado e, além disso, pode-se dizer que seu sentido parece ser mais restrito do que o termo “*corporation*” expressa. Para confirmação da tendência observada no *corpus*, realizou-se uma análise das possíveis ocorrências equivalentes para “*company*” e constatou-se, no *BLD*, que “*partnership*” é de uso menos comum na referência à sociedade (GARNER, 1999, p.274).

Já a busca com o termo “*company*” apresentou, dentre outros, os seguintes resultados:

the company shall be known under the company name of Saia-Burgess Electronics company, The Board of Directors of the company will be drafting the rules and n their application for membership of the company, that they are holding the share re of the fully paid-in share capital of the company as registered in the Register of with In the case of registered shares, the company may renounce the printing post the printing of the owner of the shares, the company may cancel share certificates

A pesquisa em *corpus* eletrônico composto por textos originariamente escritos em língua inglesa corrobora a definição de *company* como *corporation*, isto é, uma sociedade comercial com emissão de ações (*shares*) e constituída por meio de um contrato.

Os dois outros termos em língua portuguesa propostos para análise neste trabalho são “diretoria” e “conselho de administração”, usualmente empregados na tradução de “*board of directors*”, em inglês. Segundo Nogueira (2000), o correspondente mais apropriado para o termo “diretor”, em inglês, seria “*executive officer*”, uma vez que, no Brasil, o cargo de “diretor” envolveria uma presença ativa na empresa, o que não seria adequadamente expresso pela opção “*director*”. Entretanto, o autor mesmo reconhece que “[...] nem no Brasil nem nos Estados Unidos há muita uniformidade no uso desses termos” (NOGUEIRA, 2000, p.30), o que novamente confirma a necessidade de o tradutor juramentado estar atento

tanto à situação de emprego do termo, quanto à função que a tradução desempenhará no momento de realizar suas escolhas tradutórias.

Por extensão à argumentação de Nogueira (2000), a opção mais adequada para traduzir “*Board of Directors*” seria “conselho de administração” que, de acordo com o *VJ*, designa um “grupo de pessoas a cargo de quem se coloca a administração de um estabelecimento” (SILVA, 1998, p.205), reforçando o papel ativo que esse grupo teria na administração de uma sociedade. Assim, a observação de alguns trechos extraídos de textos intitulados “*Articles of Incorporation*”, em inglês, e “Estatuto Social”, em português, fez constatar que o grupo formado pelo “*Board of Directors*”, em inglês, exerce função ativa, sendo responsável pela tomada de resoluções referentes à sociedade, conforme consta a seguir:

ontrolled, and its affairs conducted by the Board of Directors. The number of proposed by a resolution adopted by the Board of Directors and presented to the ed by or pursuant to the authority of the Board of Directors with respect to such her dividends as may be declared by the Board of Directors. SECTION 3. Liquidida ll have been fixed and determined by the Board of Directors with respect thereto. ation, at its option to be exercised by the Board of Directors, may redeem the wh ted in the resolution or resolutions of the Board of Directors providing for the issue or repeated by vote of a majority of the Board of Directors of the Corporation in off

a de qualquer dos cargos de Diretoria, o Conselho de Administração elegerá um a necessidade de prévia autorização do Conselho de Administração para os as e competências a eles atribuídos pelo Conselho de Administração, podendo, que será submetida à apreciação do Conselho de Administração e aprovação instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração da cima, em caso de vacância do cargo no Conselho de Administração, seu subst o Vice-Presidente, qualquer membro do Conselho de Administração poderá e, será considerada regular a reunião do Conselho de Administração a que comp

De acordo com o *BLD*, *Board of Directors* designa “[...] o corpo governante de uma sociedade, eleito pelos acionistas para estabelecer políticas empresariais, nomear diretores e tomar as principais decisões comerciais e financeiras” (GARNER, 1999, p.166). Essa função parece ser desempenhada pelo “conselho de administração” no cenário brasileiro, principalmente em sociedades de capital aberto, conforme observado nas informações acerca desse termo, como “a necessidade de prévia autorização” do mesmo, a submissão de assuntos “à apreciação do conselho” e a incumbência deste de realizar a nomeação dos membros da diretoria. Tais informações foram comprovadas pela observação do *corpus*

selecionado, proporcionando, assim, dados mais concretos que auxiliam na escolha ou confirmação de uma opção tradutória.

Para concluir a análise proposta, realizou-se uma busca das ocorrências dos termos “diretoria” e “conselho de administração” no *corpus* formado por traduções juramentadas. Os resultados encontrados foram os seguintes para “diretoria” e “conselho da administração”, respectivamente:

e diretores executivos. A Diretoria da sociedade será composta de exercidos por eles na qualidade de uma Diretoria nos termos e nas condições qualquer cargo (inclusive de uma Diretoria) ou que preste serviços a qualquer

(d) nomeação dos membros do Conselho de Administração no lugar de mãos: (a) pelo presidente do Conselho da Administração ou; (b) por uma reunião de membros do Conselho de Administração, ou que o nsabilidade de cada membro do Conselho de Administração ou de , o escrevente e os membros do Conselho de Administração, cujos nomes reço postal de cada membro do Conselho de Administração

As ocorrências confirmam duas tendências, observadas nos textos originalmente escritos, em inglês e português: em primeiro lugar a prevalência de utilização do termo “conselho de administração” em relação à “diretoria”, para designar o grupo de pessoas que dirigem uma sociedade e, em segundo, o papel ativo que aquele exerce em comparação a esta, pelo menos no contexto dos documentos denominados “*articles of incorporation*”, em inglês, e traduzidos na forma juramentada por “contrato social”.

## Considerações finais

Embora tenha sido conduzida em escala reduzida, esta pesquisa em *corpus* eletrônico com o auxílio do *Wordsmith Tools*, teve o propósito de promover uma reflexão sobre a relevância da utilização de *corpora* no trabalho de pesquisa terminológica, realizado pelo tradutor público, em sua busca por soluções para a conciliação entre diferentes sistemas jurídicos.

Seja como uma possibilidade de observação de emprego dos termos pesquisados, ou como um auxílio nas ocorrências não solucionadas pelo recurso a dicionários especializados, procurou-se demonstrar como o tradutor público, também contando com sua intuição e experiência profissional, pode também usufruir da pesquisa baseada em *corpora* para aprimorar as traduções que terão efeito legal no país para o qual são produzidas.

**Agradecimento:** Agradeço à Profa. Dra. Diva Cardoso de Camargo pela leitura cuidadosa da primeira versão deste trabalho e pelas valiosas contribuições a ele oferecidas.

STUPIELLO, Érika Nogueira de Andrade. The relevance of the corpus-based research in certified translation practice in Brazil: semantic variation in Articles of Incorporation. **Revista do Gel**, São Paulo, v.5, n.1, p.81-94, 2008.

**ABSTRACT:** *One of the greatest challenges faced by Brazilian certified translators is the search for appropriate terms in legal translations. The purpose of this paper is to consider the appropriateness of applying corpus-based research as an aid for certified translation. With such a purpose, some terms from Corporate Law texts both in Portuguese and English were chosen. The comparison and analyses of the results of this research are mainly intended to illustrate the possible advantages certified translators may find in using this approach to validate their choices, thus producing a more suitable text for its purposes.*

**KEYWORDS:** *Certified translation. Corpus-based research. Corporate law.*

## Referências

AUBERT, F. Dúvidas e controvérsias: discutindo a literalidade da tradução juramentada: os marcadores culturais e a dispersão nas soluções tradutórias. **Boletim da Associação Profissional dos Tradutores Públicos e Intérpretes Comerciais do Estado de São Paulo**, São Paulo, ano 4, n. 14, p.7-8, primavera 2004.

\_\_\_\_\_. Tipologia da tradução: o caso da tradução juramentada. In: ENCONTRO NACIONAL DE TRADUTORES, 5., 1994, Salvador. **Anais...** São Paulo: Humanitas, 1996, p.105-118.

BAKER, M. Corpus-based translation studies: the challenges that lie ahead. In: SOMMERS, H. (Ed.). **Terminology, LSP and translation studies in language engineering**: in honour of Juan C. Sager. Amsterdam: John Benjamins, 1996. p.175-186.

GARNER, B. A. (Ed.). **Black's law dictionary**. 7th ed. St Paul: West Group, 1999.

JOSEPH, J. E. Indeterminacy, translation and the law. In: MORRIS, M. **Translation and the law**. Amsterdam: John Benjamins, 1995. p.13-36.

NOGUEIRA, D. **Vocabulário para direito societário português/inglês**. São Paulo: Série Mil e Um Termos, 2000.

SARDINHA, T. B. **Linguística de corpus**. São Paulo: Manole, 2004.

SILVA, D. P. **Vocabulário jurídico**. 15.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

STUPIELLO, E. N. A. **Implicações teóricas para a tradução do discurso legal**. São José do Rio Preto, 2001. 197f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, 2001.

TOGNINI-BONELLI, E. Functionally complete units of meaning across English and Italian: towards a corpus driven approach. In: ALTENBERG B.; GRANGER, S. (Org.). **Lexis in contrast: corpus-based approaches**. Amsterdam: John Benjamins, 2002. p.73-96.

.

# ATIVIDADE EPILINGÜÍSTICA E O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Letícia Marcondes REZENDE<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este texto defende a importância da atividade epilingüística no ensino de línguas. Essa atividade ganha todo o seu alcance quando se coloca a existência de variações radicais de experiência e de expressão. Mostra ainda a importância da abordagem interdisciplinar na elaboração de um projeto de vida para o aprendiz, em oposição à abordagem instrumental, que conta com a motivação para o aprendizado já construída. Defende a existência de um contínuo entre o processo de apropriação (ser origem de sua própria produção de texto) e a criatividade, e vê a segunda como decorrente da primeira.

**PALAVRAS-CHAVE:** Epilingüístico. Criatividade. Diálogo. Paráfrase. Ambigüidade. Interdisciplinaridade.

## Introdução

Este texto explicita, de um ponto de vista teórico-prático, o conceito de epilingüístico. A proposta teórica e o exercício prático realizado no texto estão relacionados sobretudo com a metodologia do ensino de língua portuguesa. O texto está dividido em cinco partes: Atividade epilingüística e ensino; Atividade epilingüística: o visível e o invisível; Concepções instrumental e interdisciplinar no ensino de línguas; Criatividade e apropriação; Atividade epilingüística e a aula de língua portuguesa. O texto contém também uma conclusão e referências.

---

<sup>1</sup> Departamento de Didática, Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara, SP, Brasil.  
lm.rezende@terra.com.br

## Atividade epilingüística e ensino

Ninguém pode negar, e isto também se encontra nas diretrizes curriculares, que o objetivo do ensino de língua portuguesa é a produção de textos orais e escritos, entendendo por produção tanto a fala quanto a escuta, tanto a redação quanto a leitura. O ensino da gramática deve ficar subordinado a este objetivo maior e ele será tanto mais fecundo quanto mais servir a este grande objetivo. É a apropriação feita pelo aprendiz do cenário psicossociológico, que antecede a produção de um texto, que facilita a sua produção criativa e não-mecânica ou padronizada.

Com a intenção de solucionar o problema já conhecido da produção de textos artificiais e padronizados no ambiente escolar ou até mesmo a falta de motivação, sobretudo para a escrita e a leitura na escola, a solução tem sido trazer para a sala de aula a realidade do aluno, seus gostos, suas preferências. Nada contra isso, mas algumas perguntas ficam: o que é realidade? São apenas as realidades física e cultural presentes no ambiente social do aluno? E a realidade do professor, seus gostos de leituras, suas preferências estéticas e literárias não contam? Ele, professor, se anula como identidade, na sala de aula? Como poderá haver construção de identidades sem que o educador possa assumir a sua? E não haveria uma outra realidade, nem a do aluno nem a do professor, mas a em construção na sala de aula, que resultaria do diálogo entre experiências diversificadas dos alunos entre si, e entre professor e alunos? Essa variedade de experiências de vida e de expressão não traria em seu bojo uma ambigüidade constitutiva e não exigiria trabalho de todos?

Para além do autoritarismo, do populismo e do consenso, sobra ainda o diálogo, muitas vezes conflituoso, de identidades em construção. Sabemos que muitas habilidades podem ser bem desenvolvidas fora do ambiente escolar e sem nenhum professor ou aparato teórico-explicativo, mas de um modo natural, inclusive o aprendizado de línguas estrangeiras e a língua materna, sobretudo em sua modalidade oral. O que poderia a escola fazer para realizar uma produção de texto autêntica, diante de um rival tão forte, que é o ambiente natural? Qual é o seu papel específico, uma vez que aprendizados de línguas (sobretudo na modalidade oral) são realizados com sucesso sem escolas?

Penso que é para responder a essas questões que trazer a atividade epilingüística para a sala de aula é extremamente importante, e a escola passa a ter o seu papel, que é ensinar o aluno a pensar o seu pensar, atividade esta que traz em seu bojo processos simultâneos de centralização (identidade e auto-conhecimen-



to) e descentralização (alteridade ou conhecimento do outro). Esta última atividade, com certeza, o ambiente natural não faz. A atividade epilingüística, por meio de mecanismos de parafrase e desambigüização, permite que textos sejam transformados em busca de uma adequação precisa a um cenário psicossociológico. Este texto ampliará essa discussão, e fará uma amostra do trabalho de parafrase e desambigüização com textos em sala de aula.

### **Atividade epilingüística: o visível e o invisível**

Sylvain Auroux (1989) atribui a origem do termo epilingüístico ao lingüista francês Antoine Culioli (1999), que, por sua vez, o define como uma atividade metalingüística não consciente. Podemos dizer que a atividade epilingüística é sinônimo de linguagem e definir essa última como uma atividade, um trabalho de representação, referenciação e equilibração. Defender que o estudo das línguas deva ser feito em articulação com a linguagem é dar ênfase a um trabalho interno de montagem e desmontagem de arranjos, significados ou valores.

Esse trabalho de linguagem é sustentado por dois mecanismos básicos: a parafrase e a desambigüização. Esses dois últimos termos precisam ser entendidos de um modo um pouco diferente do que normalmente os entendemos.

Classicamente, a paráfrase é falar ou escrever a mesma coisa de outro modo. Na concepção aqui defendida, quando fazemos mudanças sutis de expressão (e são elas que interessam para o estudo das línguas, pois significados distantes não têm o menor interesse) falamos ou escrevemos necessariamente outra coisa. Não podemos nos esquecer de que a reflexão que sustenta este texto não traz o sujeito psicossociológico acoplado a um núcleo neutro e invariável, mas as variações experiencial e lingüística são colocadas de modo radical: só há variação. Desse modo, a sutileza de expressão vai nos oferecer não o significado estável, mas o construído psicossociologicamente, quer dizer, o construído em uma interação verbal específica.

A ambigüidade também é vista de um modo um pouco diferente do modo clássico de estudá-la. Normalmente, quando falamos em ambigüidade, estamos descrevendo línguas de um modo não articulado com a linguagem, e classificamos, nos diferentes níveis de língua, esse fenômeno lingüístico. Em consequência, temos vários tipos de ambigüidade (sintática, lexical, pragmática, etc). Do nosso ponto de vista, trata-se de uma ambigüidade constitutiva, quer dizer, todos os enunciados de uma língua são ambíguos; daí a linguagem ser um trabalho de equilibração. A

atividade epilingüística ganha toda a sua importância exatamente quando colocamos essas variações radicais de experiência e de expressão ou, ainda, quando defendemos uma indeterminação fundamental da linguagem. Só aí, também, o sujeito psicossociológico ganha o seu espaço.

Desse modo, todos os pontos estáveis de significados e valores são âncoras para que a atividade de parafrase e desambigüização aconteça. Um mesmo sujeito pode fazer uma leitura de uma expressão lingüística de um certo modo e daí a instantes fazê-la de modo diferente. Nos dois momentos, a atividade epilingüística, que é uma desambigüização (geralmente não consciente e automatizada), sustentou tal trabalho.

Quando defendemos a existência dessa atividade, temos de tirar disso várias conseqüências: o sujeito é estrangeiro para si próprio, há nele uma cisão original e é essa espessura dialógica que o caracteriza como ser humano; as diferenças entre as línguas (interlínguas) e as variáveis intralínguas (psicológicas e sociológicas) são apenas um agravamento dessa situação original e fundamental.

Essa cisão é o céu e o inferno. É o céu porque senão o sujeito seria monolítico, uma pedra, um bloco. É o inferno porque ele precisa constantemente se equilibrar, se encontrar, se construir face a si mesmo como outro, e face ao outro, o outro mesmo; não é o processo de comunicação que sustenta essa visão de linguagem, mas os mecanismos biológicos de equilíbrio presentes em todos os seres vivos, e a linguagem é, no homem, tal mecanismo; não devemos valorizar pontos estáveis de valores ou significados ou contornos.

Vários conceitos, em conseqüência, caem por terra. Como defender conceitos tais como: intralíngua, interlínguas, interface lingüística, lingüística contrastiva, efeitos de sentidos? Esses conceitos caem por terra não porque não sejam importantes, mas porque são centrais e não são mais vistos como fenômenos de fronteira ou periféricos, mas pertencentes a domínios que – em oposição aos domínios mais puros ou teóricos que excluem o sujeito e suas particularidades – os incluem, tais como, a estilística ou a lingüística aplicada.

Polarizações como: conotação e denotação; sentidos literal e figurado; sentidos objetivo e subjetivo também deverão ser repensados, pois a reflexão aqui defendida nos leva a focar o movimento entre os pontos e conduz para o seu âmago o diálogo entre o estável e o instável. Tais polarizações devem ser repensadas porque o foco passa a ser o movimento entre os pólos. Todos esses conceitos e polarizações nascem na periferia de um núcleo estável, que é o sistema de língua visto como invariável. Na posição aqui defendida, o núcleo não é nem estável e

invariável e nem instável e variável. Essas polarizações passam a ser falsas questões. Os pólos estável e instável só servem de âncora para se procurar invariantes dinâmicas. Vários domínios que se acham claramente delimitados não podem mais sê-lo: língua materna e língua estrangeira, leitura e escrita, língua oral e língua escrita. Apesar das distinções óbvias desses domínios, eles passam a ser vistos naquilo que eles possuem em comum. Essa indistinção inclusive será a responsável pelas distinções freqüentemente apontadas. Todas as classificações e tipologias devem ser questionadas, pois a atividade epilingüística nos joga nos vasos comunicantes que existem entre os sistemas ou contornos, ou entre pontos razoavelmente estáveis.

Penso que não podemos usar de modo incoseqüente o conceito de epilingüístico e sair incólume. Ao defender a existência da atividade epilingüística, acabamos por nos defrontar com uma tarefa gigantesca: a de sair das descrições de línguas e a de enfrentar o desafio do estudo de processos mais fundamentais – sem que tombemos em universais abstratos e formais novamente – que dêem conta da importância da experiência singular para a percepção da forma dinâmica de construção de experiências e expressões, isto é, o trabalho de parafraseagem e desambigüização ou a atividade epilingüística.

## **Concepções instrumental e interdisciplinar no ensino de línguas**

As metodologias de ensino dos diversos conteúdos, por mais variadas que possam se apresentar, se sustentam quase sempre em uma abordagem instrumental. Ensinamos um conteúdo (matemática, língua materna, línguas estrangeiras etc.) para alguma finalidade.

Por exemplo, a ênfase que se dá ao ensino do inglês ou do espanhol, aqui no Brasil, se apóia em visões instrumentais: devemos aprender ou ensinar inglês e espanhol porque são línguas que oferecem maiores chances de inserção profissional. É muito difícil escapar da abordagem instrumental até porque as escolas liberam diplomas e certificados que permitem às pessoas a inserção profissional em uma sociedade organizada de um certo modo. Um diploma em língua inglesa oferecerá mais chances de trabalho do que um diploma em uma língua indígena e assim por diante.

Todo o nosso trabalho docente em instituições educacionais pauta por uma visão instrumental: temos sempre no horizonte aquilo que será melhor para o aluno, levando em consideração as suas necessidades futuras em termos profissio-

nais. Preparamos aulas de conversação em línguas estrangeiras, se o interesse do aluno for viajar para o país onde se fala a língua ensinada; daremos ênfase à leitura, se o aluno for prestar um exame de proficiência, em língua estrangeira, em um curso de pós-graduação; escolheremos textos de medicina, se o aluno tiver necessidade de ler textos em língua estrangeira nesta área e assim por diante.

A abordagem instrumental, que deriva de uma certa concepção de sociedade e de educação, condiciona certas metodologias e certas técnicas de ensino; conta, de modo implícito, com a motivação e o interesse do aluno já construídos ou, ainda, com um projeto de vida já elaborado pelo aluno no qual tal ensino/aprendizado será significativo. Ela está, também, condicionada aos espaços e tempos institucionais de montagem de cursos (a sua duração e a sua localização). No caso de ensino de línguas, quanto mais rápido for a conquista da proficiência, melhores terão sido o ensino e o aprendizado.

No ensino de línguas estrangeiras, a abordagem instrumental é mais facilmente visualizada, mas ela está presente também no ensino de língua materna, por exemplo, quando damos ênfase à função social da leitura e da escrita e procuramos fazer de nossos alunos produtores de textos (redação e leitura) eficientes, que escreverão textos precisos, sem ambigüidades etc., assim como deve ser a escrita de um certificado, de uma declaração ou de um requerimento, ou assim como se deve ler uma bula de remédio ou uma instrução técnica de um aparelho elétrico. A função social da leitura e da escrita, tão conclamada em documentos oficiais, deveria ser uma consequência da função lúdica, uma estabilização e não uma exigência em si mesma. O aluno que não tem o projeto de vida elaborado no qual um tal ensino e aprendizado serão significativos está fadado ao fracasso na abordagem instrumental.

Finalmente, a grande questão pedagógica é a seguinte: quem não possuir as regras razoavelmente estáveis de leitura e escrita, que nada mais é do que a alteridade, ou do que é a língua para o outro, fatalmente não saberá ser criativo, ser original, se colocar na origem do discurso e criar sutilezas de significados; do mesmo modo, quem não souber que dentro de si próprio já existe uma ambigüidade constitutiva e uma indeterminação original e que significados se deslocam constantemente sob ângulos apreciativos diversos para si próprio, enquanto outro e para o outro-outro, não se entenderá também, não se autoconhecerá e, desse modo, não terá como alcançar o outro, o outro igual a si próprio, real e mergulhado nessa cisão original colocada acima, e o outro instituído, canônico, irreal, amorfo e apócrifo, que é, ao mesmo tempo, todos e ninguém, e que não nos oferece nem o céu e nem o inferno: a língua instituída.

Esse outro da língua instituída apaga as marcas das fontes enunciativas gerando textos omissos, neutros, padronizados, sem contradição, com coerência e coesão exemplares. O texto escolar é tão apócrifo como a modalidade (ou alteridade) de língua que o sustenta.

## **Criatividade e apropriação**

Carlos Franchi (1991) desmistifica o termo criatividade. Criatividade, defende ele, não é apenas o comportamento divergente, mas está presente também no comportamento convergente. Na maioria das vezes, quando falamos em criatividade, pensamos em produções de natureza artística ou próximas, que apresentam originalidade na percepção do mundo e na sua expressão. Esses deslocamentos, tanto na percepção quanto na expressão rotineira, padronizada, geram, sobretudo quando o autor tem grande conhecimento de si próprio e do outro, efeitos estéticos, humorísticos, etc.

Parece-me que o que defende Carlos Franchi neste texto é que criatividade como arte é o ápice, o ponto flagrante, do processo básico de apropriação; é o ápice de um grande conhecimento de si próprio e do outro. Desse modo, a apropriação seria a assunção por um sujeito do cenário de origem de sua produção, no nosso caso específico, produção verbal, oral e escrita. Apropriação é o que os estudiosos em produção de texto chamam de autoria. Desse modo, quando somos origem de nosso discurso e concordamos com as coisas que estão construídas, porque elas nos convencem, porque são boas, o texto traz a marca desse consentimento e não somos, nesse caso, vítimas de formações discursivas ou sujeitos assujeitados. Se os eventos relatados passam pela tela da avaliação do sujeito, ele será marcado desse processo avaliativo, o que significa apropriação, quer para a convergência, quer para a divergência.

Há apenas uma questão de grau entre a apropriação e a criatividade, dita artística. As polarizações entre o estável, aquilo que já está construído, e o instável, aquilo que está em construção, impedem a visibilidade do processo que sustenta um e outro, ora desestabilizando, ora estabilizando. E se há um espaço no qual essa distinção é irrelevante é o pedagógico. É por meio da indistinção que conseguimos trabalhar a variação radical de experiências e de expressões, quer dizer, as distinções. Ou, em outras palavras, será preciso apostar na indeterminação da linguagem para melhor entender o que é a determinação.

Defendo que a descontinuidade que sempre colocamos entre a apropriação (ser a origem do seu discurso) e a criatividade artística está na dificuldade que temos em separar forma e conteúdo. Nesse ponto do texto, há a necessidade de alguns esclarecimentos.

Tomemos um pequeno texto escrito, um poema, por exemplo. Ele possui uma forma (a sua forma visível, quer dizer, os seus arranjos léxico-gramaticais) e possui um conteúdo que é a sua interpretação feita por sujeitos. O par forma e conteúdo sempre é entendido desse modo, porque fazemos sempre interpretação de textos sem nos preocupar com a forma do processo interpretativo. Quando nos preocupamos com a forma do processo interpretativo, descobrimos que há um outro par de forma e conteúdo. Enquanto o conceito mais conhecido de forma é o arranjo léxico-gramatical de uma língua específica, o conceito mais profundo de forma é a própria linguagem ou processos abstratos que permitem a organização da experiência ou do empírico de um certo modo. A experiência singular que se quer expressar seria o conteúdo também em um sentido mais profundo.

A compreensão do conceito de linguagem, como uma forma de construção de experiências, que antecede a própria expressão de forma e conteúdo em uma língua dada, é muito importante para o ensino, porque permite dar visibilidade (se conseguirmos criar protocolos de visibilidade para isso), ao esforço, ao trabalho que cada aprendiz está fazendo para construir a sua experiência singular e que pode inclusive resultar no vazio interpretativo por falta de correspondência entre as experiências envolvidas (por exemplo, experiências de vida e de leitura, do professor e do aluno). Isso é importante, porque é no momento do vazio e do silêncio que está presente, de forma intensa, a atividade epilingüística.

Este momento é rico, do ponto de vista pedagógico, se for bem administrado pelo professor, que poderá prolongá-lo ao máximo, com a manutenção do próprio silêncio, sobretudo, quando ele percebe, por manifestações corporais (atenção, olhar, interesse, etc), que o trabalho de linguagem invisível está sendo feito (procura de expressão correspondente para a experiência em foco ou de experiência correspondente para a expressão em foco), ou preenchê-lo com perguntas, com ofertas de significados próximos, com insinuações, com brincadeiras.

É interessante notar como sempre as nossas reflexões sobre línguas ou sobre ensino de línguas classificam, tipologizam, polarizam. Isso acontece por falta de um conceito de linguagem que permita flagrar o diálogo entre os pontos polarizados e instaurar uma continuidade aos fenômenos observados. Quanto a essa questão precisa que estamos comentando, também podemos ver essa polarização: ou um

texto possui originalidade, autoria, apropriação ou os textos são mecânicos, padronizados, rotineiros, repetem discursos da mídia, etc. Em termos pedagógicos, não conseguimos avançar com essas divisões.

O que nos resta é rotular (e avaliar) a produção de texto (redação ou leitura). Assim, ela será original, terá autoria, portanto, terá nota 8, 9 ou 10,0; se tiver alguns problemas ortográficos, ou morfossintáticos (concordância nominal, verbal, regência, etc) terá notas 7 ou 6; se o texto for mecânico, padronizado e não tiver erros ortográficos e morfossintáticos, notas 5, 6; se tiver muitos erros morfossintáticos e ortográficos e truncamento na expressão, então notas 4, 3, 2, independentemente de o texto se configurar em um texto criativo ou mecânico etc. A avaliação que fazemos de zero a dez, embora graduada, é polarizada (em certo e errado). A avaliação é sempre uma medida entre a distância ou a proximidade entre experiências (conseqüentemente formas de expressão) dos sujeitos envolvidos (professor e aluno, por exemplo). Avaliar é medir a experiência construída e não o esforço em construí-la e em lhe oferecer expressão. Se conseguimos aceitar esses processos de avaliação pontual, feitos institucionalmente, para a promoção ou não do aluno, levando em consideração toda organização da sociedade, com seus processos seletivos em geral, não podemos concordar com que isso predomine no processo pedagógico, sobretudo de primeira à oitava séries, que são séries que pertencem a ciclos que deveriam ser formativos e não condicionados por fortes pressões institucionais visando à inserção profissional do aluno.

É evidente que neste ponto estão presentes também opções políticas diante do mundo organizado de um tal modo, e como questões políticas são insolúveis. Cada um deverá decidir a sua dose de coragem para apostar em um caminho ou em outro. Por exemplo, ofereço uma formação instrumental com objetivos claros de inserção profissional e prejudico o processo formativo, ou ofereço um ensino mais interdisciplinar e prejudico a inserção profissional do aluno?

Todo aprendizado (se for aprendizado), mesmo de natureza instrumental, se sustenta em processos de apropriação criativos, mas, na maioria das vezes, inconscientes. Isso não traz grandes problemas para um aluno que tem o seu projeto de vida definido, ou por si próprio, ou com ajuda do meio ambiente, a família, por exemplo. O aluno, ao contrário, que não tem um projeto de vida definido, no qual um tal aprendizado, por exemplo, ensino de línguas, tenha um significado para si, terá grandes dificuldades em se desenvolver em uma abordagem instrumental, por falta mesmo de ver significado em tal aprendizado. Não terá construído a sua motivação, condição indispensável para o ensino poder ser instrumental.

Nesse caso, a formação interdisciplinar, de natureza mais formativa do que instrumental, pode favorecer o conhecimento de si próprio e o conhecimento do outro, por meio de constantes processos de centralização e de descentralização oferecidos em sala de aula. Esses exercícios permitem, também, constantemente que os alunos se coloquem no cenário original de produção de textos e se percebam como criadores. O amadurecimento desse processo permitirá a elaboração de um projeto de vida e, nesse momento, poderá organizar o seu aprendizado de modo instrumental.

Nesse caminho, o aprendizado instrumental terá sido uma opção sua e não a opção externa imposta pela sociedade e poderá também coincidir com a opção que a sociedade organizada tem para lhe oferecer, mas agora não mais imposta.

### **Atividade epilingüística e a aula de língua portuguesa**

Farei, nesta parte, do texto uma pequena amostra de como trabalhar em sala de aula com a atividade epilingüística. O exercício será feito tomando como ponto de partida a poesia *Retrato* de Cecília Meireles (1986, p.13), colocada abaixo:

Eu não tinha este rosto de hoje  
assim calmo, assim triste, assim magro,  
nem estes olhos tão vazios,  
nem o lábio amargo.

Eu não tinha estas mãos sem força,  
tão paradas e frias e mortas;  
eu não tinha este coração  
que nem se mostra.

Eu não dei por esta mudança,  
tão simples, tão certa, tão fácil:  
– Em que espelho ficou perdida  
a minha face?

O texto foi escolhido por algumas razões: é um texto curto e sobretudo já investi algumas horas de trabalho com ele, em sala de aula. Não vou fazer análise literária de nenhuma natureza, até porque não tenho especialização para isso, apesar



de gostar de poesias, e peço desculpas às pessoas que têm formação específica, pelo uso e o abuso que vou fazer do texto. Podemos dizer que há um aparato enunciativo ou um cenário no qual o texto se ancora, e é deste cenário que temos que fazer o aluno tomar consciência por meio de constantes exercícios. Esse processo de conscientização desse espaço anterior à produção que deixa marcas no texto, estruturando-o, e que poderíamos dizer até que se trata de sua gramática, é muito importante para que o aluno aprenda a ser a origem do seu próprio discurso, apropriando-se dos textos a serem lidos ou escritos.

Desse modo, temos S0, que é o sujeito da enunciação e é também aquele que narra, que relata. S0 coincide com o sujeito do enunciado, que é S1 ou o pronome *eu*. O pronome *eu* sustenta tanto o *eu* do rosto que tenho *hoje* (S1 e T1) quanto o *eu* do rosto que *tinha* (S2 e T2). Portanto,  $S0=S1=S2$  e  $T0 = T1 \# T2$ . Tomando por base este cenário, podemos fazer um exercício com os alunos solicitando que eles alterem o cenário e produzam um outro texto complementar, diferente, mas muito próximo. Desse modo, eu peço que eles alterem T2 e o coloquem no futuro enquanto T1 não se altera e T0, por razões óbvias, não se alterará e continuará sempre no presente da enunciação. As coordenadas de *sujeitos*: da enunciação (S0), do enunciado (S1) e a da interlocução (S2) podem ser mantidas, com a observação de que o S1 colocado, embora seja o mesmo (*eu*) se movimenta em T1 e T2, quer dizer, se cinde no tempo (*hoje* e *ontem*, oferecendo espessura dialógica ao texto).

É claro que eu posso, com palavras mais simples e exemplificando, solicitar apenas que os alunos passem o texto para o futuro, mas a consciência do professor desses parâmetros ou cenários que sustentam a produção do texto permitirá que ele conduza o exercício parafrástico de um modo mais rigoroso.

A mudança desse cenário ou dessas coordenadas enunciativas (sujeitos, espaço e tempo) arrasta um conjunto de mudanças nos textos. Em outras palavras, a gramática enunciativa reorganiza a parte nocional do texto, quer dizer, o seu léxico. O professor pode, então, começar, construindo o primeiro verso *Eu não terei este rosto de hoje*. Ao iniciar o segundo verso, os alunos precisarão ter o cenário em mente e procurar, em suas experiências, propriedades que definam agora não mais um rosto envelhecido, mas um rosto jovem.

Nesse momento, precisamos também esclarecer os alunos que se trata de rostos de jovens e de velhos prototípicos, porque sempre poderá haver velhos com rostos jovens e jovens com rostos envelhecidos. Na solicitação de propriedades para o rosto jovem, podemos ter, no segundo verso da primeira estrofe, para *calmo*

algumas opções, tais como: *vivo, agitado*; para *triste, alegre*; para *magro, viçoso, vivo, rubro*, etc. Aqui, há uma questão interessante, pois a oposição *magro/gordo*, que é um antônimo dado na descrição estática de língua, não funciona dentro do texto. O mesmo fenômeno acontece quando procuramos uma expressão para *estes olhos tão vazios*, pois não será possível dizer, *estes olhos tão cheios*, mas será melhor *esses olhos tão brilhantes, plenos*, etc. Também no último verso, ainda da primeira estrofe, *amargo* pode ter dois significados: ou se refere ao gosto amargo e, nessa leitura, podemos substituir por *doce*, ou propor que o que acontece no texto é a passagem, por meio de uma figura de linguagem (sinédoque, pois são os lábios que pronunciam as palavras e são as palavras que são amargas), e, nesse caso, a expressão substitutiva deveria ser talvez *lábios esperançosos ou ter a esperança nos lábios?*

Coloco abaixo, já pronto, o exercício de mudança de cenário com as outras duas estrofes da poesia, para não me alongar muito.

Eu não terei este rosto de hoje,  
assim vivo, assim alegre, assim rubro,  
nem estes olhos tão plenos  
nem a esperança nos lábios  
Eu não terei estas mãos fortes  
tão ágeis e quentes e vivas;  
eu não terei este coração  
que se exhibe  
Eu não darei por esta mudança,  
tão simples, tão certa, tão fácil;  
– Em que espelho ficará perdida  
a minha face?

A mudança de foco narrativo dos textos é um exercício clássico em ensino de línguas. Mas penso que não temos muita consciência de sua importância e não fazemos, de modo rigoroso, tal exercício. Desse modo, tento deixar explícita essa importância com alguns posicionamentos que finalizam este texto.

Algumas conseqüências da realização desse exercício: a mudança de cenário é importante para que o aluno aprenda a se apropriar do texto. Ele aprenderá que há um cenário anterior ao texto, que ele pode também se inserir nele durante o processo de produção de textos, leitura e escrita ou fala e escuta; os alunos apren-

derão a avaliar, julgar, apreciar, ver o que é igual e o que é diferente, distanciar, aproximar ou remontar significados. Essa procura de significados nas pregas da própria experiência de vida e de leitura – e que é a atividade de linguagem ou epilingüística – será mais importante do que se chegar com os alunos, em sala de aula, às expressões procuradas pela mudança de cenário. Esse trabalho pode ser feito em silêncio e ser invisível ou pode emergir com a ajuda do professor e, neste caso, passará de atividade epilingüística à atividade metalingüística, e poderá ser considerada uma gramática natural de explicação de línguas; o trabalho em sala de aula com a gramática e o léxico de modo articulado e em harmonia com a produção de textos; a consciência de que o diálogo não é conversar qualquer coisa com os alunos, mas criar um foco preciso dentro do qual ele será feito; a percepção de que o processo de apropriação é o embrião da criatividade e de que se trata apenas de uma questão de grau quando passamos da apropriação à atividade artística.

Ainda defendemos que esse exercício será mais frutuoso se for feito oralmente com a classe, e que será preciso fornecer o espaço de silêncio para a procura. O foco deverá ser rigorosamente delimitado e respeitado e a oferta de substituição para os termos não deverá ser qualquer uma (embora todas as ofertas devam ser consideradas e aproximadas do foco de discussão). A oferta deverá ser diferente e ao mesmo tempo muito próxima, até porque o que interessa em língua, como já dissemos acima, são sempre significados próximos e nunca distantes.

O professor precisa preparar o exercício antes e precisa estar disponível tanto para o exercício de linguagem que será efetuado pela classe, quanto para as oportunidades de troca de experiências que possam acontecer entre os alunos, e entre os alunos e o professor.

Penso que questões pedagógicas importantes tais como: criatividade, diálogo ou a articulação entre experiências singulares e contextuais, de um lado, e processos generalizáveis, de outro, pertencentes ao ser humano em geral, estão envolvidos nesse singelo exercício. A consciência de quais processos educacionais estão envolvidos no exercício que se faz em sala de aula é muito importante em metodologia de ensino, e poderíamos até pensar se a expressão *consciência metodológica* não é completamente redundante.

## **Conclusão**

Este texto apresentou uma reflexão teórico-prática, explicitando o conceito de epilingüístico e aproximando-o de questões educacionais e de ensino. Com ele,

esperamos contribuir com a tarefa imensa, que é pensar o ensino de língua portuguesa nas escolas.

REZENDE, Letícia Marcondes. Epilinguistic activity and Portuguese language teaching. **Revista do Gel**, São Paulo, v.5, n.1, p. 95-108, 2008.

**ABSTRACT:** *This text defends the importance of the epilinguistic activity in language teaching. This activity gains all its value when the existence of experience and expression radical variations is employed. It also shows the importance of the interdisciplinary approach in the elaboration of a life project for the learner, in opposition to the instrumental approach, which counts on the motivation for the learning already built. It defends the existence of a continuum between the appropriation process (being the origin of his/her own text production) and creativity, and sees the second as resulting from the first.*

**KEYWORDS:** *Epilinguistic. Creativity. Dialogue. Paraphrase. Ambiguity. Interdisciplinarity.*

## Referências

AUROUX, Sylvain. (Org.). **Histoires des idées linguistiques**. Bruxelles: Pierre Mardaga, 1989. v.1

CULIOLI, Antoine. **Pour une linguistique de l'énonciation. Formalisation et opérations de repérage**. Paris: Ophrys, 1999. v. 2.

FRANCHI, Carlos. **Criatividade e gramática**. São Paulo: CENP-Secretaria de Estado da Educação, 1991.

MEIRELES, Cecília. **Os melhores poemas**. 2.ed. Seleção Maria Fernanda. São Paulo: Ed. Global, 1986.

# BLOCOS SEMÂNTICOS: O MOVIMENTO ARGUMENTATIVO NA CONSTRUÇÃO DO SENTIDO NO DISCURSO

Ernani Cesar de FREITAS<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este trabalho tem por objetivo sistematizar e aplicar conceitos da Semântica Argumentativa de Oswald Ducrot e Marion Carel, no que diz respeito ao modelo teórico dos Blocos Semânticos, de modo que dêem conta da construção do sentido de unidades mais complexas como o texto e o discurso. A tese concebida como norteadora deste estudo, seguindo a metodologia proposta por Ducrot (1987), pressupõe que o texto é um bloco semântico inscrito no nível teórico da produção e realizado pelo encadeamento argumentativo complexo que é o discurso, orientado argumentativamente pelo uso de conectores tipo *DC e/* ou *PT*. As análises discursivas realizadas, neste trabalho, demonstram que os encadeamentos dos enunciados estão bem marcados pelos conectores *donc* e *pourtant* que dão sentido ao discurso complexo, pelas conexões semânticas produzidas em suas AI e AE. Esse movimento argumentativo resulta da interdependência dos segmentos argumentativos, dos encadeamentos e por consequência dos blocos semânticos, todos interconectados e interdependentes nas relações de sentido que estabelecem entre si, processo que culmina na realização lingüística de nível complexo constituído pelo texto, entidade abstrata subjacente aos discursos realizados, e pelo discurso, como seqüência de enunciados interligados, por isso, também entendido como entidade concreta, ou seja, a manifestação e realização do texto.

**PALAVRAS-CHAVE:** Semântica Argumentativa. Blocos Semânticos. Sentido. Discurso.

## Introdução

A área de estudos em que se inscreve este estudo é a da Semântica, mais especificamente da Semântica Argumentativa, tomando como referencial a Teoria

---

<sup>1</sup> Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Centro Universitário Feevale, Novo Hamburgo, RS, Brasil.  
ermanic@feevale.br

da Argumentação na Língua (TAL) em sua fase atual, a Teoria dos Blocos Semânticos desenvolvida por Oswald Ducrot, em colaboração com Marion Carel. A proposta da Semântica Argumentativa, elaborada inicialmente por Oswald Ducrot, em cooperação com Jean-Claude Anscombre (1983), parte do pressuposto de que a língua é essencialmente argumentativa, sendo o sentido construído no encadeamento discursivo.

A Teoria da Argumentação na Língua tem suas raízes na proposta estruturalista para o estudo da linguagem da qual retira conceitos, modificando-os ou ampliando-os. Ao recortar o enunciado como unidade de sentido, produzido por um locutor que se posiciona em relação ao que diz e a outros discursos, e que assim se dirige a seu interlocutor, filia-se também a uma perspectiva enunciativa.

A Teoria da Argumentação na Língua sofre modificações mais marcantes a partir das reflexões de Marion Carel (principalmente nos estudos de 1995 e 1997), que mostra que os encadeamentos argumentativos não exprimem atos argumentativos. Nessa versão atual, a da Teoria dos Blocos Semânticos, Carel afirma que é a interdependência entre os segmentos (argumento e conclusão) do discurso que constitui a argumentação. O caráter argumentativo de um encadeamento pela interdependência semântica de seus dois segmentos distingue, nessa última versão da teoria, duas estruturas básicas de argumentação: normativa em *donc* e transgressiva em *pourtant*. Assim, dois tipos fundamentais de argumentação constituem o discurso – *donc* e *pourtant* – e não mais uma – em *donc*.

A Teoria dos Blocos Semânticos alarga a TAL quando (re)formula o conceito de enunciado. Nessa nova versão, vê-se a argumentação no encadeamento e não se considera mais o *topos* como um terceiro elemento que articula argumento e conclusão. Essa teoria propõe uma descrição semântica do léxico da língua, através da lexicalização do bloco e de conceitos como argumentação interna e externa.

Dado esse contexto, o objetivo deste estudo é sistematizar e aplicar conceitos da Semântica Argumentativa de Oswald Ducrot e Marion Carel, mais precisamente no que diz respeito ao modelo teórico dos Blocos Semânticos, de modo que dêem conta da descrição do sentido de unidades mais complexas, como o texto e o discurso. Nesse sentido, assumo como ponto de partida a hipótese de que um texto/discurso constitui uma unidade semântico-argumentativa, em que os encadeamentos argumentativos que o compõem são interdependentes, sendo dessa inter-relação que nasce o sentido, o qual, recursivamente, lhe confere o estatuto de unidade. A teoria que embasa este estudo é o modelo dos Blocos

Semânticos (TBS), dentro do marco teórico geral da Argumentação na Língua (TAL).

## **Os pressupostos teóricos**

### **A Teoria da Argumentação na Língua – alguns princípios**

Embora a Teoria da Argumentação na Língua (TAL) tenha recebido inicialmente fundamentação em conceitos da lógica, e tendo sido articulada a seguir à pragmática, tais pontos de vista sobre o fenômeno lingüístico foram abandonados, tendo por base um princípio firmado na Teoria: o da descrição semântica da linguagem inscrita no quadro do estruturalismo saussuriano e nas teorias da enunciação.

A Teoria da Argumentação na Língua tem suas raízes na proposta estruturalista saussuriana para o estudo da linguagem da qual retira alguns conceitos, modificando-os ou ampliando-os; vincula-se também a uma perspectiva enunciativa: a enunciação é a atividade lingüística, o acontecimento histórico, o surgimento do enunciado e do discurso. Assim o *texto*, entidade abstrata e complexa, é uma seqüência de *frases*, e o *discurso* é a seqüência de enunciados relacionados entre si, entidade concreta, empírica, objeto de análise.

Ducrot (1987) diz que é constitutiva do sentido dos enunciados de uma língua a enunciação, a “atividade lingüística” que os integra na cena discursiva. Dessa forma, desde a perspectiva desse teórico, há que, no mínimo, fazer alusão à enunciação, a fim de tornar possível e completa a descrição semântica de uma língua. Nesse sentido e talvez mesmo por ter sido aluno de Benveniste, Ducrot (apud DOSSE, 1994, p.62) se vale, para constituir sua Teoria da Argumentação na Língua, dos princípios da teoria benvenistiana, dizendo: “pessoalmente, é sem dúvida o lingüista a quem mais devo. Ele foi para mim essencial ao mostrar que o sistema lingüístico, sem deixar de constituir um sistema, devia tomar em consideração os fenômenos da enunciação.”

A Teoria da Argumentação na Língua se opõe a uma lingüística do tipo referencialista, porquanto pretende suprimir do nível semântico o pressuposto da informação. Jean-Claude Anscombe e Oswald Ducrot (1983) rejeitam a concepção do enunciado como uma mera descrição da realidade. Dentro desse enfoque, a TAL tem sido submetida a desenvolvimentos e atualizações desde sua formulação inicial nos finais dos anos setenta, por Anscombe e Ducrot. Estes autores consi-

deram que a língua, longe de informar sobre o mundo, comporta instruções de caráter argumentativo, caráter que, ademais, constitui a função primeira e primária da língua. Assim, não somente as dinâmicas discursivas, mas também o léxico e a própria estrutura semântica profunda da língua comportam um valor argumentativo. Nesse sentido, o enunciado não remete ao mundo, mas a outros discursos dos quais esse enunciado é a continuação ou que pode ser sua continuação.

Seguindo a linha de pensamento iniciada por Charles Bally (1965), Anscombre e Ducrot (1983) sustentam, por sua parte, que o sentido de um enunciado consiste em uma descrição, quando menos parcial, de sua própria enunciação. Essa descrição contém indicações relativas ao responsável pelo enunciado (origem da enunciação) e aos pontos de vista que estão expressos nele. Assim, a Teoria da Argumentação na Língua é uma teoria semântica que tem por objetivo dar conta da forma na qual os enunciados, por seu significado, constroem a continuação do discurso.

De acordo com essa posição teórica, os próprios elementos lingüísticos favorecem a argumentação e não os fatos que estes poderiam representar. Cada enunciado “argumenta”, isto é, favorece uns encadeamentos discursivos e impede outros, em função de seu significado lingüístico inerente. Portanto, se entende que, para Anscombre e Ducrot (1983), a argumentação está *na* língua.

Os principais fundamentos conceituais da Teoria da Argumentação na Língua são três: o estudo dos *conectores* e dos *operadores* argumentativos, a reflexão sobre os *topoi* e as *formas tópicas* e a teoria *polifônica* da enunciação. Recentemente, têm sido acrescentados novos pressupostos teóricos, entre os quais cabe destacar os conceitos de *bloco semântico* (CAREL; DUCROT, 1999), *argumentação interna* e *externa* (CAREL, 2002), *sentido normativo* e *semanticamente doxal* e *sentido transgressivo* e *semanticamente paradoxal* (CAREL; DUCROT, 1999, 2001).

## Polifonia, argumentação e enunciação

A Teoria da Argumentação na Língua, como já dito, vincula-se também a uma perspectiva enunciativa. Sabe-se que a Teoria da Enunciação de Benveniste tem filiação ao estruturalismo de Ferdinand de Saussure, mas o conceito de enunciação é entendido de modos diferentes por Benveniste e por Ducrot. Para



explicar esse conceito na Teoria da Argumentação na Língua, parte-se do pressuposto de que ele está vinculado à relação língua/fala.

A relação locutor-interlocutor remete geralmente à noção de enunciação, definida por Benveniste como o ato de locutor que se apropria do aparelho formal da língua e se enuncia por meio de marcas lingüísticas, implantando ao mesmo tempo um *tu*. Diferentemente de Benveniste, para Ducrot enunciação é o acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado. O teórico Ducrot (1984) ressalta que não intervém na sua caracterização de enunciação a noção de sujeito autor da fala e dos atos de fala. Não interessa a ele, portanto, o problema do autor do enunciado. Percebe-se, então, que o foco da TAL é o produto da enunciação, o enunciado, e, como teoria semântica, o sentido do enunciado. Este é decorrente de uma decisão: a de considerá-lo como uma *descrição* da enunciação. Assim, o sentido do enunciado pelo qual o locutor é responsável é uma representação da enunciação desse enunciado.

Na concepção de enunciação de Ducrot, portanto, não interessa o produtor do enunciado, mas o sentido por ele produzido. Ao contestar que o sujeito da enunciação seja único, Ducrot (1988) cria a teoria da Polifonia na qual mostra que o autor de um enunciado apresenta nele vários sujeitos com diferentes funções: o *sujeito empírico* (que não é objeto de estudo do lingüista), o *locutor* (que é o responsável pelo enunciado) e os *enunciadores* (origens de pontos de vista, pontos de perspectiva, não *peessoas*). Os enunciadores são argumentadores e em relação a eles o locutor assume atitudes (de concordância, de identificação, de rejeição etc.), e assim constitui sua própria argumentação. Pela pluralidade de sujeitos, pela relação que entre eles se estabelece, se esboça a argumentação. A enunciação sendo definida como o aparecimento do enunciado, não como o ato de um sujeito, fica entendido, pela polifonia, o papel enunciativo que a argumentação desempenha na proposta teórica de Ducrot (1988).

O primeiro capítulo de *Polifonía y Argumentación* é destinado por Ducrot (1988) a mostrar de que forma a noção de polifonia pode ser usada em lingüística e, mais especificamente, na Teoria da Argumentação na Língua associando-a à Teoria dos Topoi, na descrição do sentido dos enunciados.

Retomando o uso dessa noção feito por Bakhtin para opor e caracterizar as formas dogmáticas e populares da literatura, Ducrot (1988) propõe adaptá-la à análise lingüística do sentido, mostrando que o autor de um enunciado nunca se expressa diretamente, mas põe em cena no enunciado um certo número de personagens. Por sua concepção polifônica, o sentido tem origem justamente no

confronto desses diferentes sujeitos, isto é, o sentido do enunciado é o resultado das diferentes vozes que nele são atualizadas.

Duas são as principais contribuições que apresenta a *teoria polifônica da enunciação*: a ruptura com o axioma da unicidade do sujeito falante e a proposta do sentido do enunciado constituído pela superposição de diferentes vozes, similarmente a uma encenação teatral na qual atuam diferentes figuras discursivas. O próprio enunciado oferece indicações sobre ditas figuras, sua presença e sua atuação. Ditas figuras são o sujeito empírico, o locutor e o enunciador e se estabelece que é o locutor que introduz no cenário os enunciadores e lhes atribui funções, papéis, regras com respeito aos quais o locutor adota posições. Desde esta perspectiva, a descrição lingüística de uma frase indica, em termos polifônicos, os roteiros segundo os quais os enunciadores devem ser introduzidos em cena e, por outro, em termos argumentativos, especifica o tipo geral de *topoi* que ditos enunciados têm a sua disposição.

Assim, a lingüística da enunciação distingue por uma parte os enunciados, realizações empíricas diretamente observáveis, e, por outra, a língua, construção teórica que o lingüista utiliza para explicar a fala, enquanto a enunciação é ela mesma o fato da aparição de um enunciado, o fato de que uma frase da língua tenha sido realizada. A enunciação é contemporânea do enunciado e consiste no acontecimento histórico que supõe por si mesma a aparição deste. A língua inclui, de modo intrínseco, indicações relativas ao fato de falar. Não é possível descrever o sentido dos enunciados sem levar em conta a enunciação.

A teoria polifônica da enunciação nos oferece as figuras discursivas do locutor e do enunciador e com eles instrumentos muito importantes para adentrar-se na descrição semântica dos enunciados e dar conta de suas mais elaboradas combinações enunciativas que dão lugar a dinâmicas discursivas complexas como a interrogação, a negação, a refutação, a reformulação, a causa, a conclusão, a concessão, a hipótese, entre outras. Ela permite um significativo enriquecimento para a descrição lingüística e um maior e melhor conhecimento dos processos semântico-pragmáticos que se desencadeiam no discurso e por extensão que a língua põe à nossa disposição para tornar possível uma apreensão argumentativa da situação.

## Os blocos semânticos e a descrição do sentido

A chamada Teoria dos Blocos Semânticos constitui a terceira fase da TAL. Seu pressuposto de base é o da oposição que faz à concepção retórica da argumen-

tação, segundo a qual um enunciado *A* indica um fato verdadeiro ou falso, que implica a verdade ou falsidade da conclusão *C*. Nessa concepção de argumentação, a língua não desempenha papel essencial, ou seja, o movimento argumentativo que conduz a *C* é independente da língua. Já para a TAL a argumentação fica determinada diretamente pela língua, e não apenas pelo fato que o enunciado veicula. Assim, a argumentação é intrínseca à língua, ao sistema, está *na língua*.

A Teoria da Argumentação na Língua sofre modificações mais marcantes a partir das reflexões de Marion Carel (principalmente nos estudos de 1995 e 1997), cuja autora mostra que os encadeamentos argumentativos não exprimem atos argumentativos. Nessa versão atual, a da Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), Carel afirma que é a interdependência entre os segmentos (argumento e conclusão) do discurso que constitui a argumentação. O caráter argumentativo de um encadeamento pela interdependência semântica de seus dois segmentos distingue, nessa última versão da teoria, duas estruturas básicas de argumentação: normativa em *donc* e transgressiva em *pourtant*. Assim, dois tipos fundamentais de argumentação constituem o discurso – *donc* e *pourtant* – e não mais uma – *donc*.

Referindo-se à análise de Anscombe e Ducrot (1983), representativa da versão standard da TAL, Marion Carel critica a tese de que o argumento e a conclusão de uma seqüência argumentativa sejam semanticamente independentes. Ao contrário, o objeto da descrição semântica deve ser os encadeamentos em si mesmos e não seus constituintes.

O conceito de encadeamento, na TBS, é definido pela articulação entre dois segmentos, em que um assume o valor semântico de argumento e o outro, de conclusão, ligados pelos conectores *donc* e *pourtant*. O sentido da entidade lexical se constrói pela relação de interdependência semântica entre argumento e conclusão, estabelecida no encadeamento. O princípio da TAL, e que é mantido pela TBS, de que a argumentação está na língua, na própria natureza da linguagem, autoriza, pois, descrições lexicais (DUCROT, 2001). Tomando como objeto de estudo o discurso, entendido como seqüência complexa de encadeamentos semânticos, quer-se compreender no presente estudo como, nesse âmbito mais amplo, se constrói o sentido das entidades lexicais.

Diante disso, reafirma-se que a tese argumentativa atual da TBS postula que o sentido de uma entidade lingüística, palavra ou enunciado, reside não somente nas argumentações em *portanto* (*DC*), mas também naquelas em *no entanto* (*PT*) que dita entidade evoca. Dito de outro modo, esta teoria atribui como *sentido* a cada palavra um conjunto de encadeamentos argumentativos, e por argumentação

se entende o encadeamento de pelo menos dois segmentos de discurso (realizações de duas orações gramaticais) ligados por um conector de valor *transgressivo* ou normativo. Admite ademais que certos encadeamentos materialmente diferentes podem realizar a mesma relação tanto transgressiva como normativa, considerando, neste caso, que pertencem a um mesmo “aspecto” (DUCROT, 2000, p.24).

Destaca-se uma definição chave: um bloco semântico implicaria que

[...] os termos do encadeamento argumentativo (X e Y) não são segmentos semanticamente independentes compreensíveis cada um em separado, mas que constituem uma “representação unitária” dos princípios, estereótipos ou fórmulas que convocam, isto é, se trata de blocos lexicais que adquirem sua força persuasiva a partir da explicitação de um determinado lugar comum. (CAREL, 1995, p.69-70).

Duas distinções a mais que são úteis para melhor entender a TBS. A primeira diz que os aspectos de uma entidade lingüística podem pertencer à argumentação interna (AI) ou à argumentação externa (AE) de dita entidade. A “AI constitui uma espécie de paráfrase da entidade: os encadeamentos X CON Y que a compõem não devem conter essa entidade nem no interior de X nem no interior de Y” (DUCROT, 2000, p.25); por exemplo, *deve fazer portanto (DC) fazer* pertence à AI do adjetivo *virtuoso*, enquanto que a AE desse mesmo adjetivo contém aspectos em que figura como antecedente ou conseqüente (por exemplo, *virtuoso DC estimável*). A segunda distinção é entre estrutural e contextual: enquanto que um aspecto que se associa estruturalmente a uma entidade (tanto interna como externamente) pertence à significação lingüística dessa entidade, e, portanto, aparece em todos os exemplos que dela se façam (como os exemplos antes mencionados), outros aspectos podem ficar associados de uma maneira contextual.

## Metodologia e procedimentos

Este estudo contempla a análise de um discurso selecionado na seção “Cartas dos leitores” da revista *Veja*, de 03.03.2004, cuja temática diz respeito ao cotidiano dos brasileiros. Referida análise visa à demonstração da hipótese central: *o texto é um bloco semântico* – como tal, inscrito no nível teórico da produção – realizado pelo encadeamento argumentativo complexo que é o discurso, orientado argumentativamente pelo uso de conectores, do tipo *DC* e/ou *PT*, que instruem o movimento da argumentação através de blocos semânticos interconectados, descrevendo assim o sentido global do discurso.

A escolha do texto – *corpus* – atende a alguns requisitos básicos, tais como: a) respeitadas as particularidades do texto/discurso, nele a orientação e o movimento argumentativo deverá prevalecer sobre outros aspectos descritivos ou narrativos; b) o assunto e a temática tratados no texto/discurso não serão relevantes para o estudo.

Destaca-se que o objetivo deste estudo é aplicar os postulados, os conceitos e as formas de análise da Semântica Argumentativa de Oswald Ducrot, Jean-Claude Anscombre e Marion Carel (destinados pelos teóricos à descrição semântica de frases e enunciados), de modo que dêem conta da descrição do sentido de unidade complexa como o discurso. A teoria que embasa essa demonstração teórico-aplicada é o modelo dos Blocos Semânticos (TBS), dentro do marco teórico geral da Argumentação na Língua (TAL).

Neste trabalho, o discurso analisado pode orientar-se por um aspecto normativo em *DC* ou transgressivo em *PT*, constituindo, através dos encadeamentos argumentativos, o que se denomina blocos semânticos.

Penso, ainda, ser importante destacar que nos limites deste estudo, *texto* e *discurso* – material lingüístico e realização desse material, respectivamente – são compreendidos como duas unidades lingüísticas semanticamente complexas que se constituem de uma rede de relações estabelecida entre subunidades interconectadas recursivamente – frases e enunciados, blocos e encadeamentos – e que são dotadas de sentido somente na medida em que contribuem para a descrição do sentido da unidade maior.

Além disso, e sempre de acordo com o que postula a Semântica Argumentativa, usarei o termo *significação* para me referir ao valor semântico das unidades abstratas, a frase, o bloco e o texto, e o termo *sentido* para o valor semântico das entidades concretas, o enunciado, o encadeamento e o discurso.

Ducrot (1987) propõe que a pesquisa lingüística deve ser organizada em duas etapas teoricamente sucessivas. A primeira, que ele chama etapa empírica, é a de isolar e observar certos fenômenos que são produzidos na natureza independentemente da observação do sujeito. A segunda é aquela em que o pesquisador construiria uma *máquina*, material ou abstrata, capaz de reproduzir os fenômenos isolados e observados na primeira etapa.

Conforme o lingüista, nesse mesmo texto, a reprodução da natureza por uma construção artificial tem por finalidade maior possibilitar a formulação de hipóteses sobre o “processo escondido que comanda o fenômeno observado” (DUCROT, 1987, p.50). Nesse sentido, presume-se que, na natureza, existam

mecanismos semelhantes a estes que devem ser introduzidos na máquina, ou, ainda, que a realização natural do fenômeno contenha as mesmas etapas que devem ser explicitadas e diferenciadas em sua simulação.

Uma pesquisa fundada sobre a simulação, de acordo com Ducrot (1987), conduz à elaboração de dois tipos de hipóteses. Num primeiro momento, as *hipóteses externas* – referentes à fase empírica da observação e, portanto, anteriores à construção da máquina de simulação – dizem respeito às decisões que o pesquisador deverá tomar ao longo dessa etapa quanto à aplicação dos conceitos gerais por ele dominados à especificidade dos fenômenos.

O segundo tipo de hipóteses que o método da simulação permite formular é aquele que concerne às *hipóteses internas*, estas referentes à própria construção da máquina, ou seja, da teoria criada para descrever e explicar o fenômeno observado. As *hipóteses internas* são elaboradas sempre que o pesquisador decide introduzir na máquina determinados mecanismos ou agir, na simulação do fenômeno, de determinada forma, segundo esta ou aquela etapa, este ou aquele procedimento.

Seguindo a metodologia proposta por Ducrot, as *hipóteses externas* estabelecidas neste estudo são basicamente as seguintes:

1) a argumentação está *na* língua; 2) a significação de uma entidade lingüística abstrata pode ser descrita pela relação entre dois conceitos, que formam um bloco semântico unitário e indivisível.

As *hipóteses internas* podem ser assim definidas:

1) a Teoria da Argumentação na Língua (TAL) fornece mecanismos para a descrição de entidades lingüísticas complexas como o texto e o discurso; 2) o texto é um bloco semântico – como tal inscrito no sistema lingüístico – realizado pelo encadeamento argumentativo complexo que é o discurso; 3) o encadeamento argumentativo que expressa o sentido global do discurso expressa igualmente o ponto de vista assumido pelo locutor desse discurso.

Esta análise trata do discurso divulgado na revista VEJA, em março de 2006, na seção “Cartas dos leitores”. O tema é o processo predatório de exploração vigente na Amazônia.

## Análise

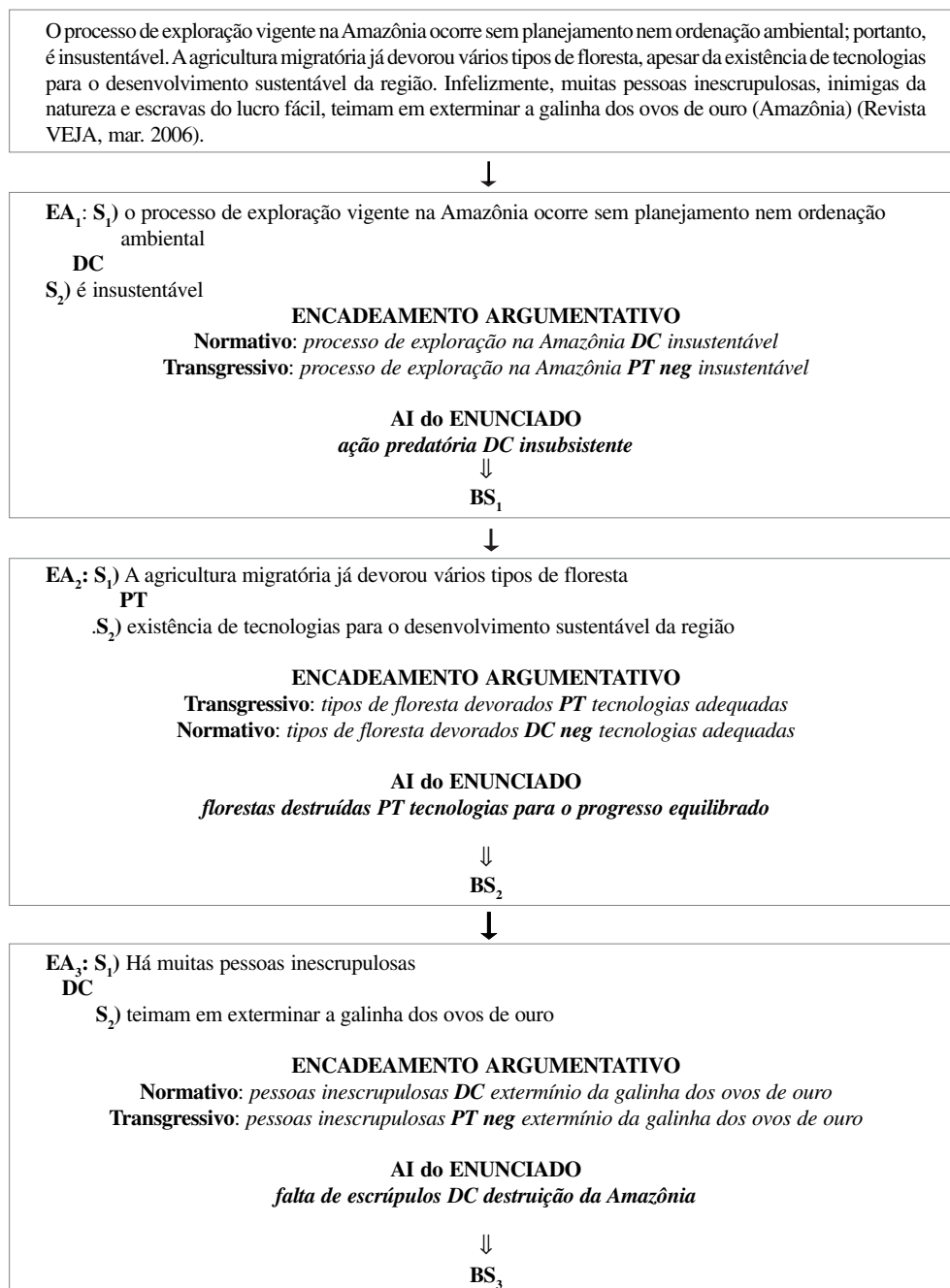


Figura 1 - Blocos semânticos e movimento argumentativo no discurso complexo

A carta do leitor aqui destacada dá ênfase ao seguinte: o processo de exploração vigente na Amazônia é predatório, pois ocorre sem planejamento nem ordenação ambiental, sendo, portanto, uma questão insustentável. Diante do encadeamento, pode-se construir o seguinte bloco: *O processo de exploração vigente na Amazônia ocorre de forma predatória DC é insustentável.*

Leva-se a efeito a análise a partir dos dois primeiros segmentos argumentativos que formam o encadeamento 1 do BS<sub>1</sub>: (1) O processo de exploração vigente na Amazônia ocorre sem planejamento nem ordenação ambiental; (2) portanto, é insustentável.

Atendo-nos ao aspecto semântico, que tipo de sentido poderia construir-se a partir dos segmentos de discurso de (1) e de (2)? Recorremos à noção de argumentação externa do léxico (AE) para mostrar o aspecto *normativo* em DC: *Processo de exploração na Amazônia sem planejamento nem ordenação DC insustentável* forma um bloco com o aspecto transgressivo: *processo de exploração na Amazônia sem planejamento nem ordenação PT neg insustentável.*

À primeira vista pode parecer estranho aceitar a argumentação transgressiva de (1) por razões empíricas, *neg insustentabilidade*, mas sob o ponto de vista da argumentatividade resulta admissível o aspecto em PT, dada a interdependência semântica existente entre os segmentos de (1) e de (2). A construção do bloco semântico nos induz a concluir que é possível identificar o sentido neste tipo de encadeamento através da interdependência semântica criada entre ambos os segmentos constitutivos desse encadeamento; o sentido do segundo segmento explicita o sentido do primeiro e vice-versa. Ambos segmentos se constituem simultaneamente, pois o encadeamento cria uma unidade semântica.

Retomando o conceito de argumentação na língua, destaco a seguir a orientação argumentativa observada no aspecto normativo em DC da argumentação externa (AE) de *insustentável*, dentro do enunciado que compõe o BS<sub>1</sub> (segmento 2), e constatando que *insustentável* implica uma negação (*neg insustentável*), pois, segundo Ducrot (2002), a regra da negação nos leva a definir a argumentação externa (AE) do seguinte modo:

*Se X (afirmativo) tem por AE: X Con (conector) Y*

*Então neg X (negativo) tem por AE: neg X Con (mesmo conector) negY*



Assim:

se processo de exploração na Amazônia sem planejamento nem ordenação ambiental *DC* insustentável então *neg* processo de exploração na Amazônia sem planejamento nem ordenação ambiental *DC neg* insustentável (normativo).

Nesse sentido, a lexicalização possível para este bloco semântico é *exploração predatória na Amazônia*. A expressão linguística *A exploração na Amazônia é predatória* traz conceitos que, em relação no encadeamento argumentativo, possibilitam a construção de uma unidade de sentido no bloco semântico. O grau de preocupação com a sobrevivência da Amazônia, de parte do locutor, é tão elevado, que ele diz ser um processo *insustentável*. O ponto de vista aponta para esse grau de preocupação. O bloco, resultante do encadeamento dos segmentos que compõem este enunciado, seria: *exploração predatória donc insustentável*. É insustentável porque decorrente da exploração predatória.

A construção desse bloco revela o valor que os signos *predatória* e *insustentável* possuem nesta situação. Um determina o sentido do outro, uma vez que são dois segmentos interdependentes semanticamente. Não se trata dessa ou de outra exploração, mas da exploração predatória que atinge a Amazônia e seus vários tipos de floresta. *Insustentável* não tem aqui um valor negativo, como poderia ter em outra situação, mas positivo já que se trata de um predicado que expressa a preocupação com a exploração desordenada, sem planejamento e agressiva ao ambiente da floresta Amazônica, embora se ressalte que existem tecnologias para o desenvolvimento sustentável da região. *Insustentável* porque essa forma inescrupulosa de exploração provocaria o extermínio da galinha dos ovos de ouro, metáfora para Amazônia.

Conforme Carel (1997), essa interdependência entre um segmento e outro é o que realmente faz com que esse encadeamento seja argumentativo. A teoria dos blocos semânticos traz a possibilidade de descrições lexicais, apresentando meios de construir e de justificar essas descrições. Além de se observar o valor argumentativo do léxico – *insustentável* – pela polifonia, pode-se observá-lo pela descrição da sua argumentação interna (AI).

Assim, verifica-se no enunciado o seguinte bloco semântico: *o processo de exploração vigente na Amazônia ocorre sem planejamento nem ordenação donc é insustentável*. Vê-se que os segmentos estão ligados pelo conector *donc*, revelando o aspecto normativo desse encadeamento, ou seja, *a exploração vigente na Amazônia ocorre sem planejamento nem ordenação, portanto é insustentável* o processo. Tomando-se o léxico *insustentável* e observando-se sua AI, pode-se

constatar a seguinte construção: *ocupação predatória donc insustentável*. Levando isso em consideração, a AI de insustentável reflete o sentido construído na interdependência semântica existente entre os dois segmentos do encadeamento argumentativo em questão.

A qualificação do *processo de exploração vigente na Amazônia sem planejamento nem ordenação*, como tópico referencial, ativa o discurso: é um *processo de exploração na Amazônia DC sem planejamento, nem ordenação*, e não um simples processo de exploração; desempenha assim um papel argumentativo. Liga o sujeito gramatical a seu predicado *sem planejamento nem ordenação*, condensando o encadeamento normativo (AI) *ocupação predatória DC insustentável*. Diz-se então que, neste caso, a predicação é “referencial”, ou seja, a argumentação interna de uma predicação referencial se identifica com a de seu predicado, visto que o sujeito não participa do sentido do enunciado.

Para Carel (1998), a predicação no encadeamento argumentativo constitui elemento essencial na constituição do bloco semântico. Para a autora, a primeira categoria de enunciados predicativos argumentativos diz respeito a que todos eles expressam um princípio argumentativo, cujo conteúdo é determinado ao mesmo tempo pelo sujeito e pelo predicado. O enunciado canônico de tal princípio argumentativo se efetua por um encadeamento normativo em *donc (pois, portanto)*, e por um encadeamento exceptivo em *pourtant (no entanto)*. No caso deste primeiro bloco semântico, verifica-se que o princípio argumentativo está marcado por um encadeamento normativo em *donc*, ou seja, *o processo de exploração vigente na Amazônia ocorre sem planejamento nem ordenação donc insustentável*. *Insustentável* é uma predicação “atributiva”. A predicação atributiva é aquela na qual a significação do sujeito participa no sentido do enunciado.

Carel (2000, p.69) comenta que “as negações das conexões (CON) seriam polêmicas, no sentido de Ducrot (1988)”. Seria o lugar de um debate entre dois enunciadores, onde cada enunciador estaria sustentando um ponto de vista. Assim, o locutor de *processo de exploração na Amazônia sem planejamento nem ordenação DC insustentável* põe em cena dois enunciadores. O primeiro (E<sub>1</sub>) sustentando *exploração predatória DC insustentável*, argumentação interna da leitura referencial de o processo de exploração vigente na Amazônia ocorre sem planejamento nem ordenação ambiental; portanto, é insustentável. E o segundo enunciador (E<sub>2</sub>) opondo-se, no sentido de conformar-se em recusar *exploração predatória DC insustentável*, mas sustentando o aspecto converso *exploração predatória PT neg-insustentável*.

Como é possível perceber, conforme análise feita no parágrafo anterior, constata-se no enunciado a presença da polifonia a serviço da argumentação que está inscrita no bloco semântico. Ducrot sempre defendeu a tese de que os enunciados são polifônicos, no sentido de que põem em cena, por meio de um locutor, várias vozes, vários pontos de vista aos quais ele chamou de enunciadores. Ora, se a argumentação está prevista na língua, determinando, portanto, a significação de suas entidades, o sentido de um enunciado, nessa perspectiva, é descrito pela posição que o locutor assume em relação aos vários pontos de vista que atualiza por meio do enunciado.

O segundo enunciado (encadeamento argumentativo) do discurso apresenta: *A agricultura migratória já devorou vários tipos de floresta, apesar da existência de tecnologias para o desenvolvimento sustentável da região*. Diante desse enunciado, pode-se construir o seguinte bloco: *A agricultura migratória já devorou vários tipos de floresta PT existem tecnologias para o desenvolvimento sustentável da região*.

A lexicalização possível para este bloco semântico é: *florestas destruídas pela agricultura migratória*. A expressão lingüística *tipos de floresta dizimados pela agricultura migratória* apresenta conceitos que, em relação no encadeamento argumentativo, possibilitam a construção de uma unidade de sentido no bloco semântico. O locutor manifesta seu ponto de vista dizendo que a agricultura migratória sem controle já dizimou vários tipos de floresta, e enfatiza, em contraste, existirem tecnologias para o desenvolvimento sustentável da região. O encadeamento resultante dos segmentos que compõem esse enunciado seria: *tipos de floresta dizimados PT existência de tecnologias adequadas* (desenvolvimento sustentável). A existência de tecnologias adequadas para o desenvolvimento sustentável contrasta, opõe-se de algum modo à forma como a agricultura migratória devora a floresta.

No encadeamento que segue, encontra-se a predicação com papel argumentativo. Desta vez é para qualificar a agricultura *migratória* (primeiro segmento) e *desenvolvimento sustentável* (segundo segmento), e o encadeamento evocado é o do tipo transgressivo. Veja-se: *A agricultura migratória já devorou vários tipos de floresta PT existem tecnologias para o desenvolvimento sustentável da região*. Nesse enunciado, os adjetivos *migratória* e *sustentável* contribuem para ligar semanticamente o segmento anterior ao que o segue. No mesmo enunciado, constata-se ainda que o adjetivo *sustentável* qualifica o *desenvolvimento da região* que seria proporcionado se usadas as tecnologias disponíveis para o processo de ex-

ploração. Esse adjetivo também contribui para ligar semanticamente o segmento anterior ao posterior. Pode-se ressaltar ainda que é interior à palavra *sustentável* o encadeamento normativo *exploração planejada DC equilíbrio*.

Em *florestas destruídas PT existência de tecnologias adequadas*, verifica-se o aspecto transgressivo na argumentação interna do enunciado nesse encadeamento argumentativo. Dessa forma, no encadeamento argumentativo do bloco semântico 2, através da argumentação interna do enunciado (AI) *florestas destruídas PT existência de técnicas adequadas*, percebe-se que a entidade lexical “migratória” presente no segmento 1 – *agricultura migratória* – é uma predicação do sujeito “agricultura”, do tipo atributiva que, de acordo com Carel (2000), intervém na significação do sujeito gramatical. Os segmentos argumentativos que formam o encadeamento do BS<sub>2</sub> são: *a agricultura migratória já devorou vários tipos de floresta (S<sub>1</sub>)*, *PT existem tecnologias para o desenvolvimento sustentável da região (S<sub>2</sub>)*. Verifica-se nesse encadeamento o aspecto argumentativo transgressivo em *PT*, na argumentação externa (AE): *a agricultura migratória devorou vários tipos de floresta PT há tecnologias adequadas* que forma um bloco semântico com o aspecto normativo (converso): *agricultura migratória devorou vários tipos de floresta DC neg- uso de tecnologias adequadas*.

Tomando-se o léxico *desenvolvimento sustentável* e observando-se sua AI, *crescimento equilibrado DC progresso adequado*, pode-se constatar a seguinte construção: *florestas destruídas PT existência de técnicas para progresso equilibrado*. Levando isso em consideração, a AI de *desenvolvimento sustentável* reflete o sentido construído na interdependência semântica existente entre os dois segmentos do encadeamento argumentativo em questão.

O terceiro enunciado (encadeamento argumentativo) do discurso apresenta *infelizmente, muitas pessoas inescrupulosas, inimigas da natureza e escravas do lucro fácil, teimam em exterminar a galinha dos ovos de ouro*. Diante desse enunciado, pode-se construir o seguinte encadeamento: *há muitas pessoas inescrupulosas DC teimam em exterminar a galinha dos ovos de ouro*. O encadeamento argumentativo desse bloco semântico é assim formado: (S<sub>1</sub>) *(Há) muitas pessoas inescrupulosas*, DC (donc) (S<sub>2</sub>) *extermínio da galinha dos ovos de ouro*. A lexicalização possível para o bloco semântico 3 é *muitas pessoas inescrupulosas insistem em exterminar as florestas da Amazônia*. O bloco, resultante do encadeamento dos segmentos que compõem esse enunciado, seria: *pessoas inescrupulosas DC extermínio da galinha dos ovos de ouro*. Há o extermínio das florestas da Amazônia, porque decorrente de pessoas inescrupulosas. A construção desse

bloco revela o valor que os signos *inescrupulosas* (adjetivo) e *exterminar* (verbo de ação) possuem nessa situação. Um determina o sentido do outro, uma vez que são dois segmentos interdependentes semanticamente. Assim, por fazer parte do processo de exploração vigente na Amazônia sem planejamento nem ordenação, nessa passagem, em *as pessoas inescrupulosas que teimam em exterminar a galinha dos ovos de ouro*, evoca-se o encadeamento normativo: *falta de escrúpulos DC destruição da Amazônia ou destruição da Amazônia DC falta de escrúpulos*.

Quanto à polifonia, constata-se que os enunciadores discursivos em EA<sub>3</sub> (encadeamento argumentativo 3) posicionam-se da seguinte forma: por um lado, E<sub>1</sub> afirma que *destruição da Amazônia DC falta de escrúpulos* e esse é o ponto de vista assumido pelo locutor no discurso, isto é, através do conector *DC* (aspecto normativo) posiciona-se em conformidade a E<sub>1</sub>; por outro lado, E<sub>2</sub> apresenta-se em sentido contrário a E<sub>1</sub>, situação em que se verifica o aspecto transgressivo do bloco semântico em *PT: destruição da Amazônia PT neg-falta de escrúpulos*. Dessa maneira, quando Ducrot (1988) propõe as funções de locutor e enunciador fica evidente a argumentatividade na língua, visto que o jogo encenado pelo locutor e seus enunciadores expressa qual é o ponto de vista assumido pelo locutor entre aqueles que ele põe em cena no enunciado: ou seja, esse jogo põe em evidência o que está sendo defendido pelo locutor, em que direção ele está argumentando.

Observa-se que a argumentação interna (AI) de *inimigas da natureza e escravas do lucro fácil é pessoas nocivas DC interesse em ganhos*, aspecto normativo que também se associa ao encadeamento como um todo – *falta de escrúpulos DC destruição da Amazônia*. O adjetivo *fácil* caracteriza-se como um “modificador”, pois é predicado de *lucro*; funciona como uma espécie de negação atenuada e, conforme a regra, ele atribui a XY uma AI conversa daquela de X. Parafraseando-se *lucro* como “*ganho, vantagem ou benefício que se obtém de alguma coisa, ou com uma atividade qualquer*”, *lucro fácil* terá como AI “*exploração predatória DC destruição*”

Dessa forma, o sentido global do discurso analisado – bloco semântico do discurso complexo – fica assim representado em seu movimento argumentativo, mediante a utilização dos conectores *DC* e *PT*:

**existem tecnologias para o desenvolvimento equilibrado PT exploração irregular**

*pessoas inescrupulosas DC destruição da Amazônia*

Logo, todos os encadeamentos argumentativos estão interligados, são interdependentes e formam um bloco semântico do discurso complexo, assim representado:

disponibilidade de técnicas para o progresso equilibrado PT não utilização DC destruição da Amazônia, o que equivale dizer atuação inescrupulosa DC destruição da Amazônia.

## Considerações finais

Com base no objetivo proposto neste estudo e na hipótese inicialmente estabelecida, pode-se dizer, através da análise realizada, que o sentido do texto resulta um bloco semântico e como tal está inscrito no sistema lingüístico que se realiza pelo encadeamento argumentativo complexo, o discurso.

Nesse sentido, foi possível verificar que a argumentação presente nos encadeamentos dos enunciados está bem marcada pelos conectores *donc* e *pourtant* que dão sentido ao discurso complexo, pelas conexões semânticas produzidas em suas AI e AE. Esse movimento argumentativo resulta da interdependência dos segmentos argumentativos, dos encadeamentos e por consequência dos blocos semânticos, todos interconectados e interdependentes nas relações de sentido que estabelecem entre si, processo que culmina na realização lingüística de nível complexo constituído pelo texto e pelo discurso, este último entendido como seqüência de enunciados interligados, por isso também compreendido como entidade concreta, ou seja, a manifestação/realização do texto.

Para finalizar, questiona-se o que a presente análise parece mostrar quanto a uma possibilidade de se compreender o objeto *discurso*. O fato de que, como afirma Ducrot (1988; 2002), *só o discurso é doador de sentido* certamente se mantém. Mas essa afirmação dá lugar, após a análise de discurso “autêntico”, a que se volte a pensar na definição do termo *discurso*.

Em decorrência, discurso, nesta análise, é entendido como sendo uma seqüência de encadeamentos que exprimem argumentações internas e externas de entidades lexicais que o compõem, encadeamentos que se relacionam entre si, definindo-se sintagmaticamente, e cujos pontos de vista de Enunciadores apresentados são assumidos ou não pelo locutor, construindo, desse modo, o sentido das entidades lexicais.

FREITAS, Ernani Cesar de. Semantic blocks: the argumentative movement in the construction of the meaning in discourse. **Revista do Gel**, São Paulo, v.5, n.1, p.109-128, 2008.

**ABSTRACT:** *This paper has the aim of systematizing and applying Oswald Ducrot and Marion Carel's concepts of Argumentative Semantics, regarding the theoretical model of the Semantic Blocks, in order to achieve the construction of the meaning of more complex unities as text and discourse. The guiding thesis of this research, according to the methodology proposed by Ducrot (1987; 1988; 2000; 2002), presupposes that the text is a semantic block enrolled in the theoretical level of production and done through the complex argumentative sequence that is the discourse, argumentatively oriented by the use of connectors of the type DC and/or PT. The discursive analyzes done in this study show that the enunciation sequences are well marked by the connectors *donc* and *pourtant* that give sense to the complex discourse, through the semantic connections produced in their AI and AE. This argumentative movement results from the interdependence of the argumentative segments, the sequencing and as a consequence, from the semantic blocks, all of them interconnected and interdependent in the relations of meaning that they establish among themselves, a process that culminates in the linguistic realization of complex level established by the text, abstract entity subjacent to the performed discourses, and by the discourse, as a sequence of interconnected enunciations, the reason why it is also understood as a concrete entity, which means, the manifestation and production of the text.*

**KEYWORDS:** *Argumentative semantics. Semantic Blocks. Meaning. Discourse.*

## Referências

ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. **La argumentación en la lengua**. Madrid: Editorial Gredos, 1994.

\_\_\_\_\_. **L'argumentation dans la langue**. Bruxelles: Mardaga, 1983.

BALLY, Charles. **Linguistique générale et linguistique française**. Berna: Franke, 1965.

CAREL, Marion. Argumentação interna aos enunciados. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v.37, n.129, p.27-43, set. 2002.

\_\_\_\_\_. As propriedades lingüísticas do paradoxo: paradoxo e negação. **Línguas e Instrumentos Lingüísticos**, Campinas, n.8, p.33-50, jul./dez. 2001.

\_\_\_\_\_. Para un tratamiento argumentativo de la predicación. **Revista Iberoamericana de Discurso y Sociedad**. Barcelona, Gedisa, v.2, n.4, p.45-72, dic. 2000.

\_\_\_\_\_. Lexicalisation des argumentations. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, Campinas, n.35, p.55-73, jul./dez. 1998.

\_\_\_\_\_. L'argumentation dans le discours: argumenter n'est pas justifier. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v.32, n.1, p.23-40, mar.1997.

\_\_\_\_\_. Pourtant: argumentation by exception. **Journal of Pragmatics**, Amsterdam, v.24, n.1, p.167-188, 1995.

CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. O problema do paradoxo em uma semântica argumentativa. **Línguas e Instrumentos Lingüísticos**, Campinas, n.8, p.7-32, jul./dez. 2001.

\_\_\_\_\_. Le problème du paradoxe dans une Sémantique Argumentative. **Langue Française**, Paris, n.123, p.41-51, sep. 1999.

DOSSE, François. **História do estruturalismo**: o canto do cisne de 1967 aos nossos dias. São Paulo: Ensaio; Campinas: UNICAMP, 1994. v.2.

DUCROT, Oswald. Os internalizadores. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v.37, n.129, p.7-26, set. 2002.

\_\_\_\_\_. Critères argumentatifs et analyse lexicale. **Langages**, Paris, n.142, p.21-32, jui. 2001.

\_\_\_\_\_. La elección de las descripciones en semántica argumentativa léxica. **Revista iberoamericana de Discurso y Sociedad**, Barcelona, v.2, n.4, p.23-44, dic. 2000.

\_\_\_\_\_. Topoi na teoria da argumentação na língua. **Revista Brasileira de Letras**, São Carlos, v.1, n.1, p.1-11, 1999.

\_\_\_\_\_. **Polifonía y argumentación**: conferencias del seminario Teoría de la Argumentación y Análisis del Discurso. Cali: Universidad del Valle, 1988.

\_\_\_\_\_. **O dizer e o dito**. Revisão técnica da tradução: Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.

\_\_\_\_\_. **Le dire et le dit**. Paris: Minuit, 1984.



# ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE PORTO ALEGRE: INSTAURANDO UM PROCESSO DE DEMOCRACIA

Leticia da Silva SANTOS<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo apresenta uma análise do discurso sobre o Orçamento Participativo de Porto Alegre, desde sua constituição até o final da gestão petista, que durou dezesseis anos, nessa cidade. Tomamos como suporte teórico a Análise do Discurso francesa, e focamos nosso olhar na questão da heterogeneidade constitutiva desse discurso, tentando mostrar os movimentos de sentido que ocorreram ao longo da construção deste projeto democrático.

**PALAVRAS-CHAVE:** Orçamento Participativo. Democracia. Análise do Discurso. Heterogeneidade discursiva.

## Estabelecendo a questão

Muitos foram os fatores que me levaram a analisar o discurso sobre o Orçamento Participativo (OP) realizado em Porto Alegre, desde 1989. Minha primeira postura frente a esse processo era de extrema oposição, e o contexto disto é simples: nasci em 1983 e cresci sem conhecer outra administração municipal que não a exercida pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Soma-se a isso, o fato de fazer parte de uma família protestante que sempre ergueu a bandeira de oposição aos partidos de esquerda e às suas propostas. Porém, ao entrar no Curso de Letras da UFRGS, tive conhecimento de uma teoria chamada Análise do Discurso que começou a mudar meu olhar.

---

<sup>1</sup> Programa de Pós-Graduação em Letras. Instituto de Letras, UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil.  
ticia\_santos@yahoo.com.br

Concomitante a isso, comecei a trabalhar na Prefeitura de Porto Alegre, numa Divisão que elaborava projetos sociais buscando a inclusão de uma parcela da população que estava à margem da sociedade. Tive, a partir daí, contato com militantes e gestores da Administração Popular, e com isso a oportunidade de, não só assistir, como também participar dos bastidores da gestão petista.

Sendo o OP o elemento diferencial deste modo de administrar a cidade, nada mais natural do que meu olhar se voltar a ele. Minha pergunta central estava ligada à veracidade da construção de uma sociedade democrática: de um lado, os esquerdistas afirmando que isso era verídico; de outro lado, os direitistas afirmando que estava sendo construída uma sociedade ditatorial, no sentido de que o PT, há dezesseis anos no poder, não admitia a possibilidade de outra forma bem sucedida de administrar além da sua. Diante deste conflito de formações políticas e da minha constituição política, que desde sempre fora contrária à esquerda, mas que estava abalada, num período eleitoral (em 2004), onde a direita saiu vencedora, optei por fazer uma análise do discurso sobre o Orçamento Participativo, até porque a nova administração de Porto Alegre se comprometera, ainda durante a campanha política, com a manutenção do mesmo, fato inédito.

## **Construindo o objeto de análise**

Ao nos debruçarmos sobre o material veiculado a respeito do Orçamento Participativo, a fim de constituir nosso corpus de pesquisa, chegamos às revistas publicadas anualmente pela Prefeitura: os Planos de Investimentos (PI) do Orçamento Participativo, material que divulga as ações decididas pela prefeitura e população no decorrer das rodadas do OP. O que nos chamou a atenção nesse material foi a sua apresentação: em cada revista havia um espaço destinado ao prefeito, ao ex-prefeito (eventualmente, na troca de governo), bem como aos coordenadores do OP. Este espaço era repleto de discursos que remontavam à construção do OP, permitindo-nos reconstituir os movimentos de sentido que ali circularam.

Optamos por analisar os discursos contidos nas apresentações dos PIs desde 1992 até 2005 – primeiro ano da posse do novo governo –, mas essa delimitação ainda não foi suficiente. Então, optamos por recortar<sup>2</sup> seqüências discursivas

---

<sup>2</sup> Entendemos por recorte o conjunto de seqüências discursivas selecionadas para construir o objeto de análise.

(doravante SD), representativas de nosso corpus, que nos permitissem olhar algumas das situações que queremos abordar aqui. Tal ação é permitida pela Análise do Discurso, visto que a teoria em questão não tem como pretensão analisar de forma exaustiva os materiais.

## **Elaborando o histórico do Orçamento Participativo**

Aqui, se faz necessário elaborarmos um histórico do Orçamento Participativo, a fim de rememorar sua evolução no decorrer dos anos: o OP foi implantado em Porto Alegre, no ano de 1989, como uma proposta inovadora de administração da verba pública. A novidade desta proposta estava no fato de haver debate entre o poder executivo (representado então pelo PT com apoio do PCdoB) e a população da cidade, ampliando assim a participação desta nas decisões sobre a gestão do dinheiro público. A gestação disto acontecera no governo anterior, quando o PDT (Partido Democrático Trabalhista), através do então prefeito Alceu Collares, instituíra a UAMPA (União das Associações de Moradores de Porto Alegre) como um local de debates entre as comunidades organizadas e o governo municipal. A Administração Popular, assim intitulada a gestão do PT, que se iniciou com Olívio Dutra e se estendeu por dezesseis anos em Porto Alegre, conseguiu dar forma e efetividade àquilo que era um embrião de um projeto maior: nasce então o Orçamento Participativo de Porto Alegre.

Desde o seu nascimento, o OP vem sofrendo mutações na estrutura, se reconstruindo e assumindo responsabilidades maiores na administração da cidade. No ano de 1992, último ano da gestão de Olívio Dutra, inicia-se a publicação do Plano de Investimentos (PI) do Orçamento Participativo, como um instrumento de acompanhamento e controle das tomadas de decisão entre população e Prefeitura. Passados três anos, já na gestão de Tarso Genro, o OP se reformula novamente, introduzindo plenárias temáticas que têm como objetivo pensar os problemas que transcendem as necessidades locais.

Em 1997, ano de início da terceira gestão do PT, tendo Raul Pont como prefeito, amplia-se ainda mais o alcance do OP: introduz-se o debate do Plano Plurianual. Esta discussão consiste em estabelecer, juntamente com a população, as diretrizes da administração municipal para os próximos quatro anos, podendo servir de referência para as elaborações e discussões dos orçamentos anuais. Em 1999, ao completar dez anos de vida, o OP deixa de ser apenas da cidade de Porto Alegre: assume uma proporção estadual, pois, neste momento, o Rio Grande do

Sul passa a ser governado também pela coligação liderada pelo PT, através de Olívio Dutra, que inicia o OP em nível estadual. E, ao entrar na adolescência, no ano de 2001, quando comemora doze anos de existência, o OP é reconhecido explicitamente como referência mundial, quando Porto Alegre torna-se sede da primeira edição do Fórum Social Mundial.

O tempo passa e, em 2004, após dezesseis anos de governo petista, a população de Porto Alegre decide mudar seu voto, elegendo como prefeito José Fogaça, representante da união de vários partidos, liderados pelo Partido Popular Socialista (PPS). O OP é entregue nas mãos desse novo governo que prometera, no período de campanha eleitoral, mantê-lo vivo e em desenvolvimento na cidade. Essa administração marca um novo período na vida do OP, mas ainda é cedo para analisar essa nova fase, o que não pretendemos fazer neste artigo.

## **Apresentando a teoria e o dispositivo de análise**

Escolhemos, para conduzir nosso olhar, a Análise do Discurso de linha francesa, a saber, a que foi iniciada por Michel Pêcheux nos anos 60.

Não atravessamos o texto para extrair, atrás dele, um conteúdo. Paramos em sua materialidade discursiva para compreender como os sentidos – e os sujeitos – nele se constituem e a seus interlocutores, como efeitos de sentidos filiados a redes de significação (ORLANDI, 2003, p.91).

A AD francesa constitui-se no espaço entre a língua e a história, a saber, entre os estudos científicos da lingüística e o materialismo histórico, a partir do marxismo revisto por Althusser. E não se esquece de introduzir a questão do sujeito, visto que pretende uma teoria da subjetividade de ordem psicanalítica. Podemos dizer que a AD se constitui como uma área de estudos própria e se constrói no limite das áreas que a circundam, garantindo sua especificidade à medida que se apropria dos conceitos usados pelas áreas ao seu redor, mas não os traz do mesmo modo em que são vistos lá, re-significa cada conceito de acordo com suas próprias concepções.

A AD procede a partir de um dispositivo de análise e institui gestos diferentes de leituras, trabalhando a polissemia de interpretações e tendo como pressupostos que os sujeitos, bem como os sentidos, são determinados historicamente, não podendo ser pensados sem levar em conta seus processos de constituição e

formação através da memória. Esta memória é vista aqui como discursiva, o que, para esta teoria, significa a “[...] possibilidade de dizeres que se atualizam no momento da enunciação. [...] Faz parte de um processo histórico resultante de uma disputa de interpretações para os acontecimentos presentes ou já ocorridos” (FERREIRA, 2001, p.20). A partir daí, a AD se propõe a “expor o leitor à opacidade do texto” (PÊCHEUX, 1990), partindo de um objeto simbólico e analisando seus sentidos e efeitos de sentido, procurando sempre desvendar o caráter histórico da linguagem, através de seus mecanismos imaginários.

O objeto teórico da AD, a saber, o discurso, considerado por Pêcheux (1969) como “efeito de sentido entre interlocutores”, é o principal ponto de articulação dos fios constituidores desta teoria, e é através da sua materialidade que se ligam e se confrontam o lingüístico e o ideológico. Tendo em vista que a AD tem o discurso como um lugar de reflexão, e que, neste lugar, há um processo de significação em que constam história, língua e sujeito – este último sempre interpelado pela ideologia –, não podemos examinar o discurso sem considerar suas condições de produção, ligando assim exterioridade e interioridade, ou seja, contexto sócio-histórico e funcionamento lingüístico.

Para proceder a análise das seqüências discursivas recortadas das publicações dos PIs, temos de mobilizar uma rede de conceitos que constitui nosso dispositivo de análise. É a partir deste mapa que procuraremos as respostas para nossos questionamentos. Começaremos por trazer o conceito de *Formação Discursiva (FD)*, formulado inicialmente por Foucault (1972, p.43):

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva.

Eni Orlandi (2003, p.44), por sua vez, coloca que as FDs não são “[...] blocos homogêneos funcionando automaticamente. Elas são constituídas pela contradição, são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluidas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações”. Orlandi relembra o conceito anteriormente formulado por Pêcheux, que já definira FD como “o que pode e deve ser dito” numa determinada formação ideológica, e acrescenta que as FDs são regionalizações do *interdiscurso*, e suas fronteiras são marcadas pelas ideologias dos sujeitos que habitam cada formação. Cabe salientar que as marcas de fronteiras entre as FDs são moveáveis, no sentido de que o fechamento de uma FD é instável,

já que acaba se deslocando em função dos confrontos existentes na luta ideológica. Indursky retoma o conceito de *interdiscurso*, apontando a contribuição de Courtine sobre ele:

Courtine retoma, igualmente, o conceito de interdiscurso, apontando-o como a instância de formação/repetição/transformação dos elementos de saber de uma FD, em função das posições ideológicas que ela representa em uma conjuntura determinada. Dito de outra forma: o interdiscurso é o lugar de formação do pré-construído e funciona como um elemento regulador do deslocamento das fronteiras de uma FD, controlando a sua reconfiguração e permitindo a incorporação de pré-construídos que lhe são exteriores, provocando redefinições, apagamentos, esquecimentos ou denegações entre os elementos de saber da referida FD. (INDURSKY, 1997, p.35).

Neste ponto, torna-se necessário introduzirmos o conceito de *heterogeneidade discursiva*. Segundo Ferreira (2001, p.17):

Termo utilizado pela AD para destacar que todo discurso é atravessado pelo discurso do outro ou por outros discursos. Estes diferentes discursos, mantêm entre si relações de contradição, de dominação, de confronto, de aliança e/ou de complementação.

Ainda segundo Ferreira (2001), Authier-Revuz foi a proponente da existência de duas ordens de heterogeneidade discursiva, a saber: a heterogeneidade constitutiva e a heterogeneidade mostrada. A heterogeneidade constitutiva acaba por esgotar a possibilidade de identificação lingüística da presença do *outro* no discurso do *um*; já a heterogeneidade mostrada evidencia a presença do *outro* no discurso do locutor. Cabe salientar que esta última ordem de heterogeneidade pode ser marcada, quando é visível na materialidade da língua, ou não-marcada, quando não tem uma visibilidade clara. A primeira é da ordem da enunciação, a segunda é da ordem do discurso.

Passamos agora a pensar o conceito de *sujeito*. Do entrelaçamento de duas teorias, psicanálise e marxismo, nasce o conceito de sujeito da AD. Ele se constitui no próprio discurso e é atravessado pela linguagem e pela história, sob a forma do imaginário. Eni Orlandi (2003, p.49) explicita que o sujeito “[...] é materialmente dividido desde a sua constituição: ele é sujeito de e é sujeito a”. Isto porque para produzir sentidos e se constituir enquanto tal, ele tem de estar sujeito à língua e à história, sendo afetado por ambas. Ferreira traz uma definição esclarecedora deste conceito:

Resultado da relação com a linguagem e a história, o sujeito do discurso não é totalmente livre, nem totalmente determinado por mecanismos exteriores. O sujeito é constituído a partir da relação com o outro, nunca sendo fonte única do

sentido, tampouco elemento onde se origina o discurso. [...] Ele estabelece uma relação ativa no interior de uma dada FD; assim como é determinado ele também afeta e determina em sua prática discursiva. (FERREIRA, 2001, p.22-23).

Ao falar em sujeito, nos obrigamos a falar também de *posição-sujeito*. Trata-se de uma posição que o indivíduo precisa ocupar para ser sujeito do que diz. Posição esta relacionada com determinadas formações discursivas (FDs) e ideológicas a partir dos quais o sujeito produz sentidos. *Sentido*: este é outro conceito que precisamos explicitar aqui. Para a AD, o sentido não é dado. Ele se constitui juntamente com o sujeito, e para entendermos sua constituição, temos de considerar as condições de produção de cada enunciado, já que os sentidos podem variar a partir da formação ideológica que o sujeito que o produz ou o interpreta se inscreve. O sentido não é apenas lingüístico, ele também é social e se move determinado pelo social e pelo histórico. A consequência disto é que não podemos falar em um sentido único, literal, mas sim em *efeitos de sentido*. São estes efeitos os responsáveis pelos conflitos e incompreensões entre sujeitos, pois, apesar de se expressarem na mesma língua e estarem abordando o mesmo assunto, não se referem ao mesmo sentido. Orlandi trata da questão do sentido e seus efeitos, explicitando que:

Não há um centro, que é literal, e suas margens, que são os efeitos de sentido. Só há margens. Por definição. Todos os sentidos são possíveis e, em certas condições de produção, há a dominância de um deles. O que existe, então, é um sentido dominante que se institucionaliza como produto da história: o literal (ORLANDI, 2003, p.132).

Cabe salientar que, mesmo que um sentido se cristalice e seja visto como literal, ele não apaga a existência de outros sentidos possíveis. Outro conceito importante para o nosso dispositivo de análise é o de *memória discursiva*. Memória esta que não é individual, mas sim social. Indursky aborda essa concepção, a partir de Achard, que concebe a memória como decorrência de “uma relação dialética entre a repetição de um enunciado discursivo e a regularização de seu sentido, de tal modo que a ‘regularização apóia-se necessariamente sobre o reconhecimento do que é repetido’” (INDURSKY, 1997, p.43). O sujeito produz o discurso como se fosse seu, se apropriando de saberes presentes no interdiscurso, cujas manifestações vão ocorrer de diferentes maneiras nos discursos. É importante lembrar que a memória é constituída juntamente com o saber próprio das redes de formulações de cada FD, ao mesmo tempo, num só movimento. Outro constituinte da memória é o esquecimento: somente quando o esquecimento age por completo, apagando não só o sujeito que (re) produziu o discurso, como também

o lugar de onde foi proferido, de que forma foi proferido e para quem se dirigia tal discurso, é que os sentidos começam a construir seus efeitos.

## **Procedendo a análise: a heterogeneidade como constitutiva do discurso sobre o OP**

A partir da leitura atenta dos PIs, descobrimos que este discurso está marcado pela heterogeneidade constituindo o dizer de um mesmo sujeito, marca que iremos perseguir a fim de analisar os movimentos de sentido que são instaurados a partir dele. Ressaltamos que nossos recortes são formados por seqüências produzidas por diferentes autoridades políticas. Autoridades estas que se inscrevem na posição de sujeito que formula os saberes sobre o OP.

O conceito de heterogeneidade, já apresentado, nos fez perceber a presença de movimentos de sentido dentro do discurso que ora analisamos. Isso nos obrigou a lançar um olhar minucioso para nossos recortes, a fim de tentar, de alguma forma, apreender alguns sentidos e efeitos de sentido que são produzidos a partir desse discurso.

Nossa atenção estará voltada, também, para a questão do discurso fundador, visto que, em *Análise do Discurso*, falamos da existência do discurso que é repetido. Muitas vezes, nos apropriamos do discurso do outro, incorporando-o de tal forma ao nosso, que nem mesmo o reconhecemos como não sendo nosso ou como pertencente a outro.

Para a *Análise do Discurso*, falar em heterogeneidade já é, desde algum tempo, um lugar comum. É sabido que, sob nossas palavras, ressoam palavras-outras, palavras de outros sujeitos, pois o discurso é da ordem do repetível e essa repetição não remete apenas àquilo que foi dito anteriormente pelo sujeito do discurso, no presente ou no passado. O repetível é da ordem de um já-dito, mais amplo e disperso, que remete para o dizer de outros sujeitos, em outros discursos, que tanto podem estar inscritos na mesma Formação Discursiva do sujeito que enuncia quanto em outra Formação Discursiva, seja ela amigável ou antagonica (INDURSKY, 2001, p.27-28).

Aqui se faz necessário trazermos o conceito de Democracia. Houaiss o define em seu dicionário de maneira geral como “governo no qual o povo toma as decisões importantes a respeito das políticas públicas não de forma ocasional ou circunstancial, mas segundo princípios permanentes de legalidade” (HOUAISS;



VILLAR, 2001, p.935). A fim de nos aprofundarmos um pouco mais neste conceito, consultamos o cientista político Norberto Bobbio (1986) que, em seu *Dicionário de política* traz o conceito de democracia para o liberalismo e para o socialismo, colocando que, para o primeiro grupo, este conceito está ligado a uma democracia representativa, onde:

O dever de fazer leis diz respeito, não a todo o povo reunido em assembleia, mas a um corpo restrito de representantes eleitos por aqueles cidadãos a quem são reconhecidos direitos políticos. Nesta concepção liberal da Democracia, a participação do poder político, que sempre foi considerada o elemento caracterizante do regime democrático, é resolvida através de uma das muitas liberdades individuais que o cidadão reivindicou e conquistou contra o Estado absoluto. A participação é também redefinida como manifestação daquela liberdade particular que indo além do direito de exprimir a própria opinião, de reunir-se ou de associar-se para influir na política do país, compreende ainda o direito de eleger representantes para o Parlamento e de ser eleito. (BOBBIO, 1986, p.323).

Já para o segundo grupo, a saber, o socialismo, “[...] o ideal democrático representa um elemento integrante e necessário” (BOBBIO, 1986, p.324). Para eles, é preciso que haja um aprofundamento do processo de democratização, o que deve ocorrer de duas formas:

Através da crítica da Democracia apenas representativa e da conseqüente retomada de alguns temas da Democracia direta e através da solicitação de que a participação popular e também o controle do poder a partir de baixo se estenda dos órgãos de decisão política aos de decisão econômica, de alguns centros do aparelho estatal até à empresa, da sociedade política até a sociedade civil pelo que se vem falando de Democracia econômica, industrial ou de forma efetiva de funcionamento dos novos órgãos de controle (chamados “conselhos operários”), colegial, e da passagem do autogoverno para a autogestão. (BOBBIO, 1986, p.324-325).

Após essa reflexão, lançamos o olhar para o nosso recorte:

Recorte nº 1: A heterogeneidade do discurso sobre o OP

SD1: “O mais importante, no entanto, é que os cidadãos começam a compreender a importância da participação, da luta coletiva com seus vizinhos, com os demais moradores do seu bairro, da sua região. Começam a conquistar a consciência de seus direitos, a construir a sua cidadania. Portanto, a esboçar em cada gesto o que esperam para sua vida e seu futuro. [...] E é este conceito básico que determina um maior ou menor grau de cidadania. A gestão dos recursos públicos, agora, é orientada pela sociedade. Mas ainda temos que avançar mais no aperfeiçoamento desta instituição denominada Orçamento Participativo. A participação popular significa co-responsabilidade, numa demonstração dos porto-alegrenses de que esta participação não se esgota no momento do voto, mas avança cada vez mais, no rumo de uma cidadania verdadeiramente realizada.” [Um instrumento de cidadania. Olívio Dutra. Ex-Prefeito. 1993]

SD2: “Obras essenciais estão previstas neste exercício e cada uma delas tem o selo da participação voluntária, da capacidade de disputa e do controle rigoroso que as comunidades fazem, do governo municipal.” [Plano de Investimentos 95. Tarso Genro. Prefeito. 1995]

SD3: “A experiência de democracia direta do OP de Porto Alegre tornou-se referência e modelo para além de nossas fronteiras, sendo tema de teses acadêmicas e seminários internacionais. Mas, mesmo assim, não estamos satisfeitos e queremos a cada ano dar continuidade ao processo, avançando na qualificação do Orçamento Participativo com a população e na melhoria da qualidade de vida em Porto Alegre. A capital dos gaúchos lança as bases para se tornar uma metrópole no próximo milênio, exemplo democrático para um novo Estado e um novo País.” [Dez anos de democracia e participação popular. Raul Pont. Prefeito. 1998]

SD4: “As ações conjuntas entre o Município e o Estado contribuirão, certamente, para desencadear no Rio Grande do Sul a experiência do despertar da cidadania que Porto Alegre já está ensinando a tantas partes do mundo. É por razões como esta, por tudo que nossa experiência vem simbolizando é que afirmamos que o ‘OP é bom para todo mundo’.” [Onde a participação faz democracia. Raul Pont. Prefeito. 1999]

SD5: “Todas essas portas vêm se abrindo porque, em Porto Alegre, existem a Administração Popular e a Participação Popular. Aqui o poder de decisão é real e verdadeiramente compartilhado. Aqui nós enfrentamos os desafios de uma democracia renovada, que a cada dia constrói uma cidade com mais qualidade de vida para todos.” [Novas conquistas, novos desafios. João Verle. Prefeito. 2003]

SD6: “Particularmente a juventude, que com seu espírito contestatório e o anseio por transformação, possa contribuir decisivamente para que o Orçamento Participativo continue rebelde e questionador das estruturas ultrapassadas e conservadoras. Que o 16º ano seja apenas um dos muitos aniversários que Porto Alegre vai comemorar com o OP e este mantenha o seu espírito juvenil e revolucionário construindo novas alternativas de poder. [16 anos de democracia, solidariedade e transformação social. Assis Brasil Olegário Filho. Grc/Gp. 2004]

SD7: “A inexistência de sistema de acompanhamento e controle público das reivindicações populares e as velhas práticas paternalistas e clientelistas usadas pelo poder constituído não respondiam aos anseios da sociedade, que vinha de uma longa luta pela democratização do estado. Esta sociedade organizada deseja a participação da cidadania de forma direta na gestão do estado retratada na constituição do Brasil de 1988 no seu artigo 1º inciso V, parágrafo único que diz: “todo o poder emana do povo que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente.” [Orçamento Participativo: o olhar de seus protagonistas. Coordenação do Cop. 2004]

Encontramos saberes outros ecoando aqui. Saberes estes que estão de tal forma imbricados no interior deste discurso que não é mais possível distingui-los, pois se tornaram constitutivos do mesmo. Trata-se da heterogeneidade constitutiva proposta por Authier-Revuz, como já falamos anteriormente. Isto é possível em virtude do esquecimento número um, proposto por Pêcheux e retomado por Orlandi,

onde o sujeito se imagina fonte do dizer, se apropriando de saberes existentes no interdiscurso e pertencentes a outras FDs.

Esquecimento número um, também chamado esquecimento ideológico: ele é da instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia. Por esse esquecimento temos a ilusão de ser a origem do que dizemos quando, na realidade, retomamos sentidos pré-existentes. Este esquecimento reflete o sonho adâmico: o de estar na inicial absoluta da linguagem, ser o primeiro homem, dizendo as primeiras palavras que significariam apenas e exatamente o que queremos. Na realidade, embora se realizem em nós, os sentidos apenas se representam como originando-se em nós: eles são determinados pela maneira como nos inscrevemos na língua e na história e é por isto que significam e não pela nossa vontade (ORLANDI, 2003, p.35).

O OP é instituído como “*um instrumento de cidadania*”, e “*a participação popular não se esgota no momento do voto, mas avança cada vez mais, no rumo de uma cidadania verdadeiramente realizada*”. Nesta seqüência discursiva, retirada da SD1, percebemos a afirmação de um novo conceito de democracia através da negação do modo de democracia existente até então. Isto é reforçado com o que vem a seguir, que indica que a cidadania verdadeiramente realizada vai além do voto, ou seja, ela exige a participação do povo, logo, o OP se constitui como este instrumento capaz de legitimar o conceito de democracia proposto por esta FD. Em 1998, esta vivência democrática de Porto Alegre, que se deu através do OP, acaba por tornar-se referência: “*A experiência de democracia direta do OP de Porto Alegre tornou-se referência e modelo para além de nossas fronteiras*” (SD3). Observamos que há aqui uma especificação: não é qualquer democracia que conseguiu se tornar referência, mas a democracia direta, aquela que tem o OP como seu instrumento de efetivação, a do segundo grupo de Bobbio (1986).

Isso é confirmado mais além, quando temos que Porto Alegre é um “*exemplo democrático*” (SD3) tão evidente e bem construído que é capaz de ser modelo para um novo Estado e País. Um ponto importante a salientar é que estes enunciados fazem parte da apresentação do PI que tem por título “*Dez anos de democracia e participação popular*” (SD3), o que vem reforçar a idéia de que a democracia que está sendo falada não é outra senão a proposta e colocada em prática a partir do OP. Percorrendo nosso recorte, percebemos que este conceito de democracia é construído passo a passo, ano a ano, em que uma fala complementa e especifica a outra. Aqui, podemos pensar no esquecimento número dois, também proposto por Pêcheux e retomado por Orlandi (2003, p.35), que diz:

O esquecimento número dois, que é da ordem da enunciação: ao falarmos, o fazemos de uma maneira e não de outra, e, ao longo de nosso dizer, formam-se famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre podia ser outro. [...] Isto significa em nosso dizer e nem sempre temos consciência disto. Este “esquecimento” produz em nós a impressão da realidade do pensamento. Essa impressão, que é denominada ilusão referencial, nos faz acreditar que há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo, de tal modo que pensamos que o que dizemos só pode ser dito com aquelas palavras e não outras, que só pode ser assim. [...] Mas este é um esquecimento parcial, semi-consciente e muitas vezes voltamos sobre ele, recorremos a esta margem de famílias parafrásticas para melhor especificar o que dizemos. É o chamado esquecimento enunciativo e que atesta que a sintaxe significa: o modo de dizer não é indiferente aos sentidos.

Esta “*democracia renovada*” (SD5), não é como qualquer outra, nem como o que vinha sendo feito até então. Ela possui o “*selo da participação voluntária*” (SD2), é constituída de participação popular “*onde a participação faz democracia*” (SD4), é o local onde “*o poder de decisão é real e verdadeiramente compartilhado*” (SD5) Todos estes elementos constituem uma família parafrástica<sup>3</sup> e vão construindo e inculcando este conceito no decorrer dos anos. Ao perceber este movimento, notamos aí um processo de pedagogização promovido pelo sujeito deste discurso. A fim de esclarecer o que entendemos por pedagogizar, trazemos Araújo, quando esta retoma algumas idéias de Foucault:

É preciso analisar a educação como prática, com fundo histórico, com usos bem determinados. São as necessidades que as diversas instituições têm de modificar suas funções em consonância com as mudanças mais amplas nos fatores sociais, econômicos e culturais, que mostram como a educação, ao se escolarizar na modernidade, passou a exercer um papel de controlador e adaptador daquelas necessidades. E elas são, grosso modo, tanto necessidades técnicas (aprender ofícios e funções) como necessidades operatórias, estratégicas, ou como mostrou Foucault, disciplinares, fruto do tipo de sociedade que, desde fins do século XVIII, vem reforçando práticas que distribuem saber e poder por todo o corpo social, especialmente por instituições em que o indivíduo precisa ser curado, examinado, treinado, exercer ofícios (ARAÚJO, 2002, p.77).

Ora, tendo em vista que a cidade, antes da Administração Popular, vinha sendo governada por partidos liberais, o conceito de democracia que a maior parte da população possuía correspondia ao proposto por este grupo. Ao assumir a

---

<sup>3</sup> Família parafrástica será entendida aqui como o conjunto de enunciados a partir das relações de sentido que se dão no interior de uma determinada FD. Tais enunciados têm os seus termos substituídos contextualmente uns pelos outros, mantendo o mesmo sentido do discurso.

Prefeitura de Porto Alegre, a Administração Popular necessita construir, juntamente com a população, o seu conceito, reforçando-o e reformulando-o a cada novo passo.

Esta construção do conceito de democracia se dá pela reafirmação e retomada do conceito, através de afirmações que dão um efeito de verdade absoluta, não abrindo espaço para a contestação ou relativização de seu direcionamento. Essas afirmações acabam por se constituir como princípios, os quais são defendidos e asseverados pelos sujeitos que falam daquele lugar. Tais afirmações chamaremos *asserções afirmativas diretivas*,<sup>4</sup> visto que vão norteando a população no processo de construção deste conceito de cidadania.<sup>5</sup> Esse norteamento se dá lentamente, já que ele envolve a reflexão sobre o conceito e a prática nas atividades cotidianas do OP.

As *asserções afirmativas diretivas*, nesse processo de pedagogização, dão o fechamento de tudo o que vem sendo feito no decorrer do processo do OP, no sentido de que, depois de proposta e experienciada a prática da participação, o governo sintetiza, no seu discurso, o caminho percorrido e dá pistas dos próximos passos a serem tomados. Este movimento pode ser visto ao longo do discurso do OP. Temos que “*a gestão dos recursos públicos, agora, é orientada pela sociedade. Mas ainda temos que avançar mais no aperfeiçoamento desta instituição denominada Orçamento Participativo*” (SD1). Nesta SD percebemos que existe a afirmação de que a população é responsável pela gestão dos recursos. O uso do vocábulo *agora* nos faz concluir que antes deste momento ela não era responsável, ou seja, a gestão dos recursos não fazia parte das atividades do povo. Vale notar que a segunda parte deste trecho começa com o operador argumentativo *mas* que vem indicar a necessidade de avançar neste processo: há o reconhecimento dos passos dados e a explicitação da necessidade de continuar caminhando rumo à construção da democracia.

Ao chegar em 2003, temos a instauração de um novo movimento de sentidos, visto que se deixa de usar *asserções afirmativas diretivas*: “*Em Porto Alegre, existem a Administração Popular e a Participação Popular. Aqui o poder de decisão é real e verdadeiramente compartilhado*” (SD5). Há aqui, apenas a constatação

<sup>4</sup> Este termo que usamos para definir o tipo de asserções que encontramos não nos foi dado por nenhum estudioso da linguagem em forma escrita e já publicada, mas foi construído por nós no decorrer de nossa vida acadêmica, pois de alguma forma vamos definindo e conceituando aquilo que temos construído em termos de conhecimento de língua.

<sup>5</sup> Cabe salientar que estas asserções afirmativas diretivas são construídas com verbos nos modos indicativo e imperativo.

do processo, já em fase madura, ou seja, o conceito de democracia já foi construído pelos cidadãos de Porto Alegre.

Comprovamos essa mudança, ao observar que, em 2004, o que vinha sendo marcado pela presença de enunciados geradores de *asserções afirmativas diretivas*, agora tem como marca enunciados construídos no modo subjuntivo. Há, agora, verbos que expressam desejos e anseios, além de revelarem incertezas quanto àquilo que deve ou deverá ser feito. “*A juventude, que com seu espírito contestatório e o anseio por transformação, possa contribuir decisivamente para que o Orçamento Participativo continue rebelde e questionador*” (SD6).

A complementação desta nova fase se dá através da última seqüência discursiva de nosso recorte, onde é dada, pela primeira vez em um PI, voz ao Conselho do Orçamento Participativo (COP), formado pelos cidadãos da capital gaúcha, os quais são eleitos nos fóruns de delegados do OP, sendo, assim, representantes da população. O COP faz uma retomada do processo administrativo de Porto Alegre, constatando que antes da Administração Popular, que esteve dezesseis anos no poder, “*a inexistência de sistema de acompanhamento e controle público das reivindicações populares e as velhas práticas paternalistas e clientelistas usadas pelo poder constituído não respondiam aos anseios da sociedade*” (SD7). Existe aí a incorporação do conceito de democracia proposto pela FD que governava então. E mais do que isso: percebemos que este conceito era o que a cidade ansiava por vivenciar.

Isto é reforçado através da expressão do desejo de manter participação ativa na administração da cidade, já que o contexto sócio-histórico indicava uma troca de FD na administração da cidade. Quando o COP afirma que “*esta sociedade organizada deseja a participação da cidadania de forma direta na gestão do estado retratada na constituição do Brasil de 1988, no seu artigo 1º inciso V, parágrafo único que diz: ‘todo o poder emana do povo que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente’*” (SD7), percebe-se que o conceito de democracia interligado ao de cidadania foi construído. Suas bases estão firmadas em Porto Alegre, independentemente de quem venha ocupar a posição de governo. A população tem ciência da importância de sua participação na gestão da cidade e exige esse direito, inclusive, buscando amparo legal na Constituição Federal para a legitimação e manutenção deste direito.

Ao se descobrirem cidadãos, os porto-alegrenses entendem que não existe mais a necessidade de tutores. É o início da idade adulta do OP. Com dezesseis anos, ele se desvincula da figura paterna exercida pelos administradores da cidade

e se propõe a seguir seu próprio caminho, se alicerçando naquilo que é garantido pela Constituição Federal do Brasil.

Ao fecharmos essa análise, retomamos a questão da heterogeneidade. Percebemos, no decorrer da nossa análise, que o discurso sobre o OP vai se transformando através do tempo. Seus saberes vão se reconfigurando, no sentido de serem reformulados. O discurso sobre o OP inicialmente é construído de forma pedagogizante, mas se encaminha, aos poucos, para um outro lugar. Temos aí a explicitação da heterogeneidade de que falamos ao iniciar esta seção: saberes circulam nesse processo discursivo e vão se reconstituindo a cada novo passo deste processo.

### **Tecendo considerações conclusivas: janelas abertas**

Quando iniciamos esta trajetória, tínhamos uma dúvida crucial, que nos lançou ao ponto de pesquisa: seria o OP um instrumento gerador de democracia? Ao chegarmos ao final de nosso trabalho de pesquisa, afirmamos que, durante a gestação deste, formulamos muitas hipóteses as quais foram sendo muitas vezes reformuladas. Nossas reformulações por ora fizeram com que avançássemos, no sentido de afirmar que havia um processo democrático sendo construído, assim como, em alguns momentos, fizeram com que retrocedêssemos, momentos estes nos quais duvidamos da instauração do processo e até mesmo negamos sua existência, voltando a nossas concepções iniciais.

Tudo isso se sustenta por ser este um trabalho de análise, leitura e interpretação, que se apóia na metodologia de AD, cujos conceitos possibilitam acompanhar as formulações, reformulações e transformações dos sentidos que ocorrem no interior do processo discursivo, no caso, o do discurso sobre o OP. A reformulação das hipóteses também se deve a nossa história de leituras, visto que nunca lemos um texto da mesma maneira; logo, em cada ida e vinda, entre nossas análises dos recortes e a própria teoria, tínhamos nossas hipóteses reconfiguradas ou asseveradas. Porém, ao chegar ao término deste artigo, podemos afirmar que o OP nos surpreendeu, pois demonstrou, através de sua materialidade discursiva, que é realmente um instrumento de construção de uma prática democrática.

Há ainda uma idéia que nos deixa por ora a pensar: o grupo que sucedeu o PT no governo lutará pela continuidade dessa prática democrática ou buscará, no seu discurso fundador, a retomada do conceito anterior? Com isso percebemos a existência de janelas abertas. Os sentidos não estagnaram. Ao contrário, entramos

num período de muita movimentação, onde os sentidos e saberes estão em circulação e isto pode conduzi-los a efeitos de sentidos anteriores ou a novas significações.

SANTOS, Leticia da Silva. Participative Budget in Porto Alegre: the implementation of a democratic process. **Revista do Gel**, São Paulo, v.5, n.1, p. 129-146, 2008.

**ABSTRACT:** *This article shows an analysis of the discourse about “Participative Budget” in Porto Alegre, since its implementation until the end of the Workers Party (PT) administration, which lasted for 16 years in this city. Based on the French Discourse Analysis, we focused on the constitutive heterogeneity of this discourse, attempting to identify the movements of meaning that occurred throughout the construction of this democratic project.*

**KEYWORDS:** *Participative Budget. Democracy. Discourse Analysis. Discursive heterogeneity.*

## Referências

ARAÚJO, Inês Lacerda de. Da pedagogização à Educação: acerca de algumas contribuições de Foucault e Habermas para a Filosofia da Educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, n.77, 2002.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política por Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino**. Tradução de João Ferreira, Carmem Varriale e outros. Brasília: UnB, 1986.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Petrópolis: Vozes, 1972.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

INDURSKY, Freda. Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo da leitura. In: ERNST-PEREIRA, Aracy; FUNCK, Susana Bornéo (Org.). **A leitura e a escrita como práticas discursivas**. Pelotas: Educat, 2001.

\_\_\_\_\_. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Campinas: Unicamp, 1997.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.). **Glossário de termos do discurso**. Porto Alegre: UFRGS, Instituto de Letras, 2001.



*Orçamento participativo de Porto Alegre: instaurando um processo de democracia*

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2003.

PÊCHEUX, Michel. **Discurso**: estrutura ou acontecimento? Campinas: Pontes, 1990.

\_\_\_\_\_. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Unicamp, 1969.

## **Bibliografia consultada**

ALTHUSSER, Louis. **Resposta a John Louis**: elementos de autocrítica: sustentação de tese em Amiens. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Unicamp, 2004.

DUBOIS, Jean et al. **Dicionário de lingüística**. São Paulo: Cultrix, 1978.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

FUCHS, Catherine. A paráfrase lingüística. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, Campinas, n.8, 985.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. Campinas: Pontes, 2002.

ILARI, Rodolfo; GERALDI, João Vanderlei. **Semântica**. São Paulo: Ática, 2003.

INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.). **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. Porto Alegre: Sagra Luzatto, 1999.

LUFT, Celso Pedro. **Moderna gramática brasileira**. São Paulo: Globo, 2002.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio; no movimento dos sentidos**. Campinas: Ed. Unicamp, 1995.

\_\_\_\_\_. **Discurso e leitura**. Campinas: Cortez, 1988.

Leticia da Silva SANTOS

\_\_\_\_\_. **A linguagem e seu funcionamento; as formas do discurso**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PERINI, Mario A. **Gramática descritiva do português**. São Paulo: Ática, 2002.

# A AUSÊNCIA DA FIGURA DO FEMININO NAS PROPAGANDAS HÍBRIDAS DA “*CERVEJA CRYSTAL*”

Ana Cristina CARMELINO<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo analisa algumas propagandas da “*Cerveja Crystal*” publicadas na Revista *Veja* (edições de 2006) que, além de se constituírem como híbridas, se marcam como uma contraposição em relação às propagandas de cerveja em geral, visto que não apresentam o estereótipo da mulher. Partindo da perspectiva teórica sócio-interativa, buscamos refletir sobre a dinamicidade e plasticidade do gênero, demonstrando não só que a intertextualidade intergêneros consiste em uma estratégia de persuasão, mas também o que o silêncio da “*Crystal*” em relação à figura da mulher significa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sociointeracionismo. Intergênero. Explícito. Implícito. Propaganda.

## Introdução

Considerando-se a frequência com que a publicidade vem operando com a figura do feminino, o presente trabalho tem como objeto de análise algumas propagandas da “*Cerveja Crystal*” publicadas na Revista *Veja* (edições de 2006) que, além de se constituírem como híbridas, se marcam como uma contraposição em relação às propagandas de cerveja em geral, uma vez que há nelas a ausência do estereótipo da mulher.

Entendendo-se que os gêneros são formas culturais cognitivas de ação social corporificadas de modo particular na linguagem, e que, portanto, são entidades

---

<sup>1</sup> Programa de Pós Graduação em Linguística, UNIFRAN, Franca, SP, Brasil. acarmelino@uol.com.br

dinâmicas, a análise, que se embasa na perspectiva teórica sócio-interativa – especialmente a partir de considerações de Bakhtin (1992), Bazerman (2006), Koch (2003) e Marcuschi (2005) –, pretende: enfatizar que o propósito comunicacional, o contexto de produção e as informações implícitas e explícitas são mais relevantes que a estrutura composicional dos gêneros; demonstrar que a intertextualidade intergênero consiste em um recurso argumentativo de que dispõe o produtor de texto para estimular o consumo de determinado produto e a que deve estar atento o leitor para a construção de seu sentido; bem como ressaltar que o silêncio da “*Crystal*” em relação à figura da mulher significa.

Para sustentar a análise proposta, primeiramente, tratamos de dados teóricos relevantes, a saber: do conceito de gênero, intergênero e balanceamento das informações implícitas e explícitas; das propagandas de cerveja em geral; e, finalmente, das propagandas da Cerveja Crystal.

## **Gênero, intergênero e o balanceamento dos implícitos e explícitos**

Ao definir o gênero como um enunciado relativamente estável, de natureza histórica e sociointeracional, Bakhtin (1992) nos revela que embora reconheça os aspectos formais na caracterização dos gêneros, eles não devem se sobrepor aos aspectos históricos e sociais, visto que os gêneros se relacionam com as diferentes situações sociais. Bazerman (2006) também perfilha essa idéia. Segundo suas concepções, por serem rotinas sociais do dia-a-dia, os gêneros são, antes de fatos lingüísticos, fatos sociais.

Podemos dizer, então, a partir do exposto, que a identificação de gêneros por meio das características estruturais é um conhecimento útil para interpretar e atribuir sentido às ações sociais. No entanto, priorizar um conjunto de traços textuais na definição do gênero é ignorar não só o papel dos indivíduos nas práticas sociais, mas também o uso criativo da comunicação para satisfazer novas necessidades, percebidas em novas circunstâncias

Além disso, convém salientar que os gêneros são desiguais em certas funções: há gêneros que, por serem fruto de ações sociais coletivas ou institucionalizações rígidas, apresentam menos possibilidade de mudanças notáveis (como é o caso das certidões, calendários, documentos em geral); há outros, entretanto, que apresentam um caráter de genericidade mais acentuado, são mais fluidos na forma, porém mantêm a rigidez na função, como é o caso das propagandas, nosso objeto de análise.

Como observa Marcuschi (2005, p.32), a “[...] publicidade caracteriza-se por operar de maneira particularmente produtiva na subversão da ordem genérica instituída, chamando atenção para a venda de um produto”. O que vemos, muitas vezes, é o desenquadrar o produto de seu enquadre normal para enquadrá-lo em novo enfoque, para que o vejamos de forma mais nítida no mar de ofertas de produtos.

A dinamicidade do gênero, de acordo com Kress (2003), pode levar à hibridização de gêneros (intergenericidade), ou seja, à confluência de mais de um gênero. Esse é um fato bastante corriqueiro no dia-a-dia em que passamos de um gênero a outro ou até mesmo inserimos um no outro, seja na fala ou na escrita.

De acordo com os estudiosos de gênero, na hibridização há uma mescla de pelo menos dois gêneros, em que um sempre está a serviço do outro, sendo que o gênero principal preserva sua função sócio-historicamente constituída (KOCH; ELIAS, 2006). Esse fenômeno, chamado também de intertextualidade intergênero por Marcuschi (2002) é facilmente reconhecido graças a nossa competência metagenérica.

Além de ressaltarmos a materialidade lingüística, o propósito comunicacional, o contexto de produção e de recepção (ao tipo de interação em jogo) e a esfera de circulação, destacamos que o balanceamento das informações implícitas e explícitas são outro dado relevante no estudo e na compreensão do gênero (CARMELINO, 2006).

Consideramos, conforme Koch (2003, 2005), que na interação há sempre um equilíbrio entre as informações explícitas e as implícitas: o produtor de texto geralmente verbaliza as unidades referenciais e as representações necessárias à compreensão e o ouvinte/leitor ativa todos os componentes e estratégias cognitivas que tem à disposição para dar ao texto uma interpretação dotada de sentido.

Atentar-se para o balanceamento das informações na linguagem publicitária e no gênero em questão é de extrema importância, uma vez que grande parte do significado da propaganda a ser apreendido fica na leitura das entrelinhas ou da situação que a envolve. As informações implícitas, ora ligadas ao enunciado (presuposição), ora à enunciação (subentendido), mais “sugerem” do que “dizem”.

## **As propagandas de cerveja**

Embora muitos concebam a propaganda como uma divulgação de mercadorias e serviços, cujo fim é levar o público-alvo à compra de um determinado

produto, a propaganda comercial é muito mais que isso: trata-se de uma publicidade de prestígio em que as empresas anunciam um nome ou uma imagem.

As condições sociais a que nos submetemos é que justificam tanto a necessidade da propaganda quanto a efetuação de seu consumo, uma vez que além das necessidades materiais, as pessoas satisfazem necessidades sociais.

No caso da cerveja, estamos diante de um bem que satisfaz necessidades sociais e não materiais, visto que nosso organismo não necessita de cerveja. No entanto, a sociedade continua a consumir essa bebida por causa do valor cultural que ela carrega. Proporcionar momentos de lazer e prazer (situação de descontração), estreitar laços de amizade e representar vida social intensa são alguns exemplos das sensações que estimulam seu consumo.

Sabemos não só que há inúmeras marcas de cerveja e que a cada ano novas delas são lançadas no mercado, mas também que uma das grandes estratégias persuasivas para se destacar no mercado é o apelo ao emocional a partir da propaganda. Antes de analisarmos as propagandas da Cerveja Crystal, veremos, a partir de alguns exemplos, como as propagandas de cerveja procuram atrair o público.

Embora uma lei publicada em 1996<sup>2</sup>, tenha restringido o uso e a propaganda de determinados produtos, como fumíferos, medicamentos e bebidas alcoólicas, alertando que a propaganda não poderia “[...] associar o produto ao esporte olímpico ou de competição, ao desempenho saudável de qualquer atividade, à condução de veículo e a imagens ou idéias de maior êxito ou sexualidade das pessoas” (BRASIL, 1996) que muitas delas se utilizam da figura da mulher – da sensualidade, e, portanto, implicitamente da liberação do desejo e do prazer sexual – como artifício para a persuasão.

Criou-se, desse modo, um estereótipo tanto no código visual quanto no lingüístico: a cerveja não só se configura como a bebida mais tradicional e gostosa do Brasil, como é associada com a mulher brasileira “gostosa”, a sarada, a boazuda – não é a mulher magra ou a forte (“gordinha”) que estão em jogo, mas a “no ponto”, como veicula a propaganda da Cerveja Sol, já conhecida no Brasil e importada do México, que entrou no mercado há pouco tempo (em outubro de 2006) com o bordão “*Vamo aí*” para concorrer com a Skol, cerveja líder no Brasil.

---

<sup>2</sup> “A Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal.”

*A ausência da figura do feminino nas propagandas híbridas da “Cerveja Crystal”*



(Veja, 07/02/2007)

Ainda que a cerveja não seja consumida só pelo público masculino jovem<sup>3</sup>, as suas propagandas geralmente se dirigem a esse público, apoiando-se numa estratégia de sedução, de apelo à via emocional, evocando o pensamento associativo: cerveja x mulher (gostosa).

Para conseguir esse efeito de sentido, observa-se a utilização de recursos simples, como a atratividade física do comunicador ou personagem, a partir da exposição de belas modelos, algumas vezes modelos famosas (atores e atrizes) em evidência no momento.

Os temas e cenários enfocados nas propagandas de cerveja também são estereotipados, na grande maioria reforçando valores tradicionais. Os temas como “relaxamento”, “humor”, “diversão” (que quase sempre envolvem um clima de conquista, paquera, potência) se confirmam pelo ambiente descontraído, com intensa vida social, sensualidade e alegria, representado pela praia, bar ou ambos os lugares. Dessa forma, o traje é quase sempre o de banho e a presença feminina é

<sup>3</sup> Uma pesquisa recente revela um aumento de 65% de consumo de bebidas alcoólicas entre adolescentes de 14 a 19 anos (BARROS, 2007, p. A 14).

sob a forma da “loura gostosa”, evidentemente com duplo sentido, conforme se pode verificar nos exemplos citados anteriormente.

Numa outra via encontrada nas propagandas de cerveja, as mulheres figuram vestidas, exibindo apenas decotes e gestos sensuais. Nesse caso, não são os homens que se sentem encorajados a partir para uma conquista, mas elas é que vão ao seu encontro. Para ilustrar, apenas citemos as propagandas da Kaiser que trazem o espanhol José Valien, o conhecido “baixinho da kaiser” como o garoto-propaganda sempre assediado pelas mulheres.

Em resumo, vemos que muitas propagandas de cerveja ajudam a “coisificar” a mulher, reforçando a figura feminina como bem cuidada, sedutora e em forma para ser consumida como objeto – sempre feliz – do apetite sexual masculino.

Observamos, assim, que o corpo feminino é, sem dúvida, o apelo sexual mais frequentemente utilizado nos anúncios de cerveja, sejam eles dirigidos à audiência masculina ou à feminina. Para as mulheres, as imagens do corpo parecem funcionar como a medida do que se deve e se deseja ser (a gostosa, a atraente, a desejada); e para os homens, essas imagens atraem representando aquilo que se poderia e se espera ter (a gostosa, a boa). E mesmo que não se compre o produto, acaba se comprando esta idéia, que se repete nos vários anúncios desse produto, compondo o imaginário sexual e social da nossa cultura.

Levando-se em conta o provérbio “Não há regra sem exceção”<sup>4</sup>, a seguir analisamos algumas propagandas que buscam desconstruir o estereótipo de que cerveja se associa com mulher, corroborando uma nova reflexão: a de que embora o olhar do anunciante e do consumidor sejam culturalmente moldados, isso pode mudar.

## **As propagandas híbridas da Cerveja Crystal: uma leitura possível**

A Crystal – fabricada por uma cervejaria relativamente nova no mercado, a Petrópolis (fundada em 1994) – que começou a ser produzida em 1999, em Boituva (SP), e ampliou sua linha de produtos em 2004 (de lata e garrafa de 600ml passou a produzir long neck, chopp e cerveja escura Petra), vem ganhando espaço no concorrente mundo das cervejas<sup>5</sup>.

<sup>4</sup> Convém ressaltar que os provérbios mencionados neste trabalho encontram-se em Lacerda, Lacerda e Abreu (2004) e Bíblia (1990).

<sup>5</sup> Segundo Soares (2006, p. 136), “[...] dados sobre o mercado de cerveja no Brasil mostram que nos últimos doze meses a AmBev se manteve reinando absoluta e que o crescimento da Petrópolis ameaça a terceira colocação, da Femsal” (empresa responsável pela produção da Kaiser, Bavária, Heineken e Xingu).



Em contraposição às marcas de cerveja em geral, as propagandas impressas da Crystal, (campanha de 2006) se marcam pela ausência do estereótipo da mulher: o plano verbal apresenta sempre um provérbio, compatível com a imagem presente, que divulga o tema da campanha “*A verdade está na boca do povo*” e reforça o bordão da marca “*Cerveja de verdade é assim*”. A título de ilustração, cite-se uma das propagandas:



1. “Em terra de cego, quem tem um olho é rei”  
(Veja, 24/05/2006)

Como a propaganda, que se constitui um gênero, insere em sua composição um outro gênero – o provérbio, verificamos que estamos diante de uma configuração híbrida ou de um caso de intertextualidade intergêneros, onde há a confluência de dois gêneros distintos, sendo que o principal (a propaganda) se serve de outro (o provérbio), mas preserva sua função sócio-historicamente constituída.

Criações publicitárias desse tipo passaram a ser mais comuns não só a partir do momento em que os estudos sobre gênero se intensificaram no Brasil (após 1998)<sup>6</sup>, mas também quando se evidenciou a dinamicidade e plasticidade dessa prática social que permitia a mesclagem<sup>7</sup>. Nesse aspecto, as propagandas da Crystal revelam que a Cervejaria Petrópolis juntamente com a Multi Solution (empresa responsável pela criação das peças) acompanham a evolução social, as tendências do mercado, bem como buscam aspectos da realidade, estabelecendo um equilíbrio entre a técnica e a criatividade ao se utilizarem da mistura de gêneros como recurso argumentativo para seduzir o leitor-consumidor e atingir seus propósitos.

<sup>6</sup> Após a publicação dos PCNs (BRASIL, 1998), que propuseram uma reforma na educação: *as atividades de ensino deveriam contemplar a diversidade de textos e de gêneros*”.

<sup>7</sup> Cf. MARCUSCHI, 2002, 2005.

Assim, conforme veremos, as propagandas garantem um efeito de sentido bastante interessante.

Notamos que nas propagandas da Crystal a relação entre os signos verbal e visual e entre a publicidade e a situação de enunciação e de recepção estabelece sentidos particulares à mensagem, de maneira que, muitas vezes, a referência ou a informação mais importante fica apenas sugerida, encontra-se nas entrelinhas do pensamento exposto. É necessário então recuperar os dados implícitos a partir dos indícios, do propósito comunicacional e do contexto de produção e de recepção: o agente (publicitário e anunciante) partilha as informações com seu interlocutor (leitor-consumidor) e negocia com ele o papel de completá-las, revelando, de modo bastante intenso, a interação. Assim, o entendimento da propaganda torna-se impraticável, isolando-se o provérbio da imagem, pois há uma relação direta entre o que diz o enunciado (provérbio) e o que mostra a imagem.

Na propaganda 1, a imagem composta por várias latas de cerveja sem identificação (o que leva a pensar que poderiam ser de qualquer marca) e, dentre elas, apenas uma selada, a Crystal, juntamente com o resgate do provérbio “*Em terra de cego, quem tem um olho é rei*”, levam o leitor a inferir, pelo procedimento metonímico (seleção da tampa da cerveja para representar o todo), algumas informações importantes a respeito da cerveja divulgada: a Crystal é diferente das outras cervejas (a única destacada), pois apresenta algo que as demais não apresentam (o selo protetor, responsável pela higiene de sua lata) e por isso se constitui como a melhor no mercado concorrente. Essa informação se confirma quando se observa a chamada explícita, logo abaixo à imagem, que diz “*Crystal. A primeira seladinha do Brasil*”.

Vejamos outro caso:



2. “Não deixe para amanhã o que você pode fazer hoje”

(Veja, 07/07/2006)

Na propaganda 2, o publicitário coloca em evidência os primeiros produtos lançados pela empresa (a garrafa de 600 ml e a lata), apresentando-os e recomendando-os ao consumidor num momento bastante propício – as férias, as quais podem ser inferidas a partir de alguns sinalizadores do contexto e do co-texto. A data de publicação da propaganda, mês de julho, negocia com o interlocutor um saber compartilhado: geralmente, grande parte das pessoas goza de suas férias nesse mês. A imagem – por meio das figuras sol, mar (ao fundo) e bar (representado metonimicamente pela mesa e cadeira) – também nos remete ao clima de descanso, paz, tranquilidade. O provérbio “*Não deixe para amanhã o que você pode fazer hoje*”, nesse caso, é polissêmico: tanto aconselha ao leitor-consumidor que aproveite a cerveja hoje mesmo, que não adie o prazer de saboreá-la (o bom de se fazer agora é beber cerveja, seja ela em garrafa ou em lata); quanto sugere a ele que não deixe de viver essa experiência, aproveitar a vida, as férias, o lazer.

Considerando-se a data de publicação tanto da propaganda 1 quanto da 2 (26/04/2006 e 24/05/2006), observa-se que as propagandas foram as primeiras da campanha. Dessa forma, a informação principal implícita no contexto é a de que para concorrer com as demais é preciso apresentar um diferencial, quer no conteúdo, quer na divulgação. E isso, como vemos, ela faz.

Na propaganda 3:



3. “Devagar com o andor, porque o santo é de barro”  
(Veja, 20/12/2006)

o conselho presente no provérbio “*Devagar com o andor, porque o santo é de barro*” associado à imagem – que se resume em três garrafas de cerveja Crystal 600ml, uma ao lado da outra, em cima de um balcão, e um porta-chaves ao fundo com as chaves de um carro penduradas (dando a impressão de um altar) – sugerem

que a cerveja Crystal é tão deliciosa que a tentação é beber demais, por isso é preciso ter prudência. Essa leitura é garantida quando se leva em conta as seguintes relações: a) “andor” x chaves do carro (devagar com o andor x cuidado ao conduzir o veículo); b) “santo de barro” (perecível, pode se quebrar) x efemeridade da vida. Estamos, portanto, diante de um enunciado ponderado que conclama a ponderação, muito atípico em relação às propagandas de cerveja. No entanto, isso não significa que a cerveja deixa de ter o seu valor, pelo contrário, aqui ela é enaltecida, como um santo em um altar.

Como a propaganda foi publicada às vésperas do Natal (20/12/006), podemos entendê-la mais como um anúncio educativo do que de divulgação, pois há nela uma preocupação explícita com o que a bebida pode causar. Nessa criação, para garantir o efeito de sentido pretendido, o publicitário negocia com o interlocutor o fato de que, em época de festas, geralmente, as pessoas consomem mais do que o comum (excesso cultural da bebida), ultrapassando os limites e causando um maior número de acidentes.

Em geral, verificamos que nessas propagandas as informações principais ficam implícitas no contexto. Além de não haver a possibilidade de desvincular o plano verbal do visual, pois há entre eles uma relação metonímica, cabe ao interlocutor o papel de ativar, a todo o momento, seu conhecimento lingüístico, de mundo e sócio-interacional, associando as informações explícitas ao contexto de produção e ao propósito comunicacional para construir sentido. Claro que há muitos outros implícitos a serem analisados, mas o tempo destinado a esta apresentação não nos permite fazê-lo.

Como podemos verificar, não é a mulher o elemento de atratividade presente nas propagandas da cerveja Crystal, mas o “popular”. Aqui, a associação é feita com a sabedoria popular: “A verdade está na boca do povo”.

A presença do provérbio pode ser considerada um apelo à autoridade. No caso das propagandas em questão, esses adágios – que nos remetem ao discurso do ‘outro’, da verdade atestada que se solidificou com o tempo e continua ecoando – fornecem orientações para a vida humana, como setas de uma estrada, certificando as qualidades da cerveja, na maior parte das vezes.

Como recentemente se tem discutido sobre a nova regulamentação que restringe as propagandas de bebidas alcoólicas – a não associarem o consumo “a estereótipos de sucesso”, “à prática de esportes, celebrações ou à condução de veículo” e “com idéias de êxito ou sexualidade” (KRUSCHE, 2007, p.15), pois, segundo o Ministério da Saúde e a Anvisa (Agência nacional de Vigilância sanitária-

ria), as mensagens do tipo “Beba com moderação”, “Se beber não dirija”, “Sabendo beber só dá prazer” e outras amenidades quase inúteis contêm a mensagem implícita: continue bebendo – a Cerveja Crystal é uma das que está à frente e seu silêncio em relação à figura da mulher é, portanto, significativo.

Ao divulgarem propagandas do tipo da cerveja Crystal, tanto o publicitário quanto a revista contam com o conhecimento prévio de seus leitores, bem como com a sua competência metagenérica para que atribuam sentido a essa prática social. Consideram, desse modo, os leitores-consumidores perspicazes a ponto de perceberem o jogo, a criação, a partir das pistas presentes no co-texto e no contexto.

## Considerações finais

Sabendo-se que a publicidade é um importante componente da marca e que, portanto, constitui ferramenta essencial no processo de construção de sua imagem, verificamos que a Crystal busca construir uma imagem de marca diferenciada, não só no conteúdo, já que foi a primeira a lançar a cerveja seladinha no mercado, mas também pela posição que assume na construção das propagandas veiculadas – preocupação com a saúde das pessoas; em evitar acidentes; com o lazer, entre outras. Desse modo, fugir ao apelo da figura feminina significa muito, talvez uma forma de se inserir no mercado concorrente, conquistando-o.

Desse modo, verificamos que, por participarem do contexto social, as propagandas apropriam-se de elementos culturais, traduzindo a realidade conforme esses padrões. Ao se vincular à história social, é que a publicidade apresenta-se tão atrativa e torna-se, de certa forma, tão íntima do seu público-alvo, que, na verdade, mais do que interlocutor, é um cúmplice do produtor, seu parceiro no jogo de interlocução, responsável por contextualizar, por atribuir coerência a enunciados aparentemente incoerentes, uma vez que é feita para uma época e uma certa sociedade, a propaganda carrega uma carga semântica e estética que só faz sentido naquele contexto.

CARMELINO, Ana Cristina. The absence of feminine figures in the hybrid advertisements of Crystal beer. **Revista do Gel**, São Paulo, v.5, n.1, p.147-159, 2008.

**ABSTRACT:** *This article has an analyzess of some pieces of advertisement of Crystal beer “Crystal”, published in the magazine Veja (editions of 2006) which, besides being hybrid, is a contraposition in relation to the advertisements of other beers in general once they do not*

*present the feminine stereotyped figure. Having a socio-interactive theory perspective as a basis we attempt to reflect about the dynamism and plasticity of the gender showing not only that the intergender intertextuality consists of a persuasion strategy, but also the meaning of this silence of Crystal in relation to the feminine figure.*

**KEYWORDS:** *Sociointeracionism. Intergender. Explicit. Implicit. Advertisement.*

## Referências

CARMELINO, A. C. Reflexões acerca do gênero: diálogo entre metodologias de análise. In: Nascimento, E. M. F. S. et al. (Org.). **Práticas enunciativas em diferentes linguagens**. Franca: UNIFRAN, 2006. p. 9-30.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: \_\_\_\_\_. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p.277-326.

BAZERMAN, C. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. São Paulo: Cortez, 2006.

BARROS, G. Restrições à publicidade contrariam a Constituição. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 4 jun. 2007, p. A 14.

BÍBLIA, A.T. Introdução aos Provérbios In: BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada**. São Paulo: Edições Paulinas, 1990.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental – língua portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 9.294** de 15 set. 1996. Dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal. Disponível em: <<http://www.jurisway.org.br/>>. Acesso em: 20 ago. 2007.

KOCH, I. G. V. **Desvendando os segredos do texto**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. **O texto e a construção dos sentidos**. 7.ed. São Paulo: Contexto, 2003.

KOCH, I. G. V.; ELIAS, V. M. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2006.

KRESS, G. **Literacy in the New Media Age**. London: Routledge, 2003.

KRUSCHE, M. É só um pouquinho. **Revista Vida & Saúde**, Rio de Janeiro, p.15. jun. 2007.

*A ausência da figura do feminino nas propagandas híbridas da “Cerveja Crystal”*

LACERDA, R. C. de; LACERDA, H. R. C. de; ABREU, E. S. **Dicionário de provérbios: francês, português, inglês.** São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

MARCUSCHI, L. A. Letramento escolar, oralidade e escrita em sala de aula: diferentes modalidades ou gêneros do Discurso. In: SIGNORINI, I. (Org.). **Investigando a relação oral/escrito.** Campinas: Mercado de Letras, 2001.

\_\_\_\_\_. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P. et al. **Gêneros textuais e ensino.** Rio de Janeiro: Lucerna, 2003. p.19-36.

\_\_\_\_\_. Gêneros textuais: configuração, dinamicidade e circulação. In: KARWOSKI, A. M.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S. **Gêneros textuais: reflexões e ensino.** União da Vitória: Kaykangue, 2005. p.17-34.

SOARES, R. Duela do gigantes no Brasil. **Revista Veja,** São Paulo: ano 39, n. 41, p.136-138, 18 out. 2006.

VEJA. São Paulo: Abril, 2006.





# "ANIVERSÁRIO DA MÔNICA OU FESTA DO MÔNICO?": UMA ANÁLISE DO *ETHOS* FEMININO NA HQ DE MAURÍCIO DE SOUSA

Andreia Cristina da SILVA<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo resulta de um trabalho mais amplo que analisa a constituição do *ethos* feminino nas HQs de Maurício de Sousa. Como acreditamos atualmente que nenhum texto é livre de julgamentos e intenções e é no mundo da opinião que tecemos as relações sociais, políticas e econômicas, este trabalho objetiva, na perspectiva da Retórica, analisar a constituição do *ethos* feminino na história “Aniversário da Mônica ou Festa do Mônico?”, através do estudo das estratégias retóricas responsáveis pela eficácia do discurso e por sua força persuasiva.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Ethos*. Retórica. Feminino.

## Introdução

O *ethos* tem papel fundamental em qualquer discurso uma vez que objetiva instaurar mundos que se tornam sensíveis através de seu processo de enunciação. Além de informar e divertir, as histórias em quadrinhos têm, junto a outros meios de comunicação de massa, um papel na formação da criança. Conseqüentemente, interferem na maneira como a criança vê o mundo e, neste caso, como vê o feminino.

Maurício de Sousa é o mais bem sucedido autor de histórias em quadrinhos no Brasil. A “Turma da Mônica” constitui-se no conjunto de personagens mais

---

<sup>1</sup> Programa de Pós-graduação em Lingüística, UNIFRAN, Franca, SP, Brasil. [deinha-uemg@bol.com.br](mailto:deinha-uemg@bol.com.br)

popular dos quadrinhos brasileiros. Ela também faz sucesso em revistas editadas em outros países e tem uma tiragem média de 3 milhões de exemplares por mês. Além disso, seus personagens são associados a mais de 5 mil itens, entre eles, roupas, alimentos, brinquedos e materiais escolares. Na historinha analisada, a menina Mônica tem o desejo de ser um menino realizado por uma estrelinha mágica, e todos se modificam. Exceto os pais dela, todos os outros personagens transformam-se no sexo oposto. Desejamos verificar, a partir desta transformação, como se constitui o *ethos* feminino nesta HQ.

## O *ethos*

Para Amossy (2005), sempre que alguém toma a palavra constrói uma imagem de si mesmo. Não é necessário que faça um auto-retrato ou se descreva explicitamente: seu estilo, seu jeito de se expressar, suas crenças implícitas são suficientes para construir uma representação de si. Essa imagem pode facilitar ou dificultar a aceitação do discurso e ocorre constantemente no nosso dia-a-dia em qualquer ato comunicativo.

Assim, a construção de uma imagem de si constitui-se peça fundamental da retórica e está intimamente ligada à enunciação. Muitos autores ocupam-se do *ethos* e há diversas visões teóricas a respeito dele. Aristóteles (1959), em sua época, já acredita que todo o poder de persuasão está no caráter moral do orador. Barthes (1970 apud AMOSSY, 2005, p.10) conceitua o *ethos* como: “[...] os traços de caráter que o orador deve mostrar ao auditório (pouco importando sua sinceridade) para causar boa impressão [...]”. Já a Pragmática, segundo Amossy (2005), conceitua o *ethos* como o fenômeno discursivo que não deve ser confundido com o sujeito empírico. Oswald Ducrot (1987), por sua vez, introduz o termo *ethos* às ciências da linguagem pela teoria polifônica da enunciação. Ele considera enunciação, a aparição de um enunciado, e não o ato que um sujeito falante produz. Preocupa-se em separar as ficções discursivas, instâncias internas do discurso, do ser empírico que está fora da linguagem. Em resumo, não se interessa pelo sujeito falante real, mas pela instância discursiva do locutor, e eles não são absolutamente a mesma coisa.

O *ethos* está ligado a L, o locutor como tal: é como origem da enunciação que ele se vê investido de certos caracteres que, em contrapartida, tornam essa enunciação aceitável ou recusável. O que o orador poderia dele dizer, como objeto da enunciação, concerne em contrapartida, [...] ao ser do mundo, e não é este que está em questão na parte da retórica de que falo. (DUCROT, 1987, p.201).

Neste trabalho, assumimos o conceito de *ethos* difundido por Aristóteles (1959): o *ethos* que se liga ao caráter que o orador parece assumir diante do auditório. De onde vem a autoridade das personagens femininas de Maurício de Sousa? Como explicar o enorme sucesso que fazem e, conseqüentemente, sua imensa popularidade junto ao público infanto-juvenil? Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), o orador consegue adesão apoiando-se nos *topoi* (lugares comuns). As personagens da Turma da Mônica exercem grande fascínio sobre as crianças exatamente por ocuparem lugares que permitem uma identificação. Lugares que legitimam e autorizam essas personagens junto ao público leitor, que, uma vez “encantado”, adere ao discurso.

Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), toda argumentação deve ser construída com base no auditório para o qual ela é direcionada. O orador precisa se ajustar a ele pela partilha de valores, evidências, crenças, ou seja, da *doxa* comum. É por esse motivo que as HQs de Maurício de Sousa são tão populares. Elas tratam de temas que crianças e adolescentes conhecem bem: amizade, preconceito, amor...

Um discurso se torna eficaz na medida em que o locutor goza de autoridade diante daqueles que o ouvem. Ele apóia seus argumentos na *doxa* partilhada com os interlocutores e constrói seu *ethos* com base em representações coletivas positivas dos membros do auditório. Para Amossy (2005, p.124): “O orador constrói sua própria imagem em função da imagem que ele faz de seu auditório, isto é, das representações do orador confiável e competente que ele crê ser as do público”.

De acordo com Maingueneau (2005a), a *doxa* compreende, também, o saber prévio que o auditório tem do orador, que se destaca ainda mais se é muito conhecido. É o que ele chama de “*ethos* pré-discursivo”. Quando fala, o orador faz uma idéia de seu auditório e da maneira pelo qual este o percebe; avalia como seu discurso é recebido e esforça-se para confirmar ou reelaborar sua imagem. A posição que o orador ocupa dá-lhe uma legitimidade para falar e contribui para criar uma imagem prévia. As personagens da Turma da Mônica, por serem tão populares, possuem um *ethos* pré-discursivo, pois seus leitores conhecem suas características e esperam delas determinadas ações. Os leitores já têm expectativas em relação às características e atitudes dessas personagens.

### ***Ethos* cultural: o estereótipo**

O estudo da constituição do *ethos* feminino nesta HQ engloba o conceito de *ethos* cultural: produto do discurso dominante que Amossy (2005) denomina

estereótipo. Para ela, a noção de estereótipo é fundamental ao estabelecimento do *ethos*. Para que a idéia prévia em relação ao locutor e a imagem de si que ele constrói sejam reconhecidas e, portanto, legítimas, é necessário que sejam representações partilhadas culturalmente.

A estereotipagem, lembremos, é a operação que consiste em pensar o real por meio de uma representação preexistente, um esquema coletivo cristalizado. Assim, a comunidade avalia e percebe o indivíduo segundo um modelo pré-construído da categoria por ela difundida e no interior da qual ela o classifica (AMOSSY, 2005, p.125-126).

Nesse sentido, tanto a construção de um auditório, quanto a construção de uma imagem de si, na argumentação, passam pela estereotipagem. O estereótipo permite conhecer as formas de pensar de um grupo, e o orador, por sua vez, “[...]adapta sua apresentação de si aos esquemas coletivos que ele crê interiorizados e valorizados por seu público alvo” (AMOSSY, 2005, p.126). A partir desse momento é o receptor quem tem a responsabilidade de construir a imagem do locutor que se apresenta no discurso de forma implícita, indireta, lacunar.

Conforme Maingueneau (2005b), é a noção de *ethos* que permite pensarmos sobre o processo de adesão dos sujeitos a determinadas posições discursivas. Segundo ele, todo discurso possui uma vocalidade específica, que permite associá-lo a uma fonte enunciativa através do tom que dá autoridade ao que é dito.

Esse tom permite ao leitor construir uma representação do corpo do enunciador (e não, evidentemente, do *corpo* do autor efetivo). A leitura faz, então, emergir uma instância subjetiva que desempenha o papel de **fiador** do que é dito. (MAINGUENEAU, 2005b, p.98, grifo nosso).

O fiador constitui-se em uma instância que o leitor constrói através de indícios textuais. A ele são atribuídos um caráter, que implica traços psicológicos, e uma corporalidade, que além da constituição física, contempla também a maneira de se vestir e se movimentar no espaço social. O fiador, através de sua fala, cria para si próprio uma imagem compatível com o universo que construirá em seu enunciado, e, quando o “leitor” se identifica com esse corpo “possuidor” de valores socialmente especificados, ocorre a persuasão. Neste momento, podemos falar do conceito de incorporação: que constitui a ação do *ethos* sobre o co-enunciador. Através da enunciação, o co-enunciador atribui um *ethos* ou “corpo” ao seu fiador, para, em seguida, incorporar sua forma de se colocar no mundo. A incorporação do *ethos* e da sua forma de se inscrever no mundo permite, segundo Maingueneau (2005b, p.100), “[...] a constituição de um *corpo*, o da comunidade imaginária dos que comungam na adesão de um mesmo discurso”. Portanto, conforme o autor, qualquer

discurso implica uma vocalidade e uma relação com um fiador associado a uma corporalidade e a um caráter, mesmo que os discursos não queiram deixar transparecer traços de tal fiador.

## **A cena de enunciação e a cenografia**

Assim, podemos dizer que os “conteúdos” dos enunciados não são independentes da cena de enunciação. Segundo Maingueneau (2005a), não podemos separar a organização dos conteúdos e a legitimação da cena de fala, uma vez que o discurso acontece dentro de uma realidade sócio-histórica. O enunciador está inserido num quadro profundamente interativo, dentro de um meio cultural que distribui papéis e lugares. O discurso cria essa cena de enunciação para poder ser enunciado, e, através de sua enunciação, ele deve validá-la.

Ele postula que a “cena de enunciação” engloba a cenografia. A cenografia deve ser compreendida como a forma de inscrever-se e legitimar-se no discurso, considerando um modo de existência no interdiscurso. Ela só se desenvolverá se puder controlar seu próprio desenvolvimento e se manter uma distância em relação a um co-enunciador. O interlocutor reconstrói a cenografia através da identificação do gênero, da consideração dos níveis da língua, do ritmo, etc. Textos que objetivam persuadir o interlocutor exigem a escolha de uma cenografia adequada, pois precisam persuadir por meio de seu imaginário.

Em uma cenografia, como em qualquer situação de comunicação, a figura do enunciador, o fiador, e a figura correlativa do co-enunciador são associadas a uma cronografia (um momento) e a uma topografia (um lugar) das quais supostamente o discurso surge. (MAINGUENEAU, 2005a, p.77).

Nesse sentido, pensar na cenografia da HQ analisada parece-nos fundamental. Como a mulher é constituída atualmente? Que valores regem sua formação? A mulher moderna está realmente “livre” de padrões tradicionais?

## **Aniversário da Mônica ou Festa do Mônico? Uma reprodução do *ethos* cultural feminino**

Nossa história revela uma discriminação cruel e permitida contra as mulheres que, durante muito tempo, são consideradas inferiores aos homens. Tem havido séculos de submissão da mulher, bem como de prevalência de conceitos do que é

ser feminino formulados sob a perspectiva masculina. Segundo Rago (2006), só no começo do século XX começa a se redefinir o lugar das mulheres na sociedade brasileira. É fato que, atualmente, existe uma mudança em relação ao quadro de discriminação livre a que as mulheres foram submetidas durante tanto tempo. Hoje, elas trabalham, estudam, escolhem seus maridos, deixam seus maridos, decidem se querem ter filhos ou não, entre tantas outras conquistas. Porém, ao mesmo tempo, são herdeiras de idéias antigas constantemente renovadas de que as mulheres devem ser dóceis e nascem para ser boas donas de casa, esposas e mães, e, por isso, são “naturalmente” diferentes dos homens.

[...] há brinquedos básicos que falam o idioma da humanidade inteira, e para estes não há possibilidade de passar da moda nem de época [...] uma menina é uma pequena mãe, e uma boneca sempre terá guarida em seus braços [...] um menino estará sempre por aquilo que reclamam sua destreza desportiva [...] Uma pessoa que vai fazer um presente de um brinquedo [para uma criança] deve procurar o simples, o que responda ao natural instinto da criança... (JORNAL DAS MOÇAS, 08 jun. 1953 apud BASSANEZZI, 2006, p.609).

De início, o título desta história nos intriga: “**Aniversário** da Mônica ou **Festa** do Mônico?” (grifo nosso) Por que aniversário para menina e festa para menino? No dicionário Aurélio encontramos as seguintes definições: **Aniversário**: *sm.* Dia em que faz ano (s) que se deu certo acontecimento, ou que se completa (m) ano (s). **Festa**: *sf.* 1. Reunião alegre para fim de divertimento. 2. Solenidade, comemoração. 3. Dia santo. 4. Regozijo, alegria. Assim, encontramos um primeiro indício do *ethos* cultural: as mulheres reúnem-se para “celebrar” o memorial de uma data especial, ao passo que os homens reúnem-se com o objetivo de divertirem-se.



Figura 1

(SOUSA, 2006, p.3)

Logo no início da história, percebemos, pela linguagem da garota, um *ethos* que revela a doçura e meiguice que uma mulher tradicionalmente deve manifestar. O uso exagerado de diminutivos e adjetivos revela uma linguagem “melosa” tida culturalmente como feminina: “paizinho”, “fofinhos”, “dengosos”, “mimo”, “beijinho”, “estojinho”, “ursinho”, “papi”.



Figura 2

(SOUSA, 2006, p.4)

Para Dowling (1986), quando crianças, as garotas adquirem a definição de feminilidade a partir da observação do comportamento das mulheres que vivem ao seu redor. A partir daí, elas percebem o que é esperado delas. Os brinquedos desejados pela garota são tradicionalmente considerados brinquedos de menina: “estojinho de maquiagem”, “conjunto de cozinha”, “ursinho” que remetem e preparam para o papel tradicional da mulher: deve cuidar da beleza, da casa e, principalmente, dos filhos.



Figura 3

(SOUSA, 2006, p.5)

Ainda segundo a autora, se a garota decidir contrariar essa expectativa, assume o risco de uma decisão tão perturbadora que se constituirá para ela numa crise moral. A menina que cresce vendo a mãe e outras figuras femininas ao seu redor envoltas em assuntos domésticos, pode acabar interiorizando que quaisquer outros papéis para as mulheres são não-naturais e imorais. O condicionamento da menina é tão natural que elas nem sequer cogita brinquedos considerados masculinos, não vê utilidade, nem graça neles: escolhe uma boneca com um salão de beleza mantendo o *ethos* da meiguice que a mãe (extremamente zelosa do lar) prontamente aprova: “Mas que coisa meiga!”.

Atualmente, muitas mulheres trabalham fora de casa. Porém, segundo Rago (2006), desde o início do século passado, quando as mulheres começaram a sair de casa para trabalhar, muitos teóricos passaram a pregar que o trabalho da mulher fora de casa destruiria a família, tornaria os laços familiares mais fracos e debilitaria a raça, porque as crianças cresceriam mais livres, sem a vigilância constante e cuidadosa das mães. Além do mais, ao trabalhar fora do lar, as mulheres deixariam de ser mães dedicadas e esposas carinhosas, e, muitas deixariam de se interessar pelo casamento e pela maternidade.



O papel de uma mãe não consiste em abandonar seus filhos em casa e ir para a fábrica trabalhar, pois tal abandono origina muitas vezes conseqüências lamentáveis, quando melhor seria que somente o homem procurasse produzir de forma a prover as necessidades do lar. (JORNAL A RAZÃO, 29/07/1919 apud RAGO, 2006, p.585)



Figura 4

(SOUSA, 2006, p.5)

Neste aspecto, vale a pena destacar que nas histórias de Maurício de Sousa as mães não trabalham fora de casa. São os maridos que as sustentam. Elas normalmente aparecem com aventais e estão constantemente envolvidas nas atividades do lar, no cuidado com os maridos e filhos. Muitos acreditam que a dependência financeira é um direito das mulheres justamente por elas serem mulheres. Em troca, devem devotar-se a casa e orgulhar-se de sua capacidade em limpar, organizar, receber e criar filhos. Portanto, a mãe da Mônica constitui-se num modelo absolutamente tradicional para a filha.

Para Dowling (1986), mesmo as mulheres mais independentes manifestam uma dependência da figura masculina, irmão, pai, namorado, marido. Para ela, as mulheres nunca foram treinadas para a liberdade, mas para o oposto: a dependência. A necessidade de apoiar-se em alguém ou de serem protegidas, alimentadas e cuidadas perdura através de suas vidas, clamando por satisfação, sem serem anuladas pela necessidade igualmente presente de auto-suficiência.



Figura 5

(SOUSA, 2006, p.6)

Mônica, que sustenta a imagem de uma menina moderna e auto-suficiente, sente-se absolutamente insegura diante da possível preferência do pai por um menino. No seu interior, oculta incertezas e o medo de perder a sua figura masculina. Conforme Dowling (1986), há no inconsciente feminino o pensamento de que a mulher só pode ser aquilo que seu homem espera, e, portanto, não pode frustrar sua expectativa em relação a ela. A necessidade de atender as expectativas do pai oculta na menina o desejo de ser um garoto. “É o estilo das pessoas em estado de absoluto terror, como a mulher tão inundada por sentimentos de vulnerabilidade (por causa de seu sexo) que quase preferiria ser homem” (DOWLING, 1986, p.69).



Figura 6

(SOUSA, 2006, p.7)



Figura 7

(SOUSA, 2006, p.9)

Ao acordar como menino, o vocabulário da Mônica (agora Mônico) se transforma: não há mais o uso de diminutivos doces e meigos reforçando o estereótipo de que as mulheres devem comportar-se diferentemente dos homens: “Que doideira!”, “Só não respondo se alguém zoar com a minha cara!”.



Figura 8  
(SOUSA, 2006, p.13)



Figura 9  
(SOUSA, 2006, p.12)

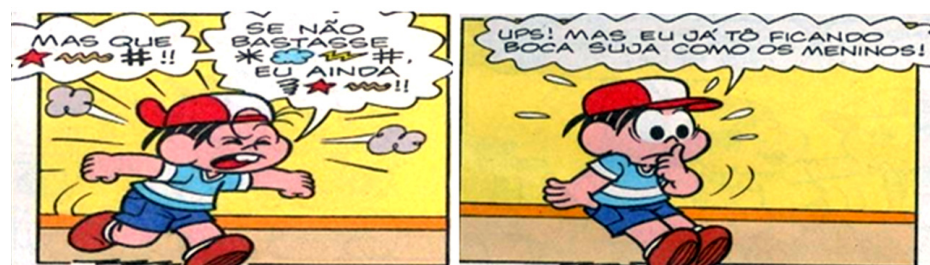


Figura 10  
(SOUSA, 2006, p.17)



Figura 11  
(SOUSA, 2006, p.14)

O mesmo ocorre com todas as personagens: Magali aparece como Magalão e com uma linguagem absolutamente descuidada: “Fala aí, barango! O arrancabo já começou? Tomara que sim! O meu bucho já tá revirado de tanta fome!”. Os “antigos” meninos, ao contrário, assumem um comportamento feminino estereotipado e demonstram uma preocupação com o vocabulário que devem usar. “Cascona” considera “lavada” um palavrão e reforça que meninas não devem se comportar assim: “Sem usar nomes feios Cebolilda! Você não tá na sua casa”. Mônica também se repreende ao dizer palavrões: “Ups! Mas eu já tô ficando boca suja como os meninos!” E os adjetivos ficam por conta da antiga Turma do Bermudão: “divina”, “maravilhótima”. Os papéis se invertem, mas o estereótipo é o mesmo: as meninas devem falar de forma meiga, graciosa, educada, com vocabulário adequado, ao passo que os meninos não precisam ter esses cuidados.

Bassanezi (2006, p.612-613) afirma que, no século passado, “[...] os homens procuravam para esposa uma pessoa recatada, dócil, que não lhes trouxesse problemas – especialmente contestando o poder masculino – e que se enquadrasse perfeitamente aos padrões da boa moral”. Nestes quadrinhos, percebemos a reprodução do mito de que a fragilidade é uma qualidade feminina.



Figura 12

(SOUSA, 2006, p.12)



Figura 13

(SOUSA, 2006, p.21)

“Mônico” é severamente repreendido por bater nas meninas: “Você não sabe que não se bate em damas, rapazinho?” Cebolinha, Cascão e Xaveco que, depois de transformados em garotas, assumem um comportamento feminino muito estereotipado não se constrangem em assumir tais características e necessidades: “Não sabia que ele **ela** defensor das **flágeis** e **desplotegidas!!**”. Para Dowling (1986), a mulher vive em meio a muitos medos. Ela tem medo de represália por parte daqueles de quem discorda, de ser criticada por fazer algo errado, de dizer “não”, de explicitar as próprias necessidades claramente. Segundo ela, esses medos existem porque as mulheres, muitas vezes, são criadas de modo a acreditar que cuidar de si mesmas não é feminino. Elas desejam intensamente ser atraentes, não ameaçadoras, doces, enfim, “femininas”.

A dependência, por sua própria natureza, gera a baixa auto-estima. De acordo com Dowling (1986), estudos comparativos da variável gênero sexual mostram que as mulheres se julgam com características mais negativas do que os homens. Elas se preocupam obsessivamente com sua aparência e com o quanto são atraentes.



Figura 14

(SOUSA, 2006, p.15-16)

O discurso dominante diz que as mulheres devem cultivar seu corpo, elas devem ser magras, bonitas e elegantes. Mônica sempre fica muito irritada quando é chamada de gorducha, dentuça e baixinha. Mesmo quando está como menino não aceita ser chamada de “bola” e é enfática: “Ainda não perdi minha feminilidade!”. Temos aqui a idéia de que a feminilidade está associada ao padrão de beleza ocidental.

Percebemos, no *corpus*, a reprodução do modelo que prega que homens e mulheres não devem valorizar as mesmas coisas, tudo deve ser sistematicamente diferente. As mulheres precisam ser educadas de forma a não reproduzir gostos masculinos. Segundo Dowling (1986), os comportamentos reforçados nas meninas

não são reforçados nos meninos. A maioria dos atos que se considera “bom” em meninas é considerado repulsivo para os meninos.

Timidez e fragilidade, ser “bem comportada” e quieta, e depender dos outros para obter auxílio e apoio são coisas julgadas naturais – senão desejáveis – nas meninas. Os meninos, em contrapartida, são ativamente desencorajados a apresentarem formas dependentes de relacionamento – elas os tornam “maricas”. Gradualmente, diz Judith Bardwick, “o filho é forçado a apresentar comportamentos independentes e “recompensado por isso”... (DOWLING, 1986, p. 92-93).



Figura 15

(SOUSA, 2006, p.19)

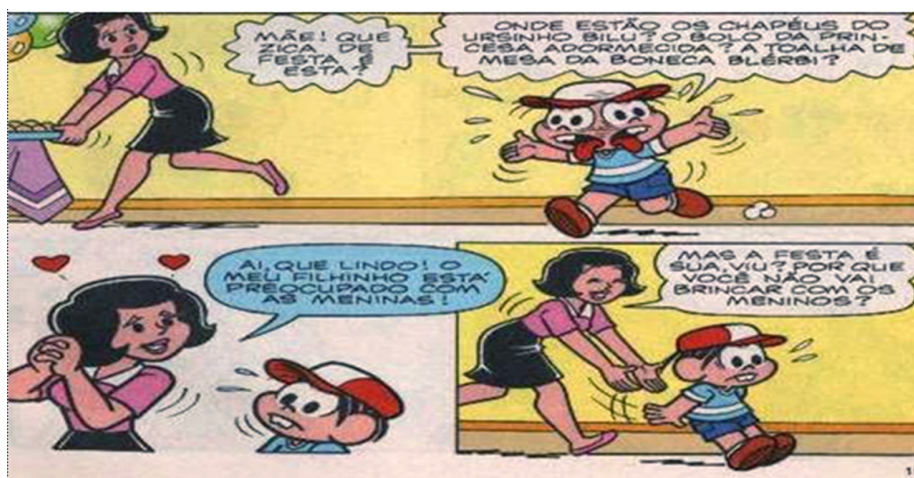


Figura 16

(SOUSA, 2006, p.19)

Percebemos na história a manutenção desse ponto de vista. A festa repleta de “delicadezas” planejada por Mônica desaparece, nada é aproveitado: “Onde estão os chapéus do ursinho Bilu? O bolo da princesa adormecida? A toalha de mesa da boneca Blérbi?”.

Afinal, tradicionalmente, meninos devem gostar de coisas mais “imponentes” e agressivas que contribuam para sua independência, como super-heróis e espadas, que também os preparam para seu papel na sociedade.

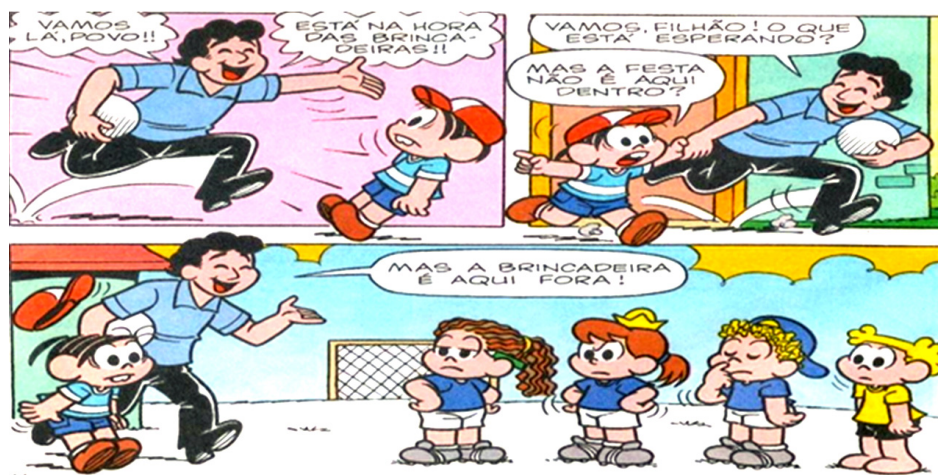


Figura 17

(SOUSA, 2006, p.14)



Figura 18

(SOUSA, 2006, p.15-16)

Desde crianças as meninas são condicionadas a comportamentos distintos dos meninos. Nesta história, elas não participam da partida de futebol com eles, ao contrário, ficam em grupo conversando discretamente. É senso-comum dizer que as mulheres gostam de fofocas e este mito é reforçado nestes quadrinhos: “Sou me-ni-na! Adoro fofocas e...”.



Figura 19

(SOUSA, 2006, p.23)

Idéias tradicionais sobre o que é desejável nas mulheres continuam a prevalecer na população masculina. Para Dowling (1986), os homens não procuram mulheres profissionais que possam se desenvolver com tanta sofisticação e independência quanto eles. O discurso masculino prega que mulheres não devem desejar ser como os homens, porque as consequências não são boas: “Ai, ai! Em que fria eu fui me meter? Por que fui pedir isto?”.

Lugar de mulher é o lar [...] a tentativa da mulher moderna de viver como um homem durante o dia, e como uma mulher durante a noite, é a causa de muitos lares infelizes e destroçados. [...] Felizmente, porém, a ambição da maioria das mulheres ainda continua a ser o casamento e a família. Muitas, no entanto, almejam levar uma vida dupla: no trabalho e em casa, como esposa, a fim de demonstrar aos homens que podem competir com eles no seu terreno, o que freqüentemente as leva a um eventual repúdio de seu papel feminino. Procurar ser a noite esposa e mãe perfeitas e funcionária exemplar durante o dia requer um esforço excessivo [...]. O resultado é geralmente a confusão e a tensão reinantes no lar, em prejuízo dos filhos e da família. (Querida, nov. 1954 apud BASSANEZI, 2006, p.624).

De acordo com Dowling (1986), as mulheres, apesar de, muitas vezes, tentarem esconder, ainda apresentam propensões à dependência que se encontram profundamente enraizadas nelas. Esse fato afeta o modo pelo qual pensam, agem e falam. Mesmo as mulheres aparentemente repletas de sucesso em suas vidas profissionais e privadas apresentam tendência a subordinarem-se a outras pessoas e se tornarem dependentes delas. A menina Mônica só abandona o desejo de ser um menino, nesta história, quando descobre que se encontra no modelo aspirado pelo pai: “Então tá tudo certo!”.





Figura 20

(SOUSA, 2006, p.25)

A partir deste momento, ela tem a permissão para ser uma menina, pois tem a aprovação do sexo masculino para que o seja. Então é só pedir para a velhinha do bolo que a transforme de novo. E..., num passe de mágica tudo volta ao normal.



Figura 21

(SOUSA, 2006, p.27)

## Considerações finais



Figura 22

(SOUSA, 2006, p.28)

Mônica é “autorizada” pelo pai a ser como deseja, porém, não é uma permissão absolutamente sincera e real. Ela não está livre dos padrões tradicionais

e deve seguir o modelo socialmente aceito: “Você tem que ser delicada, meiga e graciosa! Uma menina como eu sempre quis!”.

Assim, a constituição do *ethos* feminino nesta HQ revela um modelo criado e repetido há séculos e que se materializa linguisticamente. Percebemos, portanto, que o discurso é determinado por fatores sociais, e o que está na memória das personagens é causa de algo exterior e independente delas. Elas possuem um modelo pré-estabelecido com representações sobre comportamentos, desejos, atitudes e crenças. São representações pertencentes ao grupo social do qual fazemos parte, e que estão, inconscientemente, presos a resquícios da sociedade patriarcal.

SILVA, Andreia Cristina da. “Mônica’s birthday or Mônico’s party?”: a feminine *ethos* analysis in Maurício de Sousa’s Hq. **Revista do Gel**, São Paulo, v.5, n.1, p. 161-179, 2008.

**ABSTRACT:** *This paper is the result of a more detailed research that analyzes the feminine ethos’ constitution of Mauricio de Sousa’s HQs. As nowadays we believe that no text is free from judgments and intentions and since we build the social, political and economic relations in the opinion’s environment, this text intends, under the Rhetoric perspective, to analyze the feminine ethos’ constitution in the story: “Mônica’s Birthday or Mônico’s Party? through the study of the rhetoric strategies responsible for the discourse’s efficacy and its persuasive force.*

**KEYWORDS:** *Ethos. Rhetoric. Feminine.*

## Referências

AMOSSY, R. (Org.). **Imagens de si no discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.

ARISTÓTELES. **Arte retórica e arte poética**. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1959.

BASSANEZI, C. Mulheres dos anos dourados. In: PRIORI, M. D. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 607-639.

DOWLING, C. **Complexo de Cinderela**. Tradução de Amarylis Eugênia F. Miazzi. São Paulo: Melhoramentos, 1986.

DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

*“Aniversário da Mônica ou Festa do Mônico?”: uma análise do ethos feminino na HQ de Maurício de Sousa*

MAINGUENEAU, D. *Ethos*, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, R. (Org.). **Imagens de si no discurso**. São Paulo: Contexto, 2005a.

\_\_\_\_\_. **Análise de textos de comunicação**. 4.ed. Tradução de C. P. de Souza e Silva e D. Rocha. São Paulo: Cortez, 2005b.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. Tradução de M. E. A. P. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

RAGO, M. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORI, M. D. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006. p.578-606.

SOUSA, M. de. **Mônica**. São Paulo: Globo, n.237, 2006.



# A DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA MUDIÁTICA PARA CRIANÇAS E OS FINS DISCURSIVOS

Maria Eduarda GIERING<sup>1</sup>

**RESUMO:** O artigo trata dos diferentes fins discursivos de artigos de divulgação científica, publicados na mídia, dirigidos ao público jovem e das distintas organizações retóricas dos textos. Enfoca-se especialmente a presença do protótipo sequencial explicativo, presente nos artigos de fim discursivo fazer-compreender, e sua relação com as estratégias de macroorganização retórica do texto. Para esse estudo, adotou-se proposta de Bernárdez, que vincula o modelo da *Rhetorical Structure Theory* à idéia de que a organização textual pode ser entendida como uma série de vias de continuidade, etiquetadas com relações *RST*. Verificou-se que a macroorganização dos textos relaciona-se diretamente ao fim discursivo dos artigos e ao contexto científico-midiático em que se inserem.

**PALAVRAS-CHAVE:** Divulgação científica. Texto. Fim discursivo. Macroorganização. Explicação.

## Introdução

Um número significativo de artigos de divulgação científica (doravante DC) para jovens apresenta o fim discursivo predominante fazer-compreender, o que remete à organização do protótipo da sequência explicativa (ADAM, 1992), diferentemente dos DCs dirigidos a adultos, que objetivam fazer-saber os resultados de uma pesquisa ou de uma descoberta de algum achado científico, remetendo ao

---

<sup>1</sup> Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, UNISINOS, São Leopoldo, RS, Brasil. eduardag@unisinos.br

protótipo da seqüência descritiva (ADAM, 1992). Para o cumprimento do fim discursivo de fazer-compreender, os artigos de divulgação científica dirigidos ao público juvenil explicam, predominantemente, processos ou funções de um determinado tema que faz parte do cotidiano do leitor jovem, sob o viés científico. Essa distinção evidencia-se claramente nas pesquisas que se tem empreendido sobre a organização retórica de artigos científicos dirigidos a adultos e a jovens, respectivamente, os projetos Organização Retórica de Textos de Divulgação Científica - ORTDC – e Divulgação Científica: Estratégias Retóricas e Organização Textual - DCEROT<sup>2</sup>.

No projeto ORTDC, já finalizado, investigou-se a organização retórica<sup>3</sup> de 120 artigos de divulgação científica dirigidos a adultos, publicados nas revistas *Scientific American Brasil*, *Ciência Hoje*, *Revista Pesquisa FAPESP* e nos Cadernos de Ciências dos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*. O fazer-saber, ou seja, o informar o público-leitor sobre pesquisas científicas fez-se presente em 116 artigos, contra 4 artigos de fim discursivo fazer-criar. Embora se tenha a presença desses quatro artigos, que se centram na defesa de um ponto de vista – portanto, evidenciando a estrutura do protótipo textual argumentativo –, eles não deixam, de qualquer forma, de divulgar pesquisa científica ou de descrevê-las em seus traços básicos, ainda que essa divulgação seja o pano de fundo para a opinião.

No projeto DCEROT, o *corpus* se compõe de 60 artigos DC dirigidos ao público jovem, veiculados nas revistas *Ciência Hoje das Crianças*, *Recreio* e *Mundo Estranho* e no caderno Folhinha do jornal *Folha de S. Paulo*. Por não se ter finalizado a etapa da análise dos textos que compõem o *corpus*, são trazidos dados parciais que correspondem a 27 artigos analisados, dos quais 13 têm fim discursivo fazer-saber; 14, fazer-compreender. Constata-se, desde já, a diferença significativa entre os artigos que compõem os *corpora* dos dois projetos, o que repercute na organização macroestrutural dos textos. Os artigos que visam fazer-compreender, que não têm exemplares no *corpus* para adultos, organizam-se macroestruturalmente de forma bastante diversa não só daqueles textos cujo objetivo é divulgar uma descoberta ou o resultado de uma pesquisa científica, como também daqueles cujo fim é fazer-criar.

<sup>2</sup> Os projetos ORTDC e DCEROT se desenvolvem no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UNISINOS.

<sup>3</sup> A concepção de retórica que guia as pesquisas é a postulada por Mann, Matthiessen e Thompson (1992) de que as estruturações das relações no texto refletem as opções de organização e de apresentação do produtor.

## A RST e o contexto de comunicação

O processo de análise a que se submete o *corpus* baseia-se no modelo oferecido pela *Rhetorical Structure Theory*, desenvolvida por um grupo de lingüistas norte-americanos encabeçados por William Mann e Sandra Thompson (1988). A escolha desse método deveu-se à proposta do lingüista textual E. Bernárdez (1995), que vincula a RST à idéia de que a organização textual pode ser entendida como uma série de vias de continuidade, etiquetadas com as relações da RST. A concepção de texto subjacente é a de que o texto é uma configuração de estratégias, sendo possível descrever que tipos de partes o compõem e os princípios de organização dessas partes no texto como um todo.

Nos projetos ORTDC e DCEROT, instituem-se como unidade mínima de análise uma ou mais seqüências consecutivas (compostas de uma frase, de um parágrafo ou de um conjunto de parágrafos) redutíveis a uma macroproposição. Para os objetivos propostos, não se contemplam as relações entre cláusulas. Saliante-se, porém, que, num texto, coexistem vários níveis de relações e a estrutura núcleo-satélite vai se repetindo em todos eles, de modo que, para cada nível, tem-se um núcleo (informação principal) com seus satélites (informação secundária ou subordinada ao núcleo), que, por sua vez, podem ser analisados em um novo núcleo com seus satélites e, assim, sucessivamente.

É preciso atentar, nesta abordagem, para a natureza probabilística dos fenômenos lingüísticos. Não é possível predizer 100% a forma que adotará um texto, ou explicar de maneira totalmente irrefutável a forma tomada por um texto. O que se pode fazer é “[...] predizer qual a forma mais provável para um texto determinado em condições determinadas, mas jamais podemos assegurar plenamente que não surja algo distinto.” (BERNÁRDEZ, 1989, p.112).

É dentro dessa perspectiva que acontece a adoção do modelo da RST, a fim de dar conta das relações entre níveis de informação do texto. A idéia é a de que o texto é construído a partir de objetos entre os quais se estabelecem relações de determinadas classes, destacando-se relações de dois tipos fundamentais: de “subordinação” e de “coordenação”. No texto, essas relações se especificam em relações (a) semânticas e (b) pragmáticas. As primeiras, “enlaçam semanticamente partes do texto” (BERNÁRDEZ, 1989, p.113); as segundas, são estabelecidas conscientemente pelo produtor para conseguir que o leitor/ouvinte “faça algo”.<sup>4</sup>

<sup>4</sup> De acordo com a concepção do processo de formação do texto como ação, o produtor textual “faz algo” com o intuito de que o leitor/ouvinte “creia” em algo, “faça algo” etc. Para conseguir esse objetivo, deve

Tais partes ou unidades se organizam em núcleo e satélite, pressupondo que um texto seja formado por dois níveis básicos de informação: o que contém a informação mais importante proporcionada pelo produtor, e o que encerra a informação secundária, ou seja, a informação que auxilia na compreensão, na aceitação da informação principal. As relações postuladas pela *RST* são: (a) de Apresentação – Antítese, Capacitação, Concessão, Evidência, Fundo, Justificativa, Motivação, Preparação, Reformulação, Resumo; (b) de Conteúdo – Alternativa, Causalidade, Circunstância, Condição, Elaboração, Avaliação, Método, Não-condicional, Propósito, Resultado, Solução, Comentário; (c) Multinucleares – Contraste, Lista, Reformulação, Sequência, União.

A análise permitida pelo modelo da *RST* atribui, assim, um papel e uma intenção a cada unidade de informação do texto, conferindo razão de existência a cada elemento, tendo em vista “o que o leitor de um texto deve julgar verdadeiro com o fim de estabelecer a relação entre as unidades textuais” (MANN, 1999, p.7).

Bernárdez (1995, p.85) propõe a utilização do modelo *RST* vinculado à idéia de que a organização textual pode ser entendida como “[...] uma série de vias ou opções de continuidade, etiquetadas com as relações apresentadas pela *RST*”. Trata-se das vias Apresentativa, Hipotática e Paratática, que correspondem às categorias Apresentação, Conteúdo e Multinuclear da *RST*.

A via Apresentativa conduz a uma seqüenciação dirigida a proporcionar ao leitor informação que assegure a compreensão ou a aceitação do que foi enunciado pelo produtor do texto. As vias Hipotática e Paratática envolvem enlaces semânticos de partes do texto. O que diferencia essas duas vias é a importância dos elementos relacionados. Na Hipotática, identifica-se uma informação nuclear e uma secundária. Na Paratática, que conduz a uma seqüenciação com o objetivo de proporcionar informações novas, sem desenvolver conteúdos anteriores, as informações relacionadas são similares em termos de importância para os fins discursivos do produtor textual.

---

eleger, entre as numerosas possibilidades que se lhe oferecem, as formas de “macroestruturar” seu texto, de organizá-lo ou de compô-lo. Essa eleição, afirma Bernárdez (1989), se dará de acordo com o que ele pensa ser mais adequado para alcançar seu objetivo (por exemplo, que o leitor creia no que ele, produtor, afirma). Para isso, o produtor tem, a sua disposição, um conjunto de estratégias textuais que lhe servem para estruturar o texto da forma que lhe parece a mais adequada. Na verdade, o produtor cria (macro)estruturas, aplicação que não se dá “mecanicamente”, como é o caso das regras da gramática oracional.



No Projeto ORTDC, a prática da identificação das relações retóricas dos textos mostrou ser imprescindível levar em consideração a estreita relação entre os contextos midiático e acadêmico e a configuração macroestrutural do artigo DC. Do ponto de vista da comunicação como sistema aberto<sup>5</sup> (BERNÁRDEZ, 1995), comprovou-se, assim, a hipótese de Bernárdez de que o sistema texto e o sistema contexto se relacionam indissociavelmente. Constatou-se, de forma decisiva, que o contexto institucional midiático e o científico têm papel crucial sobre as escolhas do produtor dos artigos DC, para a organização retórica de seu texto (GIERING, 2007), pois os artigos DC encontram-se na intersecção de ambos os contextos. Os textos publicados na mídia têm o formato da notícia (SWALES, 1990) – título, subtítulo, *lead*, *sublead*, corpo -, ao mesmo tempo em que apresentam características da organização do artigo científico (FELTRIM; ALUÍSIO; NUNES, 2000) – resumo, introdução, materiais e métodos, resultados, discussão, conclusão. No ORTDC constatou-se, assim, que as recorrências de determinadas relações estão diretamente ligadas a essas duas organizações textuais.

No Projeto DCEROT, além da presença dos contextos midiáticos e científico, acresce-se a evidente intenção de explicar, que se expressa por meio da seqüência explicativa (ADAM, 1992). Percebe-se claramente a macroestrutura: Problema (Por quê? ou Como?) – Explicação – Conclusão/Avaliação. Ou, empregando os termos de Coltier (1986, p. 8): fase de questionamento, fase resolutive e fase conclusiva. Identificam-se, nesses artigos, as condições situacionais que favorecem a recorrência à seqüência explicativa, conforme Coltier (1986): um problema da ordem do saber e a resolução de um enigma, que transforma o fenômeno problemático em fenômeno normal. Constata-se, no caso dos artigos DC dirigidos aos jovens, que não se trata de simplesmente informar o leitor sobre algo, mas de

---

<sup>5</sup> Para Bernárdez, o estudo do texto insere-se no enfoque da linguagem como “sistema complexo, dinâmico e aberto” (1995, p. 138; 1989), da mesma forma que outros sistemas naturais. Para Bernárdez, a linguagem é um sistema *complexo* porque está formado pela interação de numerosos subsistemas (que, por sua vez, são, em sua maioria, dinâmicos e abertos). Na linguagem, não se trata somente dos “(sub)sistemas gramaticais” (morfologia, sintaxe, pragmática, etc.), mas também da linguagem “como ferramenta” para conseguir algo, “como meio de cooperação social”, etc. *Dinâmico*, porque o fator “tempo” é fundamental: tanto a produção quanto a recepção do texto têm lugar no tempo; também o “estado mental” de P (produtor) e o “estado mental” de R (receptor) não se produzem somente como uma codificação/decodificação atemporal, e sim como uma série de processos sucessivos, isto é, temporais e que podem ir modificando-se cronologicamente. *Aberto* porque a comunicação lingüística depende sempre de fatores externos: como se sabe, a estrutura de um texto não depende somente da língua, mas também e, fundamentalmente, das características do produtor, do receptor, do meio, da situação comunicativa etc (BERNÁRDEZ, 1995).

modificar a percepção que o leitor tem de um fenômeno, ou seja, trata-se de “fazer-compreender”.

Na verdade, a proposta de análise da *RST* não prevê uma forte relação entre estratégias do produtor e contexto institucional, ainda que o quadro de Bernárdez (1995) aponte decididamente para os “fatores externos” que exercem papel fundamental no processo de produção do texto. De qualquer forma, constatou-se, para a identificação das relações nos diferentes *corpora* em que se analisou a organização da estrutura retórica dos textos, a obrigatoriedade de se considerarem os modelos organizacionais de tipos de textos que circulam nos contextos institucionais em que se inserem os textos de análise.

Foi igualmente decisivo, para compreender as macroações do produtor, ter em conta a natureza do ato de comunicação de cada interação, ou seja, a idéia de que “[...] a situação de comunicação constitui o quadro de referência ao qual se reportam os indivíduos de uma comunidade social quando iniciam uma comunicação” (CHARAUDEAU, 2006, p.67). Recorreu-se, assim, à noção de contrato de comunicação, enfocando-se especialmente as condições de identidade, de finalidade e de propósito.

Nas pesquisas empreendidas, a identificação da identidade dos parceiros engajados na troca comunicativa leva em conta o fato de que a produção dos artigos DC se dá num contexto midiático, no qual a “condição de captação” exerce papel fundamental. Na DC midiaticizada, ressalta Charaudeau, o outro, o leitor, não discute “a verdade” da fala do cientista, como na DC dirigida aos pares. O objetivo maior da DC midiaticizada é informar num “[...] quadro de inteligibilidade acessível a um grande número de indivíduos” (CHARAUDEAU, 2006, p.62), ao mesmo tempo em que cativa o leitor, fazendo com que este não abandone a leitura do artigo. No caso dos artigos DC para adultos, a finalidade predominante é divulgar uma pesquisa ou descoberta científica, constituindo isso no seu propósito, ou seja, no tema da interação.

No projeto DCEROT, a condição de captação se coloca de forma ainda mais contundente, pois o jornalista ou o cientista que escreve o artigo está numa situação ainda mais desfavorável em relação ao seu leitor. Se o adulto precisa ser conquistado, o que se dirá do leitor criança, ainda mais ao se considerar que as temáticas ligadas ao domínio das ciências são de antemão alheias aos interesses imediatos dos leitores infantis. A instância midiática, devido a essa difícil situação, conforme Charaudeau (2006, p.92), acha-se “condenada”, mais do que nunca, a “[...] procurar emocionar seu público, a mobilizar sua afetividade, a fim de

desencadear o interesse e a paixão pela informação que lhe é transmitida”. Além disso, o fim predominante dos artigos e os temas em questão são, em geral, diferentes daqueles postos aos adultos. Focalizam-se fenômenos cujas características ou funcionamento são desconhecidos pelo leitor, os quais serão desvendados pelo texto, fazendo-o compreender o “enigma”, que será encarado, a partir de então, sob uma perspectiva diferente.

O enfoque nessas condições extratextuais permite entender o que subjaz à ação do produtor de optar por esta ou aquela via de continuidade dos artigos analisados por meio da *RST*. As relações da Via Apresentativa produzem efeitos “pragmáticos” sobre o leitor, a fim de preparar, incentivar, interessar o leitor ou de fazê-lo crer na informação nuclear, remetendo a ações que desencadeiam interesse e paixão. As relações da via Hipotática identificam forma de organização de conteúdos e remetam a raciocínios lógicos. O contexto midiático e o acadêmico são, portanto, determinantes das ações estratégicas de organização dos textos.

## **A seqüência explicativa e as relações retóricas**

A presença da seqüência explicativa é o que diferencia a organização dos textos de fim discursivo fazer-compreender dos de fim discursivo fazer-saber. Cabem alguns esclarecimentos sobre o que subjaz à existência dessa seqüência prototípica.

Entende-se, como Grize (1990, p.105), que a seqüência explicativa deve satisfazer três condições: (1) o fenômeno a ser explicado deve ser incontestável, bem estabelecido e reconhecido pelo conjunto da comunidade discursiva de referência; (2) ele deve obrigatoriamente estabelecer relação com outros saberes sobre a questão; (3) aquele que propõe a explicação deve ser considerado competente e neutro.

Adota-se, igualmente, a posição de Coltier (1986, p.9) e de Adam (1992, p.132) para as marcas textuais da explicação. Para eles, não apenas a pergunta “por que” remete a uma explicação, também o “como” tem essa função. A pergunta “Como...?” expressa um pedido de explicação quando abre “caminho unicamente para a análise de um mecanismo (‘Como se produzem as marés?’, por exemplo)”. No entanto, se ela engendra um saber-fazer, ou seja, uma injunção/prescrição, leva a uma “cronologia de atos a serem executados”, não caracterizando a explicação. Da mesma forma, nem toda pergunta com “Por que...?” corresponde a um pedido de explicação: “alguns deles não são mais do que falsas perguntas, outros interrogam

sobre os objetivos, uma terceira categoria, enfim, serve para pedir uma justificativa” (COLTIER, 1986). Além disso, considera-se que a seqüência explicativa, ao problematizar um fenômeno, expressa-se por meio de questões que, como ressalta Coltier (1986), não são necessariamente formuladas por meio de interrogação direta.

Concorda-se com a observação de Moirand<sup>6</sup> de que as condições para a explicação postuladas por Grize restringem

[...] a explicação aos fatos científicos reconhecidos pelo conjunto da comunidade, o que não parece corresponder nem às representações “espontâneas” que se tem da explicação (explicar uma palavra, descrever um objeto ou um procedimento...), nem ao modo discursivo explicativo que se encontra, por exemplo, nas mídias, quando se trata de estabelecer ligações entre os fatos políticos, econômicos ou sociais, isto é, propor hipóteses explicativas sobre o sentido social dos acontecimentos, mais do que explicações científicas.

Ainda assim, adota-se o postulado grizeano, pois os artigos DC de fim fazer-compreender em análise explicam justamente fatos científicos reconhecidos, sobre os quais há consenso entre a comunidade científica.

Considerando a seqüência explicativa sob a luz das relações retóricas da *RST*, tem-se a relação de Solução da via Hipotática, que pressupõe, no satélite, a apresentação de um problema, e, no núcleo, a sua solução total ou parcial.

## A análise dos textos

Para ilustrar as questões que tem apresentado, analisam-se dois textos do *corpus* do projeto DCEROT. O primeiro – *Um osso no espaço* – tem como fim discursivo fazer-saber; o segundo texto – *Ciência para fazer bolo* –, o fazer-compreender. Vejam-se as diferenças na organização macroestrutural dos textos e a presença da explicação conforme Grize (1990), Adam (1992) e Coltier (1986) no artigo de fim discursivo fazer-compreender. Saliente-se que os textos transcritos apresentam seus segmentos numerados, incluindo o título, a fim de facilitar a análise.

### **(1)Um osso no espaço**

(2) Você já imaginou ser um astronauta e, de repente, ver da janela da sua nave um osso gigante voando? (3) Pois isso pode acontecer! (4) Um grupo de cientistas da Nasa (Agência Espacial Americana) descobriu um asteróide em forma de osso. (5) É, daqueles que os cachorros adoram morder. (6) Ele foi batizado de 216 Kleópatra.

<sup>6</sup> Cf. CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p.232.

(7) Asteróides são pequenos corpos celestes que giram em torno do Sol. (8) Só dizemos que são pequenos em comparação com as estrelas ou planetas, que são muito maiores. (9) Na verdade, um asteróide pode ter o tamanho de um estado brasileiro, por exemplo. (10) O Kleópatra tem 217 quilômetros de comprimento! (11) Ele fica entre as órbitas de Marte e Júpiter, onde existe um grande cinturão de asteróides.

(12) O formato do osso, quer dizer, do asteróide, foi identificado com a ajuda de um radar. (13) Esse instrumento enviou ondas ao espaço, que bateram em Kleópatra e voltaram à Terra. (14) Como essas ondas foram fortemente refletidas, os cientistas acham que o asteróide é feito de metais como o ferro e o níquel.

(15) O formato de Kleópatra ainda é um mistério para os cientistas. (16) Eles acreditam que ele se formou a partir de uma colisão entre dois asteróides maiores que se quebraram. (17) Depois desse choque, o grande osso poderia ter tomado o rumo da Terra e acabar caindo em nosso planeta. (18) Os cachorros adorariam – isso, é claro, se existissem cachorros gigantes e se o corpo celeste fosse realmente um osso! (19) Mas os cientistas disseram que isso não vai acontecer: ele está indo em outra direção. (20) Ainda bem!

O artigo “Um osso no espaço”, redigido pelo jornalista Pedro Lent (2007), trata da descoberta, por um grupo de cientista da NASA, de um asteróide em forma de osso e visa a divulgar essa descoberta, informá-la ao público jovem. Apresentado na seção Astronomia e Exploração Espacial da *Ciência Hoje das Crianças on line*, o texto, pela curiosidade do tema, pode suscitar o interesse desse público.

Para concretizar o fim discursivo, observam-se as seguintes opções/macroações doprodutor, conforme considerações do leitor-analista<sup>7</sup>:

MACROAÇÃO 1 – Estabelece-se uma relação de Preparação da Via Apresentativa: o núcleo está nos segmentos 4 a 20 e o satélite compreende os segmentos 1 a 3. A informação contida no satélite tem como propósito fazer com que o leitor se sinta interessado na leitura do artigo. Isso acontece não apenas pelo inusitado da descoberta apresentada, mas também porque o leitor é acionado diretamente por meio de uma pergunta, na qual o produtor o instiga a se imaginar

<sup>7</sup> Quanto ao papel do observador-analista, ele deve, em primeiro lugar, conhecer as categorias de análise proporcionadas pelo modelo. Ele examina o texto e encontra combinações consistentes de unidades e de relações que compreendem o texto inteiro. A expressão completa que melhor explicita cada uma das conclusões do observador é: “é plausível ou crível, do ponto de vista do observador, que foi verossímil, do ponto de vista do produtor que escreveu o texto que <a conclusão> é certa” (MANN; THOMPSON, 1988). A principal motivação para a organização e detalhamento das relações é permitir o processo de observação em todos os casos.

numa situação muito almejada pelas crianças: ser um astronauta e viajar numa nave espacial.

**MACROAÇÃO 2** – Estabelece-se uma relação de Fundo da Via Apresentativa: o núcleo se situa entre os segmentos 10 a 20; o satélite, entre 7 a 9. As informações trazidas no satélite permitem ao leitor compreender o conteúdo do núcleo. Como o leitor jovem pode não saber precisamente o que são asteróides, o produtor do texto traz essa informação a fim de facilitar a compreensão da afirmação contida no núcleo da relação. Predomina nesta relação a seqüência descritiva: define-se o que são asteróides e descreve-se seu tamanho em relação aos outros astros.

**MACROAÇÃO 3** – Estabelece-se uma relação de Elaboração da Via Hipotática: o núcleo está entre os segmentos 4 a 6, e o satélite entre os segmentos 10 a 20. No satélite, o produtor procura detalhar a informação central apresentada no núcleo, ou seja, depois de trazer a síntese temática do texto no núcleo, o produtor fornece, nesse satélite, informações mais detalhadas sobre a descoberta: como o asteróide foi descoberto, sua localização no espaço, comprimento, hipóteses sobre seu curioso formato. Mesclam-se, nesta relação, as seqüências descritiva e narrativa.

Neste artigo, constata-se a presença da organização da notícia: o título, o *lead* – no primeiro parágrafo –, o detalhamento do assunto, repercussões e desdobramentos do fato abordado. O texto assume, assim, o formato “piramidal”, em que a novidade da descoberta é o ponto de partida do produtor. Ao mesmo tempo, observa-se que partes do artigo acadêmico se fazem presentes, o que se verifica especialmente no segmento que compreende a relação de Elaboração, na qual se encontra o detalhamento da descoberta: tamanho do asteróide, órbita, instrumento para observação, hipóteses sobre seu formato original. A Elaboração, nos artigos de divulgação científica midiática dirigidos a adultos ou a jovens leitores, corresponde, nos artigos científicos endereçados aos pares, ao detalhamento de materiais e métodos e aos resultados da pesquisa.

Veja-se, agora, o texto de fim fazer-compreender:

**(1) Ciência para fazer bolo**

(2) Três xícaras de farinha de trigo, três xícaras de açúcar, três ovos, um copo de leite, uma colher de manteiga e uma colher de fermento. (3) Bata a manteiga com o açúcar até formar uma pasta. (4) Depois, acrescente as gemas. (5) Vá adicionando a farinha, o fermento e o leite sem parar de mexer. (6) Como última etapa, bata as claras em neve e misture tudo. (7) Coloque a massa em

um tabuleiro e leve-a ao forno pré-aquecido. (8) Em alguns minutos você poderá saborear um apetitoso bolo! (9) Mas como foi que aquela massa viscosa mudou de aparência, transformando-se numa delícia de dar água na boca?

(10) O fermento é o principal elemento da transformação. (11) É ele o responsável pelo o aumento do volume do bolo, que acontece assim: a temperatura alta faz com que o fermento libere gás carbônico (o mesmo das bolhinhas de refrigerante). (12) Esse gás se expande e faz o bolo crescer. (13) O único problema é que, depois de um tempo, o gás carbônico escapa (como no refrigerante) e, sem ele, o bolo murcha. (14) Mas isso não acontece graças aos outros ingredientes.

(15) A própria mistura (e também as claras em neve!) possui pequenas bolhas de ar que ajudam a dar sustentação à massa. (16) Depois, o calor do forno colabora com essa sustentação na medida em que vai solidificando a massa. (17) Nessa passagem para o estado sólido, os ovos se ligam ao leite, formando filamentos (fios muito finos). (18) E a farinha de trigo absorve o líquido, transformando-se em uma substância parecida com a gelatina. (19) Tudo isso ajuda a manter o bolo de pé, mesmo depois de o gás carbônico escapar.

(20) Sei não, mas acho que esse papo de química da culinária dá uma fome!

“Ciência para fazer bolo”, retirado da seção Física e Química da *Ciência Hoje das Crianças on line*, foi redigido pelo jornalista Bruno Magalhães (2007). O texto trata do processo químico que ocorre na confecção de um bolo, e tem como fim explicar as etapas e a lógica do processo. Com isso, modifica-se a percepção que o leitor tem do fenômeno.

Para concretizar o fim discursivo de fazer-compreender, observam-se as seguintes opções/macroações do produtor, conforme considerações do leitor-analista:

MACROAÇÃO 1 – Estabelece-se uma relação de Preparação da Via Apresentativa: o núcleo situa-se entre os segmentos 9 a 19, e o satélite, entre os segmentos 1 a 8. Tanto o título quanto o trecho de texto, no qual o produtor descreve os ingredientes de um bolo clássico e seu modo de fazer – como numa receita culinária –, têm a finalidade de aproximar o assunto do cotidiano do leitor e de fazê-lo se interessar pela questão mais “árida” que envolve a explicação do processo químico e que permite a transformação de um conjunto de ingredientes em um bolo. Predomina, aqui, a seqüência descritiva.

MACROAÇÃO 2 – Estabelece-se a relação de Solução da via Hipotática: o núcleo encontra-se entre os segmentos 10 a 19; o satélite, no segmento 9. O produtor, situando-se na posição daquele que detém um saber, enfoca um fato conhecido - a transformação dos ingredientes misturados em bolo – problematizando-o: *Mas como foi que aquela massa viscosa mudou de aparência, transformando-se numa*

*delícia de dar água na boca?* Verifica-se aqui a presença marcante das etapas do protótipo da seqüência explicativa: a fase de questionamento e a de resolução. O núcleo da relação de Solução compreende a explicação, após a qual o fenômeno problemático se transforma em fenômeno normal. Para mudar a percepção que o leitor tem do problema, o produtor se vale de conhecimentos químicos incontestáveis, os quais permitem decifrar o fenômeno que acontece no dia-a-dia e ir além das aparências.

MACROAÇÃO 3 – Estabelece-se a relação de Comentário da via Hipotática. O núcleo está nos segmentos 1 a 19; o satélite encontra-se no segmento 20, o último do texto. Nessa relação de Comentário, o produtor apresenta uma nota subjetiva que traz a expressão “química culinária”, a qual rotula o enfoque da explicação anterior. Ao mesmo tempo, o produtor remete o leitor para fora do texto: a fome, própria do universo da criança. Há, portanto, um retorno ao cotidiano do leitor.

Diferentemente do artigo “Um osso no espaço”, cujo fim era fazer-saber, “Ciência para fazer bolo” não apresenta a organização da notícia, ainda que a presença da condição de captação do contexto midiático esteja fortemente marcada nas opções do produtor, de aproximar-se do cotidiano do leitor.

Verifica-se, no entanto, que a problematização posta pelo texto, que caracteriza o satélite da relação de Solução, permite a apresentação de uma saber científico, que leva além do saber comum, enfocando conceitos e raciocínios lógicos para fazer-compreender a razão de ser do fato, as causas do fato. O fazer-compreender que caracteriza o fim discursivo do artigo e a estrutura explicativa que adota o texto remetem ao domínio do ensino, já que seu objetivo pragmático é o de fazer com que o outro aprenda, o que vai além do fazer-saber comum da mídia.

## Considerações finais

Constatou-se que a descrição das escolhas de vias de continuidade e das relações retóricas entre segmentos macroproposicionais dos artigos DC envolve uma série de fatores internos e contextuais. Entre os contextuais, ressalta-se o fim discursivo dos textos, que remete à idéia de contrato de comunicação (CHARAUDEAU, 2008), por meio do qual se estabelecem as convenções, as normas, os acordos que regulam as trocas de linguagem, e a existência de saberes comuns entre os interlocutores. É o fim discursivo do texto, inserido num contrato de comunicação, que permite dar conta do todo.



No caso das pesquisas empreendidas, ter em conta os diferentes fins discursivos dos textos DC, produzidos na intersecção dos contratos midiático e de divulgação científica, permite observar, de forma integrada, as macroações do produtor, todas elas direcionadas para a concretização do fim determinado. Assim, se reconhece, nas diversas opções do produtor, uma intencionalidade, a qual é também, de certa forma, determinada pelo contrato.

Entre os fatores internos, é preciso considerar os tipos de seqüência de base que guiam os empacotamentos prototípicos de proposições que formam as diversas macroproposições, conforme Adam (1992). Essa necessidade se tornou mais evidente, no *corpus* em estudo, a partir do contato com os artigos de fim discursivo fazer-compreender, os quais fugiam completamente a uma organização predominante orientada pelo fazer-saber. Mais do que seqüências descritivas e narrativas, impunha-se a seqüência explicativa para organizar o texto cujo fim era explicar, do ponto de vista da ciência, um fato. Ou seja, se o produtor opta por solucionar um problema da ordem do saber, a seqüência explicativa será acionada para o empacotamento das proposições. No nível retórico, as ações cognitivas do produtor serão assumidas como pragmáticas ou semânticas, conforme a natureza das relações que ele aciona para relacionar as informações contidas no texto.

Verifica-se, portanto, que, para dar conta das relações retóricas dos textos, identificando as relações RTS, é preciso atentar para vários níveis de organização textual e ter em conta, como define Bernárdez (1995, p.163), que o texto é uma configuração de estratégias, as quais são “[...] uma sucessão de ações que conduzem a um objetivo específico dependentemente de condições contextuais”.

As análises que se empreendem nos projetos de pesquisa mencionados mostram que, para identificar relações RST, é preciso dar atenção para a complexidade que envolve o contexto de produção dos textos.

GIERING, Maria Eduarda. The scientific publicizing articles to the young audience and the discursive ends. **Revista do Gel**, São Paulo, v.5, n.1, p.181-195, 2008.

**ABSTRACT:** *The article deals with the different discursive ends of scientific publicizing articles published in the media directed to the young audience and with the distinct rhetorical organizations of these texts. The presence of the explicative sequence prtotypical, found in*

*articles whose discursive ends are make-understand, and its relation with the rhetorical macro-organization strategies of the text are focalized. For this study, Bernárdez' proposal was adopted. This proposal links the Rhetorical Structure Theory to the idea that the textual organization can be understood as a series of continuity means, labeled with RST relations. It was verified that the macro-organization of the texts is directly related to the discursive ends of the articles and to the scientific and mediatic contexts in which these articles are inserted.*

**KEYWORDS:** *Scientific publicizing. Text. Discursive ends. Macro-organization. Explanation.*

## Referências

ADAM, J-M. **Les textes:** types et prototypes. Paris: Nathan Université, 1992.

BERNÁRDEZ, E. **Teoría y epistemología del texto.** Madrid: Cátedra, 1995.

\_\_\_\_\_. Las macroestructuras textuales como objeto del estudio lingüístico. In: ACTAS de las I Jornadas e lengua y Literatura Inglesa y Norteamericana. Logroño: Colegio Universitario, 1989. p.107-119.

CHARAUDEAU, P. **Linguagem e discurso:** modos de organização. São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_. **Discurso das mídias.** São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso.** São Paulo: Contexto, 2004.

COLTIER, D. Approches du texte explicatif. Tradução de Ignácio Antonio Neis. **Pratiques,** Metz, v.51, p.3-22, sept.,1986.

FELTRIM, V. D., ALUÍSIO, S. M.; NUNES, M. G. V. Uma revisão bibliográfica sobre a estruturação de textos científicos em Português. **Série de Relatórios do NILC.** NILC-TR-00-11, out. 2000.

GIERING, M. E. Configuração prototípica de artigos de divulgação científica e o texto como sistema aberto. SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DE GÊNEROS TEXTUAIS, 4., 2007, Tubarão. **Anais....** Tubarão:UNISUL, 2007. p.1416-1428.

GRIZE, J.-B. **Logique et langage.** Paris: Ophrys, 1990.

LENT, P. Um osso no espaço. **Ciência Hoje das Crianças on line**. Disponível em: <<http://cienciahoje.uol.com.br/controlPanel/materia/view/1005>>. Acesso em: 6 dez. 2007.

MAGALHÃES, B. Ciência para fazer bolo. **Ciência Hoje das Crianças on line**. Disponível em: <<http://cienciahoje.uol.com.br/controlPanel/materia/view/1177>>. Acesso em: 26 nov. 2007.

MANN, B. **Introducción a la teoría de la estructura retórica**. Rhetorical Structure Theory: RST, ago. 1999. Atualizado em set. 2000. Disponível em: <<http://www.sil.org/~mannb/rst/spintro.htm>>. Acesso em: 8 jul. 2004.

MANN, W. C.; THOMPSON, S. A. **Rhetorical structure theory**: toward a functional theory of text organization. **Text**, Berlin, v.8 ,n.3, p.243-281, 1988.

MANN, W. C.; MATTHIESSEN, C. M. I. M.; THOMPSON, S. A. Rhetorical structure theory and text analysis. In: MANN, W. C.; THOMPSON, S. A. **Discourse description**: diverse linguistic analyses of a fund-raising text. Amsterdam: John Benjamins, 1992. p.39-77.

SWALES, J. **Genre analysis**: English in academic and research settings. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.



# A CRISE DA REPRESENTAÇÃO E O CONTRATO DE VERIDICÇÃO NO ROMANCE

José Luiz FIORIN<sup>1</sup>

*...a mimese é sempre uma forma de poiese.*  
Antonio Candido (1975, p.12).

**RESUMO:** Este trabalho tem o objetivo de mostrar que a chamada crise da representação deve ser analisada, dentro de uma teoria geral do discurso, como uma alteração do contrato veridictório que preside à elaboração do texto. Para isso, examina os contratos que regem a feitura dos romances, bem como as marcas textuais que permitem apreendê-los, para mostrar a mudança que se operou na literatura moderna, a substituição de um contrato objetivante por um contrato semiótico, o que significa que o romance moderno se apresenta como discurso e não como representação da realidade, o que lhe permite pôr em questão todas as verdades estabelecidas. A pós-modernidade parece trazer uma nova crise da representação e, por isso, ela requer um novo contrato semiótico, o metalingüístico, que é analisado em seus traços gerais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Contrato objetivante. Contrato subjetivante. Contrato semiótico. Contrato metalingüístico. Contrato enunciativo.

A arte moderna estabelece como questão central a chamada crise da representação. Nas artes plásticas, ela significou o abandono dos códigos estabelecidos

---

<sup>1</sup> Departamento de Lingüística, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, SP, Brasil. jolufi@uol.com.br

pela Renascença Italiana, ou seja, a representação do espaço segundo as leis da perspectiva geométrica e as lições de anatomia, zoologia e botânica para a representação dos seres humanos, dos animais e das plantas. Diante de novas exigências socioculturais, a arte moderna cria uma nova discursividade, que destrói as velhas formas de representação. A mesma coisa ocorre na literatura e, mais particularmente, no romance. No entanto, falar em crise da representação literária significa muito pouco, se não se pensa o conjunto dos discursos literários dentro de uma teoria geral dos discursos.

Que significa essa chamada crise da representação? Greimas (1983, p.105) mostra que o problema da representação está relacionado ao da verossimilhança e propõe que seja tratado nos quadros do que denominou contrato de veridicção, ou seja, “[...] um acordo implícito entre os dois actantes da estrutura de comunicação”, isto é, o enunciador e o enunciatário. No entanto, esse contrato deve ser inscrito no texto. Portanto, deve haver nele marcas, para que o leitor possa percebê-lo.

A teoria clássica da representação pensa que a linguagem está no lugar de outra coisa, uma “realidade” extralingüística. Uma velha definição de signo dizia que ele era “*aliquid pro aliquo*”. Assim, as palavras não são consideradas signos no sentido moderno do termo, união de um significante e um significado, mas são representações das coisas do mundo, de suas qualidades, das ações e dos acontecimentos reais. O signo não une um conceito a uma imagem acústica, mas uma palavra a um ser do mundo. Essa teoria trabalha, então, com a noção de referência e referente. Este é um ente do mundo designado pelas palavras, enquanto aquela é a “[...] relação que vai de uma grandeza semiótica a uma não semiótica (= referente), que depende do contexto extralingüístico” (GREIMAS; COURTÉS, 1979, p.310). O referente são objetos do mundo real designados pelas palavras. Assim, a linguagem convém às coisas, é um espelho da realidade, é semelhante às coisas. Nessa concepção, não existe a noção de arbitrariedade do signo. Ela reproduz, de certa forma, os fundamentos da linguagem adâmica. O *Gênese* relata que, depois que o homem foi criado, Deus apresentou-lhe todos os animais da terra, todos os peixes da água e todas as aves do céu, para que ele lhes desse o nome que lhes convinha. A linguagem é considerada transparente, as palavras são análogas ao mundo, há uma identidade entre a ordem do mundo e a ordem da linguagem. Assim, a significação não apresenta qualquer problema, pois ela é a própria coisa. Entre os signos e as coisas não há qualquer intermediação, eles são imagens das coisas.

Ocorre, no entanto, que, como diz Antonio Candido (1975, p.12), a “mimese é sempre uma forma de poiese”, ou seja, a *mimese* é uma construção, um efeito de

sentido. Nos períodos áureos de supremacia das teorias da representação, sua evidência não é questionada. A representação não é entendida como uma produção do homem, como um sentido gerado por ele, mas é vista como algo inscrito na própria natureza da relação entre linguagem e mundo. Não tem ela um estatuto semântico, mas um estatuto ontológico. Candido (1975), ao criticar essa ontologização da mimese, lembra que o médico Fernandes Figueira conta, em seu livro *Velaturas*, que Aluisio Azevedo, no período em que escrevia seu romance *O homem*, consultou-o para saber como agia a estricnina no corpo humano. No entanto, ele não observou rigorosamente os dados da ciência, pois deu ao veneno uma ação mais rápida e mais dramática. O artista sempre transforma a ordem do mundo para torná-la mais expressiva. Assim, mesmo que pretenda representar rigorosamente, na obra de arte, a realidade, a obra é um signo e seu sentido não são as coisas. Por conseguinte, o trabalho artístico mantém sempre uma relação arbitrária e deformante com a realidade.

Na literatura, ou mais especificamente no romance, temos períodos em que as teorias da representação são dominantes, são os períodos em que a estética é realista ou naturalista.<sup>2</sup> O contrato de veridicção que se firma entre enunciador e enunciatário é de que a obra reflete, exatamente, o mundo, a realidade. A linguagem existe para nos apresentar, de maneira transparente, a realidade. Ela é mimese, reflexo, imitação, reprodução. Para chegar a isso, é preciso apagar as marcas da enunciação no enunciado. A aspiração máxima da estética naturalista é a construção de um enunciado enunciado, sem qualquer vestígio da enunciação enunciada. Supõe ela uma equivalência entre o representante e o representado, entre a obra e a realidade, entre o signo e o referente. Essa equivalência, no entanto, só pode ser produzida por meio da ocultação do processo enunciativo, pois, afinal, a representação realista é *poiese*, o que significa que o texto não é idêntico ao mundo. A equivalência percebida é uma astúcia da enunciação. O que se apresenta para o enunciatário são significantes. A realidade do realismo é apenas uma ilusão de realidade, uma ilusão referencial. No realismo, a obra é apenas um produto que aspira a não guardar qualquer traço do processo de produção. Ao mostrar-se como reflexo da realidade, apresenta, no texto, objetos reconhecíveis. Não exibindo seu processo de produção, a obra é mostrada no estado de identidade com o real. A evidência da identidade entre signo e referente, que é a base do realismo, naturaliza o mundo, afasta-o da História, não vê os acontecimentos em sua processualidade.

---

<sup>2</sup> O naturalismo é a forma realista em que personagens e enredos estão submetidos à determinação cega das leis “naturais”, que a ciência da época julgava ter descoberto.

Para criar esse efeito de realidade, o realismo, como dissemos acima, procura apagar as marcas da enunciação no enunciado. Como se realiza esse trabalho? Em primeiro lugar, o único narrador possível na obra realista é o chamado narrador em terceira pessoa, ou seja, o *eu* enunciador deve ausentar-se do enunciado, não deixar nele as marcas de pessoa. Nesse tipo de contrato de veridicção, os fatos devem como que se narrar a si mesmos.

O campo discursivo literário mantém relações muito próximas com o campo discursivo científico. Aspirando à “objetividade” do discurso científico, aspira ao enunciado enunciado. Por outro lado, pretende descobrir a verdade das personagens, dissecar as razões de seu comportamento. Dessa forma, os temas são vistos sob a ótica dos modelos científicos. Os comportamentos sociais e individuais são considerados como efeitos de causas naturais (raça, clima, temperamento) ou culturais (meio, educação). O narrador almeja a exatidão dos modelos científicos. Zola (1971, p.7), no prefácio da 2ª edição de *Thérèse Raquin*, dizia:

Começa-se, espero, a compreender que minha finalidade foi antes de tudo uma finalidade científica. [...] Apenas fiz sobre dois corpos vivos (= Thérèse e Laurent) o trabalho analítico que os cirurgiões fazem sobre os cadáveres.

As personagens são submetidas a determinações cegas. O Pe. Antônio de Moraes, personagem de *O missionário*, de Inglês de Sousa (1972), abandona o sacerdócio para viver com a bela índia Clarinha. Seu ato é determinado biologicamente pela hereditariedade (herdara do pai um caráter extremamente sensual), historicamente pelo momento (estava profundamente insatisfeito com as tarefas rotineiras do sacerdócio), geograficamente pelo meio (vivia num meio em que imperava a mais completa liberdade de costumes). Jerônimo, o imigrante português, personagem de *O cortiço*, de Aluísio Azevedo (1957), quando chega ao Brasil, é comparado a um Hércules, tem ideais de ascensão social, é forte, trabalha muito, é moderado nos costumes. Aos poucos, o calor dos trópicos vai amolecendo-o. Sua sensibilidade européia vai desaparecendo, à medida que se envolve sensorialmente com o novo ambiente. As cinco ordens sensoriais estão envolvidas nessa transformação: o paladar (“...a aguardente de cana substituiu o vinho; a farinha de mandioca sucedeu à broa; a carne seca e o feijão preto ao bacalhau com batatas e cebolas cozidas; a pimenta malagueta e a pimenta de cheiro invadiram vitoriosamente a sua mesa; o caldo verde, a açorda e o caldo de unto foram repelidos pelos ruivos e gostosos quitutes baianos, pela moqueca, pelo vatapá e pelo caruru; a couve à mineira destronou a couve à portuguesa; o pirão de fubá ao pão de rala...” (AZEVEDO, 1957, p.103)); o olfato (“...desde



que o café encheu a casa com o seu aroma quente, Jerônimo principiou a achar graça no cheiro do fumo e não tardou a fumar com os amigos.” (AZEVEDO, 1957, p. 103); a audição (“Tinha agora o ouvido menos grosseiro para a música, compreendia até as intenções poéticas do sertanejos quando cantam à viola seus amores infelizes...” (AZEVEDO, 1957, p.103)); a visão (“...seus olhos, dantes só voltados para a esperança de tornar à terra, agora, como os olhos de um marujo, que se habituaram aos largos horizontes de céu e mar, já se não revoltavam com a turbulenta luz, selvagem e alegre, do Brasil, e abriam-se amplamente defronte dos maravilhosos despenhadeiros ilimitados e das cordilheiras sem fim...” (AZEVEDO, 1957, p.103-104)); o tato (“Agora no conforto de sua cama, na doce penumbra do quarto, com a roupa fresca sobre a pele, Jerônimo sentia-se bem...” (AZEVEDO, 1957, p.93)); “Mal se chegava para ela; os seus carinhos eram frios e distraídos, dados como por condescendência; já não lhe afagava os rins, quando os dois ficavam a sós” (AZEVEDO, 1957, p.105).

O enredo é construído segundo modelos científicos. Em *O cortiço*, o evolucionismo biológico serve de modelo ao evolucionismo social. Enquanto João Romão, um homem rude e insensível, progride até tornar-se visconde, Jerônimo, mais sensível, vai arruinar-se, degenerar. Essas duas personagens ilustram a seleção das espécies. Por outro lado, a ascensão de João Romão, de vendeiro a visconde, segue o modelo teórico do primeiro princípio da termodinâmica, o de que a energia não pode criar-se nem se destruir, mas tão somente alterar-se; a decadência de Jerônimo tem como pano de fundo teórico o segundo princípio da termodinâmica, o da entropia do sistema (SANT’ANNA, 1973, p.106-107).

As personagens são tipos, cada uma delas é a figurativização de um tema, é um caso que manifesta uma idéia geral. Por isso, há uma preferência pelos indivíduos feios, grotescos, que manifestam patologias. É o avesso do romantismo. Diz Alfredo Bosi (1975, p.192):

O sertanejo altivo de Alencar não sofria das misérias que nos descrevem *A Fome*, de Rodolfo Teófilo, e *Luzia-Homem*, de Domingos Olímpio. Os costumes regionais, tão castos em Taunay e Távora, tornar-se-ão licenciosos na selva amazônica, a ponto de desviar o missionário de Inglês de Sousa. A adolescência, fagueira e pura na pena de Macedo, conhecerá a tristeza do vício precoce no *Bom Crioulo*, de Caminha, e na *Carne*, de Júlio Ribeiro, sem contar as angústias sexuais da puberdade que latejam no *Ateneu*, de Raul Pompéia.

As personagens não são idealizadas. Ao contrário, são mostradas em sua dimensão corporal, são animalizadas. Observe-se este trecho de *O cortiço*:

Daí a pouco, em volta das bicas eram um zunzum crescente; uma aglomeração tumultuosa de machos e fêmeas. Uns, após outros, lavavam a cara, incomodamente, debaixo do fio de água que escorria das alturas de uns cinco palmos. O chão inundava-se. As mulheres precisavam já prender as saias entre as coxas para não as molhar; via-se-lhes a tostada nudez dos braços e do pescoço, que elas despiam, suspendendo o cabelo para o alto do casco; os homens, esses não se preocupavam em não molhar o pêlo, ao contrário metiam a cabeça bem debaixo da água e esfregavam com força as ventas e as barbas, fossando e fungando contra a palma da mão. As portas das latrinas não descansavam, era um abrir e fechar de cada instante, um entrar e sair sem tréguas. Não se demoravam lá dentro e vinham ainda amarrando as calças e as saias; as crianças não se davam ao trabalho de lá ir, despachavam-se ali mesmo, no capinzal dos fundos, por detrás da estalagem ou no recanto das hortas (AZEVEDO, 1957, p.42).

O movimento do cortiço é visto como uma “[...] fermentação sangüínea, naquela gula viçosa de plantas rasteiras que mergulham os pés vigorosos na lama preta e nutriente da vida, o prazer animal de existir, a triunfante satisfação de respirar sobre a terra” (AZEVEDO, 1957, p.42-43) ou como um “verminar constante de formigueiro assanhado”. João Romão e Bertoleza trabalham como “uma junta de bois” (AZEVEDO, 1957, p.21); o cortiço exala um “fartum de bestas no coito” (AZEVEDO, p.1957, p.32); a gente do cortiço não tinha “outro ideal senão comer, dormir e procriar” (AZEVEDO, 1957, p.177); Jerônimo tem, em sua relação com Rita Baiana, “lascívia de macaco”, quando seu corpo porejava um “cheiro sensual de bode” (AZEVEDO, 1957, p.185); Piedade, ao ser abandonada por Jerônimo, dá “mugidos lúgubres” de uma “vaca chamando ao longe”, fica à porta “ululante como um cão que espera pelo dono” (AZEVEDO, 1957, p.193).

Na medida em que as personagens são tipos e não indivíduos, constituem metonímias: Rita Baiana, com seu “aroma quente dos trevos e das baunilhas” (AZEVEDO, 1957, p.87) é a metonímia do Brasil, enquanto Piedade de Jesus é a metonímia de Portugal. João Romão é a metonímia do imigrante que, sem qualquer escrúpulo, vence no Novo Mundo, enquanto Jerônimo é a metonímia do imigrante que decai sob a influência amolecedora dos trópicos.

A temporalidade, marcada por cronônimos bem precisos, não é o passado, mas o presente. O romance, que estabelece esse contrato veridictório, destina-se a analisar os costumes contemporâneos. Aluísio de Azevedo, por exemplo, analisa, em *O mulato* e *O cortiço*, a sociedade brasileira do Segundo Império. O espaço, também figurativizado por topônimos bem precisos, não mostra matas belíssimas, vergéis e jardins, o *locus amoenus*, mas, de preferência, ambientes urbanos, muitas vezes degradados, como pensões e cortiços.

Esse contrato veridictório exige uma ancoragem na realidade. Por isso, as descrições são abundantes, minuciosas e precisas. No entanto, nas descrições é preciso que a mimese do real não seja tingida pelos afetos do narrador. Daí, o fato de haver, nas descrições, poucas comparações com elementos humanos e de o léxico da descrição ser muito preciso e concreto. Há nelas uma preocupação em encontrar a palavra adequada, o vocábulo preciso para um determinado contexto.

À luz de um antigo candeeiro de querosene, reverberava uma toalha de linho claro, onde a louça reluzia escaldada de fresco; as garrafas brancas, cheias de vinho de caju, espalhavam em torno de si reflexos de ouro; uma torta de camarões estalava sua crosta de ovos; um frangão assado tinha a imobilidade resignada de um paciente; uma cuia de farinha seca simetrizava com outra de farinha-d'água; no centro, o travessão do arroz, solto, alvo, erguia-se em pirâmide, enchendo o ar com o seu vapor cheiroso (AZEVEDO, 1973, p.188-189).

Esse contrato veridictório que se firma nos períodos em que o realismo é imperante pode ser chamado *contrato objetivante*. Nele, concebe-se que, na relação entre sujeito e objeto, isto é, homem e mundo, o segundo elemento impõe-se sobre o primeiro. Há, porém, outro contrato, que se poderia denominar *subjetivante*, em que se pensa que o mundo só é cognoscível por meio da subjetividade humana, que o texto representa o mundo, mas essa representação só pode ser feita pela subjetividade humana. O grande momento desse contrato foi o romantismo.

Nesse contrato, o narrador, por excelência, é um narrador em primeira pessoa. Nele, pode aparecer também o chamado narrador em terceira pessoa. No entanto, quando isso acontece, as marcas do narrador conduzindo a ação representada são muito visíveis. O romance *Senhora*, de Alencar, é narrado em terceira pessoa. No início do capítulo XIII da primeira parte, o narrador diz: “Afastemos indiscretamente uma dobra do reposteiro que recata a câmara nupcial” (ALENCAR, 1965, v.1, p.712). Narrador e narratário assumem a posição de *voyeur*. Depois de ter relatado a conversa entre Seixas e Aurélia, o narrador começa uma segunda parte cujos capítulos constituem uma longa analepse em que se explicam os acontecimentos da primeira parte. No início do último capítulo da segunda parte, o narrador diz: “Tornemos à câmara nupcial, onde se representa a primeira cena do drama original, de que apenas conhecemos o prólogo” (ALENCAR, 1965, v.1, p.745). No contrato veridictório subjetivante, os fatos não se narram a si mesmos, eles são marcadamente relatados por um eu.

O campo discursivo literário não mantém relações privilegiadas com o campo discursivo científico. Ao contrário, mantém relações especiais com os campos discursivos religioso ou histórico. Em *O guarani*, de Alencar, aparecem claramen-

te os mitos do paraíso terreal, da queda do primeiro homem e do dilúvio universal. Em *As minas de prata*, a relação faz-se com as lendas históricas. Aliás, essa é uma relação muito comum em W. Scott e Alexandre Herculano.

As ações das personagens não são determinadas por leis cegas. Ao contrário, não sofrem elas qualquer determinação. Suas razões são sempre razões do coração (BOSI, 1975, p.154): orgulho, susceptibilidades, ciúmes, etc. O componente passional é sempre muito forte. Os temas são sempre subjetivizados. Se Seixas, em *Senhora*, casa-se por dinheiro, ele redime-se ao devolver o dote a Aurélia e o casamento dos dois pode consumir-se, fazendo resplandecer acima de tudo o amor. Se Lúcia, em *Lucíola*, é forçada à prostituição por razões sociais e financeiras, nunca perde a dignidade íntima, que a leva a redimir-se por amor. Assim, as personagens são idealizadas: os homens são heróicos, as mulheres, gentis. Por exemplo: Peri, D. Antônio de Mariz, Cecília. No período romântico, não aparecerá nenhuma ação ou função relacionada ao baixo corporal. Por outro lado, as comparações do homem com elementos da natureza não são feitas para rebaixá-lo, animalizá-lo, mas elevá-lo. Ao descrever Manuel Canho, personagem de *O gaúcho*, Alencar (1965, v.3, p.355) diz: “O rosto comprido, o nariz adunco, os olhos vivos e cintilantes davam à sua fisionomia a expressão brusca e alerta das aves de altanaria. Essa alma devia ter o arrojo e a velocidade do vôo de gavião”.

A temporalidade pode estar voltada para os fatos de presente, do passado ou do futuro. Os cronônimos podem ser marcados no texto ou não. Em *O guarani*, de Alencar, as datas relacionadas à história portuguesa estão bem marcadas. No entanto, em *Iracema*, do mesmo autor, os fatos acontecem num tempo passado não claramente demarcado. A mesma coisa acontece com os topônimos. Se a ação de *Senhora* se passa no Rio de Janeiro, a de *Iracema* ocorre “além, muito além daquela serra, que ainda azula o horizonte” (ALENCAR, 1965, v.3, p.196). Assim como as personagens, espaço e tempo são idealizados. Daí certa face regressiva que assume esse contrato veridictório, ao considerar melhores o remoto e o longínquo. É o que faz Alencar, ao desprezar os valores mercantis do Segundo Reinado e lançar-se numa evasão espacial e temporal. É o que demonstra Casimiro de Abreu (1967, p.29-31), ao voltar-se para infância, em, por exemplo, *Meus oito anos*.

Como esse contrato pretende representar o mundo, a partir da subjetividade do narrador, a descrição tingem-se da subjetividade do autor. Toda a mimese do real é construída a partir do *eu*. Mostremos isso, analisando a descrição do local da ação dramática de *O guarani*, que aparece no capítulo I do romance (ALENCAR,

1965, v.2, p.27-28), verifica-se que a figurativização desse espaço é feita com figuras recorrentes na tradição literária, para criar o *tópos* do *locus amoenus*: beleza e exuberância da natureza, abundância de sombras, águas, flores, presença de árvores protetoras: “linda bacia, cortinas de trepadeiras, flores agrestes, florestas virgens se estendiam ao longo das margens do rio, corria no meio das arcarias de verdura e dos capitéis formados pelos leques das palmeiras.” A segunda característica que chama a atenção na figurativização do lugar é que a natureza é vista como um ser vivo. Os movimentos do rio Paquequer são comparados aos de animais: “enroscando-se como uma serpente; se espreguiçar; atravessa as florestas como um tapir, espumando e deixando o pêlo esparsos pelas pontas do rochedo e enchendo a solidão com o estampido de sua carreira; recua um momento para concentrar as suas forças e precipita-se de um só arremesso, como o tigre sobre sua presa; fatigado; adormece.” Além disso, os elementos da natureza são antropomorfizados. Ao Paquequer são atribuídos adjetivos que se aplicam aos humanos (“livre”, “soberbo”, “altivo”, “sobranceiro”), ele é comparado a seres humanos (“como o filho indômito desta pátria da liberdade; escravo submisso, sofre o látigo do senhor”). A natureza é denominada de *sublime artista*. A relação do Paquequer com o Paraíba é considerada como a de um vassalo com seu suserano. Outra característica que se observa na figurativização do espaço é que elementos da natureza são comparados a artefatos feitos pelo homem: a bacia onde o Paquequer adormece é vista como um “leito de noiva”; as trepadeiras e flores agrestes, como “cortinas”; os galhos das árvores, como “arcos”; os leques das palmeiras, como “capitéis”.

No meio dessa natureza antropomorfizada, animizada, culturalizada, aparece claramente um elemento humano, a casa de Dom Antônio de Mariz. Observando as figuras que constroem a imagem dessa casa, vê-se que ela surge como um castelo medieval: no alto, protegida de todos os lados por uma muralha cortada a pique. O narrador mostra que, no cenário que está compondo, intervêm a natureza e a cultura. Diz, por exemplo, que a escada de lajedo fora “feita metade pela natureza e metade pela arte; que a indústria do homem tinha aproveitado habilmente a natureza para criar meios de segurança e de defesa.”

A figurativização permite-nos dizer que o cenário criado pelo narrador manifesta o tema da integração da natureza e da cultura, a harmonia entre a natureza e a cultura. Ademais, *O guarani* tem um componente das novelas medievais de cavalaria. No romance alencariano, as personagens pautam sua conduta por normas cavaleirescas. Dom Antônio é um senhor feudal: habita um castelo, que abriga vassalos em torno do suserano. O código de honra desses homens funda-

menta-se na lealdade ao senhor. O espaço, em que a relação dos dois rios é apresentada com uma relação de vassalagem está, assim, perfeitamente integrado ao substrato romanescos que orienta as ações das personagens.

A harmonia do cenário, em que se integram natureza e cultura, representa o paraíso terrestre, onde o homem vivia em perfeita integração com a natureza. Nele, porém, surge a serpente e produz-se a queda, com a expulsão do homem do espaço edênico. Também em *O guarani* haverá uma serpente, Loredano, que acaba produzindo conflitos, que levam à destruição da casa de Dom Antônio e à morte de quase todas as personagens.

Há ainda um terceiro contrato veridictório, que parte do pressuposto de que a relação homem/mundo não se faz diretamente, mas de que é mediada pela linguagem. Assim, o signo não é representação das coisas, das qualidades e dos processos do mundo, mas é a união de um plano do conteúdo e de um plano da expressão. O significado não é o referente, mas é um conteúdo lingüístico. Os conceitos são gerados por uma forma do conteúdo e não preexistem à linguagem. Os signos são vistos como arbitrários e a linguagem dá forma ao mundo. Poder-se-ia denominar *semiótico* esse terceiro tipo de contrato veridictório. Assim, a obra de arte não se vê mais como representação do mundo, mas como linguagem, como semiótica. Apresenta-se explicitamente como *poiese*. Tem consciência de que a ordem da linguagem e a ordem do mundo não são perfeitamente homólogas. Por isso, a linguagem não é representação transparente de uma realidade, mas é criação de diferentes realidades, de diversos pontos de vista sobre o real. Mostramos, por conseguinte, a relatividade da verdade, a possibilidade de que a realidade seja outra. Nada há fixo, imutável, verdadeiro. A verossimilhança, nesse tipo de contrato, é uma construção interna à obra e não uma adequação ao referente, como pretende o contrato veridictório objetivante.

Nesse contrato, o narrador é sempre em primeira pessoa. Quando ocorre o que a Teoria Literária chama um narrador em terceira pessoa, isto é, um narrador que não é personagem, o eu não se ausenta do enunciado. Ao contrário, a voz narrativa sempre se assume como eu e projeta-se no interior do enunciado, como ocorre em *Quincas Borba*, de Machado de Assis, em que o narrador, borrando as diferenças entre o enunciador e o narrador, diz:

Este Quincas Borba, se acaso me fizeste o favor de ler as *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, é aquele mesmo náufrago da existência que ali aparece, mendigo, herdeiro inopinado e inventor de uma filosofia. Aqui o tens agora em Barbacena (ASSIS, 1979, v.1, p.644).

Numa vertigem pronominal, ocorre um conjunto de embreagens actanciais. Neutralizam-se as vozes narrativas, misturando-se os níveis da enunciação. É o caso de *Esau e Jacó*, de Machado de Assis, em que temos um narrador em terceira pessoa, segundo as definições da Teoria Literária, mas que, ao longo da narrativa comenta, em primeira pessoa, os acontecimentos e a própria narração. Vários indícios levam a crer que a personagem de ficção Aires é o narrador. Entretanto, ao denominar-se Aires, opera uma embreagem, denegando o que estava enunciado, o *eu* torna-se *ele*. O narrador Aires, ao negar-se enquanto narrador enunciado, finge colocar-se em outro nível enunciativo, o de autor, o que lhe permite, com toda a liberdade, entrar em sincretismo com um observador onisciente. Por quê? No perfil que o narrador traça de Aires, ou ainda, de si mesmo, está a resposta:

Foi o que ele leu nos olhos parados. É ler muito, mas os bons diplomatas guardam o talento de saber tudo o que lhes diz um rosto calado, e até o contrário. Aires fora diplomata excelente, apesar da aventura de Caracas, se não é que essa mesmo lhe aguçou a visão de descobrir e encobrir. Toda a diplomacia está nestes dous verbos parentes (ASSIS, 1979, v.1, p.1070).

Na verdade, na linguagem podem-se criar mundos, personagens, fatos. É o que mostra esse contrato de veridicção. Narrador e personagens não são pessoas do mundo, mas criações da linguagem. Em *O memorial de Aires*, o Conselheiro dirige-se a si mesmo, como se ele fosse uma segunda pessoa. Há um processo de desdobramento fictício do enunciador, que se constitui num outro, para ser alvo de suas apreciações, confidências, etc.

Meu *velho Aires*, trapalhão da minha alma, como é que *tu* comemoraste no dia 3 o ministério Ferraz, que é de 10? Hoje é que ele faria anos, *meu velho Aires*. Vês que é bom ir apontando o que se passa; sem isso não *te* lembrarias nada ou trocarias tudo (ASSIS, 1979, v.1, p.1138, grifos nossos).

Por isso, todos os jogos narrativos são permitidos: por exemplo, um actante da narrativa primeira entra na narrativa segunda ou vice-versa, como em *A rosa púrpura do Cairo* ou em *Continuidad de los Parques*, em *Final del juego*, de Cortazar, em que um homem é assassinado por uma personagem de um romance que está lendo.

Esse narrador assume explicitamente a narrativa, mostrando que ela é construção do narrador, que não é mímese da realidade. É o que faz o narrador de *Jacques le fataliste et son maître*, de Denis Diderot (1989, p.21-22):

O senhor veja, leitor, que estou no bom caminho e que dependerá apenas de mim fazê-lo esperar um ano, dois anos, três anos, a narrativa dos amores de Jacques, separando-o de seu patrão e fazendo-os passar por todo tipo de aventuras que me agradarem. Que é que

me impediria de casar o patrão e de fazê-lo corno? De embarcar Jacques para as ilhas? De levar a elas o patrão? De trazer os dois de volta para a França no mesmo barco? Como é fácil fazer contos.

Esse narrador instaura um narratário explícito no texto, conversa com ele, destrói suas expectativas e, principalmente, ironiza o contrato veridictório objetivante, com sua forma de escrita, em que os fatos parece narrarem-se a si mesmos:

Começo a arrepender-me deste livro. Não que ele me canse; eu não tenho o que fazer; e, realmente, expedir alguns magros capítulos para esse mundo sempre é tarefa que distrai um pouco da eternidade. Mas o livro é enfadonho, cheira a sepulcro, traz certa contração cadavérica; vício grave, e aliás ínfimo, porque o maior defeito deste livro és tu, leitor. Tu tens pressa de envelhecer, e o livro anda devagar; tu amas a narração direta e nutrida, o estilo regular e fluente, e este livro e meu estilo são como ébrios, guinam à direita e à esquerda, andam e param, resmungam, urram, gargalham, ameaçam o céu, escorregam e caem... (ASSIS, 1979, v.I, p.583).

Temos, no texto acima, um narrador e um narratário explícitos. A imagem do narratário é determinada pelo narrador: um leitor comum de romances, que aprecia a narração direta e nutrida (os fatos) e um estilo regular e fluente. O narratário é um leitor dos romances românticos e realistas, em que havia uma linearidade narrativa e não digressões e comentários do narrador. No entanto, se tomarmos a obra inteira e não essa intervenção pontual do narrador, vamos observar que o enunciatário, criado pelo fato de que, na obra machadiana, mais importante que o narrado é a narração, dado que o texto em sua totalidade se manifesta como fato de linguagem, é diferente da do narratário explícito: é um leitor sofisticado, que não se contenta com as narrativas feitas até a época de Machado e que se encanta com a intervenção do narrador a invadir o narrado e a tomar-lhe o lugar.

Esse narrador se autocorrige, ironiza a si mesmo e, dessa forma, destrói o mito da onisciência do narrador. Se no contrato veridictório objetivante os fatos devem narrar-se a si mesmos, no contrato semiótico, os comentários do narrador têm mais importância do que os fatos narrados. Em *Esau e Jacó*, de Machado, diz o narrador:

Ao contrário do que ficou dito atrás, Flora não se aborreceu na ilha. Conjetei mal, emendo-me a tempo. Podia aborrecer-se pelas razões que lá ficam, e ainda outras que poupei ao leitor apressado, mas, em verdade, passou bem a noite. (ASSIS, 1979, v.1, p.1008).

No capítulo LXXIV do mesmo romance, o narrador mostra que não há contradição entre o que acaba de relatar e o que narrara no capítulo III, porque não há verdade absoluta. Ela altera-se conforme a situação, o ponto de vista de quem



vê, os seus interesses. Numa crônica de 12 de novembro de 1893, Machado assim comenta os fatos relativos à Revolta da Armada:

Mas não quero ir adiante sem lhes dizer o que me sucedeu, quando pela segunda vez desci na Praia da Glória, a pretexto de ver o bombardeio. Estive ali uns dez minutos, os precisos para ouvir a um homem, e depois a outro homem, cousas que achei dignas do prelo. O primeiro defendia a tese de que os tiros eram necessários, mormente os de canhão-revólver, e também as explosões de paióis de pólvora. Dizia isto com tal placidez, que cuidei ouvir um simples amador, mas o segundo homem retificou esta minha impressão, dizendo-me, logo que o outro se retirou: – “É um vidraceiro; não quer a morte de ninguém, quer os vidros quebrados”. E o segundo homem, ar grave, declarou que abominava as lutas civis, concluindo que ninguém tinha a vida segura nesta troca de bombardas; ele, pela sua parte, já fizera testamento, não sabendo se voltaria para casa, visto que sua existência dependia de uma bala fortuita. Gostei de ouvi-lo. Era o contraste judicioso e melancólico do primeiro. Quando ele se despediu, perguntei a um terceiro: “Quem é este senhor?” – “É um tabelião”, respondeu-me (ASSIS, 1979, v.3, p.591-592).

A verdade não é vista numa concepção empírica, como a adequação do dito à coisa, do discurso ao mundo, mas como uma construção da linguagem. É ainda Machado de Assis (1979, v.3, p.541) que numa crônica diz: “Os fatos, eu é que os hei de declarar transcendentos; os homens, eu é que os hei de aclamar extraordinários”.

Por não admitir a verdade estabelecida na realidade, a objetividade das coisas, esse contrato trabalha com a relatividade, a indefinição, a instabilidade. Em *Dom Casmurro*, não se sabe se Capitu traiu ou não traiu Bentinho. Nele, não há uma instância narrativa que possa afirmar a verdade dos fatos. Afinal, o romance não é uma vulgar história de adultério, mas uma reflexão sobre a relatividade da verdade. Pelo fato de não afirmar a univocidade das interpretações, esse contrato joga com a não congruência dos níveis do ser e do parecer. Em uma de suas crônicas, Machado trabalha com a metáfora do baile de casacas alugadas, onde existe um contraste entre os homens e suas roupas (ASSIS, 1979, v.3, p.584). No conto *Noite de Almirante*, de Machado, o marinheiro Deolindo, depois de ter sido abandonado por Genoveva, prefere aparentar que passara com ela uma “noite de almirante”. Diz o narrador:

No dia seguinte, alguns dos companheiros bateram-lhe no ombro, cumprimentando-o pela noite de almirante, e pediram-lhe notícias de Genoveva, se estava mais bonita, se chorara muito na sua ausência, etc. Ele respondia a tudo com um sorriso satisfeito e discreto, um sorriso de pessoa que viveu uma grande noite. Parece que teve vergonha da realidade e preferiu mentir (ASSIS, 1979, v.2, p.451).

Não há, nesse contrato, heróis, nem homens subjugados por determinações raciais, geográficas, etc. Por isso, o modo básico de organização argumentativa

não é a causalidade, mas a concessão. É um discurso do *mas*, do *embora* e do *talvez*. Há homens que se movem por interesses, há personas. Não há super-homens, semideuses, nem autômatos acachapados pelo fado. Há papéis sociais. As personagens são ambíguas, embora essa ambigüidade, nos enredos, seja tratada com uma paleta em que existem apenas meios tons.

Os discursos estabelecidos são mostrados como simples discursos e não como expressão fiel de uma verdade dada fora deles. Por diferentes procedimentos, isso é feito. Pode-se, simplesmente, negar o discurso do senso comum, mostrando sua inconsistência, como ocorre, por exemplo, no último capítulo de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, intitulado *Das negativas*, em que o “defunto autor” mostra que saiu da vida com um “pequeno saldo”, porque não teve filhos, não transmitiu “a ninguém o legado de nossa miséria” (ASSIS, 1979, v.1, p.639). Nesse caso, o narrador mostra a fragilidade do discurso que afiança que todos devem ter filhos, porque eles são o prolongamento dos pais. Pode-se incorporar um dado discurso, alterando-o aqui e acolá. Em *Esau e Jacó*, há uma clara referência ao mito de Castor e Pólux, mas, enquanto este reparte com aquele a imortalidade concedida por Zeus, Pedro e Paulo têm uma rivalidade jamais sanada. Outro procedimento é a ironia, por meio da qual o absurdo é desentranhado daquilo que parece normal. Numa crônica de 9 de abril de 1893, Machado comenta um projeto de lei de regulamentação do serviço doméstico. O comentário parece ser feito do ponto de vista do enunciador da lei, mas, aos poucos, percebe-se que o que se diz no enunciado se nega na enunciação enunciada. Em vez de ter uma reação indignada ao texto legal, opta-se por implodilo, a partir da explicitação irônica de seus absurdos:

Mas venhamos ao nosso projeto municipal. Tem coisas excelentes; entre outras, o art. 18 que manda tratar os criados com bondade e caridade. A caridade posta em regulamento pode ser de grande eficácia, não só doméstica, mas até pública. Outra disposição que merece nota é a que respeita aos atestados passados pelo amo em favor dos criados; segundo o regulamento, devem ser conscienciosos. Na crise moral deste fim de século, a decretação da consciência é um grande ato político e filosófico. Pode-se criar assim uma geração capaz de encarar os tremendos problemas do futuro e refazer o caráter humano (GLEDSON, 1996, p.54).

Para observar a ironia, basta ver o trecho em que Machado fala sobre a ineficácia de uma lei que não prevê sanções para o descumprimento de alguns de seus dispositivos:

Na parte que me constrange não será cumprido, porque eu não vim ao mundo para cumprir uma só lei, só porque é lei. Se é lei, traga um pau; se não traz um pau, não é nada (GLEDSON, 1996, p.53).

Mais adiante, reclama da desigualdade no tratamento de patrões e empregados. Mais uma vez a ironia aparece candente:

Que tenha defeitos, admito. Assim, por exemplo, o art. 19 obriga amo e criado a darem parte à polícia dos seus ajustes sob pena de pagar o amo trinta mil réis de multa e de sofrer o criado cinco dias de prisão; – Isto é, ao amo tira-se o dinheiro, e ao criado ainda se lhe dá casa, cama e mesa. É irrisório; mas pode emendar-se (GLEDSON, 1996, p.54).

Os enredos mostram a relatividade da verdade, a instabilidade das posições. No conto *O alienista*, Machado de Assis (1979, v.2, p.253-288) tematiza a impossibilidade do estabelecimento de fronteiras entre a loucura e a normalidade. Em *Memórias póstumas de Brás Cubas* (ASSIS, 1979, v.1, p.581-582), mostra o encontro do narrador com seu ex-escravo Prudêncio, que, depois de forro, compra um escravo, a quem ele maltratava como fora maltratado. Em *Quincas Borba* (ASSIS, 1979, v.1, p. 693-694, p.797-798), aponta o fato de que o menino que fora salvo por Rubião, depois é quem ajuda a zombar de sua loucura. Essa instabilidade determina a própria composição dos enredos. Em *Esau e Jacó*, o narrador trata de dois irmãos opostos em tudo e que mantêm, ao longo da vida, uma grande rivalidade. No entanto, o narrador mostra-nos que essas categorias bipolares não são fixas, nem esgotam a totalidade da realidade. Os gêmeos mudam de posição política depois da proclamação da República. Por outro lado, Flora oscila entre conceder seu amor a um e a outro. Como uma semioticista *avant la lettre*, percebe que as categorias binárias não se manifestam, no nível da realidade, apenas em sua bipolaridade. Por isso, às vezes, parecia que Flora “não aceitava nem um nem outro, logo depois que os aceitava ambos, e mais tarde um e outro alternadamente” (ASSIS, 1979, v.1, p.1054). Em alguns momentos, essas oposições integram-se (ASSIS, 1979, v.1, p.1023). Essa complexa combinação aparece também nos nomes dos capítulos: 8 – Nem casal nem general; 24 – Robespierre e Luiz XVI; 94 – Gestos opostos.

Os discursos não são vistos como reflexo da realidade, o que se mostra é que eles determinam a realidade. Num dos capítulos de *Esau e Jacó*, o Conselheiro Aires diz a Pedro e a Paulo que Homero os cantara separadamente, Paulo, no começo da *Ilíada* (“Musa, canta a cólera de Aquiles, filho de Peleu, cólera funesta aos gregos, que precipitou à estância de Plutão tantas almas válidas de heróis, entregues os corpos às aves e aos cães...”), e Pedro, no início da *Odisséia* (“Musa, canta aquele herói astuto, que errou por tantos tempos, depois de destruída a santa Ílion...”). A cena termina da seguinte forma:

Que ele, o conselheiro, depois de os citar em prosa nossa, repetiu-os no próprio texto grego e os dous gêmeos sentiram-se ainda mais épicos, tão certo é que traduções não

valem originais. O que eles fizeram foi dar um sentido deprimente ao que era aplicável ao irmão:

– Tem razão, Sr. Conselheiro, – disse Paulo, – Pedro é um velhaco...

– E você é um furioso...

– Em grego, meninos, em grego e em verso, que é melhor que a nossa língua e a prosa de nosso tempo (ASSIS, 1979, v.1, p.1002).

Espaço e tempo podem ser figurativizados com minúcias e precisão, mas isso não é necessário. Podem ser indefinidos. Embora o espaço possa ser precisado nos romances machadianos, não há qualquer definição precisa da temporalidade da ação. Não há, nesse contrato, descrições longas e precisas. Ao contrário, o mesmo espaço pode ser visto de maneira diversa. A enseada de Botafogo seria, para Pedro, uma “enseada imperial” e, para Paulo, “uma Veneza republicana” (ASSIS, 1979, v.1, p.992).

Se esse contrato nega a idéia de que a linguagem é representação do mundo, a figurativização deve fugir aos cânones da semiótica do mundo natural. Vários procedimentos são utilizados para isso. Em *Anedota pecuniária*, de Machado, a relação de Falcão com as sobrinhas é figurativizada em termos econômicos, enquanto sua ligação com as moedas o é com figuras de uma relação amorosa. Sua paternidade é de “empréstimo”; teme “perdê-las”. Em relação a uma coleção de moedas, ele “desarrumou e tornou a arrumar as moedas, como um amante desgrenha a amante para toucá-la outra vez” (ASSIS, 1979, v.1, p.431 e 435). Combinam-se figuras que, normalmente, não deveriam aparecer juntas.

Sentiu o empurrão e não se zangou; concertou o sobretudo e a alma, e lá foi andando tranqüilamente (ASSIS, 1979, v.1, p.721);

Gastei trinta dias para ir do Rocío Grande ao coração de Marcela... (ASSIS, 1979, v.1, p.534);

Marcela amou-me durante quinze meses e onze contos de réis... (ASSIS, 1979, v.1, p.536).

Os paradoxos e as mudanças dos provérbios rompem os lugares comuns, as idéias feitas, a estabilidade da sabedoria popular.

[...] a discórdia dos dous começou por um simples acordo (ASSIS, 1979, v.1, p.991);

Serve-se muita vez a liberdade parecendo sufocá-la (ASSIS, 1979, v.1, p.1039);

E lembrava-se do Visconde de Albuquerque ou de outro senador que dizia em discurso não haver nada mais parecido com um conservador do que um liberal, e vice-versa (ASSIS, 1979, v.1, p.1005);

A discórdia não é tão feia como se pinta (substitui-se a palavra *desgraça* do provérbio pelo termo *discórdia*) (ASSIS, 1979, v.1, p.991);

A mulher é a desolação do homem (substitui-se a palavra *consolação* do provérbio pelo termo *desolação*) (ASSIS, 1979, v.1, p.1019).

O trabalho com a linguagem é levado até o máximo de suas possibilidades. Machado, em *Memórias póstumas de Brás Cubas* (ASSIS, 1979, v.1, p.570), tem um capítulo intitulado *Velho diálogo de Adão e Eva*, em que aparecem os turnos de fala de Brás Cubas e Virgília e todo o sentido é dado apenas pelos sinais de pontuação: reticências, pontos de exclamação, pontos de interrogação, pontos finais.

Como, nesse contrato, a linguagem é o elemento determinante na relação entre o homem e o mundo, muitas vezes as metáforas lingüísticas são utilizadas para falar dos homens e das coisas. Em *Memórias póstumas de Brás Cubas*, os homens são comparados a livros e sua vida a um conjunto de edições:

Lembra-vos ainda a minha teoria das edições humanas? Pois sabeí que, naquele tempo, estava eu na quarta edição, revista e emendada, mas ainda inçada de descuidos e barbarismos; defeito que, aliás, achava alguma compensação no tipo, que era elegante, e na encadernação, que era luxuosa (ASSIS, 1979, v.1, p.557).

Em crônica de 19 de outubro de 1893, aparecem metáforas lingüísticas, para mostrar que a realidade que conhecemos é linguagem:

– [cronista] Os anjos, para matar o imortal tempo, fizeram correr pelo infinito o boato da criação, e nós, que imaginamos existir, não passamos das próprias palavras do boato, que rolam por todos os séculos dos séculos.

– Palavras apenas?

– Palavras, frases. A senhora é uma linda frase de artista. Tem nas formas um magnífico substantivo: os adjetivos são da casa de Madame Guimarães. A boca é um verbo. *Et verbo caro facta est*.

– Aí vem o senhor com suas graças sem graça. Não me há de fazer crer que a explosão da ilha de Mocangüê foi uma vírgula...

– Não foi outra coisa. O bombardeio é uma reticência, a moléstia um solecismo, a morte um hiato, o casamento um ditongo, as lutas parlamentares, eleitorais e outras, uma cacofonia (GLEDSON, 1996, p.82).

Em diversas épocas, houve escritores que se utilizaram, em seus romances, do contrato semiótico. São épocas em que a representação é posta em xeque. A linhagem dos autores que se valem desse contrato inclui Cervantes, Diderot, Sterne, etc. O modernismo foi um dos momentos em que a representação, depois do império do naturalismo, foi questionada. Enquanto o contrato realista-naturalista pre-

tendia expressar a verdade do mundo e a “realidade” dos fatos, o contrato semiótico desejava mostrar-se como ficção, como discurso, como linguagem. Aquele é sério, grave, este é brincalhão, irônico e reflexivo, escrito com “a pena da galhofa e a tinta da melancolia” (ASSIS, 1979, v.1, p.513); aquele mostra aos leitores o que é; este fala do que pode ser. Ao negar-se como representação, o contrato semiótico nega a verdade estabelecida, a realidade do senso comum e, assim, leva a desconfiar de todos os dogmas, sejam eles estabelecidos pela religião, pela ciência ou pelos cânones artísticos. A verdade, assim, não é una, mas plural; não é estável, mas instável, não é fixa, mas é móvel; não é absoluta, mas relativa. Negam-se dessa forma as ortodoxias. O homem não é monolítico em suas certezas, mas um ser que age segundo seus interesses, que altera suas posições; não é, como dizia Pascal, um caniço pensante, mas, como afirmava Machado de Assis (1979, v.1, p.578), “uma errata pensante”. Por outro lado, ao negar o contrato subjetivante, o contrato semiótico mostra que não existem idealizações e heróis, que não há um mundo que reparta, com nitidez, bons e maus, mas que o mundo é muito misturado, contaminado da sujeira, das paixões, das baixezas e elevações. É por tudo isso que o contrato semiótico aparece nos momentos, em que as condições sócio-históricas abalam as certezas e as crenças. Esse era o único contrato capaz de expressar as mudanças trazidas pela industrialização; pela emergência na cena política do proletariado urbano; pela revolução soviética; pelas guerras mundiais; pelo advento da democracia; pela percepção da heterogeneidade social, em que as classes estão em conflito; pelos progressos da ciência, quando se mostram os limites e a relatividade da geometria euclidiana e da física newtoniana, bem como a não soberania do homem sobre a própria consciência. O contrato semiótico é um aprofundamento na linguagem, é a discursividade dos momentos em que se deve banir a opressão, em que se deseja criar uma nova ordem.

Hoje, fala-se de uma nova crise da representação. Trata-se da negação de epistemologias que regeram os estudos da natureza e do homem durante quase todo o século passado. No quadro do chamado pós-estruturalismo, há uma relação intrínseca entre conhecer e representar, uma vez que a representação seria um significante, ou seja, a face visível, sensível, dizível do conhecimento. Por conseguinte, a crise de legitimidade por que passam os diferentes domínios do conhecimento está ligada aos nossos modos de representar o mundo. Uns, como Baudrillard (1991), anunciam o fim da representação; outros querem ter direito à representação. Os questionamentos às epistemologias dominantes, aos cânones artísticos e aos códigos culturais oficiais partem daqueles que não se acham neles representa-

dos. A revolta se dá precisamente contra o conceito de totalidade, que estava na base de epistemologias, estéticas e códigos culturais, que pretendiam explicar a sociedade e o homem no seu todo. Cria-se, pois, toda uma epistemologia da parcialidade, da diferença, da identidade. A ela associa-se uma política de identidades de grupos sociais que se demarcam da totalidade analítica das formas de representação do mundo. Essa crise da representação está relacionada à idéia de que as representações criam sentidos e que eles são, em seus efeitos, objetos reais.

A identidade só existe em relação à alteridade. Ambas são representações e, por isso, têm papel ativo de imposição de uma forma de ver o mundo. Forjam-se identidades e diferenças, segundo essa visão, num campo atravessado por relações de poder: identidades são reconhecidas, alteridades são negadas, sentidos particulares são elevados à categoria de universais. Portanto, a política atravessa a luta pela criação de representações. Por isso, hoje, grupos sociais e culturais, gerados a partir de dimensões múltiplas, como etnia, gênero, orientação sexual, etc., reivindicam seu direito à identidade e à representação, no mesmo nível daquelas identidades e representações que foram, durante muito tempo, consideradas normais, superiores, etc. O que se põe em xeque, nessa nova política de identidades, são exatamente essa normalidade e essa hegemonia. Acreditando que a representação é sempre uma construção de sentido e, portanto, uma realidade, já que não é mais considerada reflexo da realidade, mas a própria realidade social, não se quer contrapor a uma representação falsa uma representação verdadeira, mas tornar visíveis as relações de poder presentes em todo o processo da representação.

Essa visão mereceria uma profunda discussão epistemológica e política, que apontasse não apenas seus efeitos positivos de dar representação e, mais ainda, dar controle do processo de representação a “minorias” oprimidas, mas também o fato de que constitui o caldo do racismo, da xenofobia e dos fundamentalismos, levando àquilo que Flávio Pierucci (1999) chamou a “cilada da diferença”. No entanto, essa discussão não cabe nos limites deste trabalho, nem é esse seu objetivo.

O que se quer é verificar o que essa nova crise da representação da chamada pós-modernidade está produzindo como contrato enunciativo no romance. Parece-nos estar surgindo um novo contrato enunciativo. Ao pensar a linguagem como realidade, já que os sentidos têm uma força no processo social, está sendo construído um contrato veridictório que poderíamos denominar metalingüístico. Assim designamos esse contrato, porque, ao contrário do contrato semiótico que pensa o discurso não como representação de algo exterior à linguagem, mas como lingua-

gem, sendo que o discurso é um modo de ver o mundo, o contrato metalingüístico pensa a realidade como discurso e o embate se dá entre discursos. É uma temeridade tentar ainda ver quais são suas características, pois ele está constituindo-se. No entanto, podem-se esboçar alguns de seus traços.

Em primeiro lugar, o discurso é visto como representação – e aqui entra o novo conceito de representação da identidade de um enunciador real. Surgem, por isso, categorias desconhecidas dos cânones literários, a literatura feminina, a literatura gay, a literatura de diversas etnias, etc. É essa concepção de identidade que preside a livros como *Em nome do desejo*, de João Silvério Trevisan (1985), ou a obra de Caio Fernando Abreu. Em segundo lugar, na medida em que se negam as estéticas dominantes, implode-se o conceito de gênero, criando-se textos que misturam o que antes era separado. Por exemplo, romances com notas de pé de página, como se fossem uma tese; romances que conjugam a linguagem figurativa da narrativa romanesca e a linguagem temática do ensaio e assim por diante. Os campos discursivos, bem delimitados durante a modernidade, misturam-se. É interessante observar as notas de pé de página de um romance como *O beijo da mulher aranha*, de Manuel Puig (1981). Por outro lado, aparecem a colagem, as superposições discursivas, a montagem de retalhos da realidade. Na medida em que o embate se faz entre discursos, ganham um relevo nunca visto a metaficção e a imitação de textos e estilos. O que caracteriza a metaficção é que ela trata de um universo ficcional cujos elementos são já culturalmente determinados. No entanto, não se trata de uma reprodução, mas de um escancaramento de representações já trabalhadas, de um pôr a nu seus mecanismos. Ela revisita e desmascara certos universos da ficção. Sirvam de exemplo o romance *Lúcia*, de Gustavo Bernardo (1999), que joga sobre o universo ficcional de *Lucíola*, de Alencar (1965), ou *Travessias*, de Edward Lopes (1980), que revisita o universo ficcional da picaresca. Por isso, a metaficção remete a um jogo intertextual explícito entre as obras. A captação de textos e estilos pode caminhar na mesma direção discursiva e, então, tem-se a estilização, ou inverter as direções de sentido no próprio processo de construção do texto e aí se tem a paródia. Um bom exemplo da paródia do discurso acadêmico é o romance *Invertendo os papéis*, de David Lodge (1998). Esse novo contrato veridictório parece estar surgindo no bojo das chamadas sociedades pós-industriais, no processo denominado de “morte das grandes narrativas”. Essa arte metafictional é uma maneira irônica ou paródica e, por isso mesmo, séria de pôr em xeque as certezas da modernidade.

Os contratos enunciativos são maneiras de construir a representação da realidade na linguagem. As crises da representação implicam uma mudança do con-



trato enunciativo e o novo constitui-se em oposição ao contrato dominante. O contrato objetivante nega o subjetivante e, por sua vez, é recusado pelo semiótico, que é repellido pelo metalingüístico.

FIORIN, José Luiz. The crisis of representation and the contract of veridiction in the novel. **Revista do Gel**, São Paulo, v.5, n.,1 p. 197-218, 2008.

**ABSTRACT:** *The purpose of this paper is to show that, within a general theory of discourse, the so-called “crisis of representation” should be analyzed as an alteration in the contract of veridiction that presides over text construction. By examining the contracts that govern the writing of novels as well as the textual marks that allow us to apprehend the texts, I will show that a change has taken place in modern literature whereby an objectifying contract is replaced by a semiotic contract. As a consequence, modern novels present themselves as discourse, not as some representation of reality, which allows them to question established truths. Post-modernism seems to bring a new crisis of representation to novel writing, and therefore a new semiotic contract is required, the metalinguistic one, whose general features I analyze here.*

**KEYWORDS:** *Objectifying contract. Subjectivizing contract. Semiotic contract. Metalinguistic contract. Enunciative contract.*

## Referências

ABREU, Casimiro de. **Poesia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1967.

ALENCAR, José de. **Obra completa**. Rio de Janeiro: Aguilar, 1965, 4 v.

ASSIS, Machado de. **Obra completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1979. 3 v.

AZEVEDO, Aluísio. **O mulato**. São Paulo: Liv. Martins, 1973.

\_\_\_\_\_. **O cortiço**. 13. ed. São Paulo: Liv. Martins, 1957.

BAUDRILLARD. Jean. **Simulacros e simulações**. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.

BERNARDO. Gustavo. **Lúcia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

- BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1975.
- CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**: estudos de teoria e história literária. 4.ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1975.
- CORTAZAR, Julio. **Los relatos. Juegos**. Madrid: Alianza Editorial, 1976.
- DIDEROT, Denis. **Jacques le fataliste et son maître**. Paris: Presses Pocket, 1989.
- GLEDSON, John. **A semana**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- GREIMAS, Algidas Julien. **Du sens II**: essais sémiotiques. Paris: Editions du Seuil, 1983.
- GREIMAS, Algidas Julien; COURTES, Joseph. **Sémiotique**: dictionnaire raisonné de la théorie du langage. Paris: Hachete, 1979.
- KRAUSE, Gustavo Bernardo. **Lúcia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.
- LODGE, David. **Invertendo os papéis**. São Paulo: Scipione, 1998.
- LOPES, Edward. **Travessias**. São Paulo: Ed. Moderna, 1980.
- PIERUCCI, Antônio Flavio. **Ciladas da diferença**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1999.
- PUIG, Manuel. **O beijo da mulher aranha**. 4.ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.
- SANT'ANNA, Affonso Romano de. **Análise estrutural de romances brasileiros**. Petrópolis: Vozes, 1973.
- SOUSA, Inglês de. **O missionário**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1972.
- TREVISAN, João Silvério. **Em nome do desejo**. 2.ed. São Paulo: Max Limonad, 1985.
- ZOLA, Emile. **Thérèse Raquin**. Paris: Fasquelle, 1971.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. **Como nasce e por onde se desenvolve uma tradição escrita em sociedades de tradição oral?** Campinas: Curt Nimuendaju, 2007.

Cristina Martins FARGETTI<sup>1</sup>

O livro de Wilmar R. D'Angelis, recém-lançado, traz questões instigantes, com que se deparam os que trabalham com povos indígenas: lingüistas, indigenistas, antropólogos, educadores e outros. Consegue suscitar uma discussão oportuna neste momento em que muitas etnias no Brasil pensam suas produções textuais, depois de consolidados (ou em vias de consolidar) seus sistemas de escrita. Um livro enxuto, na medida certa para provocar um debate.

O autor inicia apontando o fato de que os povos indígenas não se apropriaram da escrita rapidamente, nos primeiros contatos com o europeu, em comparação com o uso de artefatos de metal e mesmo de animais, como o cavalo. A partir de então, passa a discutir a escrita, a escolarização e a catequese propostos pelos jesuítas aos tupi da costa (e planalto paulista) e aos guarani do Sul, no início da colonização. Salienta que a escrita em tupi era usada somente entre os missionários, que tinham como objetivo ensinar português e latim aos índios, transformando-os em católicos; não teria havido, portanto, qualquer produção escrita em tupi realizada por indígenas, nesse período. Mostra-nos, contudo, que a situação foi diferente entre os guarani do Sul, que aprendiam a ler e a escrever em sua língua, contudo, citando Bartomeu Melià, o autor afirma que a produção escrita guarani limitou-se à documentação oficial nas reduções, de caráter político-administrativo. Finalizando essa parte introdutória, o autor aponta a inexistência de escrita em língua indígena entre os índios sobreviventes à experiência das reduções, e conclui que, apesar da existência de textos em tupi e guarani publicados no início da colonização, séculos XVI e XVII, “[...] a escrita em língua indígena não correspondeu a uma necessidade e interesse das sociedades indígenas do Brasil durante aqueles séculos, e sequer no século XIX e maior parte do século XX” (D'ANGELIS, 2007, p.12).

---

<sup>1</sup> Departamento de Lingüística, Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara, SP, Brasil. cmfarget@gmail.com

A seguir, o autor trata da questão da necessidade de ser bilíngüe enfrentada pelos povos indígenas, devido ao maior contato com a sociedade majoritária, que fala português. Observa que a escola proposta (ou imposta?) aos índios no século XIX e mesmo na primeira metade do século XX, é monolíngüe, com o objetivo de “integrar” os índios, obrigando-os a falar português. Tal “integração”, segundo o autor, refletia-se nas práticas de missionários como os do SIL (*Summer Institute of Linguistics*), posteriormente. Ele aponta que essa situação começa a mudar na década de 1990, por uma demanda de professores e líderes indígenas, de um ensino diferenciado, valorizando a identidade étnica e a cultura e língua indígenas, com programas de alfabetização em língua indígena. Contudo, D’Angelis salienta que o que se publica em língua indígena não ultrapassa o material didático inicial (com algumas exceções). Além disso, levanta uma série de questões sobre literatura indígena, que passa a discutir na seqüência.

O autor evita a definição do que seria toda a literatura indígena, algo que se mostra difícil de abarcar pela tensão oral x escrito. Delimita sua reflexão à literatura escrita, criando o critério de que: “[...] a transposição, para a escrita, de um texto da literatura oral, não constitui uma literatura escrita” (D’ANGELIS, 2007, p.24). Para assegurar seu critério, o autor refuta a possível objeção de que a cada transposição do oral, se recria o texto, utilizando para isso a própria objeção que refutaria a si mesma: se a literatura de transmissão oral tem como característica a recriação constante, tal recriação não seria, portanto, típica da escrita, não seria sua inovação. Há aqui uma circularidade no pensamento do autor, que não leva em conta que um texto escrito, tanto quanto o oral, pode ter (e geralmente tem) várias versões, e, portanto, se há semelhança, nesse sentido, entre falar e escrever, é porque talvez uma coisa não exclua a outra, como o critério faria supor, a princípio. Mesmo porque o autor inclusive faz a ressalva de que transpor o oral para a escrita fosse uma situação de passagem possível, mas o problema é que vincula isso a um posterior “[...] surgimento de uma verdadeira literatura de base escrita” (D’ANGELIS, 2007, p.25). D’Angelis mostra-se preocupado com a legitimação do que é literário, mas será que pensavam assim os primeiros escritores da tradição ocidental, cuja imitação pelos indígenas ele ora parece temer, ora desejar?

Para não ir muito longe, basta lembrar que as primeiras manifestações poéticas em português arcaico eram todas de base oral: cantigas de amigo e de amor, que, originalmente, eram orais, cantadas. Seriam menos literatura? Seriam uma fase inicial, uma passagem para o que é verdadeiramente literário? Com certeza, não. A questão é que, para D’Angelis, o conceito de literatura restringe-se às “be-

las letras”, ao que se produziu após séculos de variadas escolas, estilos, predominâncias de gêneros etc. Mas literatura pode ser mais que isso.

Acreditando que mitos e outros textos da tradição oral indígena possam ser literatura escrita, uma vez que podem ter leitores, os lingüistas têm realmente desempenhado um papel de incentivo a sua documentação pelos índios, quando isso é um desejo que parte deles, inclusive. Talvez nós, lingüistas, soframos de um romantismo tardio, à maneira dos irmãos Grimm (apesar de estarmos em situação diferente: compilamos histórias, mas principalmente estimulamos narradores, ou seus netos, a eles mesmos fazerem tal compilação). Os 200 e tantos contos de fadas compilados pelos dois irmãos filólogos (e precursores da Lingüística Histórica) deveriam ter permanecido na tradição oral? Teriam os Grimm matado a tradição oral alemã? Acredito que narradores morrem, e com eles vai uma arte de transmissão oral, que pode não deixar substitutos por vários motivos, mas não atribuíveis à supremacia da escrita. Existiram narradores alemães (ou narradoras, no caso dos Grimm) mesmo numa época, século XIX, quando já havia ampla tradição escrita em seu país. Podem não ter deixado substitutos, provavelmente, não porque o que contavam foi para o papel. Sempre há outros motivos, relacionados à organização social, à mudança de hábitos, costumes, que novas tecnologias ou artes trazem. No caso dos índios, a chegada da televisão tem restringido os momentos de “ouvir os mais velhos”, que passam agora a ficar a sós em torno de fogueiras. Na verdade, a compilação dos irmãos Grimm, em linguagem próxima da oral, preservou para o futuro um precioso legado. E as centenas de versões de cada conto, recontadas em todo mundo, atestam que eles não se fecharam em si, continuam vivos, lidos ou narrados “de cor”.

D’Angelis acredita que dificilmente índios queiram escrever seus mitos, suas narrativas tradicionais, por muitos não verem nisso utilidade e terem como erro, perigo, traição. Na verdade, entre os juruna, embora questões estilísticas e outras sempre surjam, nasceu deles o desejo de documentar seus mitos. Os jovens voltaram a procurar os mais velhos para ouvir as histórias antigas e, na introdução de um de seus livros (a ser publicado) Tarinu diz para seus leitores procurarem os mais velhos para ouvirem histórias, pois devem ser sábios e saber contá-las ORALMENTE aos seus filhos e netos.

Wilmar D’Angelis parece crer que a escrita possa trazer a morte da tradição oral, com o abandono do hábito de ouvir narradores. Mas não foi isso que ocorreu entre os juruna: a escrita os fez voltar para a oralidade, os fez valorizar a sua rica tradição e os fez conscientes da possibilidade da sua perda, se não houver, além da

memória do oral, o registro escrito. Registro esse que não fossiliza a história, como crê o autor, uma vez que, assim como os contos de Grimm, recontados infinitas vezes, com versões diferentes (e pouco importa para quem os lê se a versão é a “autorizada”, a “original”, o que importa é o prazer, a fruição em lê-los), as histórias indígenas podem e devem ter várias versões, que não se excluem, mas que se somam, emocionando e fazendo refletir de maneiras diferentes, em momentos diferentes.

Os índios têm interesse, sim, em contar suas tradições por escrito e isso não seria uma forma ruim de “inaugurar uma literatura escrita”, como quer o autor. Isso é uma forma possível e deve merecer nossa atenção, nossa disponibilidade para o diálogo. Afinal, os índios devem escrever o que lhes interessa, buscando por eles as funções para sua escrita, quer isso nos agrade ou não. Afinal, seremos sempre nós o referencial para os leitores dos textos indígenas? Será que os escritores índios não estão, na verdade, pensando em seus leitores índios, ávidos por ler as histórias de seu povo e as de outros povos indígenas? Serão sempre autores de seus textos, o que não relega os narradores de sua comunidade “a uma condição semelhante à de papagaios repetidores”, como faz supor o autor. Um narrador será sempre respeitado, referenciado por aqueles que com ele aprenderam. É comum um juruna, por exemplo, dizer “eu não posso dizer isso (em público), pois ainda sou menino”, mesmo tendo mais de 20 anos. É menino aquele que é jovem, menos experiente, que não tem autoridade reconhecida. Achariam os “meninos escritores” que seus avós são meros “papagaios”? Acho que não. Isso é uma interpretação que um não-juruna poderia ter, caso não conhecesse minimamente a organização social desse povo.

O homem da oralidade nem sempre é o da escrita, realmente, mas o que escreve, pelo menos entre os juruna, almeja ter o domínio da situação que tem aquele que narra oralmente. Entre eles, o narrador não morreu, vai muito bem, obrigada, e aliás, é amigo (quando não é avô, pai, irmão) do escritor.

A questão dos gêneros não é tranqüila para nós, nunca foi. Não podemos almejar que essa questão seja clara para os índios. Isso, como propõe o autor, talvez se resolva com discussões ou mesmo com cursos específicos para os índios sobre literatura. É realmente interessante conhecer o que o outro já fez com o instrumento da escrita para decidir o que se quer fazer, isso é claro. Mas a solução final apresentada, em que o autor sugere um incentivo aos escritores índios para que realizem traduções de livros em português para a língua indígena, embora interessante para os índios por contemplar questões de enriquecimento lexical,

*Como nasce e por onde se desenvolve uma tradição escrita em sociedades de tradição oral?*

não parece a mais adequada para aqueles que começam a escrever em sua língua. Se já lêem com facilidade em português, que inclusive encontra-se, em termos de publicações, em situação assimétrica em relação à língua indígena, por que fazer uma tradução? Para valorizar ainda mais o produto cultural alheio? Acho que a literatura escrita dos índios deve seguir um pouco a proposta dos modernistas, sendo antropofágica e autêntica: digerir, em leitura em português o que os não-índios produzem, e produzir algo autêntico, novo, em língua indígena. Trata-se de devolver a antropofagia a quem de direito, que não vem a ser Peri nem Macunaíma, mas alguém que, apesar de nossos estudos, pouco conhecemos e que, em muitos casos, deseja mesmo contar por escrito suas histórias de origem oral.





## ÍNDICE DE ASSUNTOS

- Afixos, p. 31  
Ambigüidade, p. 95  
Análise do Discurso, p. 129  
Aspecto, p. 57  
Blocos Semânticos, p. 109  
Contrato enunciativo, p. 197  
Contrato metalingüístico, p. 197  
Contrato objetivante, p. 197  
Contrato semiótico, p. 197  
Contrato subjetivante, p. 197  
Criatividade, p. 95  
Democracia, p. 129  
Diálogo, p. 95  
Direito societário, p. 81  
Discurso, p. 109  
Divulgação científica, p. 181  
Epilingüístico, p. 95  
EPP, p. 31  
Estudos da tradução, p. 69  
*Ethos*, p. 161  
Explicação, p. 181  
Explícito, p. 147  
Feminino, p. 161  
Fim discursivo, p. 181  
Foco, p. 31  
Heterogeneidade discursiva, p. 129  
Infinitivo flexionado, p. 9  
Implícito, p. 147  
Interdisciplinaridade, p. 95  
Intergênero, p. 147  
Léxico, p. 57  
Língua de tópico, p. 9  
Macroorganização, p. 181  
Mudança lingüística, p. 9  
Orçamento participativo, p. 129  
Paráfrase, p. 95  
Parâmetro do sujeito nulo, p. 9  
Pesquisa baseada em *corpora*, p. 81  
Pronomes fortes e fracos, p. 31  
Propaganda, p. 147  
Relato de viagem, p. 69  
Retórica, p. 161  
Richard Burton, p. 69  
Semântica Argumentativa, p. 109  
Sentido, p. 109  
Sentenças infinitivas, p. 9  
Sociointeracionismo, p. 147  
Sujeito indeterminado, p. 9  
Sujeito nulo, p. 31  
Telicidade, p. 57  
Texto, p. 181  
Tradução juramentada, p. 81



## SUBJECT INDEX

- Advertisement*, p. 158  
*Affixes*, p. 55  
*Ambiguity*, p. 108  
*Arbitrary subject*, p. 27  
*Argumentative semantics*, p. 127  
*Aspect*, p. 66  
*Certified translation*, p. 93  
*Corporate law*, p. 93  
*Corpus-based research*, p. 93  
*Creativity*, p. 108  
*Democracy*, p. 144  
*Dialogue*, p. 108  
*Discourse*, p. 127  
*Discourse analysis*, p. 144  
*Discourse oriented language*, p. 27  
*Discursive ends*, p. 194  
*Discursive heterogeneity*, p. 144  
*Enunciative contract*, p. 217  
*Epilinguistic*, p. 108  
*EPP*, p. 55  
*Ethos*, p. 178  
*Explanation*, p. 194  
*Explicit*, p. 158  
*Feminine*, p. 178  
*Focus*, p. 55  
*Implicit*, p. 158  
*Infinitival sentences*, p. 27  
*Inflected infinitive*, p. 27  
*Interdisciplinarity*, p. 108  
*Intergender*, p. 158  
*Lexicon*, p. 66  
*Linguistic change*, p. 27  
*Macro-organization*, p. 194  
*Meaning*, p. 127  
*Metalinguistic contract*, p. 217  
*Null subject*, p. 55  
*Null Subject Parameter*, p. 27  
*Objectifying contract*, p. 217  
*Paraphrase*, p. 108  
*Participative Budget*, p. 144  
*Richard Burton*, p. 79  
*Rhetoric*, p. 178  
*Scientific publicizing*, p. 194  
*Semantic Blocks*, p. 127  
*Semiotic contract*, p. 217  
*Sociointeracionism*, p. 158  
*Strong and weak pronouns*, p. 55  
*Subjectivizing contract*, p. 217  
*Telicity*, p. 66  
*Text*, p. 194  
*Translation Studies*, p. 79  
*Travel writing*, p. 79



## ÍNDICE DE AUTORES / AUTHORS INDEX

CARMELINO, Ana Cristina	p. 147
DUARTE, Fábio Bonfim	p. 31
DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia	p. 9
FARGETTI, Cristina Martins	p. 219
FIORIN, José Luiz	p. 197
FREITAS, Ermani Cesar	p. 109
GEIRING, Maria Eduarda	p. 181
REZENDE, Letícia Marcondes	p. 95
RODRIGUES, Cristina Carneiro	p. 69
SANTOS, Leticia da Silva	p. 129
SILVA, Andreia Cristina	p. 161
STUPIELLO, Érika Nogueira de Andrade	p. 81
WACHOWICZ, Teresa Cristina	p. 57



# NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DOS ORIGINAIS

## Informações gerais

A **Revista do GEL** é uma publicação do GRUPO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO, de periodicidade semestral, que tem por finalidade divulgar textos acadêmicos, apresentados sob a forma de artigos, originais e inéditos, resultantes de pesquisa individual ou coletiva, e resenhas críticas de interesse das áreas de Letras e Linguística.

Os textos para publicação poderão ser escritos em português, francês, inglês ou espanhol. Em casos especiais, e a critério da Comissão Editorial, poderão ser apresentados em línguas diferentes das indicadas.

Só serão publicados trabalhos que obtiverem dois pareceres favoráveis, emitidos por membros do Conselho Editorial ou – a depender do grau de especificidade do texto submetido – por pareceristas *ad hoc*.

Os dados e conceitos contidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências, serão de inteira responsabilidade do(s) autor(es).

Os trabalhos que não se enquadrarem nestas normas serão recusados.

## Preparação dos originais

### Apresentação

- ◆ O trabalho (um e somente um por grupo ou por autor) deverá ser entregue em CD-ROM e em duas vias impressas. O CD-ROM deve trazer etiqueta identificando o(s) autor(es) e o arquivo.

- ◆ Em uma das cópias impressas, não deverá constar nem o(s) nome(s) do(s) autor(es), nem o da instituição à qual se filia(m), nem qualquer outro tipo de referência que possa identificá-lo(s). Na outra cópia, o(s) nome(s), a instituição de filiação e o endereço eletrônico para contato devem estar presentes.
- ◆ O trabalho deve ser digitado em *Word for Windows*, versão 6.0 ou superior, em papel tamanho A4 (21 cm X 29,7 cm), com margens superior e esquerda de 3 cm e direita e inferior de 2 cm. A fonte deverá ser *Times New Roman*, tamanho 12.
- ◆ As resenhas deverão ter extensão mínima de 3 e máxima de 8 páginas e os artigos, mínima de 10 e máxima de 25 páginas (com referências bibliográficas), em espaçamento um e meio.

## Estrutura

O trabalho deve obedecer à seguinte seqüência:

- ◆ *título*, centralizado, em maiúsculas com negrito, no alto da primeira página, em artigo. Resenha não terá título, mas, em seu lugar, a(s) referência(s) bibliográfica(s) do(s) texto(s) resenhado(s), organizada(s) de acordo com as normas da **Revista do GEL**;
- ◆ *nome do autor*, por extenso, com apenas o sobrenome em maiúsculas, duas linhas abaixo do título, alinhado à direita;
- ◆ *filiação institucional*, em nota de rodapé, puxada do sobrenome do autor, na qual constem o departamento (no caso de docente), o programa de pós-graduação (no caso de aluno de pós), a faculdade (ou o instituto, ou o centro), a sigla da universidade, a cidade, o estado, o país e o endereço eletrônico do autor;
- ◆ *resumo* (de artigo), precedido desse subtítulo e de dois-pontos, em parágrafo único, de no máximo 200 palavras, justificado, sem adentramento, em espaçamento simples, duas linhas abaixo do nome do autor;
- ◆ *palavras-chave* (de artigo), no máximo sete, precedidas desse subtítulo e de dois-pontos, com iniciais maiúsculas, separadas por ponto, fonte normal, em alinhamento justificado, espaçamento simples, sem adentramento, duas linhas abaixo do resumo. A Comissão Editorial sugere que, para facilitar a localização do trabalho em consultas bibliográficas e/ou buscas eletrônicas, as palavras-chave correspondam a conceitos mais gerais da área de trabalho;
- ◆ *texto*, iniciado duas linhas abaixo das palavras-chave, em espaçamento um e meio. Os parágrafos deverão ser justificados, com adentramento de 1,25 cm



na primeira linha. Os subtítulos correspondentes às seções do trabalho deverão figurar à esquerda, em negrito, sem numeração e sem adentramento, com a inicial da primeira palavra em maiúscula. Os subtítulos obrigatoriamente utilizados (**Resumo**, **Palavras-chave**, **Abstract**, **Keywords**, **Referências**) também se submetem a essa formatação. Deverá haver espaço de uma linha entre o último parágrafo da seção anterior e o subtítulo, assim como entre este e o parágrafo inicial da nova seção. Todo destaque realizado no corpo do texto será feito em itálico. Exemplos aos quais se faça remissão ao longo do texto deverão ser destacados dos parágrafos que os anunciam e/ou comentam e numerados, seqüencialmente, com algarismos arábicos entre parênteses, com adentramento de parágrafo entre os números e os dados, como em:

- (1) Se chover, vai molhar a roupa.
  - (2) Se eles vierem, não irão mais viajar amanhã.
- ◆ *agradecimentos*, precedidos desse subtítulo e de dois-pontos, em parágrafo único, de no máximo três linhas, justificado, sem adentramento, em espaçamento simples, duas linhas após o término do texto;
  - ◆ *título em inglês*, duas linhas após o término do texto (ou duas linhas após os agradecimentos), em espaçamento 1,5, sem adentramento, em fonte normal, com a inicial da primeira palavra em maiúscula;
  - ◆ *abstract e keywords*, precedidos desses subtítulos e de dois pontos, o texto e as palavras destacadas deverão vir em itálico, tendo, nos outros aspectos, a mesma formatação do resumo e das palavras-chave, respectivamente;
  - ◆ *referências*, precedidas desse subtítulo, alinhadas à esquerda, justificadas, sem adentramento, em ordem alfabética de sobrenomes e, no caso de um mesmo autor, na seqüência cronológica de publicação dos trabalhos citados, duas linhas após o texto ou os agradecimentos;
  - ◆ *obras consultadas ou recomendadas*, precedidas de um desses subtítulos, serão incluídas, opcionalmente, duas linhas após as referências e organizadas de acordo com as mesmas normas.

## Referências

Deverão ser organizadas a partir dos sobrenomes dos autores (dispostos em ordem alfabética) e seguir a NBR6023 da ABNT. As referências a obras traduzidas devem trazer a indicação dos créditos de tradução. Exemplos:

- (1) Livros e outras monografias

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1986.

(2) Capítulos de livros

JOHNSON, W. Palavras e não palavras. In: STEINBERG, G. S. **Meios de comunicação de massa**. Tradução de Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Cultrix, 1972. p.47-66.

(3) Dissertações e teses

ARAUJO, U. A. M. **Máscaras inteiriças Tukúna**: possibilidades de estudo de artefatos de museu para o conhecimento do universo indígena. 1985. 102 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, 1986.

(4) Artigos de periódicos

ARAUJO, V. G. de. A crítica musical paulista no século XIX: Ulrico Zwingli. **ArteUnesp**, São Paulo, v.7, p.59-63, 1991.

(5) Trabalho de publicados em anais de eventos

MARIN, A. J. Educação continuada. In: CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES, 1, 1990, São Paulo. **Anais...** São Paulo: UNESP, 1990. p.114-118.

As referências a *documentos eletrônicos* deverão apontar, sempre que estiverem especificados, os dados aqui requeridos para cada gênero de texto, dispostos em conformidade com estas normas. Essas referências deverão ser acrescidas, quando for o caso, da indicação dos endereços completos das páginas virtuais consultadas e da data de acesso a arquivos *on line* apenas temporariamente disponíveis.

## Citações

- ◆ O sistema de chamada utilizado é autor-data, conforme NBR 10520 da ABNT. O autor será citado entre parênteses, exclusivamente pelo sobrenome, separado por vírgula da data de publicação: (BARBOSA, 1980).
- ◆ Quando houver coincidência de sobrenomes de autores, acrescentam-se as iniciais de seus prenomes: (BARBOSA, C., 1958) e (BARBOSA, O., 1959). Se ainda assim a coincidência persistir, colocam-se os prenomes por extenso: (BARBOSA, Cássio, 1965) e (BARBOSA, Celso, 1965).
- ◆ Se o nome do autor estiver citado no texto, se indica apenas a data entre parênteses: Moraes (1955) assinala...

- ◆ Quando for necessário especificar página(s), esta(s) deverá(ão) seguir a data, uma vírgula e a indicação p.: (MUMFORD, 1949, p.513). Em caso de um intervalo de páginas, separa-se a inicial da final com hífen: (MORAIS, 1955, p.12-15).
- ◆ As citações de obras de um mesmo autor, publicadas no mesmo ano, deverão ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espaço: (REESIDE, 1927a, 1927b). Quando a obra tiver dois ou três autores, todos terão os sobrenomes indicados, separados por ponto-e-vírgula (OLIVEIRA; MATEUS; SILVA 1943), e quando tiver mais, será indicado o primeiro sobrenome seguido de et al.: (GILLE et al., 1960).
- ◆ A citação direta, de até três linhas, deve estar inserida em um parágrafo comum do texto, entre aspas duplas. As aspas simples serão usadas para indicar citação no interior da citação.
- ◆ A citação direta, com mais de três linhas, deve constituir parágrafo autônomo, justificado, sem aspas, destacado com recuo de 4 cm da margem esquerda, em fonte *Times New Roman*, normal, tamanho 11.
- ◆ As intervenções nas citações diretas devem ser indicadas do seguinte modo: a) supressão: [...]; b) interpolação, acréscimo ou comentário: [ ].
- ◆ Para destacar trechos de uma citação, deverá ser usada fonte em itálico e ser acrescentada a expressão “grifo nosso” à referência, depois da indicação do(s) número(s) da(s) página(s). Subentende-se, portanto, que qualquer outro destaque presente nas citações sejam originais.
- ◆ As citações em línguas distintas daquela em que foi composto o texto submetido à **Revista do GEL** deverão ser traduzidas, com remissão a nota de rodapé, onde será transcrito o trecho original. Adotado esse critério, estará pressuposto que a tradução seja de responsabilidade do(s) autore(s) do artigo ou da resenha, sendo desnecessária qualquer outra indicação a esse respeito.

## Notas

Deverão ser reduzidas ao mínimo e colocadas no pé da página. As remissões para o rodapé deverão ser feitas por números, na entrelinha superior, após o sinal de pontuação.

## Anexos

Serão incluídos somente quando imprescindíveis à compreensão dos textos.

## Ilustrações

Apresentam-se desenhos, quadros, gráficos, mapas, esquemas, fórmulas, modelos, em papel vegetal e tinta nanquim, ou digitalizados; fotografias, em papel brilhante; radiografias e cromos, em forma de fotografia. As ilustrações e suas legendas deverão ser claramente legíveis após sua redução no texto impresso de 13 cm X 19 cm. Deverão ser indicados, a lápis, no verso de suas cópias impressas: autor, título abreviado e sentido da ilustração. Deverão ser acrescentadas legendas das ilustrações logo abaixo dos locais do texto em que elas aparecerão. Tais legendas serão numeradas consecutivamente em algarismos arábicos e precedidas da palavra designativa (**Figura, Quadro, Modelo** etc.).

Os trabalhos deverão ser enviados através do *link* específico da página da **Revista do GEL**, alocada no *site* do **Grupo**: [www.gel.org.br](http://www.gel.org.br). Não serão aceitos textos enviados por *e-mail*.